



Instituto Universitário de Lisboa

Escola de Tecnologias e Arquitetura
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Mestrado Integrado em Arquitetura

Cristina Alves de Campos Romão

Trabalho de projeto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Arquitetura

O Papel do Arquiteto em Processos Participativos

Um contributo para a compreensão de alternativas no modo de projetar

Orientadora:
Professora Alexandra Paio, ISCTE-IUL

Coorientador:
António Brito Guterres, Fundação Aga Khan

Requalificação de Setúbal Nascente

Tutor:
Professor Pedro Viana Botelho, ISCTE-IUL

[Novembro, 2015]

ÍNDICE	03
AGRADECIMENTOS	05
PARTE I : VERTENTE TEÓRICA	
O PAPEL DO ARQUITETO EM PROCESSOS PARTICIPATIVOS	07
I. ARQUITETURA DA PARTICIPAÇÃO, A NOVA DIREÇÃO	24
II. PERCURSOS E ENSAIOS PARTICIPATIVOS	38
III. DA PARTICIPAÇÃO AO PROJETAR: O CASO DO BAIRRO DA BELA VISTA	97
PARTE II : VERTENTE PROJETUAL	
REQUALIFICAÇÃO DE SETÚBAL NASCENTE	144
I. ESTRATÉGIA DE GRUPO	150
II. PLANO ESTRATÉGICO	162
SUPORTE DE POSSIBILIDADES, FASE ZERO E UM	
BIBLIOGRAFIA	228
ANEXOS	

AGRADECIMENTOS

À Professora Alexandra Paio, pela constante orientação e confiança que demonstrou ao longo destes cinco anos.

Ao Professor Pedro Botelho, pela partilha do seu saber e paciência no decorrer do projeto.

To Alex, for all the trips and knowledge, but mainly for the unspoken support, that made everything so much easier.

A todos os meus amigos, pela contribuição e por me animarem o espírito nos momentos mais difíceis, em especial ao Miguel pelas noites passadas no Técnico.

Ao grupo do viroc, “portanto”, ao Bruno, à Diana, ao Filipe, à Inês, à Lopes, à Maria João e ao Zé, por terem tornado este percurso inesquecível, pelo apoio académico e principalmente pelo apoio fora dele; sem vocês não teria sido possível.

Aos meus avós, por me terem ensinado a crescer e a dar um pouco de mim em todos os meus empreendimentos.

Por último, por serem os mais importantes, gostaria de agradecer aos senhores engenheiros, à minha Mãe, ao meu Pai e ao meu Irmão, pelo amor incondicional e por me educarem no sentido de acreditar que, com esforço, poderia ser o que quisesse quando fosse grande.

A estes e tantos outros um muito obrigado.

PARTE I : VERTENTE TEÓRICA

O PAPEL DO ARQUITETO EM PROCESSOS PARTICIPATIVOS

UM CONTRIBUTO PARA A COMPREENSÃO DE ALTERNATIVAS NO MODO DE PROJETAR

RESUMO

Como pode o arquiteto amplificar o seu compromisso com os utilizadores e, como resultado, enaltecer a relação entre a arquitetura e a sociedade? Esta questão relembra-nos que arquitetura como processo não pode abandonar o compromisso com as dinâmicas sociais. É perante este desafio que a presente dissertação pretende investigar a temática da participação em arquitetura e assim apontar alguns contributos do arquiteto em processos participativos.

A Participação é apresentada e discutida como uma metodologia que admite a inclusão do futuro morador, a vários níveis, no processo de criação. O tema surge em arquitetura na década de sessenta, por um lado como uma revolta contra o estatuto elitista do arquiteto do movimento moderno e, por outro, como vontade do arquiteto de assumir uma responsabilidade política e social no exercício da sua profissão. Embora tenha adormecido no final do século passado, o tema da participação faz novamente parte do debate da disciplina. No início do século XXI, a participação apresenta-se como um processo de investigação e como parte integrante do desenvolvimento do projeto em cocriação. Desta forma, torna-se imprescindível perceber porque se desencadeou agora um novo interesse na temática. Uma explicação pode ser a crise financeira mundial que vem alertar para a urgência de responder às problemáticas sociais e políticas do presente.

A quantidade e diversidade de experiências participativas em arquitetura torna o tema difícil de analisar, interpretar e criticar através de generalizações. Assim, é adotada nesta investigação uma metodologia que faz um enquadramento global à temática, recorrendo a casos de estudo teóricos e práticos, que descrevem a génese do pensamento participativo. Pretende-se, desta forma, estabelecer uma aproximação ao que se consideram ser três abordagens distintas à prática participativa, encabeçadas pelos arquitetos John F. C. Turner, N. John Habraken e Giancarlo de Carlo. No final, aplica-se os resultados da investigação teórica na abordagem projetual a um território concreto – o Bairro da Bela Vista em Setúbal. Por outras palavras, demonstra-se/ experimenta-se na prática a aplicabilidade dos processos participativos no processo de desenho arquitetónico da vertente prática do Projeto Final de Arquitetura. Esta investigação pretende contribuir para uma visão alternativa no modo de fazer arquitetura na contemporaneidade. No fundo, como podemos atualmente restaurar a relação entre a arquitetura e a sociedade através da participação em arquitetura?

Palavras – chave: processo participativo, compromisso social, metodologias alternativas.

ABSTRACT

How can architects enlarge their commitment with users and as a result develop the relationship between architectural and society? This question reminds us that architecture as a process cannot avoid commitment with social dynamics. In the face of this challenge, the present dissertation aims to investigate the participatory design issue in architecture and so, point out some contributions of architects in participatory design processes.

Participation is presented and discussed as a methodology which allows the inclusion of the future user, at several levels, in the design process. The subject rises in architecture in the sixties, on the one hand as a renounce of the modern movement's elitism and, on the other, as a will of the architect to assume a social and political responsibility in the practise of architecture. Although it was fading at the end of the last century, participation is once again part of the architectural debate. In the beginning of the XXI Century, participatory design stands as an investigation process and as part integrated of the project's development in co creation. Thus, it becomes essential to understand why now triggered a new interest on the subject. One explanation could be the global financial crises which has raising the awareness to the urgency to generate solutions to the social and political issues of the time.

The quantity and diversity of participatory experiences in architecture makes the subject difficult to analyse, interpret and criticize through generalizations. In this way, it is adopted in this research a methodology that makes a global framework to the subject, resorting to theoretical and practical case studies, which describes the genesis of the participatory way of thinking. Therefore, it is intended to establish an approximation to what is consider to be three distinct approaches to participatory processes, led by the architects John F. C. Turner, N. John Habraken and Giancarlo De Carlo. In the end, the results of the theoretical investigation are applied in the architectural design approach to a specific territory – the Bela Vista neighbourhood in Setúbal. In other words, it is expressed/experimented in practice, the applicability of participatory processes in the architectural design that corresponds to the Final Project of Architecture. This research aims to contribute to an alternative vision in the way of proceeding in architecture nowadays. Deep down, how can we now restore the relationship between architecture and society through participation in architecture?

Keywords: participatory design, social engagement, alternative methodologies.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

Enquadramento e Objetivos	15
Metodologia de Investigação	18

CAPÍTULO I

ARQUITETURA DA PARTICIPAÇÃO, A NOVA DIREÇÃO	24
A ambiguidade do papel do arquiteto	28

CAPÍTULO II

PERCURSOS E ENSAIOS PARTICIPATIVOS

I. ARQUITETURA DA AUTO CONSTRUÇÃO: NON PEDIGREE ARCHITECTURE	38
I.1. John F. C. Turner	41
I.2. PREVI: Proyecto Experimental de Vivienda	45
I.2.1. Christopher Alexander e a Pattern Language	50
I.3. Quinta Monroy: o herdeiro de PREVI	53
I.4. Reflexões	57
2. ARQUITETURA DE SUPORTES: O DESENHAR DE POSSIBILIDADES	60
2.1. N. John Habraken	63
2.2. La Mémé	66
2.3. Reflexões	71
3. PARTICIPAÇÃO COMO COMPROMISSO SOCIAL: ARCHITECTURE'S PUBLIC	74
3.1. Giancarlo de Carlo	76
3.2. Villagio Matteotti	78
3.3. Processo SAAL	82
3.4. Casa do Vapor	88
3.5. Reflexões	91

CAPÍTULO III : DA PARTICIPAÇÃO AO PROJETAR:

O CASO DO BAIRRO DA BELA VISTA

1. O BAIRRO DA BELA VISTA	97
1.1. Bairro Amarelo, Azul e Cor-de-Rosa	99
1.2. Entre a Bela Vista e o Parque Verde: Estrutura como quebra de fronteira	100
2. PARTICIPAÇÃO: DA ESCOLA AO TERRITÓRIO	104
2.1. Elizabeth B. N. Sanders: Make Tools	105
2.2. Mesa Redonda	108
2.2.1. Tool Kit: preparação, estratégia e metodologia	108
2.2.2. Narrativa de uma operação	110
3. PROJETO: FASE UM	132

CAPÍTULO IV

CONCLUSÃO E DISCUSSÃO	134
-----------------------	-----

BIBLIOGRAFIA	228
--------------	-----

ANEXOS

INTRODUÇÃO

Enquadramento e objetivos

A presente dissertação pretende investigar a participação em arquitetura e compreender qual o posicionamento do arquiteto nos processos participativos. Para tal recorre-se à análise de precedentes teóricos e práticos referentes a esta metodologia e, posteriormente ao ensaio desta na vertente prática do Projeto Final de Arquitetura.

Desde cedo verificamos, no estudo da arquitetura, a necessidade de questionar e entender os fundamentos, vontades e limites da intervenção da disciplina. O debate sobre a relação imaterial do indivíduo com o espaço não é recente. No entanto, cada vez mais existe um esforço para instituir uma arquitetura que sirva e reflita positivamente as necessidades e desejos do seu contexto, e consequentemente dos seus habitantes. A arquitetura como processo, não é um exercício exclusivo e de autoria do arquiteto (De Carlo, 1970). A vontade de estabelecer a relação entre a arquitetura e a sociedade através do trabalho com os utilizadores¹, em oposição ao trabalho para os utilizadores,

¹ Utilizador – o termo utilizador é uma tradução do termo inglês user, adotada por diversos autores, nomeadamente na tradução da obra de Giancarlo de Carlo (1980), Uma Arquitectura da Participação. O termo original user é adotado por autores como John F. C. Turner, N. John Habraken ou Elizabeth B.-N. Sanders.

parece ser cada vez mais um caminho válido para vários arquitetos. Estas reflexões motivam a presente investigação assente no tema participação em arquitetura, não como a única solução, mas como uma alternativa no modo de projetar.

A designação participação é compreendida, neste contexto, como a inclusão do utilizador ou morador² no processo e tomada de decisão. Embora seja por muitos considerado um campo de estudo ou investigação, a participação é sobretudo uma metodologia (Spinizzi, 2005). Este pensamento surge nos anos sessenta como uma manifestação do descontentamento do modo internacional³ de projetar modernista⁴ e/ou como uma vontade de conferir ao exercício arquitetónico uma autenticidade dos valores políticos e sociais da época (Bandeirinha, 2007). O movimento assente na necessidade de estabelecer a relação do indivíduo com o contexto edificado, testemunhado pelas experiências de apropriação⁵, e a consciencialização da capacidade do utilizador construir o seu modo de habitar é traduzido na herança vernacular e popular ou por inúmeras ações de autoconstrução.

Neste contexto estudamos a obra de arquitetos-chave na investigação de alternativas ao modo de projetar em arquitetura, que permita a aproximação do resultado físico

² Morador – os termos morador, utente ou ator são referidos na obra *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974* (Bandeirinha, 2007, p. 31) para se referir aos “destinatários da arquitectura”. Nesta dissertação também os termos habitante e utilizador serão utilizados com a mesma conotação.

³ Internacional – o termo internacional remete ao original em inglês *International Style*, traduzido para português como *Estilo Internacional*. Faz referência à exposição *Modern Architecture. International Exhibition*, de 1932 no *Museum of Modern Art*, Nova York, da curadoria de Philip Johnson e Henry-Hussel Hitchcock. In Thoenes, C. (2003). *Teoria da Arquitectura: do Renascimento aos Nossos Dias*. (p.714) Londres: Taschen.

⁴ O modo de projetar modernista refere-se ao Movimento Moderno e à arquitetura da primeira metade do século XX. Destacam-se as obras de referência de Le Corbusier, Mies van der Rohe ou Frank Lloyd Wright. In Thoenes, C. (2003). *Teoria da Arquitectura: do Renascimento aos Nossos Dias*. (p.714) Londres: Taschen.

⁵ Experiências de apropriação faz referência às estratégias urbanas defendidas por Jane Jacobs (1961), que seguem a premissa de que o sentimento de segurança do utilizador é alcançado também através da apropriação do espaço.

às motivações imateriais de quem o habita, equacionando assim a participação dos futuros utilizadores. Giancarlo de Carlo (1919 - 2005), N. John. Habraken (1928 -), John F. C. Turner (1927 -) ou Lucien Kroll (1927 -), foram alguns dos arquitetos que exploraram os benefícios de envolver num processo multidisciplinar, habitantes e técnicos de vários campos de estudo. Estes são envolvidos em todas as fases do processo - planeamento, construção e manutenção.

Os autores consideram como garantido o conhecimento do utilizador sobre as suas próprias necessidades/desejos, defendem que seria então possível uma aproximação à realidade do problema e, conseqüentemente, uma autêntica resposta ao mesmo. No entanto, identifica-se a vontade política e social de De Carlo no exercício da arquitetura; a procura de um habitar mais natural e adaptável na metodologia Support Structure (1961) de Habraken; A Freedom to Build (1972) de Turner que devolve o poder ao utilizador; ou a Médicale Maison de Kroll, a residência de estudantes que ainda hoje admite alteração e manipulação pelos seus habitantes. Os princípios defendidos por estes arquitetos serão alvo de um estudo mais aprofundado no decorrer desta dissertação.

Progressivamente, a participação está a tornar-se mais relevante no modo de pensar a arquitetura. A vontade do arquiteto de assumir o compromisso com os utilizadores por meio de participação está ao mesmo tempo a colocar o papel do arquiteto em reflexão. A dinâmica apontada, significa que o arquiteto deve reconhecer a sua prática como parte integrante de um processo em desenvolvimento e diálogo aberto. Após a década de 60 e 70, a questão da participação em arquitetura parece ser deixada de lado, para ser novamente colocada em debate pelos que, à semelhança dos seus antecedentes, procuram uma arquitetura que reflita as intenções, não do seu criador, mas de quem a habita (De Carlo, 1980) Por esta razão, considera-se indispensável entender porque se renovou atualmente um interesse na temática. Aparece mais uma vez como escapatória aos preceitos arquitetónicos contemporâneos e do arquiteto autor? Ou como uma realização da responsabilidade arquitetónica na construção para o maior número e na importância da relação do indivíduo com o espaço que habita? Qual é então o exercício, o papel, da arquitetura e conseqüentemente do arquiteto perante o indivíduo e o contexto que opera?

Através da análise de uma série de casos de estudo e do exercício prático no Bairro da Bela Vista, Setúbal, procura-se investigar estas questões. O debate que se inicia,

está de braço dado com o peso social e político no exercício arquitetónico que surge da atual necessidade de rever os fundamentos e status do arquiteto contemporâneo e das operações *Top-Down*⁶. Da mesma maneira, reflete-se acerca dos benefícios de implementar atualmente abordagens *Bottom-Up*⁷, enraizadas em métodos *Do it Yourself*⁸ e da descentralização de poder, restaurando a rede de trabalho local. Por fim, procura-se entender como a inclusão do destinatário no método, se reflete beneficentemente no espaço projetado, traduzindo desta forma o valor subestimado do processo em detrimento do resultado.

Metodologia de investigação

O presente trabalho é dividido em dois momentos: (1) investigação teórica – Capítulo I e Capítulo II; (2) ensaio prático – Capítulo III. Este segundo momento, o ensaio prático no bairro da Bela Vista em Setúbal, é a narração do exercício realizado em coligação com a vertente prática do Projeto Final de Arquitetura. O desenvolvimento da vertente teórica e da vertente prática do PFA não exigiam associação. No entanto, por existir oportunidade, entendeu-se que seria benéfico explorar o tema da participação, tanto na investigação teórica como no território e contexto prático do projeto de arquitetura. Desta forma, cada vertente do PFA é influenciada pelo desenvolvimento da outra, tendo como objetivo que se fundamentem de igual forma.

Em registo de introdução ao trabalho, no presente momento descreve-se o enquadramento e objetivos gerais e específicos do objeto de estudo e as linhas de força maior em que se divide este trabalho.

⁶ *Top-Down* – Tradução livre para de cima para baixo, é uma abordagem ao processo de criação que promove o entendimento do contexto geral em primeiro lugar enquanto se desenvolve para entendimento dos diversos contextos singulares em segundo lugar.

⁷ *Bottom-Up* – Tradução livre para de baixo para cima, é uma abordagem ao processo de criação que promove o entendimento dos diversos contextos singulares em primeiro lugar, enquanto se desenvolve para o entendimento do contexto geral em segundo lugar - “manta de retalhos”.

⁸ *Do-it-Yourself* (DIY) – tradução livre para faça-o você mesmo. *Do it Yourself* é neste contexto entendido como uma metodologia, fundamentada na concretização de algo por meio próprio e sem o apoio de um profissional.

O **Capítulo I**, em linhas gerais, descreve a metodologia participativa na arquitetura. Em concreto refere a participação quanto à sua denominação, ramificações e organização, entre outros fatores, para uma primeira caracterização. O subcapítulo A ambiguidade do papel do arquiteto expõe a génese da participação em arquitetura, ou seja, contextualiza o tema no tempo e no espaço. Para tal, descreve-se um conjunto de obras paradigmáticas que apresentam fatores sociais, económicos, políticos, demográficos ou culturais que permitem compreender o que fundamentou o início do pensamento participativo. Neste capítulo, visa-se uma abordagem mais generalista e multidisciplinar, recorrendo a obras do campo das ciências sociais. O recurso a referências documentadas em *Spatial Agency*⁹ ou *Os sentidos do debate internacional*¹⁰ são fundamentais para a estruturação deste capítulo de enquadramento à temática.

O **Capítulo II** expõe três abordagens distintas sobre o tema da participação, consideradas pioneiras e essenciais na evolução e estruturação do tema. Fundamentalmente trata-se de perceber com mais precisão o papel do arquiteto nos processos participativos no século XX e no século XXI. O capítulo está repartido em três subcapítulos: (1) *Arquitetura da Autoconstrução: Non-Pedigree Architecture*; (2) *Arquitetura de Suportes: Desenhar de possibilidades*; (3) *Participação como questão social*. Os temas estão organizados da seguinte forma: exposição do tema e manifesto/ensaio teórico; ideia construída; herança atual do tema; reflexões.

O **Subcapítulo 1** descreve a arquitetura da autoconstrução. Desde a arquitetura vernacular às construções informais, pretende-se destacar a arquitetura do não autor¹¹ e a incontornável capacidade do indivíduo de edificar o seu espaço. O tema tem como referência principal a obra do arquiteto John F. C. Turner, em especial o seu trabalho no denominado terceiro mundo e o elogio da realidade da autoconstrução. Nesta

⁹ *Spatial Agency* – “*Spatial Agency is a project that presents a new way of looking at how buildings and space can be produced.*” *in* www.spatialagency.net

¹⁰ Bandeirinha, J. A. (2007). *Os sentidos do debate internacional*. In *O Processo SAAL e a Arquitetura no 25 de Abril de 1974* (pp. 19-59). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

¹¹ *Arquitetura do não autor* é neste contexto uma referência à obra de Bernard Rudofsky *Architecture without Architects* (1964) e às construções informais e vernaculares.

linha de pensamento insere-se o trabalho de Bernard Rudofsky, a experiência PREVI da década de sessenta nas barriadas de Lima, e o exercício no Chile da Quinta Monroy pelos arquitetos de ELEMENTAL, traduzindo a herança das construções informais no século XXI.

O **Subcapítulo 2** apresenta a arquitetura das megaestruturas. A máquina como recurso e não como propósito, manipulada pelo homem e à escala deste, traduz-se nas propostas experimentais de arquitetos como Yona Friedman (1923 -). Neste contexto distingue-se a obra N. John Habraken que, ao recorrer à máquina no processo de criação, procura alojar a natural diversidade humana como alternativa à uniformidade da construção em massa. Vários autores viriam a tirar partido da máquina como ferramenta e estas ideias iriam traduzir-se no trabalho de inúmeros arquitetos. Neste estudo, destaca-se Lucien Kroll e La Mémé (Bruxelas, Bélgica) por ser um dos casos essenciais e indispensáveis de investigar face aos objetivos deste trabalho.

O **Subcapítulo 3** reflete sobre o peso social e político do arquiteto na disciplina da arquitetura. O pensamento é traduzido na obra teórica e construída de Giancarlo De Carlo revelando a participação, como um processo de diálogo e tomada de decisão deve ser incluído, no exercício da arquitetura. Neste contexto, o Processo SAAL é estudado, por um lado por se manifestar como produto de várias vontades em benefício coletivo, por outro lado por se encontrar até hoje como a maior experiência participativa em Portugal.

No **Capítulo III** a coligação entre a vertente teórica e prática é nítida. O capítulo é reservado à intervenção no Bairro da Bela Vista, na cidade de Setúbal. Ao abordar o projeto académico a partir de uma perspetiva participativa, pretende-se restaurar ou gerar a apropriação do território pelos habitantes através de um espaço arquitetónico baseado e apoiado na estrutura teórica investigada e no contexto real do bairro da Bela Vista. A aproximação ao território pretende responder a algumas das questões previamente deixadas em aberto.

O **Capítulo IV** é reservado à conclusão e considerações finais. Por fim, expõem-se a cronologia, bibliografia e anexos, respetivamente.

A seguinte dissertação segue as Normas APA e de forma a respeitar o sentido original do texto, todas as terminologias são transcritas na língua original e traduzidas

em rodapé – no caso de não existir tradução oficial para a língua portuguesa.

¹² Augé, M. (2012). Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade (p.28). Lisboa: Livraria Letra Livre. (obra original publicada em 1992)

*A história corre-nos atrás dos calcanhares.
Segue-nos como a nossa sombra, como a morte.*

Marc Augé¹²

CAPÍTULO I

ARQUITETURA DA PARTICIPAÇÃO, A NOVA DIREÇÃO

Esta dissertação explora participação em arquitetura, não como a única solução, mas como uma alternativa ao processo arquitetónico. A ligação da pessoa com o lugar reflete-se no exercício de apropriação; ao envolver o habitante na tomada de decisão este não só tem controlo sob o seu ambiente como se identifica com ele e o incorpora na sua forma de habitar: “Participation is a matter of control over decision by the participants.” (Sanoff, 1990, p. 3) Reconhecendo esta premissa, o papel do arquiteto é consequentemente colocado em reflexão. O arquiteto deverá aceitar o seu papel como parte integrante de um processo conjunto de diálogo aberto na tomada de decisões. O arquiteto italiano Giancarlo De Carlo (1980, citado em Rodrigues, 2010, p. 755) expõe este processo:

Uma bifurcação na estrada tem duas ramificações. No nosso caso, uma destas é a continuação da estrada que a arquitectura tem percorrido até o presente, a outra ramificação desvia-se para longe desta linha e prossegue numa nova direcção, a da arquitectura da participação.

Participação em arquitetura surge nos anos sessenta do século passado, e muitas foram as experiências realizadas sob o tema que, no final do século é adormecido. Porém, verifica-se atualmente uma mudança de perspectiva referente à importância da participação e da inclusão do utilizador na tomada de decisões. Hoje, os desejos e necessidades do utilizador são mais que um pré-requisito, tornam-se fatores decisivos em qualquer processo arquitetónico. Não é sem esforço que o termo Processo Participativo – *Participatory Design*¹³ - é definido. Através de várias experiências e campos de estudo, *Participatory Design – User Centered Design, Cooperative Design, Co-Design, Co-Creation, Co-Housing*¹⁴ – diverge em inúmeras definições e propósitos, desta forma, encontramos-nos em pequena concordância entre eles. A definição da socióloga Elizabeth B.-N. Sanders (2013, p. 61) é entendida como explícita:

Participatory Design refers to the activity of designers and people not trained in design working together in the design and development process. In the practice of Participatory Design, the people who are being served by design are no longer seen simply as users, consumers or customers. Instead, they are seen as the experts in understanding their own ways of living and working.

Embora participação em arquitetura seja considerada a “research orientation or even a field” (Muller, 2003, p. 1052) é antes de mais uma metodologia. Spinizzi (2005) defende que em teoria, participação é apoiada no construtivismo, uma vez que o conhecimento é adquirido a partir da interação entre pessoas e situações, “knowledge doesn’t just reside in the head; it’s a condition of a certain context” (Spinizzi, 2005, p. 166). Participação está enraizada substancialmente no

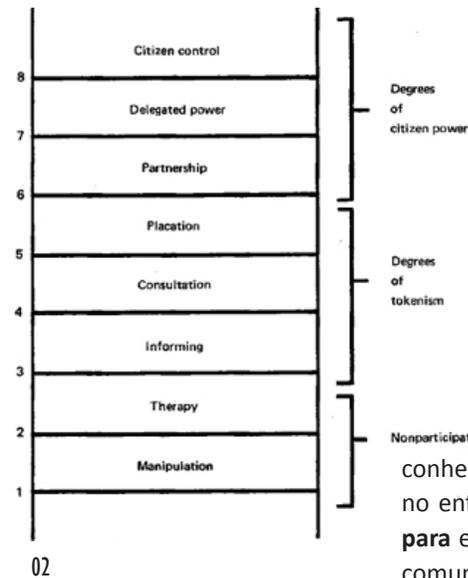
¹³ *Participatory Design* é a tradução oficial de Processo Participativo num sentido mais generalizado e aplicado a diversas áreas de estudo, utilizado por inúmeros autores, nomeadamente Liz Sanders.

¹⁴ Terminologias derivadas de *Participatory Design*, cujas alterações estão muitas vezes relacionadas com a mudança da área de estudo a que se referem ou local. Por exemplo, *Co-Design* é geralmente uma terminologia aplicada no Estados Unidos, enquanto *Cooperative Design* é geralmente aplicada na Europa.



01

01 Poster de alunos franceses. O poster faz parte de uma serie de 350 produzidos em Maio ou Junho de 1968 no At lier Populaire. Tradução livre para “Eu participo, Tu participas, Ele participa, Nós participamos, Vós participais, Eles beneficiam.”
fonte: Arnstein, S. R. (1969) *A Ladder of Citizen Participation*. AIP journal, vol. 35, nº 4, p. 216.



conhecimento do utilizador sobre a sua forma de habitar e consequentemente no entendimento de que o arquiteto deve trabalhar **com** as pessoas, em vez de **para** elas. Desta forma, uma das maiores adversidades será a de criar a ponte de comunicação entre o futuro morador e o arquiteto no processo.

Em 1969 a americana Sherry R. Arnstein publica o artigo *A Ladder of Citizen Participation*, onde expõe hierarquicamente oito modelos de participação e não-participação. Arnstein explica que participação só é autêntica quando o cidadão tem o controlo e poder sob o processo: “There is a critical difference between going through the empty ritual of participation and having the real power needed to affect the outcome of the process.” (Arnstein, 1969, p. 217) Como representado na figura 02, os últimos patamares correspondem a (1) *Manipulation* e (2) *Therapy*, que Arnstein considera como não-participação, uma vez que não pretendem envolver os utilizadores mas pelo contrário educá-los a fim de apoiarem as decisões dos que estão em poder. Estas etapas são consideradas distorções de participação. As etapas seguintes, (3) *Informing*, (4) *Consultation* e (5) *Placation* são consideradas tokenism que, como o nome indica, representam um estado de participação simbólico. Neste caso os cidadãos são ouvidos no entanto, não detém poder ou controlo para assegurar que essas vontades se concretizem. Os últimos patamares (6) *Partnership*, (7) *Delegated Power* e (8) *Citizen Control* representam o empoderamento¹⁵ do cidadão que a autora entende como participação genuína.

¹⁵ Empoderamento – o termo empoderamento é uma tradução livre do termo *empowering* adotado nas obras de John F. C. Turner *Freedom to Build* (1972) e *Housing by People* (1976).

Neste patamar os cidadãos não só estão envolvidos no processo como na tomada de decisão e detém poder e controlo sobre ambos. O último patamar naturalmente significa que os cidadãos ocupam o maior número de lugares na tomada de decisão.

Embora a disposição de oito tipologias de participação seja uma abordagem generalista à metodologia participativa, contribui para o entendimento da delimitação do envolvimento do utilizador e de entidades exteriores. A criação desta escala não é uma afirmação de que uma metodologia mais ou menos participativa é melhor, diferentes realidades, interesses e motivações devem ser apropriados aos diferentes patamares de participação. (Arnstein, 1969) A quantidade de atores ou o seu nível de envolvimento num processo participativo não pode ser antecipado, uma vez que a operação está inteiramente dependente do contexto específico em qual está a operar. O desejo de participação é geralmente proveniente do utilizador ou da comunidade, ou apela-se para que assim o seja, só posteriormente os técnicos e outras entidades são envolvidas no processo. A participação de todos os indivíduos, desde os técnicos até aos utilizadores, em todas as fases do processo é essencial de forma a facilitar a comunicação entre as várias partes. A ideia de participação está relacionada com a colaboração entre diferentes áreas de estudo e conseqüentemente, é considerado que os técnicos e investigadores envolvidos devem desenvolver funções fora do seu campo de estudos. Apesar de não ser um requisito, a colaboração exige, no entanto, um maior entendimento de outras áreas, assim, como os seus respetivos limites, de maneira a que seja possível tirar partido da sua função multidisciplinar.

Atualmente sente-se uma mudança de cenário perante a importância da implementação de estratégias *Bottom-Up*, de processos *Do it Yourself* e metodologias centradas no utilizador, que revelam a crescente responsabilidade social no trabalho do arquiteto. Em especial, testar-se o papel do arquiteto numa época em que tudo acontece mais rápido como ilustra Lewis Carroll (1871, p. 39) em *Alice Through the Looking Glass*: “Now, here, you see, it takes all the running you can do, to keep in the same place. If you want to get somewhere else, you must run at least twice as fast as that!” Neste sentido, torna-se importante entender, independentemente a que velocidade, em que direção a prática da arquitetura se está a dirigir.

A ambiguidade do papel do arquiteto¹⁶

No prefácio de *Design Participation*¹⁷ Nigel Cross (1972, p. 11) escreve:

professional designers in every field failed in their assumed responsibility to predict and to design-out the adverse effects of their projects. These harmful side effects can no longer be tolerated and regarded as inevitable if we are to survive the future... There is certainly a need for new approaches to design if we are to arrest the escalating problems of the man-made world and citizen participation in decision making could possibly provide a necessary reorientation.

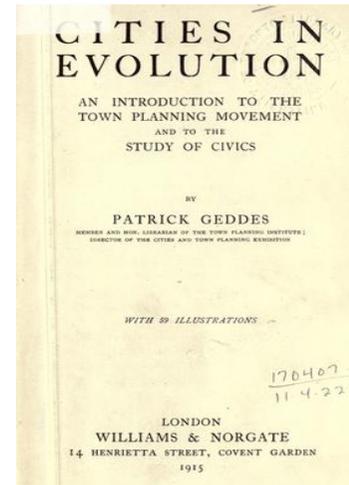
O papel e *status* do arquiteto têm sido questionados desde os anos 60 e 70 do século passado. Segundo De Carlo (1970, citado em Till, p. 5), “in different historical

¹⁶ *The Ambiguity of the Architect's Role* - título retirado de *Architecture's Public* (1970) de Giancarlo De Carlo.

¹⁷ *Design Participation* – Obra de Nigel Cross, publicada em 1972, a partir da conferência organizada pela Design Research Society em Manchester, Reino Unido, em Novembro de 1971.

epochs, depending on the use to which political power put him, the architect has been more a head-bricklayer or more a god". Diversas abordagens têm sido realizadas para suportar uma alternativa ao processo *Top-Down* em arquitetura. O ambiente gerado pela instabilidade da primeira Grande Guerra (1914-1918), revelou-se o terreno propício para que o Movimento Moderno surgesse. É deste tempo de mudança, fundamentado em ideias progressivas e funcionalistas que trouxe ao debate, para além da arquitetura dos special buildings¹⁸, a arquitetura do quotidiano e os seus habitantes.

O trabalho de William Morris (1834-1896) teve um contributo fundamental na consciencialização do papel social na arquitetura. O movimento *Arts and Crafts*, enraizado na Inglaterra do século XIX, surge como uma alternativa à produção em massa, resultado da revolução industrial, e Morris como um pioneiro na inclusão do artesão no processo de criação. Defensor da autenticidade em *design*, Morris acredita que este "cannot be dissociated from the social and moral conditions of the age to which it belongs" (Carlo, 1948). Nesta linha de pensamento, destaca-se a obra *Cities in Evolution: An Introduction to the Town Planning Movement and to the Study of Civics* (1915) de Patrick Geddes (1854 - 1932) e o seu contributo teórico na área do urbanismo como compromisso social e político, "Eutopia, then, lies in the city around us; and it must be planned and realised, here or nowhere, by us as its citizens - each a citizen of both the actual and the ideal city seen increasingly as one" (Geddes, 1915, p. 7) (figura 3). A partir da análise da realidade, e perante o entendimento da profunda relação do ser humano com o seu ambiente, Geddes expõe a influência da condição social no espaço, "o urbanismo não podia atingir seus objetivos se não fosse planejado com base no lugar". (Montaner & Muxí, 2014, p. 58) A sua obra e processo *Learning by Doing*¹⁹ iriam influenciar a visão participativa e abordagem arquitetónica de diversos arquitetos, entre eles, John F.

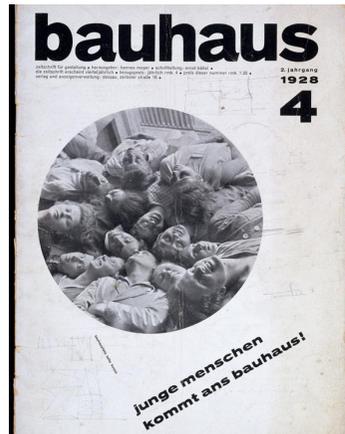


03

¹⁸ *Special Buildings* – termo adotado por N. John Habraken (2006, p.12), em *Questions that will not go away*, referência a: "In the past, the architect's job was about special buildings: the palace, the castle, the mansion for the rich and, above all, the place of worship: the temple, the church and the mosque."

¹⁹ *Learning by doing* – tradução livre para aprender com a prática.

03 *Cities in Evolution: An Introduction to the Town lanning Movement* (1915) obra de Patrick Geddes.
 fonte:archive.org/details/citiesinevolutio00gedduoft
 (Setembro, 2015)



04



05

04 Revista *Bauhaus* (1928). Ano 2, nº 4

fonte: www.tipografos.net/bauhaus/hannes-meier.html (Setembro, 2015)

05 Villaggio Mattiotti, Terni, Itália, Giancarlo De Carlo.

fonte: Risselada, M. & Heuvel, D. (2006) *Team 10: In Search of a Utopia of the Present 1953-1981*. Roterdão: Nai Publishers, p. 223

C. Turner.

Na primeira metade do século XX, o pensamento *Arts and Crafts* é herdado pela escola *Bauhaus*, que se iria destacar como um modelo de educação democrática. Dos vários contributos que tornaram *Bauhaus* um marco na história da arquitetura, o do seu segundo diretor²⁰ é destacado. Hannes Meyer (1889 - 1954) defendia que a profissão deveria assumir um carácter social onde a função do arquiteto era a de um *technician serving society*. A missão do arquiteto era a de responder às necessidades do período entre guerras e à classe operária: “o seu dever social era lutar contra o sistema capitalista, afastando-se de utopias prejudiciais, seguindo a teoria marxista do socialismo científico” (Montaner & Muxí, 2014, p. 45) Estas ideias seriam expostas numa serie de escritos que Meyer desenvolve no final da década de vinte. Nomeadamente o que publica na revista da *Bauhaus*²¹ em 1928 denominado *Bauen*²², onde questiona os princípios da construção e peso estético na arquitetura: “building is a biological process. Building is not an aesthetic process.” (figura 4).

Logo, é da necessidade e ambiente de escassez habitacional do início do século passado que pela primeira vez, o ambiente do quotidiano não é tomado como garantido, mas torna-se um problema a ser resolvido (Habracken, 2006). Desta forma, muitos foram os que procuraram descobrir a solução habitacional universal²³ que respondesse a todos requisitos do homem regular. Por meio de pensamento funcional e racional, arquitetos providenciaram o desenho capaz de se inserir em qualquer lugar, a qualquer pessoa, a qualquer altura. Estas soluções universais são então reproduzidas infinitamente para que seja possível responder à urgência da

²⁰ Hannes Meyer assume o cargo de director da escola entre 1928 e 1930, considerado o período mais polémico da *Bauhaus*.

²¹ Revista *Bauhaus* (1928). Ano 2, nº 4

²² *Bauen* – tradução livre para construir.

²³ Habitação Universal é neste contexto entendido como o projeto-tipo habitacional aplicado na reconstrução da Europa no pós-guerra. In *Habitação Para o Maior Número: Portugal, os Anos de 1950-1980*. (2013) Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

época. Então, embora os habitantes sejam elementos considerados na equação, ainda se mantém uma evidente distância entre estes e a arquitetura. Nesta visão é evidente a dualidade no papel do arquiteto deste período: por um lado a perspectiva social na arquitetura da produção em série e do trabalho coletivo de Ernst May, Walter Gropius ou Hannes Meyer; por outro lado, a perspectiva do arquiteto como criador e autor de Le Corbusier ou Mies van der Rohe. A segunda iria prevalecer por ir ao encontro da figura tradicionalmente atribuída ao arquiteto.

Na segunda metade do século XX, pela necessidade de rever as fundações do Movimento Moderno, este assunto é trazido a debate pelo *Team 10*²⁴. O refutar dos historicismos acadêmicos no Movimento Moderno acabou por ser, mais que uma mudança estética, uma rejeição do contexto cultural e social do lugar e portanto, dos seus habitantes. Desta maneira, os fundamentos dos CIAM e o status do arquiteto moderno são colocados em questão. Giancarlo De Carlo (1919 - 2005) entendia esta rejeição da história como uma das principais falhas do Movimento Moderno: “No one in Team 10 ever said the Modern Movement should be tossed on the rubbish heap of history. We did say it was ossified and its organizational structure (...) had brought it to a paralysis. All of us considered Le Corbusier a great architect, but none of us wanted to start a personality cult” (Carlo, 1999, p. 343)

À semelhança do Movimento Moderno, que se anuncia como rutura para o pensamento historicista, também os fundamentos do Team 10 rompem com os princípios do Movimento Moderno, de uma arquitetura internacional, que se revelaria homogênea perante o seu contexto. Ao refutar o existente promulga-se, e fundamenta-se um novo pensamento. Este pensamento, que se concentra na realidade do lugar e no contexto social, em detrimento do objeto em relação ao processo.

Ao longo dos anos sessenta é testemunhado uma maior motivação para

²⁴ Giancarlo De Carlo ou Ralph Erskine, que faziam parte do Team 10, iriam trazer a debate o tema da participação para as reuniões do Team 10, nomeadamente relacionado com os projetos referidos.



06



07

06 Byker Wall , Newcastle upon Tyne, Reino Unido, Ralph Erskine.
fonte: Risselada, M. & Heuvel, D. (2006)
Team 10: In Search of a Utopia of the Present 1953-1981. Roterão: Nai Publishers, p. 226

07 La Mémé, Bruxelas, Bélgica, Lucien Kroll.
fonte: <http://www.spatialagency.net/database/participation.1970s>
(setembro, 2015)



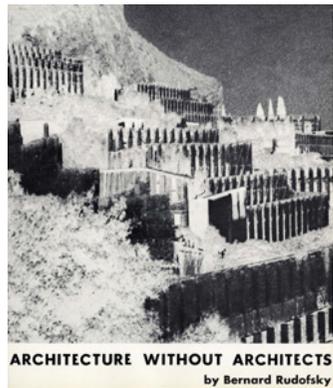
08



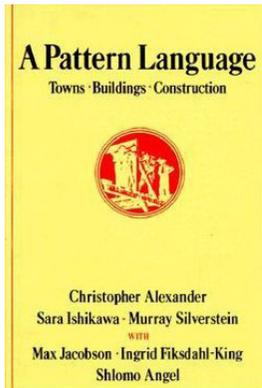
09

entender como envolver o futuro utilizador no processo de conceção, por aqueles que acreditam que arquitetura não deve estar separada daqueles que a habitam. O arquiteto larga as suas ferramentas tradicionais e compromete-se com o contexto, que não é apenas o espaço, mas a sua história, cultura e pessoas. A participação em arquitetura surge como repercussão destas vontades. Dois exemplos paradigmáticos do papel do arquiteto no processo participativo são as vilas operárias Villaggio Matteotti (1969-1974, Terni, Itália) (figura 5) obra do arquiteto Giancarlo De Carlo; e Byker Wall (1969-1975, Newcastle upon Tyne, Reino Unido) (figura 6) pelo arquiteto Ralph Erskine. Ambos tiram proveito de deterem o conhecimento prévio de quem iria habitar os seus projectos, e assim envolvem-nos no processo de desenho e construção. Os projetos iriam levar para a mesa do Team 10, que ambos faziam parte, o tema da participação. Também La Mémé (1970, 1976, Bruxelas, Bélgica) (figura 7) obra do arquiteto Lucien Kroll, não pode passar despercebida como um caso pioneiro no tema da participação. A residência de estudantes expõe objetivamente o seu processo, sendo que o arquiteto distingue a sua função e intervenção e a dos futuros habitantes. Kroll iria defender a complexidade e a diversidade no desenho arquitetónico, como gerador de espaços mais ricos. Ideias são defendidas em La Mémé e na sua obra *The Architecture of Complexity* (1987).

Em paralelo, o arquiteto Yona Friedman (1923 -) apresenta *Ville Spatiale* (1958-



10



11



12

1962), uma estrutura pré-concebida capaz de ser implementada em qualquer cenário. Segundo o arquiteto, uma vez edificado o esqueleto, é possível proceder à sua ocupação, flexível tanto em termos de tempo como espaço. A utilização de sistemas computacionais no processo de criação torna-se fundamental para proporcionar inúmeras possibilidades de *Infill*²⁵ do esqueleto e conseqüentemente, inúmeras possibilidades de apropriação pelos habitantes. Friedman expõe os resultados de *Ville Spatiale* (figura 8) em *Architecture Mobile* (1958), uma obra que representa a urgência do tempo de gerar alternativas ao Movimento Moderno, às propostas de Frankfurt²⁶ e ao homem “maquinizado”. No mesmo período, o artista austríaco Friedensreich Hundertwasser (1928 - 2000) defende o direito de apropriação do espaço, assim como o poder do habitante sob o seu ambiente. Hundertwasser escreve *Windows Rights* (1990) com o intuito de terminar com o que ele considera ser o período do apartheid of windows (figura 9). A sua obra reflete o desejo e aproximação a uma abordagem mais natural e humanizada do modo de habitar. Em 1964, na exposição *Architecture without Architects: A Short Introduction to Non-pedigreed Architecture* no MoMa, Bernard Rudofsky (1905 -

²⁵ *Infill* é neste contexto entendido como os elementos que permitem alteração e adaptação.

²⁶ Referência ao II CIAM – Frankfurt, 1929 - Unidade Mínima de Habitação.

08 *Ville Spatiale*, Yona Friedman
 fonte: <http://www.domusweb.it/en/art/2010/06/06/a-cloud-spatiale-city.html> (Setembro, 2015)

09 *Swimming Window* (1979)
 Hundertwasser.
 fonte: <http://www.hundertwasser.at/showpic.php> (Setembro, 2015)

10 *Architecture without Architects*, Bernard Rudofsky.
 fonte: <http://www.moma.org/interactives/exhibitions/2011/AccessTools/> (Setembro, 2015)

11 *A Pattern Language: Towns, Buildings, Construction* (1977) obra de Christopher Alexander.
 fonte: <https://www.patternlanguage.com/leveltwo/books.htm> (Setembro, 2015)

12 *Processo SAAL*. Moradores da Arrábida dirigem-se para uma manifestação no Centro do Porto.
 fonte: <http://umbigomagazine.com/um/2015-01-22/o-processo-saal-em-serralves.html> (Setembro, 2015)

1988) evidencia um lado diferente da profissão, menos relacionado com a autoria artística e mais com o carácter social e vernacular da arquitetura (figura 10). Neste período, são sublinhados os contributos para o tema da participação, dos arquitetos N. J. Habraken com a *Support Structure* (1961), as experiências de John F. C. Turner e a *Pattern Language* (1977) de Christopher Alexander (figura 11).

Na América decorrem várias operações que envolveram futuros habitantes, por exemplo, o programas PREVI em Lima, Peru, no final da década de sessenta; e o *Renewing Housing* no México, após o terramoto de 1985. Durante os anos setenta e oitenta, muitas foram as experiências que procuraram substituir o cenário de construções informais nos centros urbanos, em operações de autoconstrução fundamentadas no contexto e poder local (Montaner, 2001). As experiências salientam o potencial e crescimento de estratégias *Bottom-Up* no renovar da cidade contemporânea. Arquitetos tomaram consciência que os problemas globais não podem ser encarados apenas como problemáticas arquitetónicas, mas deveriam ser encarados por uma abordagem multidisciplinar, envolvendo utilizadores e técnicos especialistas de outras áreas, a trabalhar para o mesmo propósito.

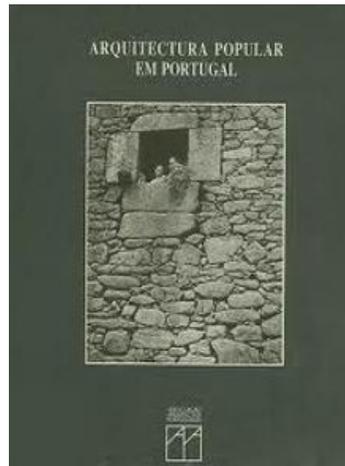
Nos anos setenta em Portugal, o cenário habitacional exibia-se pelos milhares de “bairros de lata” e “barracas” instaladas nos centros urbanos e periferias rurais. Durante a segunda metade do século XX muitos debateram a problemática de escassez habitacional e as suas soluções, no entanto, só após a Revolução de Abril de 1974 o problema é enfrentado pelos arquitetos (Portas, 1986). Era necessário realojar milhões que viviam nas piores condições e as pessoas que regressavam das ex-colónias portuguesas. Como resposta a este cenário, entre 1974 e 1976 as operações SAAL procuram soluções habitacionais construídas pela população através de processo participativo (Bandeirinha, 2007). O governo providenciava os materiais, as brigadas – técnicos, arquitetos, engenheiros – o apoio técnico e a população o seu tempo (figura 12).

Em suma, arquitetura participativa nasce em meados do século XX, da vontade de criar alternativas ao modo de projetar moderno, afinal de contas, o homem não é uma máquina de habitar. Perdeu-se o rasto ao tema dito utópico

no final do século passado para ser de novo colocado em debate no século XXI. A ambiguidade do papel do arquiteto está em entender a razão pela qual o tema está a ser de novo tão considerado no cenário arquitetônico. Estaremos, mais uma vez, a procurar alternativas à arquitetura do *star system*²⁷, ou estará a agravar-se a consciencialização da responsabilidade e influência social na arquitetura? Como caracterizamos as nossas cidades, a arquitetura e os que nela habitam, qual é hoje, a função do arquiteto?

²⁷ *Star system* é neste contexto entendido como o arquiteto autor, terminologia sugerida sugerida por Bandeirinha, J. A. (2007)

*Without malleability you cannot have cultural expression
- all you can get is a top-down notion of how people should live.
Charles Correa (n.d.)*



13

13 *Arquitectura Popular em Portugal* (1980) Associação dos Arquitectos Portugueses. Obra original publicada em 1961 em dois volumes.

fonte: www.arquitectos.pt/?no=2020493738,154 (Setembro, 2015)

CAPÍTULO II : Percursos e ensaios participativos

I. ARQUITETURA DA AUTO CONSTRUÇÃO: NON-PEDIGREE ARCHITECTURE

Nos anos sessenta e setenta do século passado, desperta-se o interesse em arquitetura de assumir as consequências do relativismo cultural (Montaner & Muxí, 2014). A cultura ocidental começa a partilhar o pódio com outras culturas e o designado “terceiro mundo” é palco de intervenção arquitetónica e de experimentação de alternativas mais adequadas à individualidade de cada contexto social.

A procura pela realidade do lugar evidenciar-se-ia na investigação de arquitetura vernacular, a arquitetura do não autor²⁸, que no caso de Portugal manifesta-se maioritariamente no século XX pelo movimento da *Casa Portuguesa* e pelo Inquérito à *Arquitectura Popular* em Portugal (figura 13). O movimento da *Casa Portuguesa*, liderado por Raul Lino, iria anunciar uma identidade arquitetónica portuguesa,

²⁸ Arquitetura do não autor refere-se neste contexto a construções realizadas sem o apoio do arquiteto.

um produto “nosso” exposto nas “simpáticas casinhas à beira da estrada, ou entre os campos, melhor nos revelam o seu português sentido” (Lino, 1933, p. 73). Por outro lado, os arquitetos do Inquérito à *Arquitectura Popular* em Portugal iriam fugir da universalidade de um modelo único, apresentado na *Casa Portuguesa*, e “resgatar a pluralidade regional da arquitectura vernácula” (Leal, 2008, p. 49). No entanto, esta investigação seria abordada com o olhar modernista da época, por uma nova geração de arquitetos “atentos aos novos ventos europeus”, o que iria ser denominado mais tarde como regionalismo crítico (Leal, 2008). Em entrevista, Fernando Távora (1996) reflete sobre o Inquérito:

a leitura que se fazia da arquitectura popular era uma leitura baseada nos padrões do chamado modernismo, que eram os padrões que nos levaram a fazer o Inquérito e a escolher determinados exemplares. Havia ali uma clara fundamentação baseada na crítica corbusiana e que levava à escolha do material que melhor satisfazia essa crítica. O que se encontra no Inquérito são os exemplos que os arquitectos consideravam mais modernos.

Um dos momentos mais importantes na reflexão do tema da arquitectura do não autor seria a exposição de 1964 *Architecture without Architects: A Short Introduction to Non-pedigreed Architecture* (figura 14). Bernard Rudofsky apresenta, através da exibição de diversos casos de estudo, a qualidade e capacidade que “homem comum” sempre possuiu de edificar o seu próprio habitat:

We learn that many audacious “primitive” solutions anticipate our cumbersome technology; that many a feature invented in recent years is old hat in vernacular architecture—prefabrication, standardization of building components, flexible and movable structures, and more especially, floor-heating, air-conditioning, light control, even elevators. (Rudofsky, 1965, p. 5)

Rudofsky entende que a vontade de produzir e reproduzir “noble architecture and architectural nobility” (Rudofsky, 1965, p. 2), embora fizesse sentido no passado, perde o seu sentido numa geração e contexto que recusa historicismos. Parece errada a refuta da herança arquetónica “popular”, das outras tipologias de arquitetura, mais simples, mais adaptadas ao lugar e das técnicas e materiais



14

14 Exposição *Architecture without Architects: a Short Introduction to Non-Pedigree Architecture* (1964) MoMa, Nova Iorque.
fonte: <http://transculturalmodernism.org/article/212> (Setembro, 2015)

do território: “Mais do que uma «Arquitetura sem Arquitetos» traria à ribalta uma Arquitetura sem o star system da historiografia tradicional.” (Bandeirinha, 2007, p. 31)

Nesta linha de pensamento, as construções informais²⁹, materializações da apropriação do lugar consoante a necessidade do habitante, começam a ser valorizadas sob pensamentos anarquistas e participativos, não como fatalidades sociais, mas como o “urbanismo da informalidade”, como uma manifestação contra a construção em série. Estes valores estariam assentes na obra de Patrick Geddes ou de Colin Ward que em meados do século XX escreve na revista anarquista *Freedom*³⁰, onde aprofunda o conceito da autoconstrução. Em 1959 o antropólogo Oscar Lewis publica o livro *Culture of Poverty*, onde defende as construções informais autoconstruídas. Estas ideias seriam mais tarde herdadas pelo arquiteto John F. C. Turner (Montaner & Muxí, 2014).

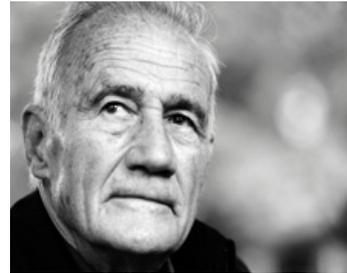
²⁹ Construção informal refere-se neste contexto ao termo inglês *Slum*: “como Mike Davis explica, a palavra slum foi utilizada pela primeira vez na Inglaterra, 1812, para designar áreas urbanas pobres e degradadas, que depois se identificaram com lugares de criminalidade” (Montaner & Muxí, 2014, p. 181).

³⁰ *Freedom* – Revista anarquista Londrina com a primeira publicação em 1886.

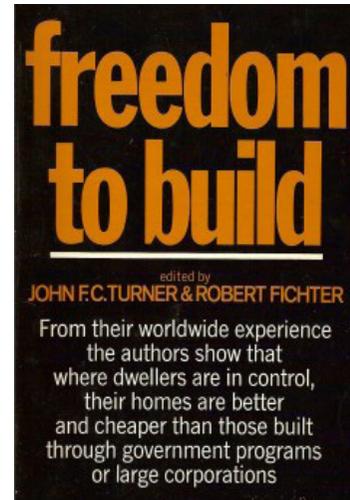
I.I. John F. C. Turner

John F. Charlewood Turner (figura 15) em 1957, influenciado pela obra de Patrick Geddes, Colin Ward e Oscar Lewis, instala-se no Peru com a finalidade de participar na construção da nova escola de Tiabaya. Após o terremoto de 15 de Janeiro de 1958, no Perú, onde se destruíram 10, 000 habitações da cidade de Arequipa, Turner fica encarregue da reconstrução das novas *urbanizaciones populares* num processo de autoconstrução. A sua terceira experiência no Peru, que termina em 1965, foi passada nos “bairros de lata” de Lima, um projeto que o arquiteto considera ter aplicado melhor o conhecimento adquirido nas duas experiências anteriores (Turner, 1972). Com o resultado deste exercício, juntamente com a realidade de autoconstrução do Peru, surge a publicação de *Freedom to Build: Dweller Control of the Housing Process in 1972*³¹ (figura 16).

Turner revela a importância que as suas experiências no Peru tiveram na transformação da sua visão do papel do arquiteto: “I stopped trying to work for and started trying to work with people. I realized that I knew far less than I originally assumed, and that the people I was supposedly qualified to order about knew far more.” (Turner J. F., 1972, p. 132) Reconhece estas experiências como desastrosas devido à distância e falha de comunicação entre o arquiteto e os utilizadores; estas foram um abrir de olhos para o arquiteto “deaf and even blind”. O arquiteto depara-se com a realidade de autoconstrução onde o *layman*³² não só é capaz de construir a sua própria casa sem a assistência do arquiteto, ele tem-no feito durante muito tempo. Como afirma Turner (1972, p.138), “Why, then, did we feel it was necessary to organize such people into groups to do what they were so obviously capable of doing individually?” Desta maneira, a imposição da vontade do arquiteto cego e os seus desenhos estandardizados sobre o contexto em que trabalha é fortemente criticado, e o conhecimento imperativo de que *more is better* perde o seu sentido.



15



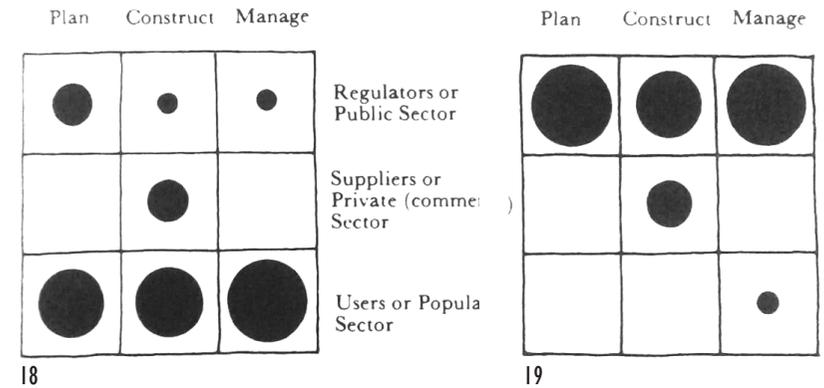
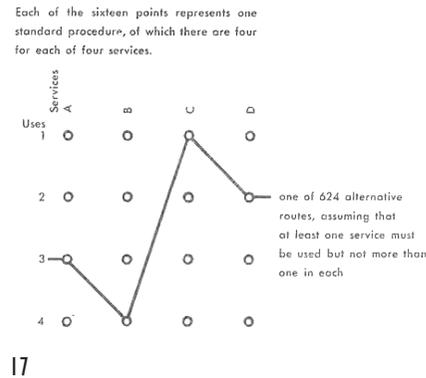
16

15 John F. C. Turner.
fonte: www.rightlivelivelihood.org/turner.html (Setembro, 2015)

16 *Freedom to Build: Dweller Control of the Housing Process* (1972) obra de John F. C. Turner e Robert Fichter.
fonte: www.spatialagency.net/database/john.turner (Setembro, 2015)

31 Obra publicada em conjunto com Robert Fichter.

32 *Layman* – tradução livre para leigo.



As reflexões de Turner serão expostas em *Housing as a Verb*³³. Neste capítulo, expõe os benefícios de atribuir ao utilizador o papel principal no processo de housing. Turner revê e define o verbo to house como:

Some components of housing action are clearly measurable – dwelling units, for instance. It is also possible and practical to measure financial costs, time invested, and even human effort. But vital aspects of housing are not quantifiable at all. The most important ‘product’ of any human activity is, of course, the satisfaction or frustration of needs. (Turner J. F., 1972, pp. 151-152)

Turner propõe a implementação de um *Open System* onde é o utilizador que tem o poder e liberdade de construir, e onde a tomada de decisões é feita pelo poder local ou comunidade: “This is not to say that every family should build its own house, as the urban squatters do, but rather that households should be free to choose their own housing, to build or direct its construction if they wish” (Turner J. F., 1972, p. 154) O *Open System* contradiz o existente *Closed System*,

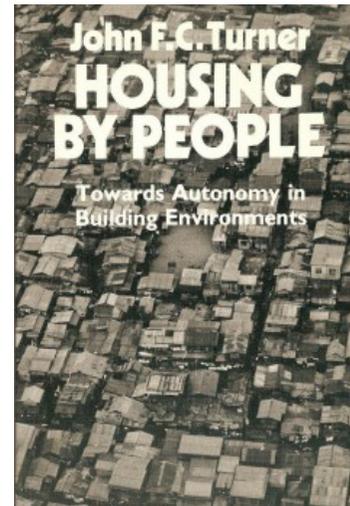
³³ Turner, J. F. C. (1972). *Housing as a Verb*. In *Freedom to Build: Dweller Control of the Housing Process* (pp. 148-175). Nova Iorque: The Macmillan Company.

- 17 *The Open Services Network*.
 fonte: Turner, J. F. F. (1972) *Freedom to Build: Dweller Control of Housing Process*. Nova Iorque: The Macmillan Company.
- 18 *Locally self-governing or autonomous housing systems*.
 fonte: Turner, J. F. F. (1972) *Freedom to Build: Dweller Control of Housing Process*. Nova Iorque: The Macmillan Company.
- 19 *Centrally administered or heteronomous housing systems*.
 fonte: Turner, J. F. F. (1972) *Freedom to Build: Dweller Control of Housing Process*. Nova Iorque: The Macmillan Company.

caracterizado pela sua hierarquização e organização heterogenea, onde o poder está em organizações/entidades exteriores. Em vez disso, o *Open System* é entendido como um Sistema autónomo, sustentado pelo poder local, onde o principal actor é o próprio utilizador. Substituindo o pensamento estandardizado pelo de capacitar o utilizador, desenvolve um processo housing flexível que se adapta às motivações do habitante e possibilita várias maneiras de atingir o mesmo fim. A figura 17 é a representação da network de um *Open System* no processo de housing, em que os quatro serviços providenciados são capazes de se conectar flexivelmente com os quatro usos, gerando, neste caso, 624 diferentes combinações.

In both material and human terms, the more open the system, the greater the potential benefits. The best results are obtained by the user who is in full control of the design, construction, and management of his own home. It is of secondary importance whether or not he builds it with his own hands, unless he is very poor. (Turner, 1972, p. 158)

Em 1976 aprofunda o tema da participação e publica *Housing by People – Towards Autonomy in Building Environment* (figura 20) onde se propõe a responder às questões *Who decides? Who provides?* Turner entende ser necessário definir a organização do processo de tomada de decisões. Identifica três fases – *Planning, Construction and Management/Maintenance*³⁴ – onde estão envolvidas três entidades – *Users, Suppliers and Regulators*³⁵ (figuras 18 e 19). Aprofunda mais além o tema e propõe três princípios do processo housing. O primeiro - *the principle of self-government in housing* – apela por uma arquitetura mais humanizada, onde “what matters in housing is what it does for people rather than what it is” (Turner J. F., 1976, p. 102) O Segundo - *the principle of appropriate technologies for housing* – apela a utilização e adequada provisão de recursos por poder local, em vez da monopolização industrial dos mesmos. O terceiro e último - *the principle of planning for housing though limits* – sublinha um dos fundamentos da obra de



20

³⁴ *Planning, Construction and Management/Maintenance* – tradução livre para Planeamento, Construção e Gestão/Manutenção.

³⁵ *Users, Suppliers and Regulators* – tradução livre para Utilizadores, Fornecedores e Reguladores.

20 *Housing by People – Towards Autonomy in Building Environment* (1976) obra de John F. C. Turner.
fonte: www.spatialagency.net/database/john.turner (Setembro, 2015)

Turner, o capacitar - *empowering* - do utilizador no processo *housing*, “As long as planning is confused with design and lays down lines that people and organizations must follow, enterprise will be inhibited, resources will be lost, and only the rich will benefit.” (Turner J. F., 1976, p. 103).

No entanto, a implementação destes princípios faz apenas sentido quando existe de facto desejo de participação. No seguimento deste, Turner (1976) providencia cinco questões:

- (1) *What are the resources on which housing provision depends?*
- (2) *What sectors or kinds and levels of organization have access to an effective control over those resources?*
- (3) *What is the degree of requisite variety in housing for the various socio-economic and cultural sectors?*
- (4) *What sectors or kinds and levels of organization are capable of providing the matching degree of variety in the controlling system?*
- (5) *To what extent will participation increase tolerance for mismatches between users’ priorities and housing actually obtained?*

A implementação de um Open System tornar-se viável num ambiente de escassez da mesma maneira como um Closed System é viável em operações de grande escala. Independentemente disto, o utilizador deve ter sempre poder de decisão sobre o seu processo *housing*: “the obligation to build your own house could be as oppressive as being forbidden to do so – the corollary of the freedom to literally build your own house is the freedom not to have to.” (Turner J. F., 1976, p. 128)

I.2. PREVI: Proyecto Experimental de Vivienda

Deparado com o crescimento veloz de construções informais – barriadas - na cidade de Lima, em Agosto de 1966, o presidente arquiteto Fernando Belaúnde submete a proposta PREVI – *Proyecto Experimental de Vivienda* - à UNDP³⁶. É descrito na revista AD (1970, p. 187) como um “experimental project in housing which has as its objective the development of new concepts and techniques utilizing Peruvian and foreign experience” que propunha, originalmente, 3 projetos-piloto³⁷. PREVI é aprovado em Junho de 1967 e a construção começa em Julho de 1968.

O concurso para o primeiro projeto-piloto é aberto a todos os arquitetos Peruanos, de onde são selecionados treze propostas, e por convite reúnem-se outros treze arquitetos internacionais, muitos já envolvidos em experiências e investigação de alternativas ao cenário habitacional – Aldo Van Eyck, Christopher Alexander, Charles Correa, James Stirling, The Metabolist Group. Aos arquitetos era pedido, para o centro da cidade de Lima, o planeamento de 1.500 unidades habitacionais de baixo custo, baseadas num desenho modular, com pátio e um ou dois andares, que possibilitasse a construção de pelo menos um terceiro piso, dentro de uma área de 60 a 120 metros quadrados por habitação, em que esta deveria ser concebida como parte de uma estrutura evolutiva.

As propostas estariam enraizadas nos seguintes fundamentos:

- (1) A projeção de um bairro considerando alta densidade, construções de baixa altura, um módulo e modelo para a sua futura expansão urbana.
- (2) Conceito de habitação evolutiva, com pátio integrado.
- (3) Configurações dos aglomerados habitacionais considerados no plano

³⁶ UNDP – *The United Nations Development Program*.

³⁷ Primeiro projeto-piloto: Por meio de uma competição nacional e internacional, planeamento e construção de 1 500 habitações; segundo projeto-piloto: Reabilitação urbana e habitacional das antigas construções; terceiro projeto-piloto: planeamento urbano para crescimento espontâneo habitacional.



21



22

21 Fotomontagem da competição internacional na sessão de briefing com Peter Land, sob uma fotografia de El Augustino, Lima.

fonte: MIT Report (1969) nº 16

22 Fotografia aerea do local, 1976.

fonte: Time builds! (2008) Barcelona: GG

geral urbano.

(4) Bairro pedestre considerando um ambiente à escala humana.

(5) Novos e melhorados métodos de construção resistentes a terremoto.

(6) Plano geral paisagístico e urbano.

Segundo McGuirk (2011, para. 6) o objetivo era:

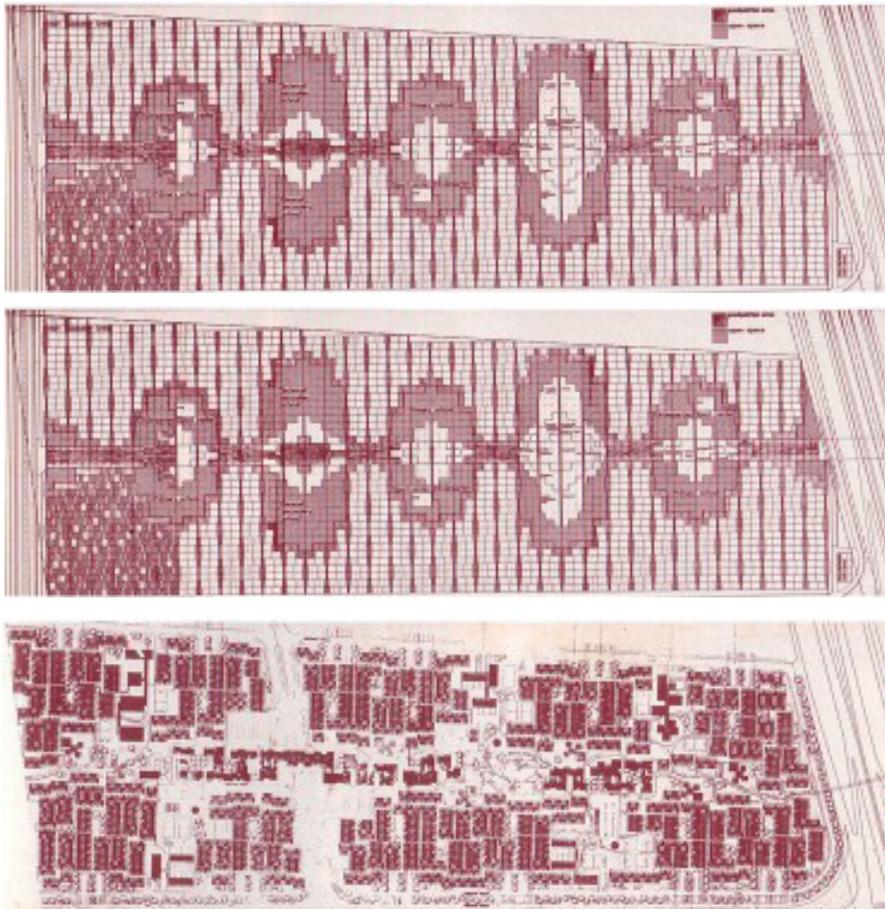
The original houses are encrusted with geological layers: extra floors, pitched roofs, balconies, external staircases, faux-marble facades, terracotta roof tiles and bright coats of paint. It's like a form of archaeology, mentally scraping away these accretions. That was the genius of PREVI: it was designed as a platform for change. The houses were not the end but the beginning, a framework for expansion. It was revolutionary.

Devido ao golpe militar de 1968 no Peru, o desenvolvimento do primeiro projeto-piloto sofre alterações. Em vez da construção dos seis projetos vencedores³⁸ e 1 500 habitações, são edificadas 500 habitações numa primeira fase experimental com 24 das 26 propostas do concurso, seguido de uma segunda fase onde as restantes 1 000 habitações seriam edificadas conforme os resultados de apropriação dos projetos da primeira fase experimental.

Foi um complexo exercício que não era, nem pretendeu ser, um impedimento ao crescimento de construções informais ou barriadas. Foi pelo contrário um aceite da autoconstrução como processo alternativo, da natural apropriação do lugar e à realidade das barriadas de Lima, às pessoas que constroem, como afirma Van Eyck (1970, citado em AD, 1970, p. 189) “from scratch both their own house and the community they have initiated themselves.” O projeto PREVI vem

³⁸ Três nacionais: Esla Mazzarri e Manuel Llanos; Fernando Chaparro, Victor Ramírez, Victor Smirnoff e Victor Wyszowski; e Jacques Crousse, Jorge Páez e Ricardo Perez León. Três internacionais: Atelier 5 (Suíça), Herbert Ohl (Alemanha), Kikutaki, Maki e Kurokawa (Japão)

afirmar a seriedade das propostas alternativas de habitação social, até a arquitetura descobrir os museus como “pinnacle of its ambitions.” (McGuirk, 2011)



23

23 Três projetos internacionais vencedores, respetivamente: Maki-Kurokawa-Kikutake; Herbert Ohl; Atelier 5.
fonte: Architectural Design (1970) nº 4, Londres.

24 Projeto de Charles Correa em 1978 e 2003.

fonte: Time builds! (2008) Barcelona: GG

25 Projeto de Aldo van Eyck em 1978 e 2003.

fonte: Time builds! (2008) Barcelona: GG

26 Projeto de Atelier 5 em 1978 e 2003.

fonte: Time builds! (2008) Barcelona: GG

27 Projeto de James Stirling em 1978 e 2003.

fonte: Time builds! (2008) Barcelona: GG

28 Projeto de Josic-Candillis-Woods em 1978 e 2003.

fonte: Time builds! (2008) Barcelona: GG

29 Projeto de Miro-Quesada-Williams-Nuñez em 1978 e 2003.

fonte: Time builds! (2008) Barcelona: GG

30 Projeto de Kurokawa-Kikutake-Maki em 1978 e 2003.

fonte: Time builds! (2008) Barcelona: GG

31 Projeto de Christopher Alexander em 1978 e 2003.

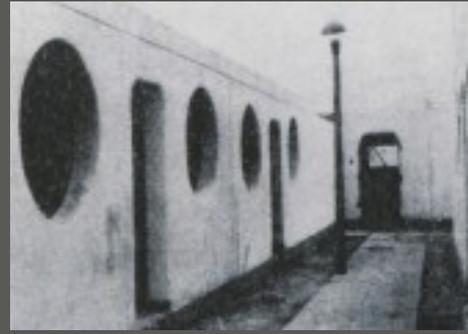
fonte: Time builds! (2008) Barcelona: GG



24



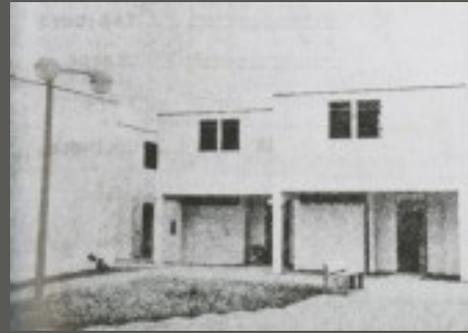
28



25

26

27



29

30

31

1.2.1 PREVI: Christopher Alexander e a proposta Patterns

Das vinte seis propostas para o PREVI, é destacada a do *Center for Environmental Structure* que, segundo os júris: “attacks the low-cost housing problem with special application to Peruvian conditions and resources in an imaginative way far above the level of all the other projects.” (AD, 1970, p. 189) O arquiteto austríaco Christopher Alexander, fundador do *Center for Environmental Structure*, evidencia-se no PREVI, assim como no cenário participativo, pela sua metodologia *Pattern Language*³⁹.

Recorrendo à utilização de esquemas e diagramas, Alexander desenvolve uma “linguagem” que como explica Montaner (2001, p. 132) pretende “quantificar cientificamente e estabelecer modelos sobre os processos funcionais que intervêm na forma arquitectónica e em sua relação com o contexto”. A metodologia adota assim uma abordagem literalmente *Bottom-up*, onde as várias partes do programa - ou *patterns* - são identificadas e especialmente relacionadas e compostas entre si num todo e no seu contexto. A sua vontade de recuperar modelos populares arquitetónicos iria verificar-se mais tarde ao evidenciar a conformidade entre composições de *patterns* de diferentes épocas e culturas, confirmando efetivamente uma “timeless way of building”⁴⁰.

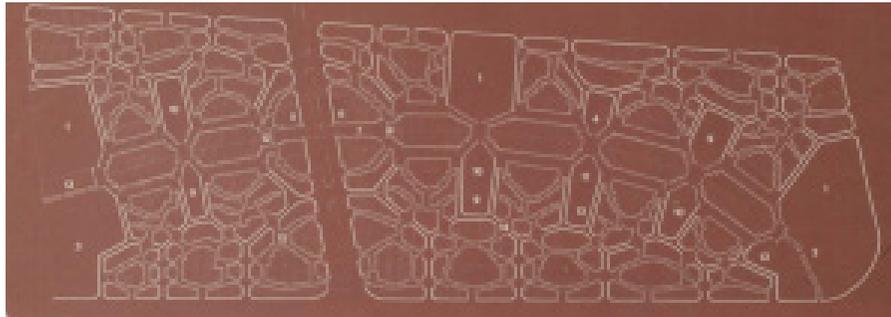
A metodologia *Pattern Language* é ensaiada pela primeira vez na proposta de Center for Environmental Structure para o PREVI:

A pattern defines an arrangement of parts in the environment, which is needed to solve a recurrent social, psychological, or technical problem. Each pattern has three very clearly defined sections: *context*, *solution* and *problems*. The *context* defines a set of conditions. The *problem* defines a complex of needs which always occurs in the given *context*. The *solution* defines the spatial arrangement of parts which must be present in the given *context* in order to solve the *problem*.

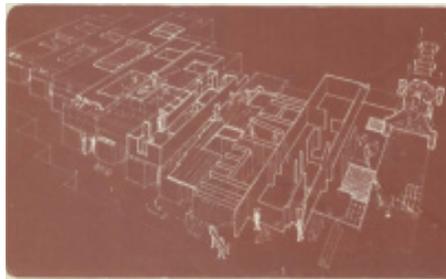
A proposta do Center for Environmental Structure,exposta na figura 32, consiste

³⁹ *A Pattern Language* – metodologia posteriormente publicada na obra *A Pattern Language: Towns, Buildings, Construction* (1977) de Christopher Alexander.

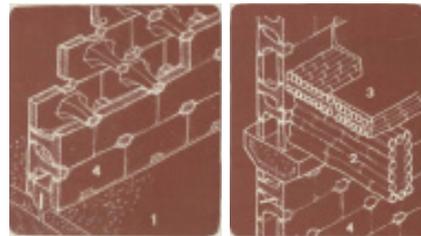
⁴⁰ *The Timeless Way of Building* – referência ao livro de Christopher Alexander, publicado em 1979 com o mesmo título.



32



33



34

numa malha urbana repartida em 1726 parcelas de 5,20 metros de largura e de comprimento variável entre 13 a 27 metros. Cada parcela se baseia na mesma habitação genérica – dois andares e 5,20 metros de largura - e em partes essenciais – como a entrada, pátios ou cozinha. No entanto, cada habitação é concebida segundo as necessidades e possibilidades de cada família, admitindo desta mesma forma a ampliação ou redução da mesma ao longo do tempo - “No two houses are alike”. O processo de construção é regido por uma série de fundamentos, previamente estipulados pelo arquiteto, que permitem a adequação flexível e acessível do desenho a cada família: “We estimate that a trained draughtsman will need about one hour per house, to translate the family choice sheet into a set of working drawings and specifications for the contractor.” (AD, 1970, p. 195)

A proposta torna-se ainda mais interessante quando se torna possível utilizar patterns não só à escala da habitação, mas à escala urbana e técnica - *Community*

32 Projeto de Centre for Environmental Structure.

Legenda da planta:

(1) Escola Primária; (2) Escola Secundária; (3) Escola Técnica; (4) Igreja; (5) Cinema; (6) Supermercado; (7) Mercado; (8) Escritórios Municipais; (9) Zona Verde; (10) Jardim Escola (11) Clínica; (12) Salão de Dança; (13) Academia Desporto; (14) Parque Estacionamento.

fonte: Architectural Design (1970) nº 4, Londres.

33 Housing Cell

fonte: Architectural Design (1970) nº 4, Londres.

34 Detalhe Estrutural

fonte: Architectural Design (1970) nº 4, Londres.

*patterns*⁴¹; *House patterns*⁴²; *Construction patterns*⁴³. Esta abordagem permite que o desenho corresponda satisfatoriamente a preceitos arquitectónicos – circulação, vizinhança, uniformidade de fachadas – assim como ao modo de vida dos seus habitantes. Os *patterns*, gerados a partir da realidade peruana da autoconstrução, permitem que a habitação e a sua construção correspondam à cultura do local, da mesma maneira que admite o crescimento controlado desta habitação, assumindo a apropriação natural do espaço como parte integrante do modo de habitar e não como um lapso no urbanismo da cidade. Em suma, o PREVI - *Proyecto Experimental de Vivienda* - tornou-se na plataforma ideal para o ensaio da *pattern language* de Alexander.

⁴¹ Community patterns: Cells - subculture cells, degrees of publicness; Road system - looped local roads, T - junctions, direct visible parking, tiny parking lots; Pedestrian network - paseo, activity nuclei, car pedestrian symbiosis, pedestrian 50cm above car, knuckle at road crossing; Community spine - central market, evening centres, walk-through schools, visible kindergartens, social gardens; Cell interior – cell gateway, multipurpose outdoor rooms, shops on corners, centripetal pedestrian paths, street football, flowers on the street. (AD, 1970, p. 195)

⁴² House patterns: House shape and orientation - long thin house, perimeter wall, cross-ventilated house, light on two sides of every room, patios which live, tapestry of light and dark; Public part of house - intimacy gradient, bathroom position, puerto/falsa, fiesta, staircase is a stage, thick walls; Family part of house - family room circulation, family room alcoves, kitchen family room relationship, home workshop, two service patios, elbow room kitchen; Sleeping areas - individual bed alcoves, bed clusters, master bedroom location, master bedroom dressing spaces, old people downstairs, servant sleeping space, two compartment bathroom, clothes drying closet; Entrance and façade - entrance transition, front door recessed, mirador, front door bench, gallery surround, no ground floor windows on the street; Patio section - translucent opening patio roof, light from two storey patios, sunshine in patios, two meter balcony; Shop and rental - shop front possibility rental. (AD, 1970, p. 195)

⁴³ Construction patterns: continuous floating slab, mortarless block wall, composite bamboo/foam beam, composite bamboo/foam plank, sulphur reinforcing and topping, plumbing accumulator, continuous electric outlet. (AD, 1970, p. 195)

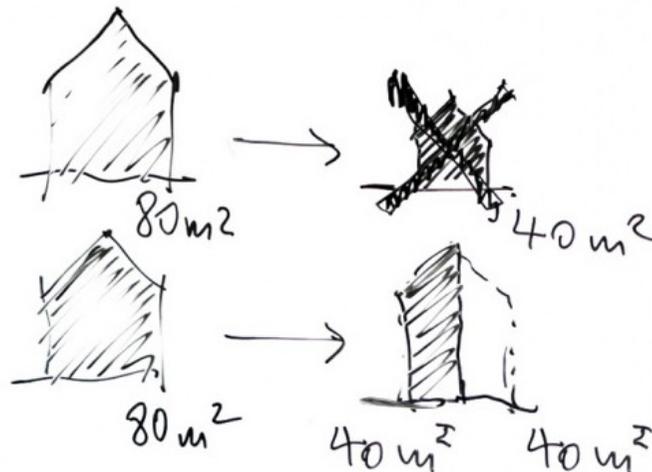
I.3. O herdeiro de PREVI: Quinta Monroy

O projecto da Quinta Monroy, desenvolvido pelo grupo de arquitetos ELEMENTAL (Alejandro Aravena, Gonzalo Ateaga, Diego Torres, entre outros), é aqui exposto como sucessor do PREVI na contemporaneidade.

Em Iquique, Chile, desde os anos sessenta, instalaram-se várias famílias em construções informais numa das zonas centrais da cidade, denominada Quinta Monroy. Por se encontrarem em condições precárias é proposto aos habitantes a possibilidade de realojamento nos arredores da cidade, mas por diversas razões a população prefere manter-se no mesmo local. Em 2001 o governo Chileno com o programa Chile Barrio, encarrega os arquitetos ELEMENTAL do projeto de alojamento das 97 famílias nos 5 000 m² que corresponde à Quinta Monroy. A participação da população no processo é uma das prescrições do programa, e desta forma é tomada a decisão de construir no mesmo local. Esta decisão iria complicar o processo, uma vez que o terreno, por se encontrar no centro da cidade, era três vezes mais dispendioso que o habitualmente destinado para habitação social, e



35



36

35 Planta de localização
 fonte: <http://www.archdaily.com.br/br/01-28605/quinta-monroy-elemental-chile/7-31> (Setembro, 2015)

36 Esquízo explicativo da ideia por trás do projeto.
 fonte: <http://himawari8.com.br/site/2013/12/01/rad3-entrevista-alejandro-aravena-elemental/> (Setembro, 2015)



37



38

37 Moradores da Quinta Monroy.
 fonte: <http://www.elementalchile.cl/en/proyecto/quinta-monroy-2/> (Setembro, 2015)

38 Habitações da Quinta Monroy antes de serem ocupadas.
 fonte: <http://www.dezeen.com/2008/11/12/quinta-monroy-by-alejandra-aravena/> (Setembro, 2015)

39 Habitações da Quinta Monroy depois de serem entregues aos moradores.
 fonte: <http://www.dezeen.com/2008/11/12/quinta-monroy-by-alejandra-aravena/> (Setembro, 2015)

naturalmente, o subsídio de habitação atribuído não seria suficiente para alojar todas as famílias; ainda assim, mesmo com as divergências económicas superadas, assumindo uma habitação por lote, o terreno seria suficiente para alojar não cem, mas trinta famílias: “With any architecture system or project known until now, in the best-case scenario, 60 families would stay in this place.” (Aravena, 2003) (figura 36). Desta forma, e em colaboração com os habitantes, toma-se a decisão de abordar o problema de outra perspectiva: “Instead of thinking that the best dwelling with 300 UF and multiply it by a hundred, think about the best possible building of 30, 000 UF and start putting conditions to that building of 30, 000 UF. (...) Our point was, since there’s not enough for everything let’s provide the part that they won’t be able to do.” (Aravena, 2003)

Torna-se então imperativo a tomada de decisão em coletivo com os futuros habitantes, ou seja, entender como a construção inicial vai ao encontro das possibilidades dos habitantes e a sua capacidade de apropriação futura do espaço que necessitam, inclusivamente, como é que a primeira fase proporciona as ferramentas necessárias para a autoconstrução da segunda fase. O arquiteto deve clarificar e expor os limites do processo, não só económicos, entender e traduzir as vontades dos habitantes, e desenvolver uma proposta não só a nível habitacional, mas à escala do bairro e à escala da cidade:

I think that more complicated than to replicate the building and architecture project is to replicate the synergy of institutions and people that were thinking about what they had to do to make this work. And I have the impression that synthetically what was here was a very important triangulation between private company, university, and state. (Cortese, 2003)

A apropriação do espaço inicia-se alguns dias após a entrada dos habitantes nas suas casas, afinal de contas a autoconstrução estava implícita. Num curto espaço de meses eram mais as habitações “alteradas” que as não alteradas. O processo da Quinta Monroy representa a possibilidade de edificar alternativas, mas essa possibilidade já tinha sido confirmada pelos exercícios do século passado, nomeadamente pelo PREVI. A Quinta Monroy representa a vontade de regressar às alternativas, à arquitectura centrada no utilizador e não no arquitecto.



I.4. REFLEXÕES

O subcapítulo “Arquitetura da Auto Construção: *Non-Pedigree Architecture*” mostra-nos a capacidade do “homem comum” construir sem o auxílio do técnico, do arquiteto, inclusivamente, a capacidade de construir com qualidade. A natural apropriação do espaço, o seu carácter resiliente, revela-se fascinante e parte da cidade ideológica. Mas como é que a apropriação do espaço privado se reflete no espaço público, na cidade? O desafio do arquiteto contemporâneo não é o de conter a informalidade na construção ou no modo de habitar, o desafio é entender como é que desta realidade é projetada a cidade de hoje.

Se no passado procurávamos a resposta na globalização - o modelo universal para o homem universal - atualmente o tema é outro. Hoje procuramos responder ao homem individualizado, à diversidade, ou seja, procuramos os modelos que permitam adaptar-se a cada indivíduo, não o oposto. Testemunho disto é o PREVI e mais tarde a Quinta Monroy, que por meio de projetos “inacabados” possibilitam o crescimento singular. Estes comprovam que as vontades e possibilidades do utente não correspondem necessariamente às vontades do arquiteto. Contrariando a hierarquização e valorização de uma das partes sob outra, isto iria confirmar o benefício do encontro entre o conhecimento das várias partes. Turner explicita a falácia da disciplina da obra de arte, inserida num contexto onde o que é necessário é uma natural “liberdade para construir”. Várias questões permanecem, o arquiteto é neste contexto um guia na autoconstrução ou pratica arquitetura por meio de projetos “inacabados”? Como se íntegra e traduz, hoje, a diversidade individual no espaço comum?

⁴⁴ Friedman, Y. (2003). Beginning. In Obrist, H. U. (2007) The Conversation Series: Yona Friedman. (p. 9). Distributed Art Pub Incorporated

*To visualize this, just take a line. Its complexity is minimal.
However, I can twist it as much as I want and, by doing so,
I increase its complication, but not its complexity.*

Yona Friedman⁴⁴

40 Ville Spatiale sob a cidade de Nova Iorque. Yona Friedman.
fonte:www.yonafriedman.nl/? page_id=78 (Setembro, 2015)

41 New Babylon. Constant Nieuwenhuys.
fonte:domdickens.wordpress.com/2015/01/26/new-babylon-constant-nieuwenhuys/ (Setembro, 2015)

42 Plug-in-City. Archigram.
fonte:www.archdaily.com/399329/ad-classics-the-plug-in-city-peter-cook-archigram (Setembro, 2015)

2. ARQUITETURA DE SUPORTES: O DESENHAR DE POSSIBILIDADES

Nos anos sessenta do século XX são apresentadas na Europa uma série de propostas de carácter mais experimental, mais “utópicas”, baseadas em preceitos de flexibilidade e mobilidade de mega estruturas capazes de ser implementadas em qualquer território, como é a proposta de Constant Nieuwenhuys – *New Babylon* (1959-1974) –, Yona Friedman – *Ville Spatiale* (1958-1962) - ou ainda as propostas do grupo britânico Archigram – *Plug-in City* (1960-1974) (figuras 40, 41 e 42). Embora nunca edificadas, as suas ideias marcam a vontade desta nova geração de arquitetos de explorar, com os recursos da época, propostas alternativas ao funcionalismo dos modelos modernistas.

No X CIAM – Dubrovnik, 1956 - Yona Friedman apresenta a ideia para uma arquitetura móvel e participada, enraizada na impossibilidade que é prever a transformação de uma cidade ou dos seus “constantly changing buildings”⁴⁵:

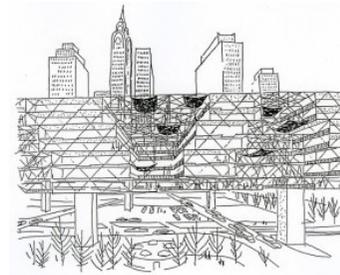
⁴⁵ Constantly changing buildings – tradução livre para edifícios em constante mudança.

This means that there's no rule that can predict what a city will be like or how the citizens will use that city; there are only general guidelines that can change at any given time. And this leads to the idea that we should make the "hardware" as soft as possible. That was my theory of mobile architecture. Hardware should be adaptable. (Friedman, 2003, p. 14)

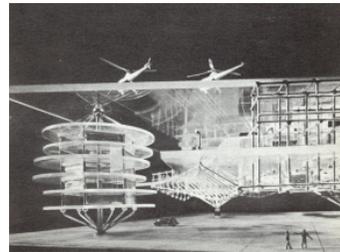
Estas ideias iriam ser estabelecidas em 1958 com a publicação do seu manifesto *Architecture Mobile* e testadas com o projeto *Ville Spatiale*, que consiste numa série de instalações - estruturas espaciais - elevadas sob o território, que poderiam alcançar o tamanho de cidades inteiras, criando uma plataforma apropriável pelos seus habitantes, admitindo assim transformação em arquitetura. O arquiteto explica a distância que separa um projeto de uma utopia, afirmando a comunicação como o aspeto chave capaz de dissolver essa distância:

A project involves one person or a group of people who want to make some changes to their society – changes to improve an unsatisfactory situation. That is a project. A utopia however, is when this group of people want to improve an unsatisfactory situation involving a very large number of individuals. Clearly, this latter type of proposal is a utopia, because it will not be implemented. A utopia can be realized however, if it has the necessary persuasive force of information to allow it to be implemented by consensus. And that is the key. (Friedman, 2003, p. 43)

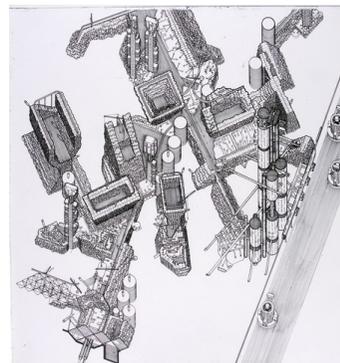
A proposta de Friedman, entre outras, torna-se possível ao aceitar a herança industrial, da pré-fabricação e do objeto modular, deixado pela revolução industrial. Neste caso, Friedman dedica-se a criar um repertório completo de possibilidades de habitar uma estrutura espacial, na qual o emprego das tecnologias se revelou indispensável. Também sustentado numa abordagem flexível e adaptável do modo de habitar está a proposta de *Support Structure* (1961) de John N. Habraken que propõe igualmente a separação do **Hardware** e do **Software** da habitação. A ideia vai ao encontro do que é iniciado pela escola de Chicago no século XIX: edifícios de escritórios de planta livre capazes de se adaptar à necessidade específica de cada cliente. Na segunda metade do século XX, Habraken iria dedicar-se à aplicação deste conceito na vertente habitacional. Estas ideias seriam materializadas mais



40



41



42

tarde pelo SAR⁴⁶ e pelo Open Building Movement⁴⁷ ou por arquitetos como Lucien Kroll.

Em meados no século XX, teóricos como Habraken, iriam entender que o recurso à máquina em arquitetura, não se traduzia na habitação como uma “máquina para habitar”. Os ideais modernistas são revistos, o habitante não é mais considerado com um olhar exclusivamente racionalista, as suas atividades do quotidiano não são mais analisadas e catalogadas por uma abordagem maquinizada. A arquitetura e os materiais são adequados a este pensamento, os produtos são feitos pela máquina, mas à escala de manipulação humana. O recurso à máquina em arquitetura vem proporcionar algo diferente: o desenhar de possibilidades.

⁴⁶ SAR - *Foundation for Architects Research*, fundado em 1964, destinava-se à investigação dos princípios apresentados na obra de Habraken. J. N. Habraken é director da fundação entre 1965 e 1975.

⁴⁷ Open Building Movement – Seguindo as ideias de Habraken, e como consequência do SAR, o OBM surge nos anos setenta como uma abordagem de projetar enraizada na instabilidade e mudança constante dos espaços.

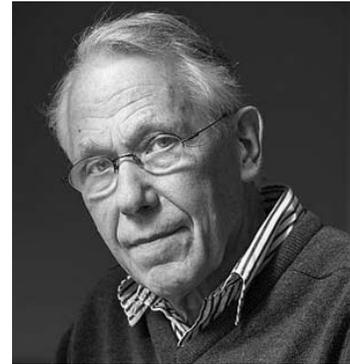
2.1. N. John Habraken

Juntamente com John F. C. Turner, o trabalho do arquitecto holandês N. John Habraken (figura 43) mantém-se como uma das mais importantes referências na teoria de Processos Participativos. Destaca-se pela sua proposta *Support Structures* como alternativa ao *Mass Housing*, assim como, pelo seu contributo na formação do SAR que iria originar, mais tarde, o Open Building Movement. Habraken considera que o Movimento Moderno trouxe para debate, mais que os *special buildings*⁴⁸, as construções do quotidiano. No entanto, à semelhança das críticas de outros no seu período, também Habraken critica a forma como essa arquitetura está afastada dos seus utilizadores, resultando nas construções *Mass Housing* uniformes e sem identidade do pós-guerra. Habraken foca a sua investigação arquitetura do quotidiano, a habitação.

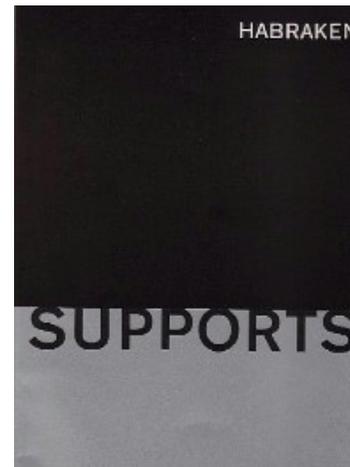
Em 1961 publica o seu manifesto *Supports: an Alternative to Mass Housing*⁴⁹ (figura 44), onde critica a uniformidade e rigidez das construções *Mass Housing* do pós-guerra. Habraken assume, como ponto de partida, que o utilizador é o significativo detentor do conhecimento das suas próprias necessidades/desejos, e da mesma forma, considera estas únicas e variáveis de individuo para individuo. Estas reflexões iriam contra o desenho universal, que é reproduzido em massa infinitamente na tentativa de responder à escassez habitacional do século XX. Isto resultaria, no entanto, no que Habraken denomina *Mass Housing*, uma solução maioritariamente económica que ignora os fundamentos essenciais do habitar e do habitante, que o arquiteto entende como inatural.

⁴⁸ *Special Buildings* – como referido anteriormente no capítulo “A Ambiguidade do papel do arquiteto” desta dissertação, o termo é adotado por N. John Habraken (2006, p.12), *Questions that will not go away*, referência a: “In the past, the architect’s job was about special buildings: the palace, the castle, the mansion for the rich and, above all, the place of worship: the temple, the church and the mosque.”

⁴⁹ Obra original em holandês com o título: *De dragers en de mensen, het einde van de massawoningbouw*. Traduzido para a língua inglesa em 1972 como *Supports: an Alternative to Mass Housing*.



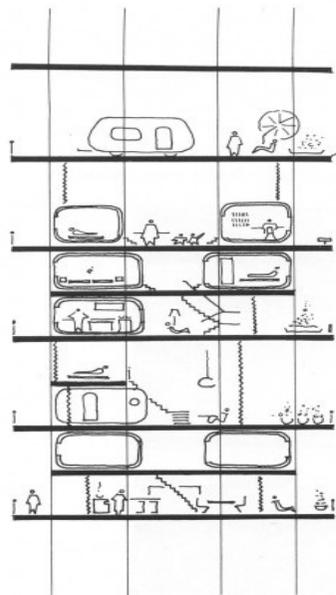
43



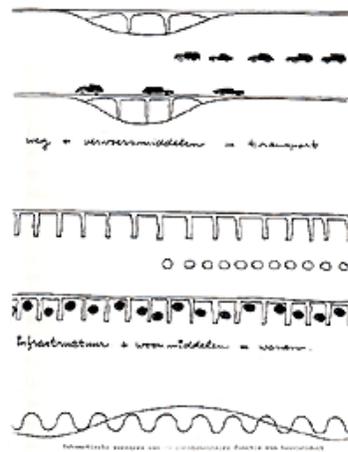
44

43 John N. Habraken.
fonte: www.openbuilding2015.arch.ethz.ch/bio.html (Setembro, 2015)

44 *Supports: an Alternative to Mass Housing* (1961) obra de N. John Habraken.
fonte: www.habraken.com/html/supports.htm (Setembro, 2015)



45



46

Habraken (1961, p. 4) acredita ser necessário restaurar a *Natural Relationship*⁵⁰ “dwelling is first and foremost a relationship between people and environment” desta forma, “We can only talk about a housing problem when all the difficulties connected with living and building slot together.”

Neste contexto o arquiteto expõe uma alternativa:

I propose this definition: A support structure is a construction which allows the provision of dwellings which can be built, altered and taken down, independently of the others. (Haraken, 1961, p. 59-60)

Uma *Support Structure*, assim denominada a partir da sua função, consiste numa construção, onde o *Support*⁵¹ e *Infill*⁵² estão desagregados, sendo o primeiro da autoria do arquiteto e o segundo deixado ao encargo do utilizador. Isto possibilita que haja adaptabilidade e flexibilidade nas habitações, a curto e longo prazo. Oferece inclusivamente a cada utilizador um maior controlo sob a sua forma de habitar, não influenciando o funcionamento das restantes habitações. Para exemplificar, o autor recorre à analogia onde uma estante de livros, representativa da *Support Structure*, se mantém fixa enquanto os livros podem ser retirados e recolocados sem afetar os restantes, o conceito como apresenta Habraken permite liberdade de crescimento e alteração.

A *Support Structure* deverá ser enraizada na consideração de the *unknown as basis*⁵³, o autor aceita a imprevisibilidade ao invés de impor uma previsão futura da forma de habitar. Trata-se de uma aproximação a um processo de habitar mais natural, ou seja, “Nature knows no uniformity, but seeks greater variety” (Habraken N. J., 1961, p. 21). Habraken considera que a oferta de “endless range of

⁵⁰ *Natural Relationship* – tradução livre para Relação Natural.

⁵¹ *Support* – tradução livre para Suporte, é neste contexto entendido como o suporte da construção, o que não pode ser alterado.

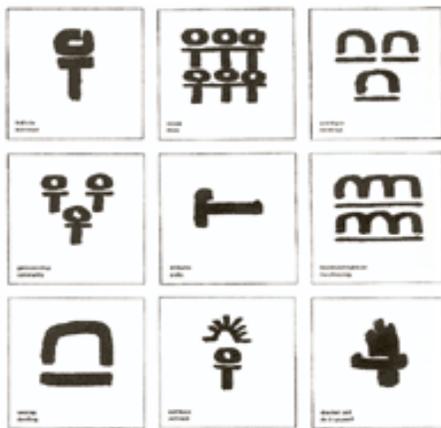
⁵² *Infill* é neste contexto entendido como o interior do edifício, o que pode ser alterado.

⁵³ *The unknown as basis* – tradução livre para o desconhecido como base.

possibilities” e a possibilidade de restaurar o necessário *Natural Relationship* são os aspetos fundamentais da sua proposta, em que o papel do arquiteto é questionado:

When the natural relationship functions, it is the architect who provides the contact with the occupier. He is who as expert makes the connection between the natural relationship and a complex technology: he is the direct link between the layman and profession. (...) in the natural relationship the architect finds himself in the centre of the housing process; he is part of it. The process operates as much because of him as due to the initiative and interference of the layman. (Habraken, 1961, p.29)

No desenvolvimento de uma *Support Structure*, participação é fundamental e cada indivíduo desempenha um papel específico no processo. O arquiteto deve então renunciar parte das suas tradicionais funções de maneira a que a *Natural Relationship* seja restaurada e assim ficando maioritariamente encarregue do desenho da *Support Structure* e de tudo o que isso implica.



47

45 Support Structure. N. John Habraken.

fonte: www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/13.052/4542?page=4 (Setembro, 2015)

46 Comparação entre o “infill” de uma support structure e uma auto-estrada. (1965)

fonte: www.architectuurgeschiedenis.nl/projecten/p_09_uk.html (Setembro, 2015)

47 “icons” ou “hieroglyphics” aplicáveis à construção de uma habitação

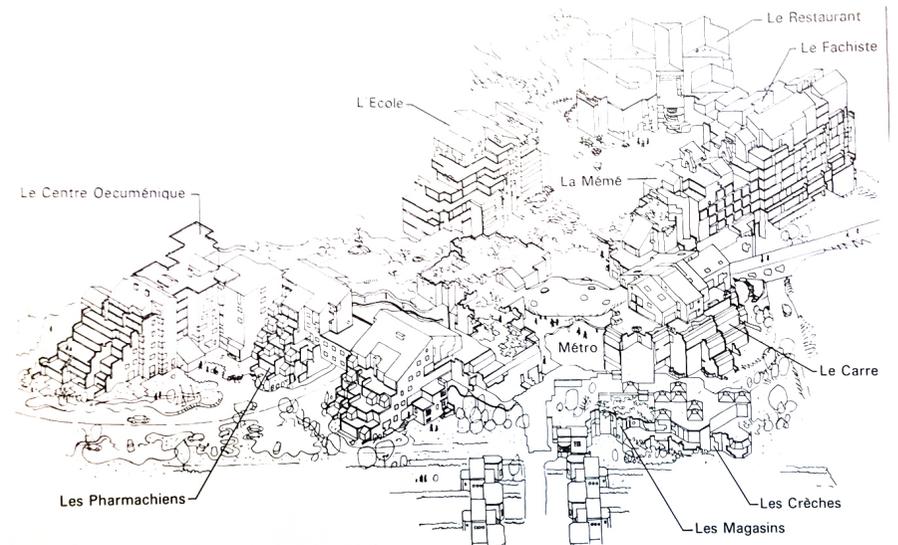
fonte: www.architectuurgeschiedenis.nl/projecten/p_09_uk.html (Setembro, 2015)

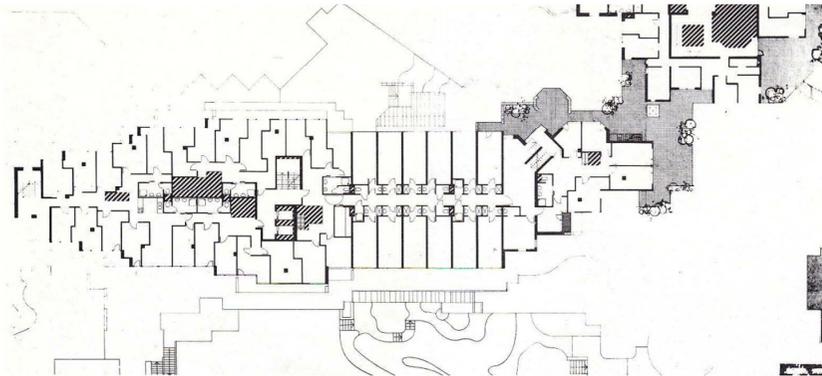
2.2 La Mémé

Em 1968 o arquiteto Lucien Kroll fica responsável pelo projeto para a residência de estudantes da *Université Catholique de Louvain* no campus de *Woluwe-Saint-Lambert*, na periferia da cidade de Bruxelas. Desde o início assume o processo como invulgar. A proposta da universidade, por não querer procurar ser “typical overspecialized, privileged, non-social, comfortable doctors” (Kroll, 1988, p. 206), Lucien Kroll propõe:

What we need instead is an area of freedom to help creativity. What we have been doing for years in our office is to go to the place and ask the people to help us in organising their landscape. We are the architects, and I don't want to escape from that responsibility of being or deciding etc., but I do not want to decide alone.” (Kroll, citado em Till, 2005, p. 186)

Entre 1970 e 1976 a construção de La Mémé decorre em duas fases: a primeira da responsabilidade do arquiteto; a segunda deixada ao encargo dos estudantes.





49

Embora evidentemente distintas, ambas as fases operam em conjunto e assim, influenciando os seus participantes. Ambos caminhavam na mesma direção, a da diversidade, subjetividade e descentralização, como afirma Kroll (1988, p. 206) “in short an urban texture with its contradictions, its element of chance and its convergences. A political rather than an aesthetic project.”

O exercício do arquiteto não pode estar desintegrado da premissa participativa: “architects must *step out of themselves* and put themselves in the shoes of future residents” (Poletti, 2010, para. 2). Kroll põe em consideração o requerimento adaptativo de uma residência de estudantes, tanto em termos de espaço como de tempo. Para além do desenho da estrutura, o exercício do arquiteto é essencialmente o de antecipar e desenhar possibilidades para a apropriação do interior, onde neste caso os espaços comuns e circulação assumem um papel crucial (Galle, 2013). A estrutura, aparentemente arbitrária, é organizada numa grelha de 90 cm: “Even though that grid is too wide to be noticeable, it fits a 30 cm modulation” (Galle, 2013, p. 6) Os pilares são “irregularmente” dispostos (figura 49) para evitar os condicionamentos de uma malha regular. Uma vez terminado o esqueleto de betão e tijolo, Kroll desenvolve um catálogo de elementos em madeira e alumínio para completar a fachada, recorrendo à pré-fabricação e ao sistema modular desenvolvido pelo SAR em Eindhoven.



50

48 *Université Catholique de Louvain*, campus de Woluwe-Saint-Lambert com identificação das obras de Lucien Kroll: La Mémé, Le Fachiste e posteriormente, a estação de metro Alma.

fonte: Global Architecture (1988) Nº esp. 1. Tokyo.

49 Planta de La Mémé.

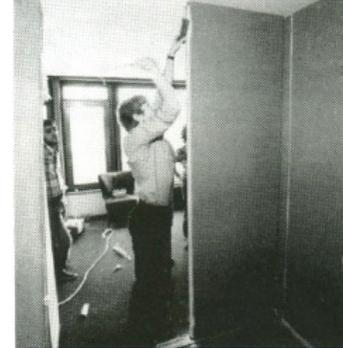
fonte: Strauven, F. (1976) *De anarchitectuur van Lucien Kroll*. Wonen-TA-BK, vol.12

50 Construção do esqueleto de La Mémé.

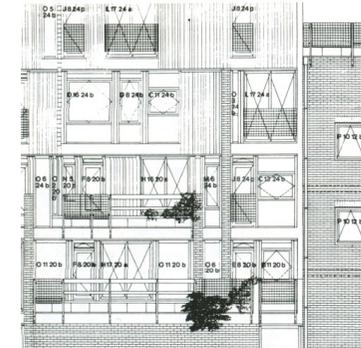
fonte: homeusers.brutele.be/kroll/auai-project-ZS.htm (Setembro, 2015)



51



52



53

51 e 52 Montagem do *Infill* através de componentes modulares.

fonte: Kroll, L. (1990)
 Componentenontrent de industrialisatie van de architectur. Delft

53 Uma das possíveis configurações da fachada de La Mémé.

fonte: Kroll, L. (1990)
 Componentenontrent de industrialisatie van de architectur. Delft

54 La Mémé

fonte: <https://www.pinterest.com/pin/507499451731996772/>

Em várias fases do processo, e em regime colaborativo na tomada de decisões, o *infill* de La Mémé é estruturado. O resultado iria ser uma série de espaços colectivos e privados adicionados aos predefinidos pelo arquitecto. O programa inteiro conta com vinte apartamentos, sessenta apartamentos de um quarto, duzentos quartos individuais, duzentos quartos organizados em apartamentos, seis casas partilhadas com dezoito quartos cada e toda a envolvente de La Mémé. Para além disto, o campus – 40, 000 m² - conta com restaurantes, centros culturais, cinema, teatro, enfermaria, jardim-de-infância, administração e mais tarde, uma estação de metro, tudo isto deixado ao encargo do atelier de Lucien Kroll em várias intervenções.

A participação dos utilizadores permitiu que o desenho inicial fosse influenciado pela vontade dos estudantes, nomeadamente a edificação de uma ala destinada exclusivamente a quartos individuais – o fascista (figura 48). Como resultado, as tipologias são extremamente variadas, incluindo áreas inteiramente desenhadas pelos próprios estudantes como é o caso dos sótãos. Da mesma forma que os quartos partilhados são exteriormente identificados pelas várias varandas que invadem as diversas alturas do edifício, a ala de quartos individuais é identificada pela sua fachada coberta apenas em vidro. A fachada aparentemente caótica de La Mémé é a materialização do seu processo que formaliza as várias necessidades/desejos dos seus habitantes; é um pioneiro em participação e um “icon of democratic architecture”. (Poletti, 2010, para. 1)



LE MARTIN V

ciaco

Entrée 1

100

2.3. REFLEXÕES

A habitação mínima e a fabricação em série traduzem o emprego da máquina como fundação. Atualmente, estas ideias perdem sentido, a máquina é então encarada como uma ferramenta para proporcionar exatamente o oposto, a habitação adequada e a diversificação. Atualmente o arquiteto deverá procurar refletir mais a identidade do utente da arquitetura e menos a sua vontade. Quando em confronto com o contexto, coloca-se em questão não só o peso estético na disciplina mas a posição do arquiteto.

As propostas descritas neste capítulo assumem um panorama diferente quando colocadas no contexto urbano e da construção em altura. O modelo de habitação unifamiliar já várias vezes se provou como o ideal, mas a necessidade de alojar para o maior número num pequeno espaço refutam este modelo. Habraken apresenta a possibilidade de habitar de acordo com o modelo unifamiliar e singular, mas na capacidade vertical do contexto urbano; apresenta o modelo natural, flexível e humano adequado à cidade contemporânea; apresenta a arquitetura de possibilidades. Até este momento já foram expostos os benefícios deste modo de projetar, mas para além do Porquê, como se traduzem estas possibilidades tanto no espaço como no tempo? Qual a influência destes fatores na escala da habitação e na escala urbana? No fundo, como funcionam vários vocabulários numa mesma linguagem?

⁵⁴ Geddes, P. (1994) *Cidades em Evolução*. Campinas:Papirus. (obra original publicada em 1915)

O idealismo e a realidade não estão afastados, são inseparáveis.

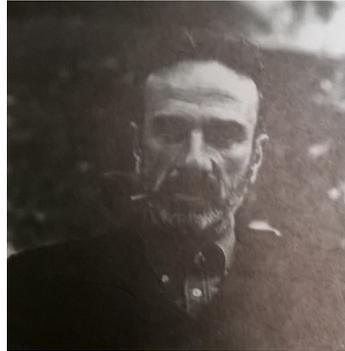
Patrick Geddes⁵⁴

3. PARTICIPAÇÃO COMO COMPROMISSO SOCIAL : ARCHITECTURE'S PUBLIC

Este tema de um novo compromisso da Arquitectura para com as “verdadeiras” aspirações da população vai sendo desenvolvido, de um modo muito intenso, ao longo dos finais da década de sessenta e do início de setenta. Ora teorizando em volta das potencialidades geradas por uma anunciada “democratização” da Arquitectura, ora ampliando e divulgando os movimentos sociais que se vão desenvolvendo em torno do direito à cidade e da melhoria das condições de vida, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos, várias são as vozes que se erguem por uma participação mais activa das pessoas nos projectos que decidirão os destinos dos seus bairros, das suas cidades. (Bandeirinha, 2007, p. 30)

A ideia de uma arquitetura participada certamente surge de uma necessidade de relacionamento com as ciências sociais ou seja, como uma forma de atribuir à arquitetura uma maior credibilidade (Bandeirinha, 2007) A responsabilidade é maior e a resposta à encomenda do poder é direccionada aos utentes. No fundo é

simples, o valor atribuído ao produto criado pelo próprio, é sempre mais elevado que ao criado por outrem, e de forma alguma esse valor, essa ideologia, pode passar despercebida.



55



56

55 Giancarlo De Carlo.
fonte: Risselada, M. & Heuvel, D. (2006)
Team 10: In Search of a Utopia of the Present 1953-1981. Roterdão: Nai Publishers, p. 226

56 14ª Trienal de Milão, 1968, Giancarlo De Carlo com estudantes e trabalhadores no exterior da exposição.
fonte: <http://istanbuldesignbiennial.iksv.org/adhocracy-projects-re-reading-de-carlo/> (Setembro, 2015)

3.1. Giancarlo De Carlo

Nas décadas de sessenta e setenta, o arquiteto italiano Giancarlo De Carlo (figura 55 apresenta-se como um dos pioneiros no tema da participação em arquitetura. Para além do seu contributo teórico e princípios desta metodologia, materializa-a, envolvendo os utilizadores no desenvolvimento de obras como o projeto de habitação coletiva Villagio Matteotti que conta com a participação dos futuros moradores da vila operária na sua conceção.

Para uma melhor compreensão da influência do instável ambiente político no qual o arquiteto estava inserido, torna-se importante introduzir o panorama artístico italiano:

(...) a teoria e a prática arquitectónica estiveram relacionadas com a reconstrução política, económica e social. (...) Suas ideias predominantes poderiam ser resumidas da seguinte maneira: consciência do valor crucial dos sectores populares protagonistas da resistência ao fascismo; convicção da necessidade de se unir com os mestres da arquitetura italiana dos anos vinte e trinta, para continuar e actualizar sua mensagem de modernidade; e defesa da cidade como lugar colectivo, expressão da sociedade livre e do património cultural. (Montaner J. M., 2001, p. 95)

Uma vez que De Carlo defende que a arquitetura e a política não podem estar desagregadas, as suas obras refletem manifestamente o seu papel ativo no contexto político descrito. Em 1947 De Carlo pública, considerando o contexto artístico da época, um estudo referente ao trabalho de William Morris no movimento *Arts and Crafts*. Neste estudo, De Carlo valoriza a importância que Morris dá, mais que ao produto final, ao envolvimento do artesão no trabalho criativo. A metodologia e a política anticapitalista defendida por Morris iriam revelar-se princípios para visão participativa de Giancarlo De Carlo (1948, citado em Mckean, 2004, p.):

(...) he restored to the architect an awareness of his mission among humanity. (...) He taught that, if architecture were to be authentic, it could

not be limited to a question of taste or style, but had to expand, to become an active principle that took in all human activity.

A desconexão com a realidade do lugar, que Giancarlo De Carlo considera ser história, iria ser necessário quando no confronto dos princípios do Movimento Moderno:“(…) modern architects felt they had to begin with a clean slate, ‘to start from scratch’, (…). But how can we do without history?” (Carlo, 1999, p. 341) Desta forma, Mckean descreve a arquitetura de De Carlo como “processes rather than products; means rather than ends; it is centred on people and action; and it is meaningless without them” (Mckean, 2004).

O tema seria abordado no seu artigo para a revista italiana *Parametro, Architecture's Public* em 1970, fruto da conferência em Liège do ano anterior. Nesta, De Carlo levanta questões sobre a profissão, apresenta as imperfeições de uma arquitetura isolada como escola, como tema. Procura entender porque é que a disciplina se centra tanto no modo como é concretizada – How -, e não no porquê – Why. Refuta a ideia da habitação mínima, que tanto ocupou os arquitectos do Movimento Moderno. Esta ideia que, segundo De Carlo, não é uma invenção modernista, nem nasce do CIAM de '29, nasce sim do sistema antes do capitalista:

“Nobody can be satisfied with an answer that appeals to the scarcity of available resources when we know how much is spent on wars, missiles and anti-missile systems, on moon projects, on research to defoliate forests inhabited by partisans or to paralyse demonstrators emerging from ghettos, on hidden persuasion, on inventing artificial needs, etc. The priority scale established by the power structures has no sense except that of its own self-preservation, and therefore no one can or should accept the low priority assigned to housing, the city and the landscape. Nor can or should any one go on believing, according to the dogmas established at Frankfurt, that it is a good idea to define spatial limits in order to cook omelettes faster. (Carlo, 1970, citado em Till, 2005, p. 9)

Em 1980, onze anos após o início do projeto *Villagio Matteotti*, De Carlo publica “Arquitetura da Participação”. Neste texto, está exposta a reflexão a respeito das



57



58

57 Capa de Spazio e Società, nº 1, com Giancarlo de Carlo como director.

fonte: <http://istanbuldesignbiennial.iksv.org/adhocracy-projects-re-reading-de-carlo/> (Setembro, 2015)

58 Exposição das maquetas de Villagio Matteotti, Terni, 1970.

fonte: <http://istanbuldesignbiennial.iksv.org/adhocracy-projects-re-reading-de-carlo/> (Setembro, 2015)



59

59 Giancarlo De Carlo a falar com os futuros moradores do Villagio Matteotti, 1969.

fonte: Risselada, M. & Heuvel, D. (2006) *Team 10: In Search of a Utopia of the Present 1953-1981*. Roterdão: Nai Publishers, p. 226

60 Corte tipologia 3

fonte: Risselada, M. & Heuvel, D. (2006) *Team 10: In Search of a Utopia of the Present 1953-1981*. Roterdão: Nai Publishers, p. 226

61 Planta de cobertura do projeto realizado.

fonte: Risselada, M. & Heuvel, D. (2006) *Team 10: In Search of a Utopia of the Present 1953-1981*. Roterdão: Nai Publishers, p. 226

críticas acima apresentadas, nomeadamente referentes ao modo de projetar modernista: “Porque é que o Movimento Moderno colocou mais ênfase na estética do que nos aspectos globais do problema?” (Carlo, 1980, citado em Rodrigues, 2010, p. 754). Nesta obra, De Carlo procura abordar o exercício participativo no sentido de entender a sua metodologia, organização e fronteiras.

Identifica a escala e o tempo como os limites da participação, assumindo que a participação é eficiente quando, envolve pequenos grupos sociais, assim como quando envolve soluções a curto-prazo, como pode então, ser eficaz perante a necessidade de envolver “organismos sociais inteiros” ou soluções a longo-prazo? Esta questão é refutada perante a reflexão de que as operações a grande-escala são alcançadas pela inclusão de várias operações a pequena escala, da mesma forma que o longo-prazo é alcançado com a sequência de intervenções a curto-prazo (Carlo, 1980).

A perspetiva participativa de Giancarlo De Carlo distingue-se particularmente, pela sua crença de que a participação é, sobretudo, um princípio político anexado a uma essencial descentralização na tomada de decisões na operação arquitetónica.

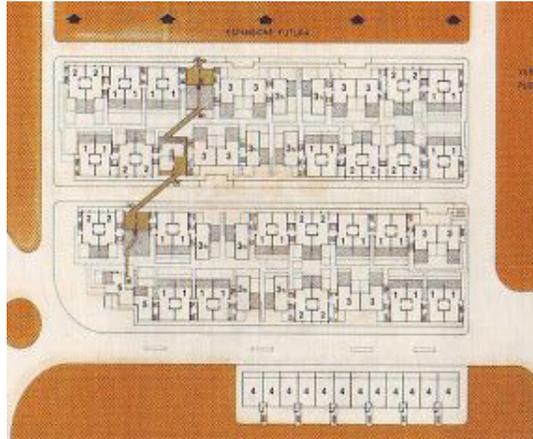
3.2 Villagio Matteotti

Mesmo que, Giancarlo De Carlo defenda uma arquitetura humanizada, não deve ser entendido que o emprego de uma metodologia participativa, como aconteceu em Villagio Matteotti (figuraxx), é a única resposta para uma problemática evidente. De Carlo explica que“(…) if you start from ideas, or worse from ideologies, you risk prejudice. At Team 10 we never said: now we’re going to discuss participation. If we happen to discuss a project involving participation like Terni, (...) then the talk would turn on participation.” (Carlo, 1999, p.342)

Em *Arquitetura da Participação* (1980) De Carlo estrutura a operação arquitetónica em três partes: (1) a definição do problema; (2) a elaboração da solução; (3) avaliação dos resultados. No entanto, é notória na prática arquitetónica



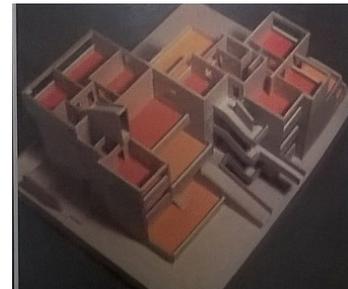
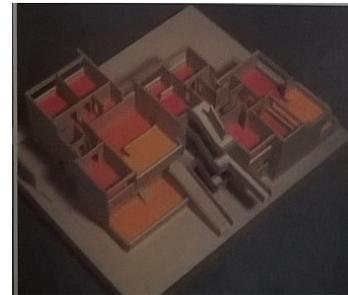
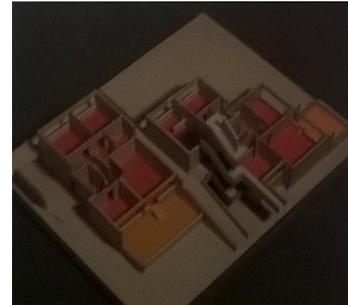
60



61

presente, a rejeição da primeira e terceira fases, assumindo apenas a elaboração da solução como a única etapa deste processo. De Carlo justifica que esta situação se deve à assunção de que a definição do problema serve apenas como justificação na concretização segunda fase. Para além de que, a final avaliação dos resultados, surgir apenas como uma apreciação meramente formal da “obra de arte”, ignorando a função/utilização do objecto construído pelos seus habitantes. De Carlo defende que cada fase apresentada deve operar independentemente. Cada uma faz parte do projeto arquitetónico, e todas elas se envolvem. De Carlo advoga substancialmente que a “participação implica a presença dos utilizadores durante todo o decorrer da operação” (Carlo, 1980, citado em Rodrigues, 2010, p. 756), e somente desta forma se torna exequível uma operação arquitetónica, ao em vez da priorização da “elaboração da solução”.

Neste contexto, o papel do arquiteto não poderá passar exclusivamente pela elaboração da solução. Esta deverá surgir do debate entre os atores envolvidos no processo, onde de entre vários cenários, a verdadeira natureza do problema se denuncia. Por consequente, a solução adjurar-se-á à problemática, dissolvendo a tão criticada “dicotomia entre arquitectura e realidade” (Carlo, 1980, citado em



62

62 Maquetas de combinação das diferentes tipologias.
 fonte: Risselada, M. & Heuvel, D. (2006)
Team 10: In Search of a Utopia of the Present 1953-1981. Roterdão: Nai Publishers, p. 226



63



64

63 Vista do passeio pedonal elevado.
fonte: Risselada, M. & Heuvel, D. (2006)
Team 10: In Search of a Utopia of the Present 1953-1981. Roterdão: Nai Publishers, p. 223

64 Vista da rua
fonte: Risselada, M. & Heuvel, D. (2006)
Team 10: In Search of a Utopia of the Present 1953-1981. Roterdão: Nai Publishers, p. 223

65 Villagio Mattiotti, 1974.
fonte: <http://istanbuldesignbiennial.iksv.org/adhocracy-projects-re-reading-de-carlo/> (Setembro, 2015)

Rodrigues, 2010, p. 753). Sob estes fundamentos procede no projeto para a vila operária Villagio Matteotti, localizada nos arredores de Roma.

Em 1969, a pedido dos proprietários da fábrica siderúrgica de Terni, o arquiteto Giancarlo De Carlo é encarregue de projetar a vila para os operários desta fábrica, que inicialmente pretendia conter 840 habitações e respetivos serviços públicos. Sob a premissa participativa, os futuros habitantes são convidados a participar no desenvolvimento de criação e desenho das habitações. Durante este processo o arquiteto providencia o suporte técnico aos futuros moradores, e estes disponibilizam o seu tempo e experiência. Neste momento o arquiteto não tem mais uma relação exclusiva com o cliente, o arquiteto desce da sua “posição elitista” e é a ponte entre a vontade do cliente e as necessidades dos habitantes.

Através de um conjunto de debates e propostas são concebidas cinco tipologias de edifício, todos com pátio, e três tipologias de habitação, todas com varanda, que iriam gerar 15 combinações diferentes. As três vias, a estrada principal e as duas pedonais, são os elementos estruturantes que permitem o acesso às habitações, que estão organizadas em quatro blocos longitudinais. As varandas, entendidas como jardins elevados pela sua dimensão, estão orientadas para o eixo pedonal, por onde o acesso às habitações é realizado. Os serviços públicos, conectados e caracterizados pelas pontes e escadas de betão, quebram a perpendicularmente da linguagem longitudinal. Entre 1969 e 1974 é realizada a primeira fase que corresponde a 240 habitações. Esta revelou ser a única fase construída.

O arquiteto, que neste caso se mostra como um tradutor, faz o esforço de interpretar as vontades dos habitantes e de não permitir que as suas próprias vontades as sobreponham. Giancarlo De Carlo apela ao arquiteto contemporâneo a conceção de uma arquitetura que retrate, não o seu criador, mas o seu utilizador.





66

66 Lisboa, encosta nascente do Vale de Alcântara.

fonte: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (2013). *Habitação Para o Maior Número: Portugal, os Anos de 1950-1980*. Lisboa: IHRU, p. 80

67 Capa do Relato Final do *Colóquio sobre Política da Habitação*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1969. fonte: Idem, ibidem, p. 65

68 e 69 Diário de Lisboa, 2 Julho 1969, p. 4 e 16, notícias acerca do Colóquio sobre Política da Habitação. fonte: Idem, ibidem, p. 66

70 Diário de Lisboa, 3 Julho 1969, p. 19, notícias acerca do Colóquio sobre Política da Habitação. fonte: Idem, ibidem, p. 68

3.3. Processo SAAL

Durante o Estado Novo a necessidade de habitação é no geral ignorada. O lápis do arquiteto é controlado pelos que se encontram no poder. Os decisores entendiam que o cenário habitacional deveria corresponder a bairros modestos nos arredores da cidade, caracterizados pelas casas de família e ambiente rural que, no fundo, traduzia os fundamentos do estado. O cenário não é compatível nem permitia responder à vasta escassez habitacional que é então compreendida como uma fatalidade social. (Dias, 2013)

No entanto, cresce uma vontade de combater este cenário, e nos anos 50 esse desejo é materializado na edificação do Bairro de Alvalade na cidade de Lisboa. O Bairro de Alvalade é considerado um ponto de viragem nas políticas de habitação: “ai e então se passou da resolução do problema como somatório de resoluções individuais para a resolução de um problema colectivo.” (Dias, 2013, p. 13) Alvalade estará na génese do pensamento de “cidade”, em contraposição ao que até à época era instituído, o pensamento da casa ou lar no bairro periférico. No entanto, o contexto abarracado da cidade de Lisboa ainda estava presente, esse que, até à década de 70 era automaticamente censurado na imprensa. Apenas em 1966, devido à inauguração da ponte sobre o Tejo, se parou de ignorar esta realidade, nem que por um curto período. Isto porque do local de acesso à ponte era visível o agrupamento de barracas instaladas ao longo do Vale de Alcântara (figura 66), plano de fundo seguramente não favorável à cerimónia de inauguração. A solução passou pelo “reajustamento simbólico” da população noutra local em construções de carácter “provisório” (Lôbo, 2013). Mas foram as cheias de Novembro de 1967⁵⁵ e o sismo de Fevereiro de 1969, que “trouxeram para as páginas dos jornais as condições em que viviam as populações marginalizadas” (Lôbo, 2013, p. 81)

Perante este cenário, e com a subida de Marcelo Caetano ao poder em 1968, assiste-se ao aparecimento de iniciativas “autênticas” na área da habitação para o

⁵⁵ As cheias de Novembro de 1967 provocam cerca de 700 vítimas, grande parte habitantes de bairros “provisórios”. (Lôbo, 2013)

maior número. Entre elas, o Colóquio sobre Política da Habitação (figuras 67-70) e a criação do Fundo de Fomento da Habitação – FFH -, ambos em 1969. O Colóquio, que pretende evidenciar a “necessidade imperiosa de estabelecer um conjunto de medidas (...) como estratégia integrada para a resolução dos problemas em torno da habitação” (Bandeirinha, 2013, p. 65), destaca-se inclusivamente por estar na génese do pensamento participativo em Portugal. É neste, que pela primeira vez “se considera a possibilidade de construção pelos próprios utentes (...) sobre terreno equipado fornecido (...) ou ainda estas mesmas fórmulas promovidas através da organização em (...) cooperativas ou associações de usuários”. (Bandeirinha, 2013, p. 71) Admitindo oficialmente, a possibilidade de incorporar metodologias de autoconstrução e autogestão, no sector da habitação.



67



68



69



70



71



72

71 Manifestação no Porto, Maio de 1975, contra o decreto que impedia as ocupações.

fonte: <http://www.publico.pt/culturaipilon/noticia/melhorar-a-vida-e-a-cidade-quarto-a-quarto-1674387> (Setembro, 2015)

72 Moradores.

fonte: <http://www.publico.pt/culturaipilon/noticia/melhorar-a-vida-e-a-cidade-quarto-a-quarto-1674387> (Setembro, 2015)

A Revolução de 25 de Abril de 1974 trouxe, entre outros, a possibilidade de implementar as ideias até à data discutidas, nomeadamente no Colóquio de '69. A questão do direito à cidade “automaticamente consagrado através do exercício do direito à habitação” (Bandeirinha, 2013, p. 74) e a habitação para o maior número tronam-se prioridade, num período em que 25% da população vive em condições precárias. Em Agosto de 1974, o secretário de Estado da Habitação do I Governo Provisório, o arquiteto Nuno Portas, emite o “célebre” despacho sobre o SAAL”:

Em face de graves carências habitacionais, designadamente nas principais aglomerações, aliadas às dificuldades em fazer arrancar programas de construção convencional a curto prazo – na medida em que estes programas supõem terrenos preparados, projectos e preparação de concursos e garantia de disponibilidade financeira por parte do Estado ou autarquias locais –, está o Fundo de Fomento da Habitação a organizar um corpo técnico especializado, designado por «Serviço de Apoio Ambulatório Local» (SAAL), para apoiar, através das câmaras municipais, as iniciativas de populações mal alojadas no sentido de colaborarem na transformação dos próprios bairros, investindo os próprios recursos latentes e, eventualmente, monetários. (Portas, 1974, para. 1)

O SAAL - Serviço de Apoio Ambulatório Local - foi, o maior exercício de participação em arquitetura praticado em Portugal. Sendo sustentado pelo ambiente propício da pós-Revolução dos Cravos O despacho o SAAL pretendia acima de tudo, e muito simplesmente, renovar e promover o apoio à população na edificação das suas habitações:

Subjacente ao despacho SAAL estava também o princípio da iniciativa experimental. Mais do que fixar uma política, o despacho pretendia abrir caminhos, os quais teriam necessariamente de ser avaliados ao longo do tempo; mais do que iniciar uma prática ex-novo, no sentido moderno, abstraindo-se do significado das experiências anteriores, o despacho apelava à reforma sistemática das práticas correntes. (Bandeirinha, 2007, p. 122)

O SAAL como alternativa às políticas de habitação, estava necessariamente

apoiado numa descentralização política e flexibilidade burocrática – no que diz respeito à expropriação de terrenos ou autorizações de construção – permitindo um arranque mais acelerado das operações. Contudo, o apoio económico governamental reproduzia-se em apenas 40% da habitação, o que significaria que os restantes 60% provinham de recursos humanos ou materiais do utilizador que, na maioria dos casos, se traduziu na autoconstrução. Por estas razões, a participação entendia-se como um preceito nas operações. Desta forma, apenas fazia sentido que a iniciativa ou vontade de receber apoio do SAAL, nascesse da população em si, que nesta fase já estaria organizada em cooperativa ou associação. O direito ao lugar e o direito à habitação estabeleciam-se como pilares do processo SAAL. Isto exprimia-se na possibilidade da população permanecer no mesmo lugar, que viria contradizer o realojamento desta, em terrenos isolados da cidade. (Bandeirinha, 2007) Consequentemente, isto significaria da mesma forma a possibilidade de, em conjunto com a autarquia, a procura de uma diferente localização se desejado: “Como princípio geral, devem os trabalhos de infraestrutura viária e sanitária – que constituem a base essencial das operações – ser custeados pela autarquia local, assim como a disponibilidade de terrenos para a urbanização.” (Portas, 1974, para. 3)

As brigadas técnicas deveriam fornecer a assistência técnica em ação fundiária, de projeto, de construção e gestão social. O trabalho do arquiteto, focalizado no apoio a projeto, abrangia então o desenho urbano, de infraestruturas e fornecimento de esquemas tipo para habitações. Para além disso, as brigadas deveriam durante todo o processo dar assistência e acompanhar os habitantes na edificação das suas habitações. Embora, os processos tivessem na sua génese fundamentados na participação e tomada de decisão descentralizada, impossível estabelecer uma generalização metodológica às, cerca de, 200 operações. As diversas abordagens ao problema e contexto iriam revelar-se mais tarde por meio de vários fatores, mas principalmente pela apropriação dos moradores do seu lugar.

O 25 de Novembro de 1975 iria alterar o ambiente deste período que admitiu experimentar alternativas no cenário habitacional em Portugal. Veio tão rápido

73 Manifestação de moradores,
SAAL/Norte, Janeiro, 1975.
fonte: [http://www.publico.pt/
culturaipilon/noticia/melhorar-a-vida-
e-a-cidade-quarto-a-quarto-1674387](http://www.publico.pt/culturaipilon/noticia/melhorar-a-vida-e-a-cidade-quarto-a-quarto-1674387)
(Setembro, 2015)

como foi. As operações SAAL “terminam” em 1976.⁵⁶ José António Bandeirinha (2007, p. 172) reflete sobre a importância do processo SAAL:

(...) avançou para o confronto da realidade, avançou para o projecto, avançou para a construção, avançou para o compromisso de vizinhança com as implantações da cidade e do território capitalistas. Ao contrário de Enrico, a personagem de Calvino, os arquitectos do SAAL não fizeram planos para a cidade do proletariado, antes encetaram um processo de construção de fragmentos dessa cidade em conjunto com os moradores, um processo tão credível e tão assustador que teve de ser interrompido.

⁵⁶ Devido ao apoio do FFH no pós revolução são edificadas: em 1974 1 104 habitações, em 1975 8 936 habitações e em 1976 14 795 habitações (Ferreira, 2013, 111).





74

3.4. Casa do Vapor

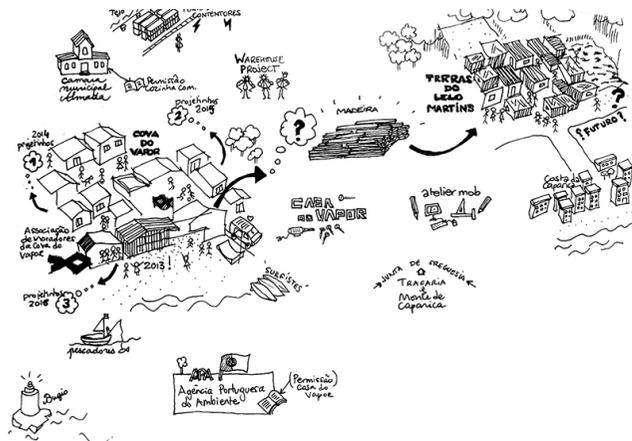
Em 2013, na Costa da Caparica, Portugal, em colaboração entre a Associação de Moradores da Cova do Vapor, o coletivo EXYZT⁵⁷ e visitantes, desenvolve-se o projeto e construção da Casa do Vapor. Na orla do estuário do Rio Tejo, nasce a Cova do Vapor, um bairro de pescadores edificado na década de quarenta por recurso à autoconstrução. A herança de uma arquitetura informal e espontânea é ainda hoje nítida no local, fator que atraiu não só o coletivo EXYZT, mas uma série de artistas e estudantes, nomeadamente em 2011 o TISA – The Informal School of Architecture⁵⁸ - que trabalha no mapeamento do bairro.

A Casa do Vapor é pensada como um novo espaço público, de carácter temporário e multifuncional que, beneficiando da sua localização, pretende gerar e albergar diversas atividades para moradores e visitantes. A proposta está assente numa fundação participativa, com objetivos comunitários, culturais e artísticos. Na verdade, o projeto nasce, não na Costa da Caparica, mas em Guimarães, como parte integrante da programação da Capital Europeia da Cultura – CEC - em Guimarães, 2012, e no âmbito *workshop* “Construir Juntos”, organizado pelo coletivo EXYZT. O *workshop* contava com a participação livre, de quem quisesse colaborar na construção de uma instalação temporária, para servir de plataforma de discussão e exposição de diversos trabalhos artísticos. É nessa altura que é realizada a primeira visita à Costa da Caparica e à Costa do Vapor.

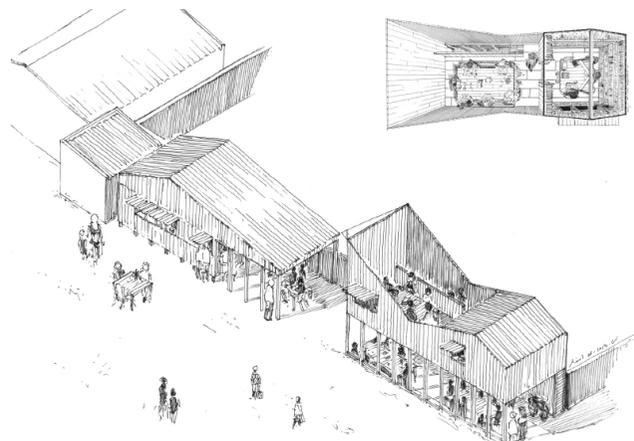
O projeto inicia-se oficialmente em 2012 com as primeiras reuniões e assembleias com os moradores e divide-se em três fases: (1) recuperação de um antigo hotel

⁵⁷ Coletivo EXYZT – Coletivo multidisciplinar instalado em Paris em 2003 - “Our team is a community of people who have chosen to act under the same principle of sharing knowledge and abilities. We extend our network over national borders by collaborating with people around the world. “EXYZT” is an association under the french 1901 legislation.” *In* EXYZT (2015). *Who is EXYZT?* Acedido Agosto, 2015, em <http://www.exyzt.org/exyzt-who/>

⁵⁸ TISA – The Informal School of Architecture, formado pelo arquiteto Filipe Balestra e Sara Göransson.



75



76

com instalações sanitárias, balneários e cozinha/bar – Casa Curva; (2) construção da estrutura para a Casa do Vapor e escola de surf temporária; (3) workshop do ConstructLab. Entre Abril e Outubro de 2013, profissionais e não profissionais, de várias áreas de estudo e contextos, participam na ideia, projeto e construção da Casa do Vapor. Derivado das reuniões com os moradores, e da particularidade do seu contexto, determina-se o programa para a Casa do Vapor que, embora efêmero, albergava uma cozinha comunitária, uma oficina, uma biblioteca, escola de surf, residência de artistas e estudantes, entre outros. Os materiais que uma vez serviram para a construção do *workshop* “Construir Juntos” recebem uma nova vida e materializam a Casa do Vapor.

Durante seis meses a imagem do bairro altera-se: “it attested how a place with such a low-profile connotation was able of welcoming and activating a very rich programme of activities and events” (Ramos, 2013, para. 5).

A tradição da autoconstrução no território e sentido de comunidade são valorizadas no processo de edificação desta estrutura coletiva, que pretende promover a qualidade de vida do bairro, amplificar a produção artística e estimular a economia local através de um processo participativo. A produção artística serviu como ferramenta de inclusão social, e a Casa do Vapor como uma progressiva plataforma de partilha de experiência entre a comunidade e visitantes.

74 Casa do Vapor, 2013.
fonte: <http://constructlab.net/projects/casa-do-vapor/>

75 Esquema da *network* de relações.
fonte: <http://constructlab.net/projects/casa-do-vapor/>

76 Perspetiva Casa do Vapor.
fonte: <http://constructlab.net/projects/casa-do-vapor/>

3.5. REFLEXÕES

A herança participativa deixada pela obra de Giancarlo De Carlo em textos como *Architecture's Public* (1970) é essencial ainda hoje para o tema. A ideologia, a complexidade da realidade não podem ser desprezadas, e deparamo-nos atualmente com a necessidade de rever as teorias da cidade e do território. Talvez De Carlo (1970, citado por Till, 2013 p.13) tenha razão ao afirmar que “architecture is too important to be left to architects”. A descentralização é essencial, e a responsabilidade social e política da arquitetura é atualmente incontornável.

A arquitetura de carácter social não é mais encarada como caridade, o trabalho é pago em tempo, em entrevistas, reuniões e mesmo mão-de-obra, como é o caso de Villagio Matteotti ou do processo SAAL. São provas de que o fator económico não se apresenta mais como a única moeda. Montaner (2014, p. 211) expõe que, “a questão-chave é como enfrentar os grandes desafios sociais e ambientais com uma arquitetura ecológica e com um urbanismo autenticamente participativo, de maneira que se evolua em direção à igualdade e ao reconhecimento da diversidade, a uma sustentabilidade entendida a partir da vertente social.”

⁵⁹ Friedman, Y. (2003). *Beginning*. In Obrist, H. U. (2007) *The Conversation Series: Yona Friedman*. (p. 21). Distributed Art Pub Incorporated

I prefer the term “constantly changing buildings”

because the city is constantly changing.

There are no rules in nature.

Friedman⁵⁹

CAPÍTULO III : Da participação ao projetar

O CASO DO BAIRRO DA BELA VISTA

No presente capítulo pretende-se expor o desenvolvimento da vertente prática do Projeto Final de Arquitetura que, desde o início, é estabelecido em articulação com a vertente teórica anteriormente apresentada. O objetivo é que o projeto académico, para o Bairro da Bela Vista em Setúbal, seja, também, um campo de experimentação de atividades participativas assentes nas reflexões e investigações teóricas, uma vez que o contexto social do bairro apresenta-se como ideal para o seu desenvolvimento. A intenção de explorar a temática obrigou a que o projeto arquitetónico proposto fundamenta-se numa sólida ligação entre o território e aos seus habitantes. Desta forma, parece correto o peso atribuído às intervenções no local e tomada de decisão com os moradores. O envolvimento dos vários utilizadores, de entidades locais (associações de moradores, associações desportivas, etc.), as exigências locais, limites e restrições, no fundo, a experiência no território, traduz-se numa necessidade para a possível concretização da proposta académica. A maneira como esta condição se assume incontornável no projeto revela a sua importância no processo e conseqüentemente na sua materialização.

A aproximação ao território, visa responder algumas das questões deixadas em aberto na componente teórica, em especial, procura entender de que maneira pode o cenário e situação reais do bairro da Bela Vista despoletar o envolvimento dos moradores num processo participativo. O capítulo procura também responder às seguintes questões: Como se dá início a este processo, uma vez que requer colaboração de entidades externas? Como pode uma abordagem *Bottom-Up* desta natureza se articular como uma ponte entre os moradores e o território? Qual é o papel do “arquiteto” neste cenário?

A vertente prática foi estruturada em três fases, não necessariamente desenvolvidas na mesma ordem: (1) Estrutura; (2) Participação; e (3) Proposta.

A **primeira fase** corresponde ao desenvolvimento da Estrutura⁶¹, desde a análise ao território até ao desenho de projeto. Por meio de pesquisa académica e investigação no local, procura-se num primeiro momento entender a realidade do Bairro da Bela Vista quanto ao seu contexto histórico, ligação à cidade de Setúbal e modo de vida dos seus moradores. Por esta razão e para este fim admite-se, desde início, a importância da participação dos habitantes e entidades exteriores. Por sua vez, a disponibilidade destes evidencia que, para além das problemáticas económicas e sociais, existe uma vontade e motivação da população e outras entidades de se envolverem na transformação do território. Com recurso a esta primeira abordagem e à investigação da vertente teórica de precedentes teóricos e práticos, é estruturada a primeira fase da proposta académica - uma Estrutura “apropriável” – projetada na fronteira entre o Bairro da Bela Vista e o Parque Verde.

Na **segunda fase - Participação**, o projeto para a Estrutura afasta-se do ambiente académico e entra no do bairro. Em colaboração com a associação YMCA/ ACM e Centro Comunitário da Bela Vista é organizada uma ação participativa com moradores e trabalhadores do bairro, que possibilita colocar em cima da mesa o assunto do bairro e o projeto da Estrutura. É exposta a metodologia adotada, o

⁶¹ Neste contexto é entendida a Estrutura como a proposta da vertente prática, fase zero, mais à frente exposta na Parte II.

percurso e restrições do antes, durante e depois da “mesa redonda”. Nesta fase a pesquisa sobre o trabalho de Liz Sanders – *Make Tools* – é essencial, sendo assim explorada a sua abordagem ao tema da participação.

A **terceira fase – Proposta**, apresenta os resultados da ação participativa com os moradores, onde se materializa o que se entende por “desenhar de possibilidades”. Nesta fase são traduzidos os desejos e necessidades dos moradores e apresentam-se várias possibilidades de apropriação em várias fases de intervenção. Em paralelo é exposta a proposta mais detalhada, realizada em regime académico, correspondente ao Projeto Final de Arquitetura da vertente prática.

I. O BAIRRO DA BELA VISTA

Nos anos cinquenta, o governo de Salazar enfrenta a inevitável necessidade de deixar a indústria entrar em Portugal. Na sequência desta realidade, no final da década de sessenta a cidade de Setúbal passa por um ímpeto industrial, sobretudo relacionado com o sector piscatório, e agregado a isto veio a necessidade de alojar os operários que nestas fábricas trabalhavam. A esta necessidade associa-se a urgência de alojar os portugueses deslocados das antigas colónias. Torna-se necessário a implementação de 10 000 fogos no Plano Integrado de Setúbal. O plano, promovido pelo Fundo de Fomento da Habitação (FFH), recebe a aprovação da primeira fase em 1975, ano em que se inicia a expropriação dos terrenos. O engenheiro António Ferreira explica estas iniciativas:

Os PI (Planos Integrados) eram empreendimentos de grande dimensão (mais de mil fogos) concebidos pelos planos de fomento para responder às necessidades de alojamento da mão-de-obra para as indústrias nascentes. Planeados e projetados por equipas interdisciplinares, a sua execução arrastou-se por décadas (em



77



78

alguns casos, nunca concluída) devido à alteração das circunstâncias políticas e à instabilidade das políticas de habitação. (p. 119)

Será neste contexto que surge, em Setúbal nascente, o Bairro da Bela Vista. O cenário atual é caracterizado por três bairros de habitação social, distinguidos pela sua cor e tipologia: (1) Bairro Amarelo⁶²; (2) Bairro Azul⁶³; e (3) Bairro Cor-de-Rosa⁶⁴ (Figura 78). O bairro edificado fora do tecido da cidade para os operários das fábricas, hoje fechadas, é um aglomerado isolado que quebra a continuidade da cidade, fator este que vem contribuir de certa forma para uma desintegração social. Se o bairro da Bela Vista foi edificado para alojar os trabalhadores das fábricas, o que significa agora, uma vez que estão fechadas? Como se realiza a transição de “operário” para mero “cidadão”?

77 Bairro da Bela Vista, José Charters Monteiro, 1989.

fonte: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (2013). *Habitação Para o Maior Número: Portugal, os Anos de 1950-1980*. Lisboa: IHRU, p. 120

78 Bairro da Bela Vista: (1)Bairro Amarelo; (2) Bairro Azul ; e (3) Bairro Cor-de-Rosa.

⁶² Bairro Amarelo ou Bairro da Bela Vista - 837 fogos para 2 941 habitantes, Em *Diagnóstico Sintético do Bairro da Bela Vista*. (2007)

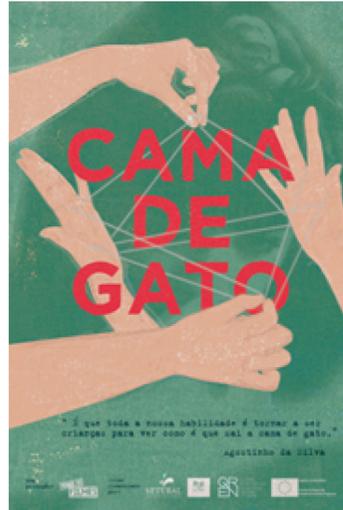
⁶³ Bairro Azul ou Forte da Bela Vista - 167 fogos para 654 habitantes. Em *Diagnóstico Sintético do Bairro da Bela Vista*. (2007)

⁶⁴ Bairro Cor-de-Rosa ou Bairro das Palmeiras – 252 fogos para 827 habitantes. Em *Diagnóstico Sintético do Bairro da Bela Vista*. (2007)

I.1. Bairro Amarelo, Azul e Cor-de-rosa

O arquiteto José Charters Monteiro, também envolvido nas operações SAAL, é encarregue de projetar o plano para o Bairro Amarelo, cuja construção é iniciada em 1976. Numa época em que se acredita que “as aldeias de Casas Económicas, que não faziam mais sentido” (Pereira, 2010, p. 164), o desenho para o bairro Amarelo corresponde a uma série de blocos retangulares habitacionais, de três a quatro andares, em torno de 19 pátios internos e galerias superiores que fazem a transição entre os diversos blocos, ou seria assim originalmente proposto. Em 1984, inicia-se a construção para o segundo projeto habitacional, o Forte da Bela Vista. Situado no topo do planalto, os doze blocos retangulares perpendiculares ao rio e paralelos entre si, vivem do espaço livre entre os mesmos e da sua relação privilegiada com o estuário do Sado. Após a extinção do FFH em 1982, os planos para ambos os conjuntos habitacionais são continuados pelo Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) e terminados em 1989. O projeto original acaba por nunca ser terminado e a escassez habitacional mantém-se um problema a ser resolvido. Desta forma, em 1992 o Programa Especial de Realojamento (PER) dá início à construção da primeira fase do Bairro Cor-de-Rosa. Bastante idêntico ao Forte da Bela Vista em tipologia, ocupa a fronteira entre o Bairro Amarelo e Azul e o Parque Verde da Bela Vista. As políticas habitacionais e o processo de construção, entre outros motivos, apresentam-nos hoje um cenário não tão singular, um pedaço da cidade desligado da cidade central de Setúbal, um plano inacabado e uma resiliência impressionante a este contexto.

Nas várias visitas realizadas aos bairros é visível o processo de transformação do contexto testemunhado pela capacidade das pessoas se apropriarem do espaço. O exercício de fechar as galerias, como acontece no bairro Amarelo – talvez de maneira a fornecer maior segurança e mais área habitacional – demonstra-nos essa capacidade aqui, como em muitos outros locais. No entanto, não é tão comum observar uma série de iniciativas que, embora não visíveis a olho nu, pertencem a uma rede de pessoas de dentro e de fora do bairro e a sua motivação de transformar o território pelas suas próprias mãos. Aliás, verificam-se momentos em que a requalificação do espaço já é realizada em regime participativo entre os moradores



79



80

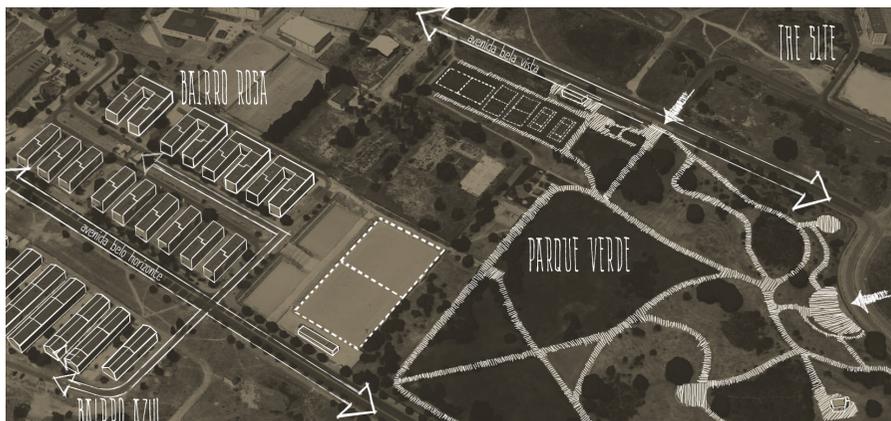
e responsáveis da Câmara Municipal, como aconteceu na requalificação dos pátios e fachadas do bairro Amarelo.

Se numa primeira fase se abordou a transformação da imagem do bairro pelo espaço coletivo, inicia-se agora um momento de intervenção no espaço habitacional. No entanto, este cenário é recente. Embora se faça sentir uma maré de mudança, ainda existem problemas de carácter espacial a resolver. Evidência disto é o atual abandono dos espaços destinados a serviços que, no desenho inicial, atribuíu o piso térreo do bairro Amarelo à ocupação de funções públicas. Não querendo dizer com isto que todos estes espaços estão ao abandono, pelo contrário, existem inúmeras associações e programas sociais e culturais instaladas ao longo do bairro, que promovem a integração e desenvolvimento da vida do bairro. Não obstante, muitos destes espaços continuam vazios, se é por estarem fora de escala para responder às necessidades da população, ou por não corresponder aos desejos da mesma, não é possível determinar. Por esta, e por outras razões, é importante entender o valor da relação das novas construções com a preexistência, e como é que as novas iniciativas afetam não só o território mas o modo de vida do bairro e dos seus moradores.

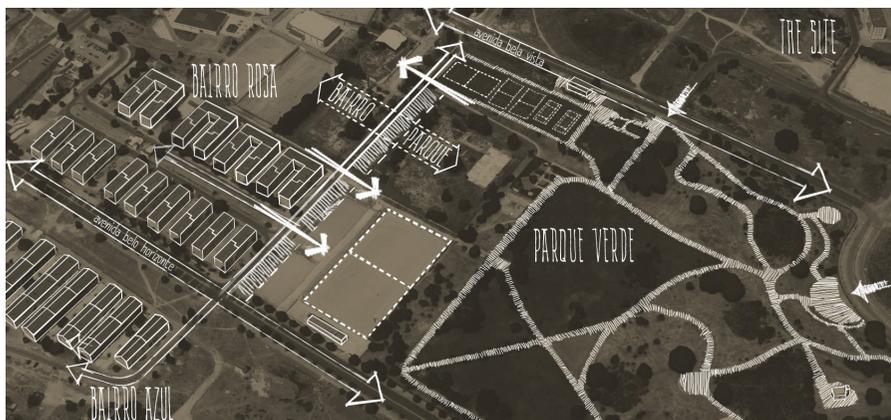
1.2. Entre o Bairro e o Parque: Estrutura como quebra de limite

O local escolhido para a intervenção é caracterizado como um limite/fronteira entre a extremidade do bairro Rosa e a do Parque Verde. Trata-se de duas realidades lado a lado fisicamente mas, no entanto, desligadas uma da outra (Figura 81). O exercício de regeneração e prolongamento da avenida Soeiro Pereira Gomes estabelece a ligação perpendicular entre a avenida Belo Horizonte e a avenida Bela Vista, dando início à intervenção. Assume-se a rua como continuidade, que rompe esta barreira, e vem afirmar a ideia de vizinhança, do espaço coletivo que aqui ganha um novo valor.

A diferença de cotas entre o bairro e o parque é vencida por meio do equipamento proposto – uma Estrutura de betão e madeira que admite apropriação em diversos



81



82

momentos, quer espacialmente ou temporalmente, assumindo a possibilidade de gerar uma mais natural apropriação do espaço. Desta forma, ao redesenhar a frente de rua, afirma-se a entrada do Parque, e dá-se início à proposta para um novo espaço coletivo, aberto a todos, de transição entre as duas realidades (figura 82), atitude até agora desvalorizada.

79 Capa do filme Cama de Gato, produzido no âmbito da candidatura RUBE (Regeneração Urbana da Bela Vista e Zona Envolvente).
fonte: <http://observatoriosocialbv.mun-setubal.pt> (Setembro, 2015)

80 Cena do filme Cama de Gato.
fonte: <http://www.mun-setubal.pt/pt/pagina/rube/161> (Setembro, 2015)

81 Local de intervenção, entre o Bairro e o Parque.

82 Proposta de regeneração da frente de rua e implementação do equipamento público polivalente.

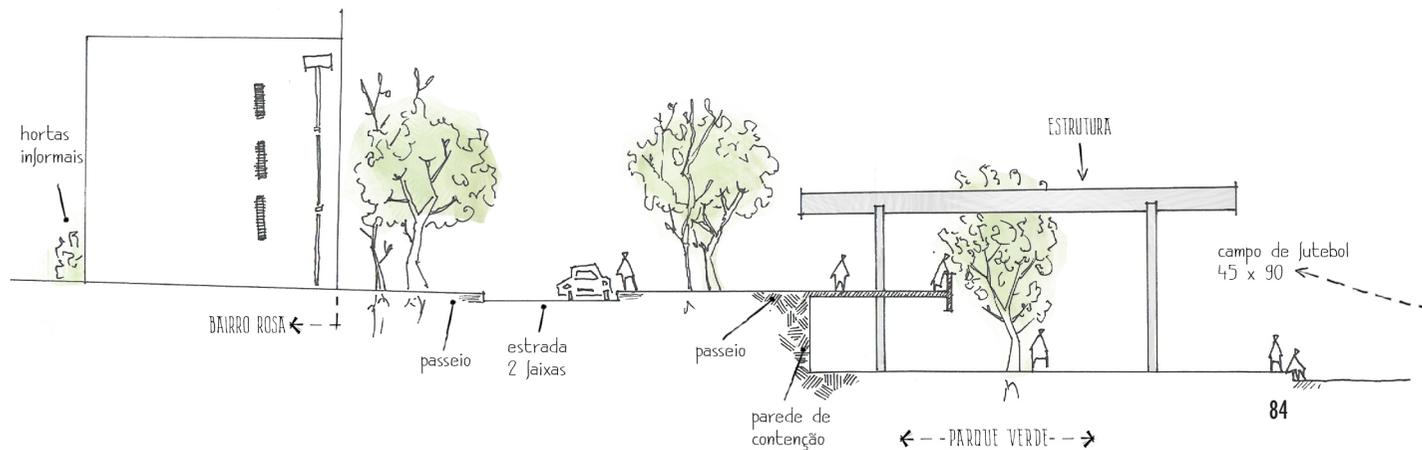
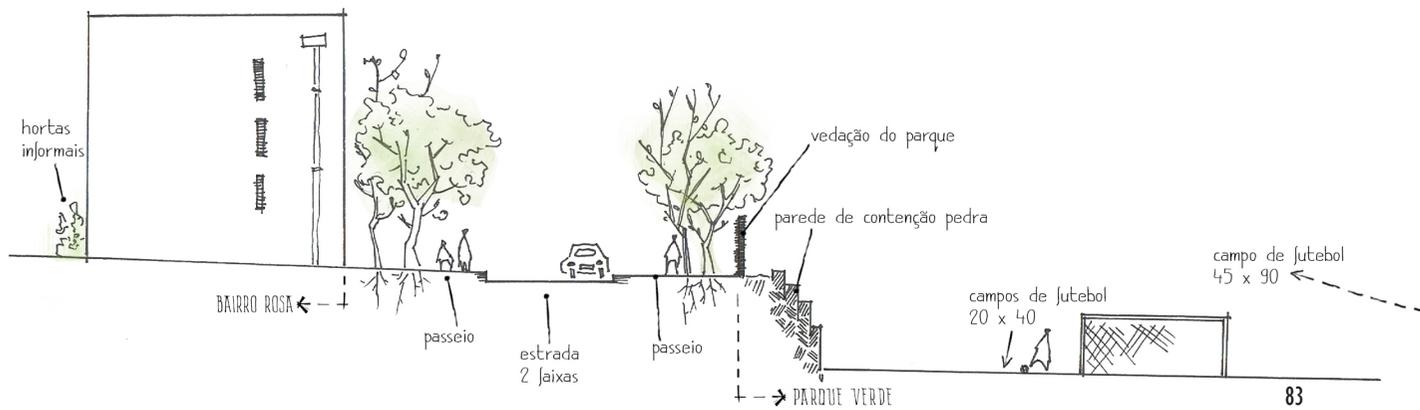
O projeto proposto pretende por meio de um espaço intermediário entre a vida da residência e a vida coletiva, devolver ao bairro da Bela Vista o Parque Verde. Num contexto que proporciona a experimentação de novos processos e uma nova maneira de encarar uma problemática, adotando os princípios locais aos valores do projeto, através de uma metodologia participativa.

A abordagem seguirá as linhas de pensamento do processo adotado por Lucien Kroll na edificação de La Mémé, em que o arquiteto admite estar encarregue, essencialmente, do desenho de um esqueleto que possibilite apropriação pelos moradores. Kroll assume, inclusivamente, que do ponto de vista do arquiteto, que a construção do esqueleto representa a finalização do seu trabalho. (Galle, 2013) Citando Kroll, Poletti (2010) expõe: “the architect is the catalyst of a creative process and social dynamic, in respect to which they make their knowledge available for the translation of interpersonal relationships into a suitable space.” Para além de Kroll, considera-se a proposta de Habraken – *Support Structure* – um dos alicerces na conceção da do projeto. Ao reconhecer o “unknown as basis” é possível encarar a viabilidade de uma proposta assente na apropriação em diversos momentos. Será com base no pensamento destes dois arquitetos que se desenvolve o desenho de uma estrutura, uma fase 0, preparada para admitir diversas mais fases de apropriação pelos moradores ao longo do tempo. As figuras 83 e 84 representam, respetivamente, o corte do terreno no presente como uma fronteira e a proposta que a pretende quebrar. A possibilidade de gerar infinitas soluções – como Habraken denomina *endless range of possibilities* – torna-se mais interessante no ambiente concreto da Bela Vista a partir do momento em que se envolve os moradores.

83 Corte pelo local de intervenção atualmente.

84 Corte pelo local de intervenção com a implementação da proposta da Estrutura.

da participação ao projetar: o caso do bairro da bela vista



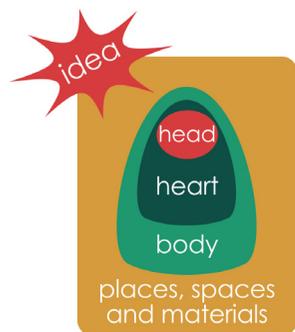
2. PARTICIPAÇÃO: DA ESCOLA AO TERRITÓRIO

No segundo momento do trabalho, a proposta abandona o ambiente académico e entra no bairro. Para tal, foi necessário estabelecer previamente contacto com entidades e associações locais, uma vez que implica a ação dos habitantes dos Bairros. Naturalmente surgem restrições pelas quais se tem de reger a ação participativa. Uma das maiores barreiras revelou ser a da ideia de apresentar uma proposta teórica a pessoas e expectativas reais. De entre várias entidades, foi em colaboração com a associação YMCA/ACM⁶⁵ Bela Vista que foi possível trazer para debate em “mesa redonda”⁶⁶ a realidade atual do território, a eventual situação do território com a implementação da Estrutura, e vontade de apropriação da mesma. Na preparação para este segundo momento, foi essencial pesquisar sobre os instrumentos e métodos participativos da socióloga Elizabeth Sanders.

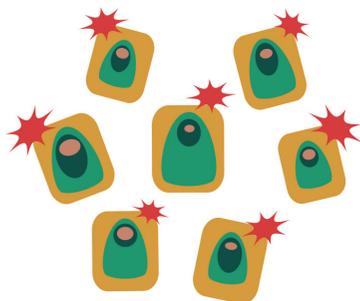
⁶⁵ YMCA/ACM - Associação Cristã da Mocidade que detém diversos núcleos em Setúbal, nomeadamente no bairro da Bela Vista: centro comunitário, creche, academia, entre outros. Parte dos campos de jogos do Parque Verde são da responsabilidade e dinamização do ACM.

⁶⁶ Mesa Redonda – é neste contexto entendido como um ambiente de debate e discussão aberta com os moradores.

2.1. Make Tools: Elizabeth B. N. Sanders



85



86



87

A obra da socióloga Elizabeth B. N. Sanders apresenta-se, no século XXI, como um importante contributo na compreensão da abordagem atual ao tema da participação ou *user-centred design*⁶⁷. A sua metodologia, que passa pela utilização de *tool kits* para a comunicação e desenvolvimento do projeto. Estes têm sido implementados em diversos contextos, muitos dos quais fogem ao da arquitetura. No caso de estudo da Bela Vista é destacada a obra *Make Tools* e *Convivial Toolbox: Generative Research for the Front End of Design* (2013), por se revelar um contributo fundamental na concretização da ação participativa (figuras 85-87).

Como previamente citado, Sanders entende a participação como o encontro entre *designers* e as pessoas não formadas em design, que trabalham em conjunto no desenvolvimento do processo em co criação. Segundo Sanders (2013, p. 64) é necessário estabelecer alguns fundamentos no processo participativo: “The belief that all people are creative and will participate in a creative process if they are motivated and are provided the tools to do so is essential”, como por exemplo: (1) a diversidade de participantes é indispensável para que o produto final se aproxime

85, 86 e 87 Contextos de Criatividade: *Creativity Contexts* serve como enquadramento e ferramenta de comunicação entre o cliente e o *designer*. O esquema pretende facilitar a criatividade de outros.

85 Criatividade individual. A criatividade não se encontra só na mente, mas também nas emoções, lugares, materiais, ...
fonte: Sanders, E. B. - N. (2012) *Creativity in Strategic Thinking*, p. 164.

86 *Brainstorming*. Pessoas que trabalham com criatividade individual mesmo quando em trabalho em grupo.
fonte: Idem, *ibidem*, p. 169.

87 Criatividade coletiva. Várias pessoas a trabalhar para a mesma grande ideia.
fonte: Idem, *ibidem*, p. 169.

⁶⁷ *User-centred design* – tradução livre para projeto centrado no utilizador.



88

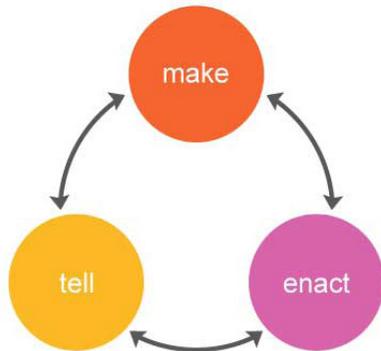
88 Criatividade individual, *The Teledyne Brown Engineering Project*. Projeto de design ergonómico para um autocarro com modelo à escala real de um painel de comandos feito em velcro, permitindo o seu reposicionamento. fonte: Sanders, E. B. - N. (2012) *Creativity in Strategic Thinking*, p. 166.

da realidade; (2) a tomada de decisão em colaboração nas várias fases do processo; (3) diálogo contínuo e emprego de ferramentas e metodologias que possibilitem o envolvimento de todos os participantes do processo; e (4) a abordagem deverá estar mais focada em experiências e não apenas em produtos materiais.

Neste sentido, sente-se atualmente uma alteração na perspetiva sobre o tema da participação. Se até agora era encarado muitas vezes como investigação académica ou abordagem teórica, cada vez mais se admite o envolvimento de outras partes no desenvolvimento do projeto. Se a descentralização está de facto implícita, então “the new generations are having an easier time in distributing and sharing the control and ownership”. (Sanders & Stappers, 2008, p. 9) Consequentemente, o papel que cada personagem desempenha, quer seja *user*, *researcher* ou *designer* sofre alterações:

“In a caricature of the classical user-centred design process, the user is a passive object of study, and the researcher brings knowledge from theories and develops more knowledge through observation and interviews. The designer then passively receives this knowledge in the form of a report and adds an understanding of technology and the creative thinking needed to generate ideas, concepts, etc. In co-design, on the other hand, the roles get mixed up: the person who will eventually be served through the design process is given the position of “expert of his/her experience”, and plays a large role in knowledge development, idea generation and concept development.” (Sanders & Stappers, 2008, p. 11)

Um dos grandes problemas a ser resolvidos no campo da arquitetura, ao envolver o utilizador, é a evidente falha de comunicação entre os vários participantes. Sanders (2013) propõe que participação passe pelo emprego de três tipos de ações: (1) *Making*⁶⁸; (2) *Telling*⁶⁹; e (3) *Enacting*⁷⁰ (figura 89). Através do emprego de ferramentas – *Tool kit* – a comunicação entre as várias partes torna-se então mais acessível e consequentemente o resultado mais benéfico. Os métodos, ferramentas e técnicas variam naturalmente consoante diversos fatores: (1) em que fase do projeto são utilizados; (2) o nível de envolvimento dos participantes; (3) quem e como estão organizados os grupos de ação; e (4) a escala e o propósito do emprego destas ferramentas.



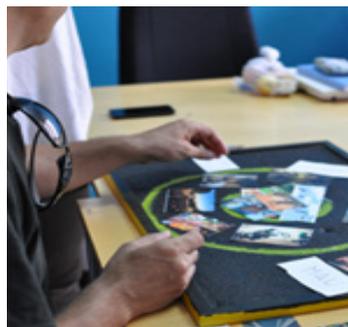
89

⁶⁸ *Making – Making Tangible Things* refere-se a atividades manuais, onde com as nossas próprias mãos materializamos ideias, como por exemplo colagens, *mapping*, maquetas, ...

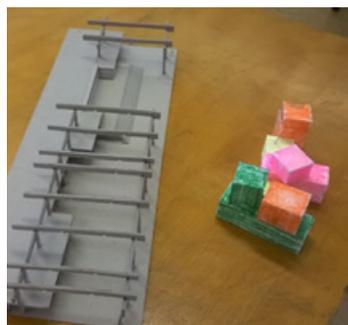
⁶⁹ *Telling – Talking, Telling and Explaining* refere-se a descrição verbal de possíveis cenários e objetos, como por exemplo histórias, diários, filmes, ...

⁷⁰ *Enacting – Acting, Enacting and Playing* refere-se ao emprego do corpo para expressar ideias da experiência futura, como por exemplo teatro, jogos de tabuleiro, maquetas interativas, ...

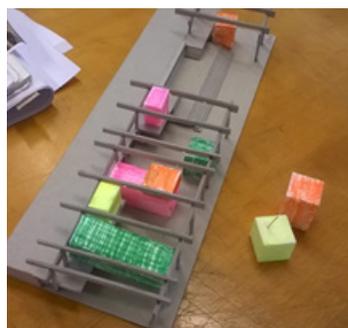
89 Protótipo de um ciclo participativo: Make, Tell, Enact.
fonte: Sanders, E. B. - N. (2013) *Prototyping for the Design Spaces of the Future*.



90



91



92

o papel do arquiteto em processos participativos

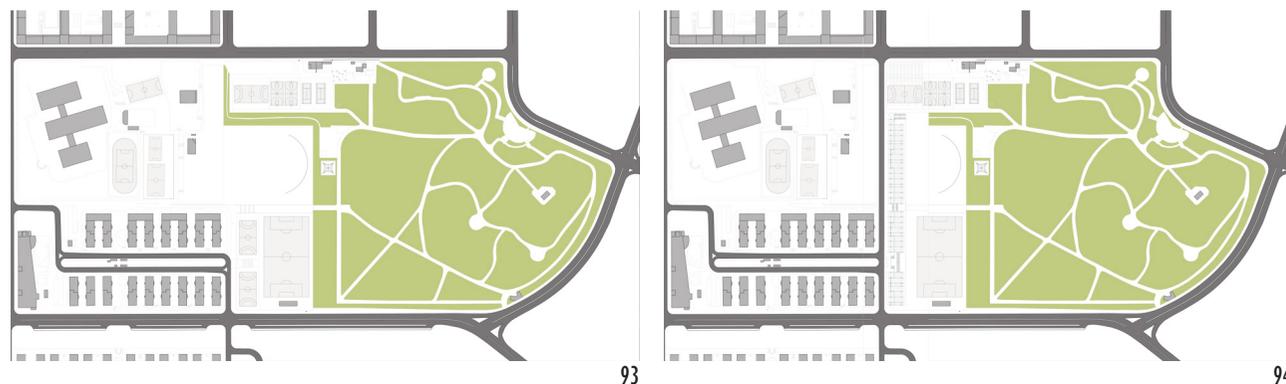
2.2. MESA REDONDA

2.2.1. TOOL KIT: Preparação, estratégia e metodologia

A atividade participativa envolveu cerca de trinta moradores e trabalhadores da Bela Vista que, divididos em pequenos grupos ou individualmente, participaram numa conversa sobre o bairro e sobre uma proposta académica. Com base nas metodologias de Liz Sanders, desenvolveram-se para a ação participativa duas atividades e um *Tool Kit*⁷¹ (Figura 90-92) que pretendem, com o a utilização de ferramentas concretas, envolver o utilizador no processo de tomada de decisão. As atividades implicaram estruturar várias questões-chave que serviriam de diretrizes para a ação: (1) Como define hoje o Bairro da Bela Vista e o Parque Verde, assim como a relação entre ambos? (2) Quais são as necessidades, desejos e motivações para o Bairro? (3) Qual a opinião sobre a construção de uma Estrutura que permitisse construir e reconstruir mais tarde ou apenas temporariamente? (4) Como a apropriava?. Estas questões serviram de guias, uma vez que não foram aplicadas literalmente, numa abordagem que pretendia entender a perspetiva do utilizador sobre o território no presente e apenas depois no futuro. Entende-se que com a materialização do sentimento do presente é possível uma mais real aproximação a um desejo de futuro. Por esta razão foi importante dividir a ação em dois momentos.

Na **primeira atividade** (figura 90) recorrendo a imagens e palavras impressas em papel – representativas de diferentes emoções, ações e espaços – foi pedido aos participantes para elegerem as mais relevantes e as posicionem hierarquicamente – negativa ou positivamente – num quadro de cortiça. Na primeira atividade pretendia-se abrir o diálogo sobre o bairro e o local de intervenção, onde por meio de imagens e palavras se procurava estabelecer algumas ideias chave perante a visão dos próprios moradores sobre o território. As imagens selecionadas procuravam corresponder a atividades já existentes no ambiente do bairro, enquanto outras propunham novas funções a pequena escala. A escolha, não aleatória, das imagens respondia a uma pesquisa prévia derivada das visitas ao bairro, conversa com

⁷¹ Em anexo é exposto na íntegra o *Tool Kit*.



moradores e da identificação alguns aspetos favoráveis e prejudiciais gerais do local, de forma a despoletar a compreensão do desejado panorama concreto. Para além das imagens fornecidas, foram disponibilizadas folhas em branco onde os moradores tiveram liberdade de acrescentar informação em falta, não restringindo desta forma as suas opções de escolha.

Tendo em conta os resultados da primeira atividade, numa **segunda atividade** foi apresentada uma planta atual do bairro, e sobreposta a proposta da Estrutura da fase 0 (Ifigura 93 e 94). Nesta fase foram disponibilizadas uma série de formas geométricas com diferentes cores representativas de quatro elementos: (1) azul – programas funcionais ou espaços fechados; (2) verde – equipamentos públicos e mobiliário; (3) amarelo – árvores ou vegetação no geral; e (4) branco – cobertura. Assim, foi pedido que recorressem a estes elementos e a uma maqueta da Estrutura à escala 1:200 para representar fisicamente as escolhas tomadas na primeira fase (Figura 91 e 92).

90 Morador a realizar a primeira atividade: quadro de cortiça, imagens e palavras.

91 e 92 Preparação para a segunda atividade: parte da maqueta à escala 1/200 e formas diversas em esferovite.

93 Planta de localização atual.

94 Planta de localização com a proposta da Estrutura.

Numa abordagem geral, o posicionamento específico das formas no espaço não é tão importante como a relação entre as vontades abstratas do primeiro momento e a materialização dessas vontades em espaço físico. Os resultados finais são sem dúvida irrelevantes sem o contexto em que se inserem. A segunda atividade tem como objetivo entender, acima de tudo, a visão dos destinatários sobre o lugar, sobre a proposta, numa realidade em que se “rema contra a maré” como é encarado este território agora. O resultado foi surpreendente, pois permitiu testemunhar a disponibilidade de participar no exercício, a receção positiva a uma proposta fora do vulgar, e acima de tudo a honestidade do discurso. Em suma, possibilitou clarificar alguns pontos sobre o benefício de envolver os utilizadores no processo.

2.2.2 Narrativa de uma operação

As conversas com os moradores e trabalhadores no bairro da Bela Vista são aqui expostas, não na sua totalidade por se considerar demasiado extenso. No entanto, é transcrito o que se considerou ser o mais relevante. Por ser transcrito livremente, o texto encontra-se na primeira pessoa, segundo as gravações realizadas no dia 3 de Junho de 2015.⁷²

⁹⁵ Moradora (b) a realizar a segunda atividade.

⁷² Em anexo é exposto na íntegra as autorizações para redigir as gravações e expor as imagens na presente dissertação.



96 Moradora (a) a realizar a segunda atividade.

97 Quadro da moradora (a), primeira atividade.

98 Moradora (a) a realizar a segunda atividade.



96



97



98

MORADORA (A)

Primeira atividade:

O Parque Verde, neste momento, serve apenas quem quer ir passear o seu cão, e como muitos não tem o cuidado de limpar o que sujam, isto influencia bastante o ambiente do parque, que tem potencialidade de ser mais que isso. Penso que isso tem de mudar.

A ideia de existir um churrasco parece-me uma boa ideia para proporcionar um local de convívio entre a comunidade. Mas, da mesma maneira que se tem de limpar o que os cães sujam, também tem de se limpar o que o churrasco sujará. Acho muito importante que se existir um churrasco, tem de ser organizado de maneira a que possibilite a limpeza do mesmo.

Segunda atividade:

É urgente que medidas sejam tomadas de forma a criar espaços para os mais novos. “Eu tenho filhas, eu quero elas vão para lá e se divirtam, baloiços e brincadeiras de crianças. Isso é que era mesmo preciso” (figura 98.

99 Morador (b) a realizar a segunda atividade.

101 Quadro da morador (b), primeira atividade.

102 Morador (b) a explicar as decisões tomadas.

o papel do arquiteto em processos participativos



99



100



101

MORADOR (B)

Primeira atividade:

Julgo que a implementação de uma área de churrasco irá precisamente apelar ao que não se quer no Parque Verde, porque naturalmente iria trazer lixo e mau-cheiro. O desporto ao ar livre, atividades ao ar livre, cinema, teatro, “aproveitar o que o parque tem de melhor”. Mas é necessário ter também instalações sanitárias, que suportem o Parque, talvez uma biblioteca ou um espaço de leitura para as crianças (figura XX). “Já sei! Sabem aquelas cantinas assim comunitárias? Isso é que ia bem aqui”, “mas se temos espaço, vamos é fazer aqui um zoo”.

O grande problema deste Bairro é que uma pessoa sente-se constantemente a “remar contra a maré” (figura 100).

É muito difícil fazer alguma coisa boa quando nos sentimos assim.

Segunda atividade:

“Comecei pelo espaço verde”, julgo que se a cobertura estivesse repleta de vegetação, seria um espaço muito agradável com sombra, “não tudo, mas alguma parte”. Depois disso, a biblioteca ao lado da cantina ou refeitório iria resultar muito bem, seria como um ponto central onde as pessoas sabiam que podiam ir “para uma data de coisas” e que iria dar suporte às atividades que acontecem no parque. Acho que isso é importante, ter coisas a acontecer no parque, como o teatro e o desporto. Mas para isso é preciso ter as casas de banho e os balneários. (figura 101)

102 Moradores (c) e (d) a realizar a primeira atividade.

103 Morador (c) e (d) a realizar a primeira atividade.

104 Maqueta dos moradores (c) e (d)

o papel do arquiteto em processos participativos



102



103



104

MORADOR (C) E MORADORA (D)

Primeira atividade:

“Parecem-me bem estas imagens”: uma área de churrasco para encontros ao fim de semana ou para alturas de festa, mas com espaço para guardar os instrumentos do churrasco, a lenha e água para lavar a loiça depois da festa; aproveitar os espaços verdes que já existem; um ATL “para os gaiatos” e atividades de desporto e baloiços, tudo ao ar livre (figura 103).

Segunda atividade:

“Acho bem a entrada assim, ter umas arvorezinhas, um churrasco, uma torneirinha para a gente beber água, lavar a loiçinha também convém, as casas de banho também”, se calhar os “gaiatos do ATL convém ser lá dentro”, um espaço fechado, se calhar na outra ponta do parque. Equipamentos e pontos de paragem ao longo de toda a estrutura e também no Parque em si (figura xx). Atividades para as crianças no parque. “Parece-me bem. Pronto e os carros ficam lá fora.”

105 Moradora (e) a realizar a primeira atividade.

106 Quadro da morador (e), primeira atividade.

107 Moradora (e) a relizar a segunda atividade.



105



106



107

MORADORA (E)

Primeira atividade:

Escolhi estas imagens “porque acho que faz falta lá, a gente vai ao jardim com os miúdos com os filhos com os netos e falta muita coisa.” Escorregas e atividades para as crianças, um espaço de café ou um sítio para comer, nós e os miúdos. Vou desenhar um baloiço para por no quadro porque acho que é importante. Em relação ao churrasco, talvez não seja uma boa ideia, “o churrasco é mau, acho que isso é mais para a praia, para outro sítio” (figura 106).

Segunda atividade:

“O escorrega para os miúdos brincarem, as danças e o desporto é o que faz falta, perto de casa” (figura 107).

108 e 109 Morador (f) a realizar a primeira atividade.

o papel do arquiteto em processos participativos



108



109

MORADOR (F)

Primeira atividade:

Sinceramente todas estas imagens parecem bem. Os miúdos devem estar ocupados com todas estas coisas, se estiverem, se calhar não vão ter de se ir ocupar com outras. Na minha altura foi assim, e agora é o mesmo, eu fui ocupar-me com o que não devia (figura 108, 109).

Segunda atividade⁷³:

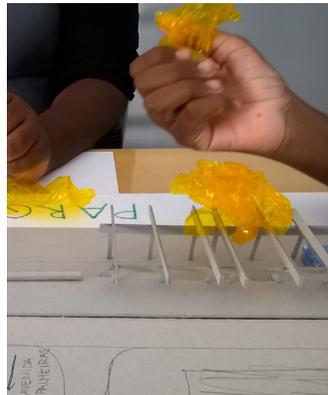
⁷³ Por motivos exteriores não houve tempo para realizar o segundo momento, no entanto expõem-se a mesma os comentários do primeiro momento.

110 Moradores (g) e (h) a realizar a segunda atividade.

111 Moradores (g) e (h) a explicar a segunda atividade.

112 Moradores (g) e (h) a explicar a segunda atividade.

o papel do arquiteto em processos participativos



110



111



112

MORADOR (G) E MORADORA (H)

Primeira atividade:

“Nós vamos ao Parque todos os dias”, mas há um problema fundamental: o Parque não está preparado para pessoas com mobilidade reduzida. Escrevemos novas palavras para por no quadro porque não existem ainda: uma delas é “acesso ao parque para cadeiras de rodas”. Esta é muito importante, a acessibilidade ao parque não é fácil. O problema agravasse ainda mais uma vez que estamos no Parque, porque não existe nenhum lugar para pararmos à sombra. Repara, toda a sombra que existe é proveniente das árvores e as árvores estão na relva. Com as cadeiras de rodas não podemos ir para a relva. Por isso, como podemos usufruir do Parque? (figura 112).

SEGUNDA ATIVIDADE:

Não vamos complicar muito, julgo que o que nós gostaríamos de ter era uma área de sombra com umas mesas que fosse de fácil acesso, por isso colocámos aqui as palas brancas (figura 111). Claro que casas de banho e árvores fariam parte do plano, mas se tivéssemos uma área com sombra, isso é que era bom.

113 Moradora (i) a realizar a primeira atividade.

114 Quadro da moradora (i), primeira atividade.

115 Moradora (i) a realizar a segunda atividade.

o papel do arquiteto em processos participativos



113



114



115

MORADORA (I)

Primeira atividade:

“Escolhi estas imagens porque são as que mais me dizem respeito, a mim e às outras mães aqui desta zona”. Não vou há muito tempo ao Parque para ser sincera, mas o desporto, futebol, atividades e espaços para os jovens “são as coisas que nós precisamos, para as crianças que não tem onde estar o dia todo sabe Deus a fazer o quê, temos que andar atrás deles.” (figura 113)

Segunda atividade:

“Acho que isto é boa ideia este parquezinho que vocês tão aqui a fazer este chafariz, o espaço para os idosos” e todas as atividades para os jovens, “coisas que os ocupe, que eles tenham a cabeça ocupada em vez de andarem ai numa agitação, como mãe é isso que eu penso, é isso que acho”. Cobri parte da estrutura com cobertura, para haver uma área de sombra para estar com mesas e bancos, e para além disso um sítio fechado para os idosos, “que também tem de ter o espaço para eles para estarem durante o dia, com uma refeiçãozinha”. Seguidamente, um segundo espaço fechado para “aquela coisa da cozinha, para aprenderem a cozinhar alguma coisa, para pelo menos as raparigas estarem ocupadas, tenho lá 3 raparigas em casa”. Coloquei estes dois espaços separados, para as crianças estarem a fazer as coisas delas e os mais velhos estarem descansados (figura 115).

116 Morador (j) a realizar a primeira atividade.

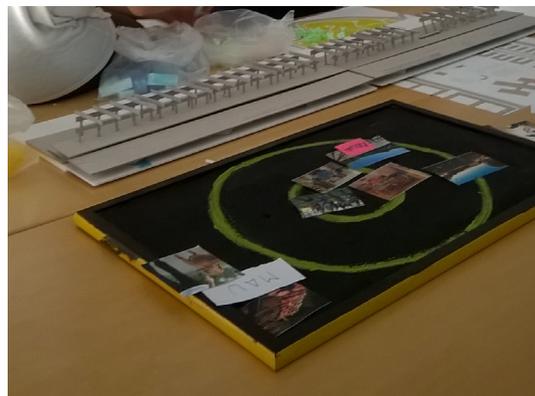
117 Morador (j) a realizar a segunda atividade.

118 Maqueta do morador (j), primeira atividade.

o papel do arquiteto em processos participativos



116



117



118

MORADOR (j)

Primeira atividade:

Não costumo ir ao Parque, não me lembro da última vez que fui. Escolhi estas imagens porque julgo que devia haver um espaço de café com esplanada, um campo de futebol mas com relva e não de terra. Mais árvores porque a paisagem deve ser aproveitada. Mas tem de se manter o espaço limpo, não penso que um churrasco iria ajudar, nem a sujidade dos cães que ninguém consegue manter limpo. (figura 118)

Segunda atividade:

“- iria começar a ir ao parque se tivesse isto tudo?”

- sim”

119 Equipa de Desporto Adaptado a realizar a segunda atividade.

120 Equipa de Desporto Adaptado a realizar a segunda atividade.

121 Quadro da Equipa de Desporto Adaptado, primeira atividade.

o papel do arquiteto em processos participativos



119



120



121

EQUIPA DE DESPORTO ADAPTADO

Primeira atividade:

Primeiro, e antes de mais escolhemos por no centro o desporto com o símbolo de mobilidade reduzida porque, naturalmente, fazemos parte do desporto adaptado. Uma coisa fundamental é os acessos ao Parque, simplesmente não estão pensados para pessoas com mobilidade reduzida. Também achamos uma boa ideia se houvesse uma oficina, não só para arranjar as bicicletas mas também porque “fazemos andebol com rodas e podíamos juntar uma coisa com a outra”. Tudo o que é actividades ao ar livre parece-nos óptimo, o teatro, até poderiam fazer um anfiteatro no meio do parque com vista para o rio (figura 121). “Vou te dar a melhor ideia que possas imaginar: deviam fazer uma estação de rádio para o bairro! Se fizeres isso vai toda a gente aderir, a sério!”

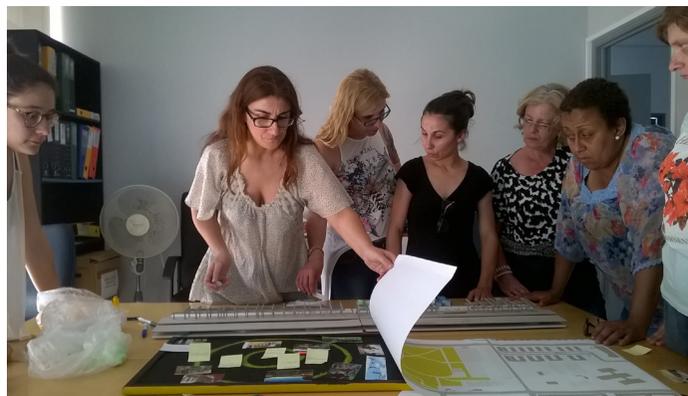
Segunda atividade:

Ao longo da estrutura colocamos casas de banho, balneários e bancos debaixo e fora da cobertura. As oficinas, a sala de computador e a casa do segurança deverião ficar todas no mesmo local, ao pé das escadas principais. Para além disso, a roulote de comida à porta do Parque, mas pode se mover para outro lado. (figura 120)

122 Funcionários do ACM Bela Vista
a realizar a segunda atividade.

123 Funcionários do ACM Bela Vista
a realizar a primeira atividade.

o papel do arquiteto em processos participativos



122



123

FUNCIONÁRIOS DO ACM BELA VISTA

Primeira atividade:

“Isto é bom porque as pessoas não estão habituadas a ser ouvidas.” Uma das maiores problemáticas do Parque, e talvez a mais difícil de resolver, é que por estar ao lado do Bairro ninguém de fora o frequenta. Isto aplica-se também aos equipamentos do Bairro em si também. Já melhorou bastante, mas mesmo assim, ninguém vem aqui à biblioteca, mesmo que seja boa, porque está num bairro social. A segurança é um tema muito sério, ainda vivemos neste ambiente, neste receio, muitos moradores ainda não saem à rua de noite. É muito importante que esta imagem mude, principalmente porque não corresponde inteiramente à verdade. Propaganda, divulgação, isto é importante acontecer, principalmente com os recursos que existem hoje. Deveria haver um espaço no Parque que possibilitasse uma série de atividades, não só relacionadas com o Parque em si, mas que principalmente conectasse o que já está a acontecer no Bairro, como por exemplo aqui com o ACM. Alguma intervenção que permitisse levar para lá os miúdos do triângulo, e de outros sítios também. Porque muita coisa já acontece, muitas vontades já se revelam aqui, dentro do Bairro. O Parque ser aberto? Sem grades? Isso está fora de questão. (figura 123)

Segunda atividade:

Estes volumes representam o ATL, ou o espaço para os mais novos que deveriam estar o mais central possível. Estes volumes ao redor do campo seriam as casas de banho e balneários, não só para os campos do ACM mas os de futebol também. Esplanada já existe mas não penso que fosse má ideia cobrir e sombrear esta área da entrada, com árvores e verde ou com cobertura mesmo. (figura 122)

- 124 Esquema representativo da maqueta da Estrutura.
- 125 Esquema representativo de programas funcionais ou espaços fechados.
- 126 Esquema representativo de equipamentos públicos ou mobiliário.
- 127 Esquema representativo de árvores ou vegetação no geral.
- 128 Esquema representativo de cobertura.

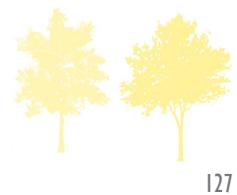
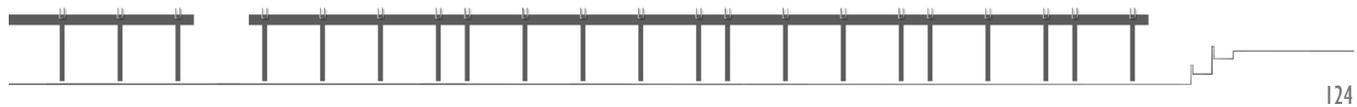


3. PROJETO: FASE UM

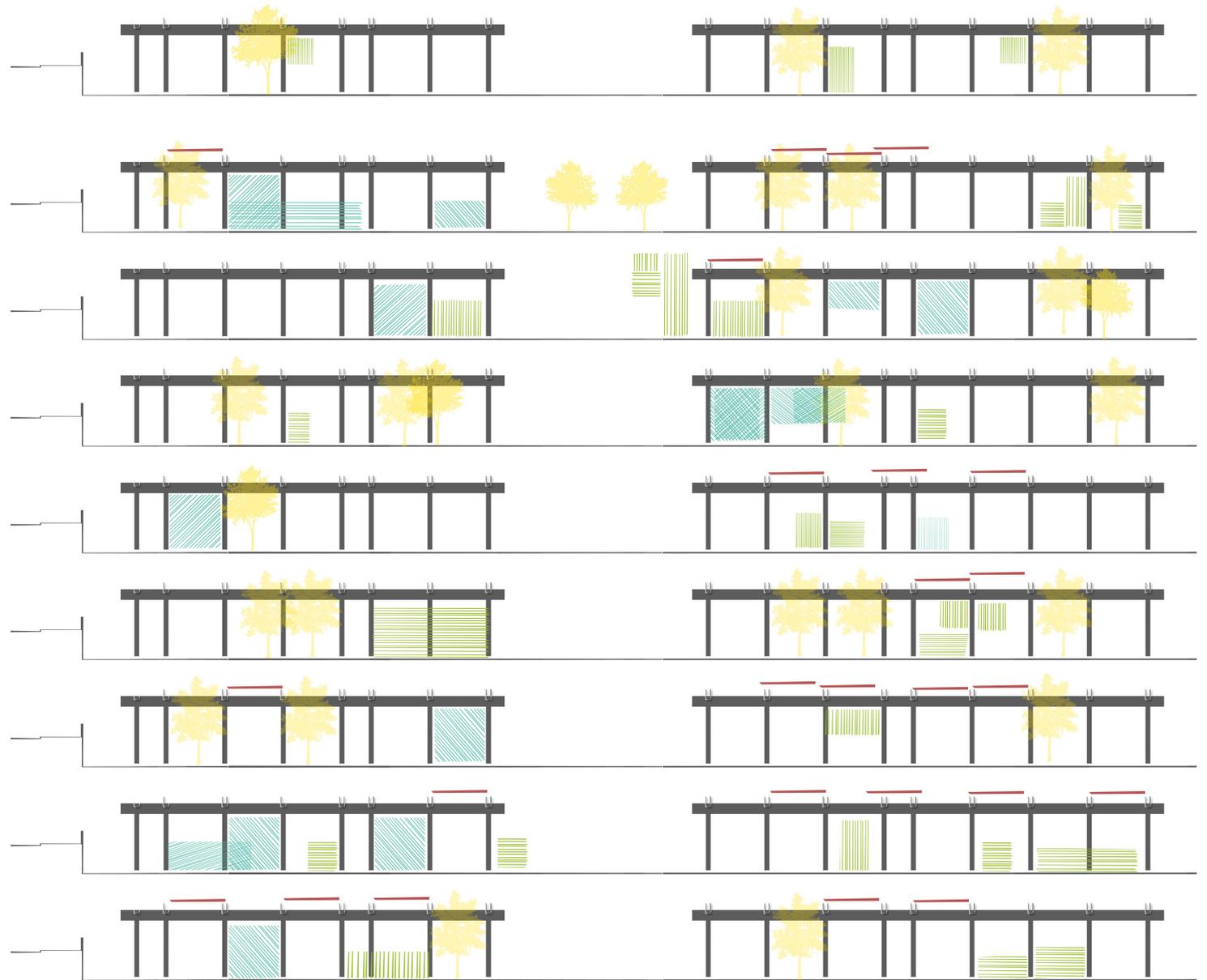
A terceira fase do projeto corresponde a um retorno ao ambiente académico para o desenho da proposta de apropriação do espaço da estrutura tendo como base os resultados da fase participativa. A tarefa não visa transladar diretamente as ideias dos moradores, mas traduzir em espaço os desejos e necessidades comuns previamente discutidos. A proposta é aprofundada na vertente prática do Projeto Final de Arquitetura.

Para melhor sintetizar os resultados do segundo momento da ação participativa na Bela Vista, é realizado um esquema representativo das decisões de cada morador/grupo. As figuras 124-128 correspondem ao Tool Kit utilizado, respetivamente, a maqueta da Estrutura e os quatro elementos – azul, verde, amarelo e vermelho⁷⁴; da mesma forma as figuras 129-137 correspondem às decisões individuais de cada morador/grupo. A pluralidade de decisões e desejos entram em concordância em

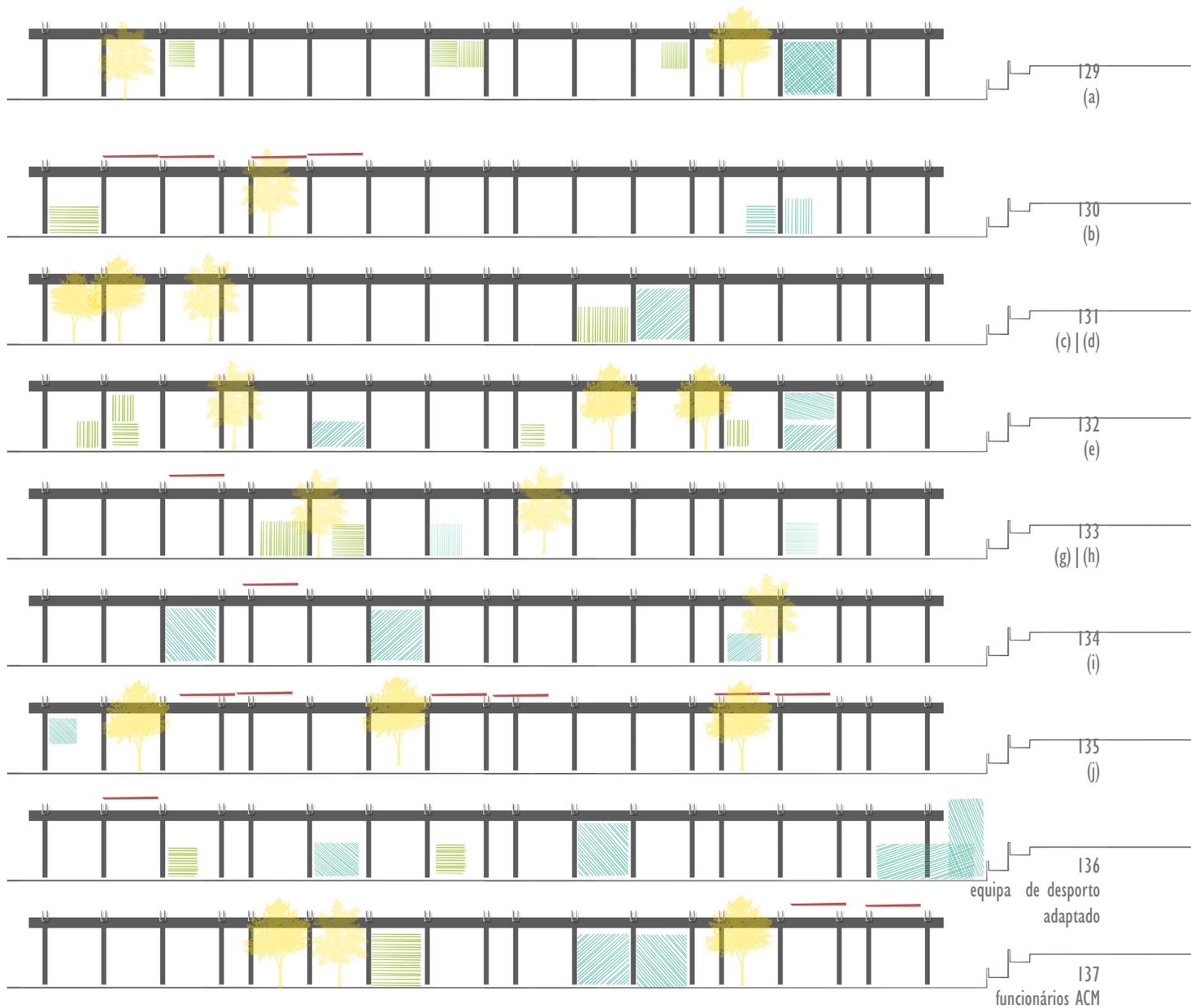
⁷⁴ Como anteriormente referido, cada cor é representativa de um elemento. Neste caso: (1) azul – programas funcionais ou espaços fechados; (2) verde – equipamentos públicos e mobiliário; (3) amarelo – árvores ou vegetação no geral; e (4) vermelho – cobertura.



alguns aspetos, e com recurso à análise do material discutido com os moradores, são sublinhadas duas conclusões principais: (1) a urgência que é gerar espaços para os jovens; e (2) a carência de ferramentas para dinamizar a vida do bairro. Na segunda atividade, quando pedido aos participantes para “preencher” a estrutura, muitos apropriam-se dela por completo enquanto outros nem tanto. No entanto, é possível referir alguns temas abordados repetidamente: (1) um espaço público com sombra e ao ar livre; (2) um programa que sirva de “âncora” entre o parque e a comunidade; e (3) a possibilidade de apropriação temporária do espaço para eventos periódicos dentro da comunidade. Os residentes reconhecem o potencial da proximidade do Parque Verde e as vantagens que proporciona ao Bairro, contudo este falha na resposta ao modo de vida do Bairro da Bela Vista, tornando-se fechado para si mesmo. Nesta linha de pensamento, quando expostos com a proposta da Estrutura, que abre o parque para o bairro, existe uma concordância generalizada uma vez que vai ao encontro das suas vontades.



da participação ao projetar: o caso do bairro da bela vista



Desta forma desenvolve-se o projeto para um novo equipamento, um local de encontro entre vizinhos, visitantes, crianças e mais velhos, um ponto de passagem na ida ao mercado, um ponto de paragem nas festas ao fim de semana que se montam tão rápido como se desmontam. Um espaço que receba os hábitos do quotidiano desta geração e que se modifique para os costumes da próxima. Não é através de uma análise formal aos resultados da ação, mas pelo contexto de cada proposta, que se propõe para a Fase um do projeto académico o desenho de uma (1) cozinha comunitária e (2) balneários para o Parque Verde. A proposta de uma cozinha comunitária surge da necessidade de criar uma âncora entre o Parque e os programas já existentes dentro das portas do Bairro. Os balneários - dizem respeito ao polo desportivo da associação ACM já existente no Parque Verde. Estes programas, em parte como espaço polivalente, pretende estabelecer finalmente a conexão entre as duas realidades, vivendo não para dentro, mas fragmentando os limites do bairro.

Alguns aspetos, como representado nas figuras XX, traduzem a vontade geral de reproduzir ambientes e espaços de pequena escala e genericamente conectados entre eles, quando não conectados também com o bairro, mais relacionado com a ideia de vizinhança “para os miúdos brincarem” e “para se ocuparem”. Como representado nos esquemas, não existem propostas que se apropriem do espaço na sua totalidade, pelo contrário, nota-se uma certa restrição na aplicação de funções (azul). No entanto, quando estas funções são aplicadas, geralmente o são numa mesma área e relacionadas com os acessos ao Parque. Se as funções (azul) eram escolhidas com cautela, a vegetação (amarelo) era atribuída quase aleatoriamente e sempre em abundância, admitindo assim o peso atribuído aos espaços verdes e a relação desejada com o ambiente do Parque.

A diversidade de propostas apontava, não para um espaço concreto de programa tradicional, mas para um local onde fosse possível desenvolver variadas funções ou atividades. Enquanto os balneários são uma resposta a uma necessidade, a cozinha comunitária vem responder não só à sua função base, mas vem albergar e possibilitar que associações, moradores individuais ou até visitantes possuam um espaço coletivo de caráter multifuncional, uma plataforma de aprendizagem aberta

a todos, que visa não a substituir, mas a ampliar o que já acontece na comunidade do bairro da Bela Vista.

CAPÍTULO IV : Conclusão e Discussão

A dissertação que se apresenta assumiu como objetivo contribuir para o entendimento de alternativas no modo de projetar. Focalizando-se no tema da arquitetura e os processos participativos, procurou-se esclarecer onde se posiciona o arquiteto na prática desta metodologia. Para tal, esta investigação apoiou-se em precedentes teóricos/práticos e num ensaio concreto no território - o Bairro da Bela Vista, Setúbal.

Neste sentido, pode-se considerar que arquitetura, de forma positiva, é aquela que responde às circunstâncias inerentes do ambiente em que opera, sendo elas questões económicas, geográficas, políticas ou sociais. A ideia de que arquitetura é concebida para as pessoas é uma premissa fundamental nos processos participativos. A edificação do espaço ultrapassa o território físico, é também construído pelas ações do quotidiano. Os elementos subjetivos que são intrínsecos no habitar, a forma de apropriação das pessoas ao seu ambiente, as particularidades das suas rotinas ou as suas necessidades quotidianas, são características humanas não quantificáveis que vêm comprovar que arquitetura não pode estar desassociada das dinâmicas sociais. Arquitetura da participação, como processo de inclusão do

utilizador, vem evidenciar este fator e valorizar as questões sociais e políticas do contexto em que se insere.

Num modo geral, pode assumir-se que o utilizador, de uma maneira ou de outra, participa sempre na edificação do seu ambiente e, como exposto por Sherry R. Arnstein (1969), em *A Ladder of Citizen Participation* o envolvimento deste no processo pode assumir vários níveis. Por isso, ao reconhecer que o espaço está sujeito a constante alteração, a apropriação deste pelos que o habitam parece ser parte de uma evolução natural e reflexo da história do lugar. Neste contexto, o subestimar e a separação da fase de manutenção ou de habitar do processo arquitetónico é considerado não natural, uma vez que os habitantes se adaptam à arquitetura e não o contrário.

É razoável afirmar que parte dos limites da participação em arquitetura se encontram na escala da sua intervenção e, conseqüentemente, no que esta implica. Por se considerar uma intervenção, como uma resposta às particularidades de um determinado contexto, então poderá apenas ser aplicável a pequena escala e a soluções a curto-prazo, como referem De Carlo ou Friedman que refletia sobre esta questão considerando um “critical group size” (2006, p. 35). Desta forma, como pode esta arquitetura “particularizada” se tornar eficiente perante problemáticas que envolvem organismos sociais inteiros ou soluções a longo-prazo? De Carlo (1980) explica que, partindo do princípio que pequenas partes constituem o todo, as operações participativas de pequena escala integradas, poderá ser uma estratégia que satisfaça as necessidades dos habitantes a longo prazo.

Ao admitir os limites, é possível refletir sobre o posicionamento do arquiteto na prática participativa. O arquiteto, independentemente do seu protagonismo no processo, deverá oferecer possibilidades e não soluções dogmáticas, ou seja, gerir processos e materializar respostas às necessidades, tendo em vista, a construção de hipóteses e não de suposições. O arquiteto opera como “tradutor”, faz parte do processo, disponibiliza ferramentas para que o diálogo possa existir. Como afirma Friedman (2003, p. 45) “really, the key is communication”. Neste contexto, apenas o diálogo aberto permite encontrar resposta às condições da vida real.

A investigação de precedentes teóricos e práticos ajudou a compreender porque é que participação surge em arquitetura na década de sessenta. As experiências de Turner no denominado “terceiro mundo”, os ensaios PREVI (Perú) ou, mais recentemente, Quinta Monroy (Chile), conduzem a arquitetura (e os arquitetos) para além da urgência de resposta na realidade de escassez, e alertam para a capacidade do “homem comum” edificar sem o auxílio do profissional. Isto, demonstra que o arquiteto deve acautelar as suas próprias vontades em detrimento das do utilizador, através da procura de respostas assentes no conhecimento e experiências do lugar, e através do testemunho da autoconstrução. Turner (1927 -) descreve, com clareza, os benefícios de atribuir ao utilizador a liberdade para construir. Esta liberdade para construir que não se considera literalmente, pois é de secundária importância se o morador constrói com as próprias mãos. A liberdade para construir é ter o poder sobre o próprio modo de habitar.

De todos os benefícios que o avanço tecnológico proporcionou até hoje, considera-se neste contexto que um dos mais relevantes foi a hipótese de projetar, não o universal, mas a hipótese de projetar possibilidades. A “máquina”, encarada como recurso de manipulação pelo homem, é utilizado à sua escala e para a sua escala, e só faz sentido na “aldeia global” que caracteriza a atualidade. A alternativa de Habraken (1928 -) ao Mass Housing, passadas seis décadas, continua a vir ao encontro dos recursos da época que nos conduzem cada vez mais para um retrato mais individual do utilizador e da comunidade.

A herança participativa deixada pelas obras de De Carlo (1919 - 2005) em Itália, e pelo Processo SAAL em Portugal, são a lembrança de que a arquitetura para o maior número não pode passar despercebida no exercício arquitetónico. Provocados por vontades políticas, ambos precedentes comprovam a capacidade de realização quando existem motivações coletivas direcionadas na concretização do mesmo fim. O que na altura se assumiu como um dever cívico e como proclamação de um recente regime democrático, décadas mais tarde faz parte da memória do lugar em conjunto com os seus moradores, para materializar o pensamento de uma época de rutura e de consciencialização de alternativas ao modo de projetar.

Para responder à questão, qual é o papel do arquiteto no processo participativo, é pertinente reconhecer a dependência na motivação de outros na concretização da vontade de um indivíduo ou coletivo. A aproximação ao território real do Bairro da Bela Vista em Setúbal, a saída do ambiente académico, teve como objetivo clarificar questões, nomeadamente as deixadas em aberto na investigação teórica. Isto é, questões de natureza prática e de abordagem concreta que dizem respeito aos limites da participação. No processo de aproximação ao bairro evidenciaram-se restrições relacionadas com o percurso necessário a fim de realizar uma ação que compromete as “barreiras” do bairro, das entidades exteriores e das próprias pessoas. O percurso não foi, nem se esperava que fosse, linear. De facto, pode-se afirmar que um dos principais desafios em práticas participativas é o de encontrar uma área de concordância entre os vários participantes, quer sejam internos ou externos, em prol do mesmo fim. Isto é testemunhado num modo geral em todos nos casos práticos nesta investigação apresentados, e comprovado com o pequeno ensaio no Bairro da Bela Vista. A experiência no território demonstra que não é possível aplicar uma abordagem singular a contextos diversos, e refuta a ideia de existir uma abordagem universal à metodologia. Talvez, a descoberta desta área de concordância seja o ponto decisivo que difere a “utopia” da “utopia realizável”⁷⁵.

Se na década de sessenta a participação surge em arquitetura, essencialmente, devido à necessidade de rever o status elitista do arquiteto do movimento moderno (Carlo, 1970) e, à vontade de fundamentar a disciplina por meio de valores políticos e sociais, atualmente, a facilidade de acesso a informação, a diminuição constante das distâncias, desencadeou uma maior pro atividade para tentar alcançar a velocidade da “aldeia global”. Realçam-se movimentos como Do it Yourself e o pensamento da própria indústria que caminha para uma nova direção

⁷⁵ Utopia e utopia realizável - tradução e adaptação livre dos termos “utopia” e “utopia can be realized” a partir da entrevista Utopian interviews a Yona Friedman, exposta em parte no Capítulo II (Subcapítulo 2, Arquitetura de Suportes, página 60) da presente dissertação. In Friedman. Y. (2003) Utopian interviews. In Obrist H. U. (2007), The Conversation Series – Yona Friedman. (pp. 43-56). Distributed Art Pub Incorporated.

(Carlo, 1980). A geração Y aponta para uma crescente preocupação e vontade de abordar a questão “porquê” em paralelo com a questão “como” (Sanders, 2010). Neste sentido, é possível concluir que a crise financeira mundial motiva a procura de alternativas ao pensamento consumista que não é sustentado na realidade atual. A nova realidade social, política e económica desencadeia, assim, a vontade de assumir responsabilidade social e dever cívico que naturalmente promove uma reflexão sobre a prática arquitetónica. A participação assume-se, no contexto atual, como uma alternativa, ou seja, como uma possível ponte entre o conhecimento do arquiteto e a experiência do destinatário:

Acredito que a arquitetura no futuro será caracterizada por uma participação crescente do utilizador na sua definição em termos de organização e forma. Mas, num esforço no sentido de não confundir a minha previsão com as minhas esperanças, devia ter dito antes que na minha opinião os arquitetos contemporâneos devem fazer todo o possível para fazer com que a arquitetura seja cada vez menos a representação do seu criador e cada vez mais a representação do seu utilizador (Carlo,1980, citado em Rodrigues, 2010 p.753)

PARTE II : VERTENTE PROJETUAL

REQUALIFICAÇÃO DE SETÚBAL NASCENTE

INTRODUÇÃO

A presente memória diz respeito à vertente prática do Projeto Final de Arquitetura de decorreu durante o ano letivo de 2014 – 2015. É importante mencionar a forte ligação entre a vertente projetual e a vertente teórica, no sentido em que partem de um esforço conjunto de desenvolver e entender melhor a prática arquitetónica através da implementação de um processo participativo.

O objetivo do projeto é criar condições para a implementação de um equipamento de carácter público na zona nascente da cidade de Setúbal. Através de uma primeira abordagem à cidade, por meio de uma estratégia de grupo questionamo-nos, como se regenera a relação quebrada entre a cidade e o rio? A partir da leitura e da interpretação do tecido urbano, trabalha-se num plano estratégico consolidado na valorização do espaço público e espaço verde, como elemento conector de uma frente de rio. O reconhecimento do território responderia como fundação a um segundo momento do trabalho, onde se realiza a aproximação a um território concreto e se desenvolve a proposta individual. Neste caso, propõem-se a implementação de um equipamento coletivo, de transição entre o bairro da Bela Vista e o Parque Verde da Bela Vista. Partindo da premissa de que a memória do lugar é criada através dos pequenos momentos do quotidiano, e por experiências de apropriação, desenvolve-se um trabalho que pretende representar o destinatário da arquitetura.



area de intervenção



I. ESTRATÉGIA DE GRUPO

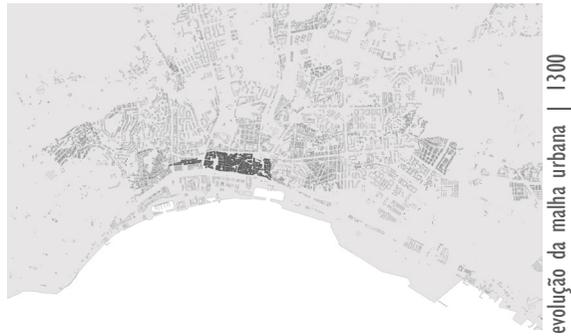
Ao lermos a evolução histórica desta cidade compreendemos que a velocidade e intensidade de outros tempos abrandou e perguntamo-nos: Que espaços e vontades geram esta metamorfose? A frente de rio foi marcante no desenvolvimento de Setúbal. Trouxe consigo as actividades piscatórias, as conservas e a agitação das lotas com expectativas perpétuas. Ao mesmo tempo gerou e acumulou enormes tensões no território que rasgou. A cidade nasceu e cresceu a partir desta linha e a partir daí nunca estabeleceu o encontro com o seu rio.

A proposta surge não só deste impasse mas também da necessidade de compreender a cidade através de uma análise até ao delinear da proposta. Em relação aos espaços verdes em Setúbal, estes apresentam-se na cidade de forma muito pontual e incoerente, de espaços geralmente mal desenhados que em vez de contribuírem de forma positiva para a melhoria dos seus bairros acabam por acrescentar pouco à sua qualidade de vida. No centro da cidade situam-se apenas dois espaços verdes qualificados que se relacionam directamente com a malha urbana da cidade, o Jardim do Bonfim e a Avenida Luisa Todi. A Serra da Arrábida e os espaço naturais a nascente da cidade que poderiam contagiar positivamente o interior desta acabam por ter uma posição desconexa em relação ao ambiente construído. Da mesma forma, a ausência de espaços verdes e de lazer no interior



dos vários bairros da cidade acentua de forma dramática uma noção de periferia em relação às áreas centrais da cidade, em nada contribuindo para a sua qualificação.

É da procura da ligação entre a cidade e o estuário do Sado que começa a surgir a proposta. Esta vastíssima área ribeirinha que envolve a cidade está visualmente presente na vivência da cidade como pano de fundo. No entanto, percebe-se claramente que não existe uma ligação efectiva, evitando que a cidade se ligue ao rio, muito saturada de volumes e fechada sobre si mesma. Desta forma uma das soluções propostas na estratégia de grupo seria o transformar de parte do porto em espaço público para usufruto da população bem como o corrigir a linha de costa da cidade, para algo que nos remetesse à linha original da cidade, mais suave e respeitadora da sua topografia. A intervenção passaria pelo redesenhar da linha de costa da década de 30 do Século XX que acaba na Doca do Comércio e tentar liga-la ao terminal acrescentado no final do século. O redesenhar desta linha implicaria portanto o devolver ao estuário de parte do porto de forma a garantir o desenho intencionado e ao mesmo tempo diminuir a escala no novo espaço público que nos parecia exageradamente extensa. Com este mesmo propósito surge também a intenção de aproveitar o redesenho para aqui estabelecer o novo espaço dos ferries bem como aliar alguma construção nova neste espaço com a garantia



evolução da malha urbana | 1300



evolução da malha urbana | 1600



evolução da malha urbana | 1700



evolução da malha urbana | 1800

que seria possível visto tratarem-se de terrenos com características favoráveis a estruturas mais pesadas.

Foi também muito importante para o grupo a estrutura verde na cidade e foi-nos diversas vezes questionado sobre o porquê do forte contexto natural que envolve a cidade não a contagiar positivamente. Com isto, e compreendendo que a avenida Luísa Todi pode ter sido em parte desenhada compreendendo esta intenção, propomos a ligação de quatro pontos verdes importantes na cidade sendo eles a Avenida Luisa Todi, o Jardim Engenheiro Luís da Fonseca, o Jardim Camilo Castelo Branco e o Parque da Bela Vista. Com isto pretende-se não só que a estrutura verde crie ligações entre os espaços verdes urbanos da cidade e a envolvente

Natural que interessa ser absorvida pela cidade mas também que estes espaços urbanos possam ser justificados ao se encontrarem dentro de um sistema todo ele agora conectado. A ligação ao Parque da Bela Vista poderia neste caso ser resolvida através de um percurso paralelo ao terminal e que ligasse posteriormente à Avenida Belo Horizonte, acautelando as devidas entradas e saídas do porto ou através de um percurso que ligasse directamente a nova zona dos ferrie ao parque com especial atenção às questões da segurança por se tratar de um percurso mais isolado. O parque em si, por considerarmos não corresponder minimamente aquilo para o qual foi desenhado e por estar hoje muito fechado para si próprio, propusemos a reorganização de novos percursos que permitam uma nova permeabilidade em relação à sua envolvente.

1900
evolução da malha urbana



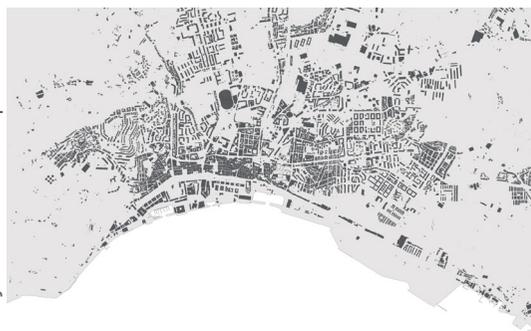
1958
evolução da malha urbana

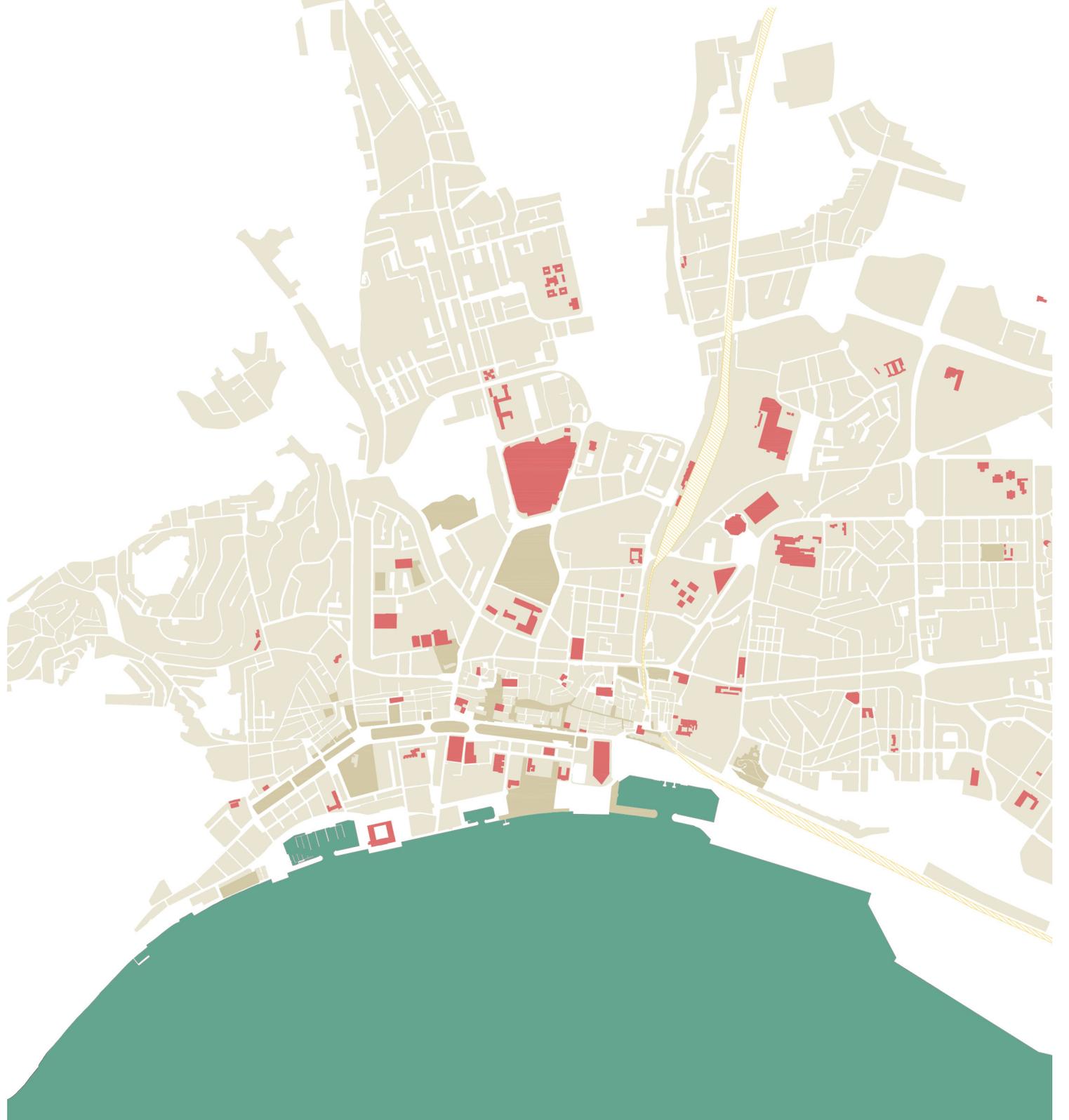


1983
evolução da malha urbana



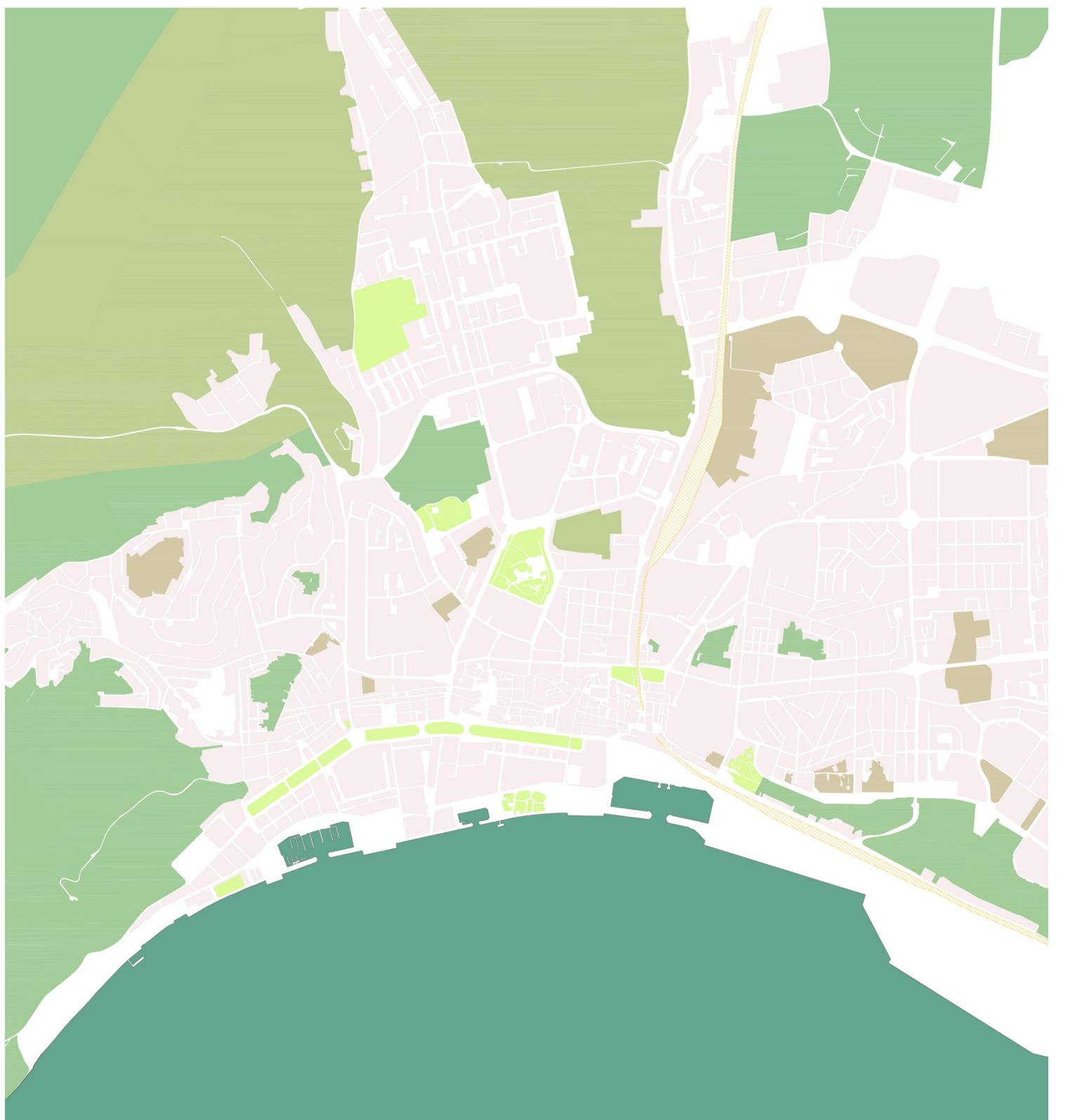
1997
evolução da malha urbana

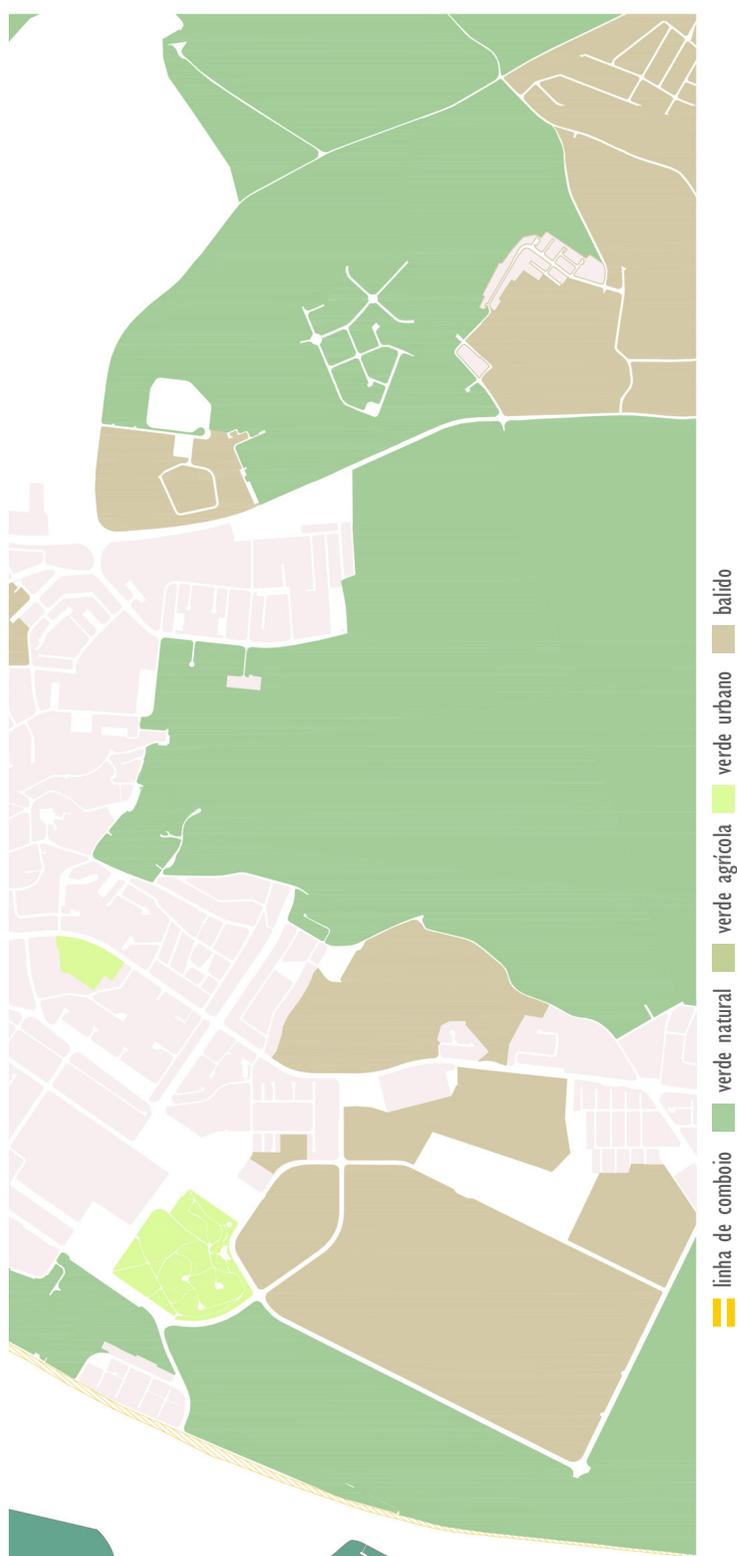




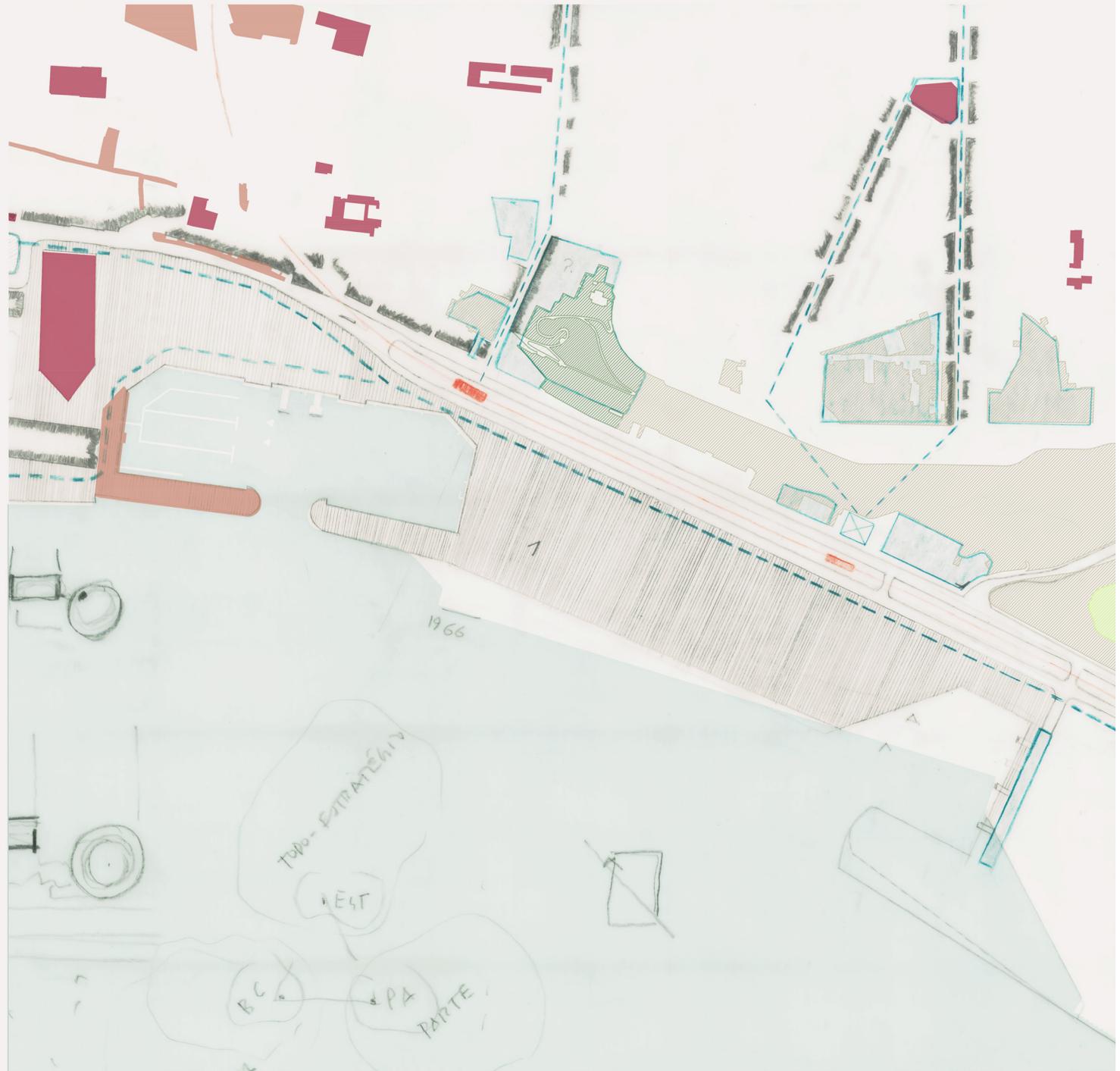


Interessou-nos igualmente como poderia esta zona da cidade resolver as suas barreiras topográficas entre a cota da linha de rio e a cota da Avenida Belo Horizonte e Bairro Azul. Percebendo que a área compreendida entre estas duas zonas não deve ser massivamente ocupada, propomos uma reabilitação de 4 eixos viários que promovam um sentido Norte-Sul ligando-os ao novo percurso recuperado na frente da orla, ao invés de um sentido Poente-Nascente. Os eixos a ser intervencionados seriam, num primeiro ponto a Rua Camilo Castelo Branco por se encontrar numa zona urbanisticamente consolidada onde poderão surgir futuros equipamentos. Um outro eixo seria a Avenida Francisco Fernandes na Bela Vista visto considerarmos que o isolamento do Bairro em nada contribui para a melhoria da qualidade de vida dos que nele habitam e desta forma a recuperação da via e consequente ligação ao eixo ribeirinho vão ao encontro do alterar do actual paradigma. Esta ligação à zona mais baixa pode ser feita com a recuperação dos percursos já existentes. Por fim a recuperação de dois eixos que convergem no Mercado Nossa Senhora da Conceição, sendo eles a Rua Dr. Fernando Garcia e a Rua Rodrigo Ferreira da Costa, já que se trata





de um equipamento catalisador de vida urbana que pode neste caso ser reabilitado de forma a complementar a recuperação das vias que nele convergem. Seria também interessante que entre o cruzamento destas duas vias com a Avenida Belo Horizonte pudesse nascer um equipamento que rematasse uma malha urbana totalmente desconexa. De forma a fechar este sistema de ligações pareceu-nos especialmente interessante a colocação de um ponto que fizesse a ligação entre as duas cotas, podendo este ter serviços ou equipamentos que viabilizassem economicamente a ligação mecanicamente assistida que no seu interior pode existir para servir a população da zona mais alta e os usos mistos da zona mais baixa. A colocação destes equipamentos na zona mais alta aparece como forma de complementar uma zona exclusivamente habitacional que carece de equipamentos como elucidado na nossa análise de usos e a colocação de usos mistos na zona mais baixa vem da necessidade da frente ribeirinha necessitar de vida tanto durante o período diurno como no período nocturno.

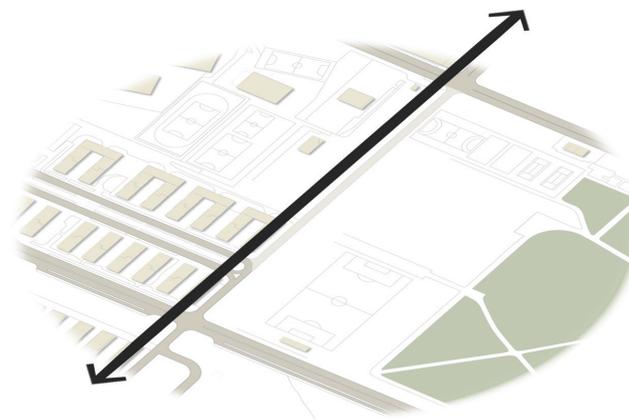




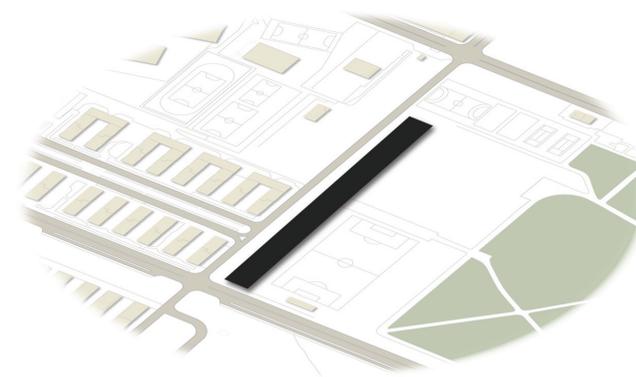
proposta de grupo

II. PLANO ESTRATÉGICO

SUORTE DE POSSIBILIDADES



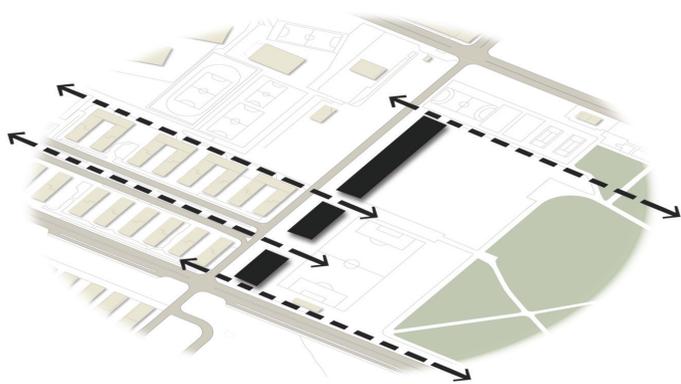
PROLONGAMENTO DO EIXO VIÁRIO



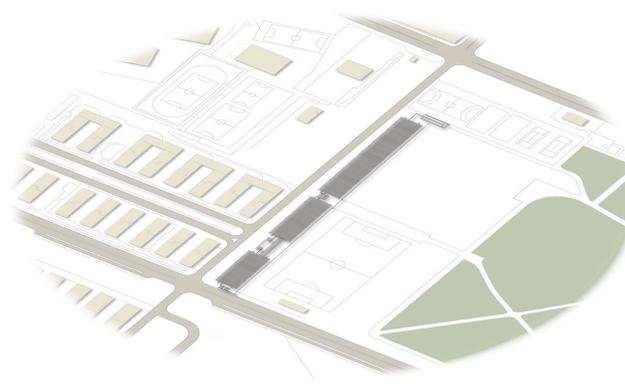
IMPLEMENTAÇÃO DO SUPORTE

A partir da aproximação à cidade de Setúbal por meio da proposta de grupo, é desenvolvido um plano estratégico que pretende aprofundar um fragmento desta proposta apresentada. Deste modo, propõe-se a regeneração e prolongamento da avenida Soeiro Pereira Gomes e na sua extensão, a implementação de um equipamento coletivo. Este pretende apresentar-se como elemento de transição entre o bairro da Bela Vista e o Parque Verde, atenuando a rutura presente entre estas duas realidades.

O processo de trabalho suporta uma significativa carga teórica, uma vez que nasce de um desafio conjunto - entre a vertente teórica e a vertente projetual - de explorar a prática participativa no processo de conceção arquitetónica. Este exercício académico tenciona depender das motivações do destinatário da arquitetura na tomada de decisão.



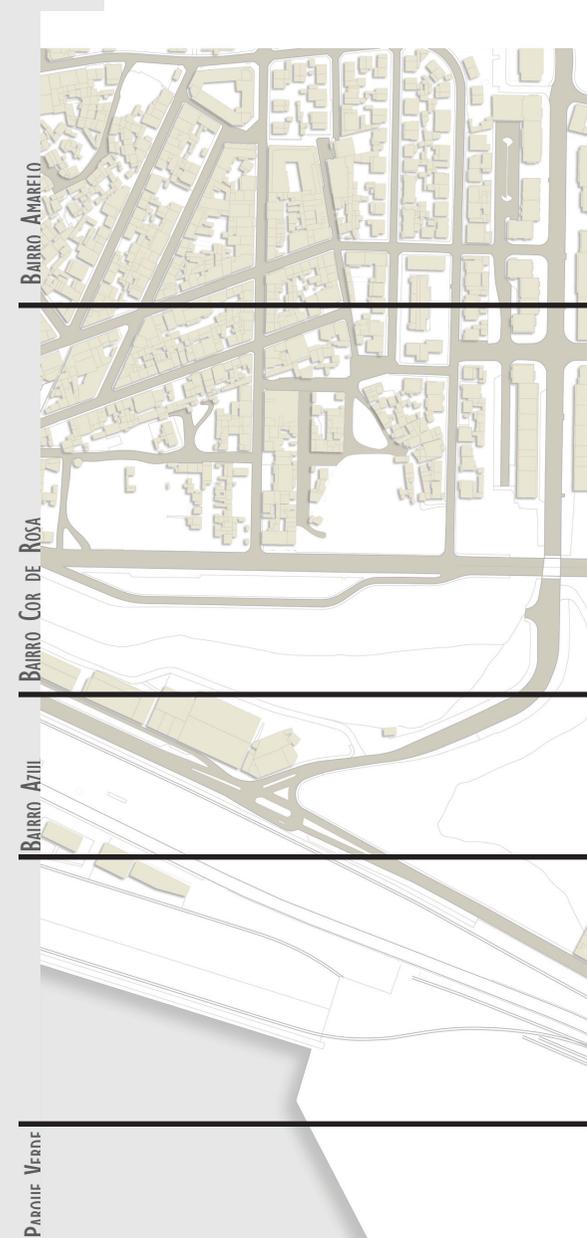
ACESSOS E QUEBRA DO VOLUME

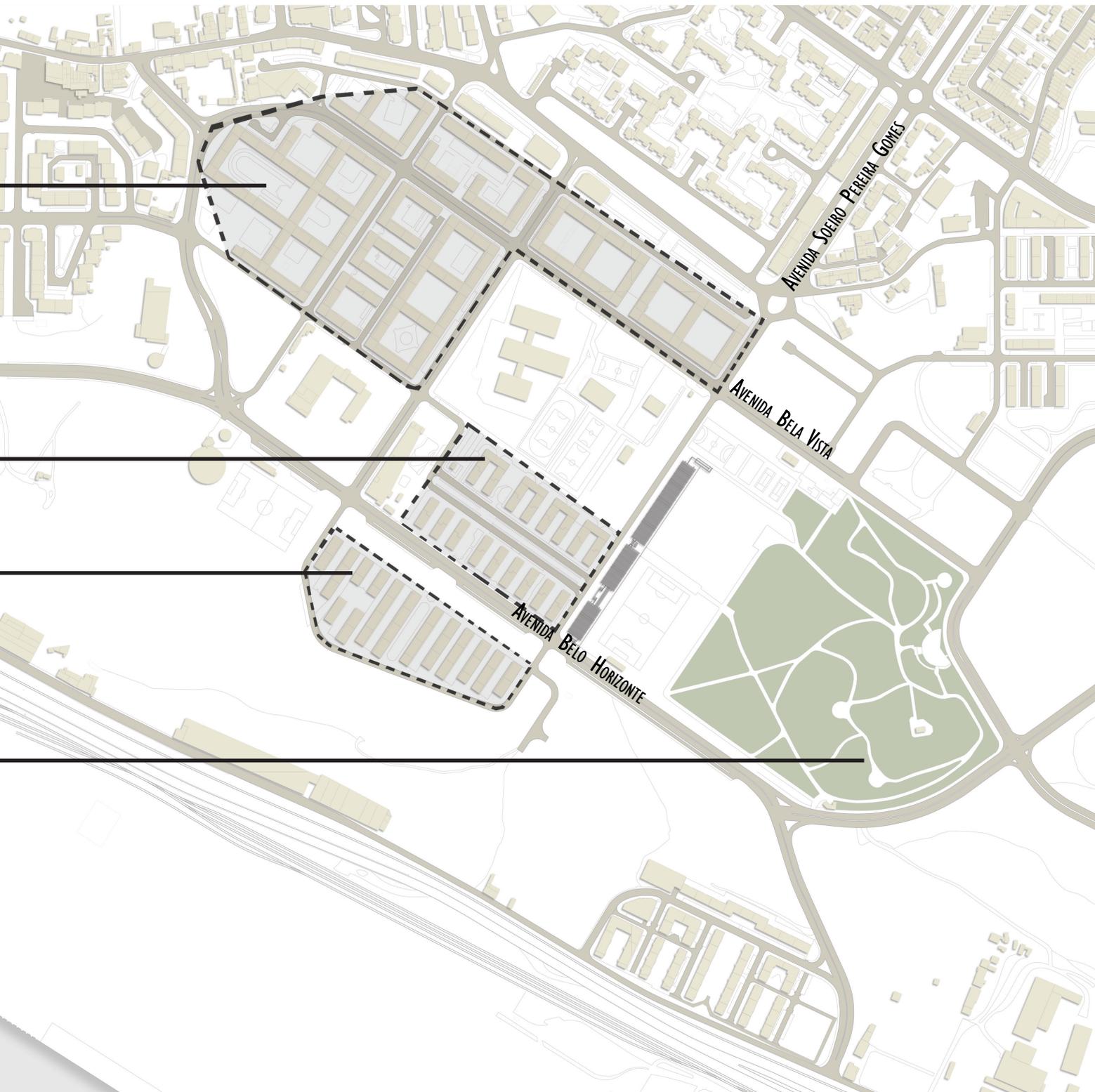


PROPOSTA

O LUGAR

Caracterizado como um limite, o local de intervenção encontra-se entre dois contextos fechados para si - o bairro e o parque. Entre a avenida Belo Horizonte e a avenida Bela Vista, cruza-se perpendicularmente o fragmento recuperado da avenida Soeiro Pereira Gomes que se encontra hoje como uma fronteira entre o parque e o bairro cor-de-rosa. O bairro da Bela Vista, isolado de Setúbal, foi em tempos destinado a ser dormitório dos operários das fábricas da cidade, hoje fechadas. O cenário atual é caracterizado por três bairros de habitação social, distinguidos pela sua cor e tipologia: (1) Bairro Amarelo; (2) Bairro Azul; e (3) Bairro Cor-de-Rosa. Território inacabado e um elemento exterior à malha urbana, o bairro da Bela Vista corresponde hoje a um cenário bastante real, que parece pertencer ao esquecimento do resto da cidade. No entanto, rapidamente se verifica que o contexto é outro. O exercício projetual visa entender esta realidade por meio de uma aproximação ao território, no sentido de aceitar a população como elemento definidor e indispensável na composição deste cenário.







LOCAL DE INTERVENÇÃO

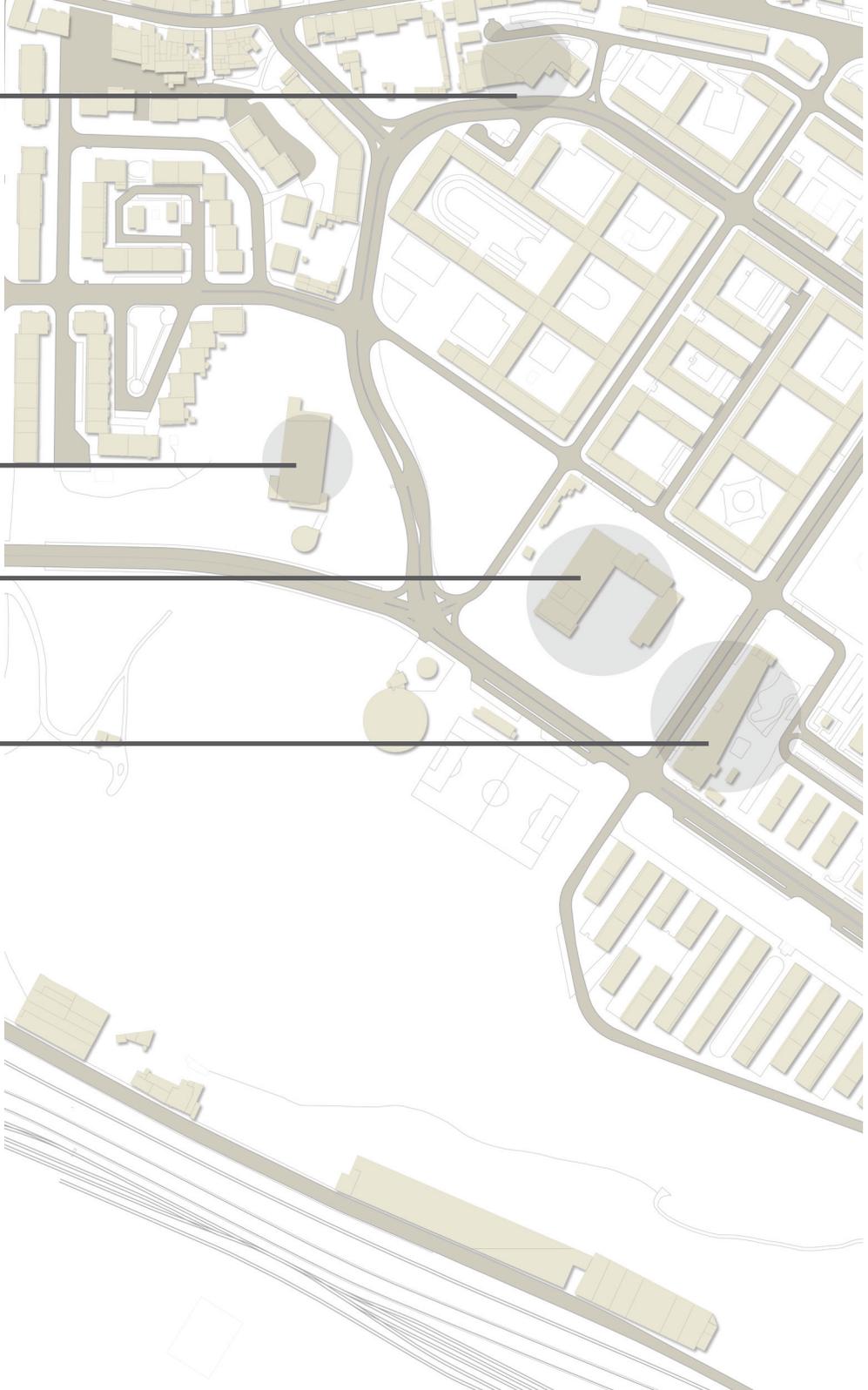


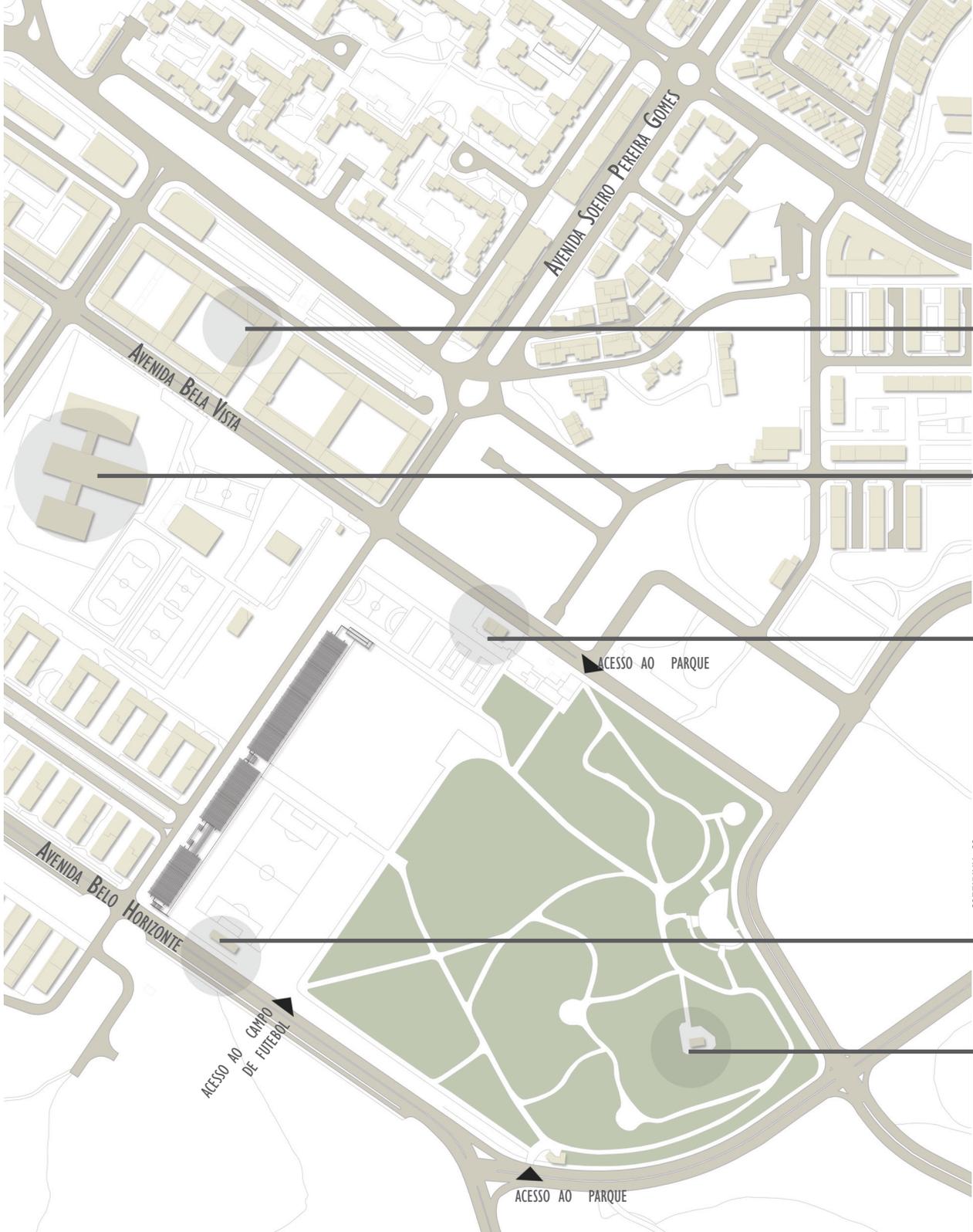
CÁRTAS, CENTRO DE DIA E CRECHE

ESCOLA PRIMÁRIA

SUPERMERCADO

YMCA / ACM





ACM CENTRO COMUNITÁRIO E TRIÂNGULO

ESCOLA SECUNDARIA

CAFÉ DO PARQUE

CLUBE DE FUTEBOL
"OS AMARELOS"

CAPELA

AVENIDA SOEIRO PEREIRA GOMES

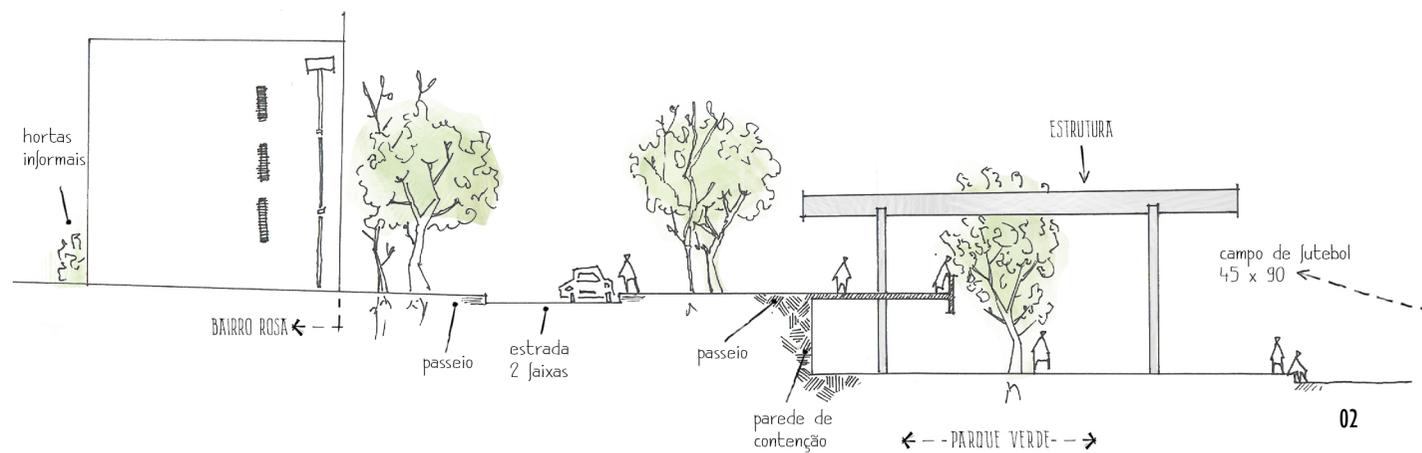
AVENIDA BELA VISTA

AVENIDA BELO HORIZONTE

ACESSO AO PARQUE

ACESSO AO CAMPO DE FUTEBOL

ACESSO AO PARQUE



01 Corte do terreno atualmente
 02 Corte do terreno com intervenção

PROGRAMA DE INTERVENÇÃO

Nesta linha de pensamento, o programa de intervenção irá desenvolver-se em dois momentos. Um primeiro momento corresponde à conceção de um Suporte, ou Estrutura, que delimita a frente de rua e transição da cota mais baixa do parque com a mais alta do novo eixo viário. Um espaço de estar, munido de percursos de ligação e momentos de paragem que apela para o sentido de vizinhança. Este Suporte, de betão e madeira, tem como objetivo permitir que sejam criadas condições para uma mais natural apropriação do espaço. Está desta maneira a promover um lugar coletivo, aberto a todos e aberto às incontornáveis evoluções do contexto, desta geração e das próximas. Ao se cruzarem as vontades de diversos intervenientes, foi possível desenvolver uma abordagem um pouco mais concreta ao território. Admitindo o “desconhecido como base” (the unknown as basis), N. J. Habraken explica que, tal como uma estante de livros, que se mantém fixa enquanto os livros podem ser retirados e recolocados sem afetar os restantes, também a Estrutura representa o suporte para futuros programas. Através da motivação de entender o espaço por meio do desenho de possibilidades, desenvolve-se um projeto como lugar intermediário, no sentido de dar continuidade ao contexto inerente.

03 Pavilhão Nórdico, Bienal de Veneza. Sverre Fehn.

04 Antigo Mercado do Carandá, Braga.

05 SESC Fábrica Pompeia: estudo de carrinhos para a venda de guloseimas, também propostos para o Centro Histórico de Salvador. Lina Bo Bardi.



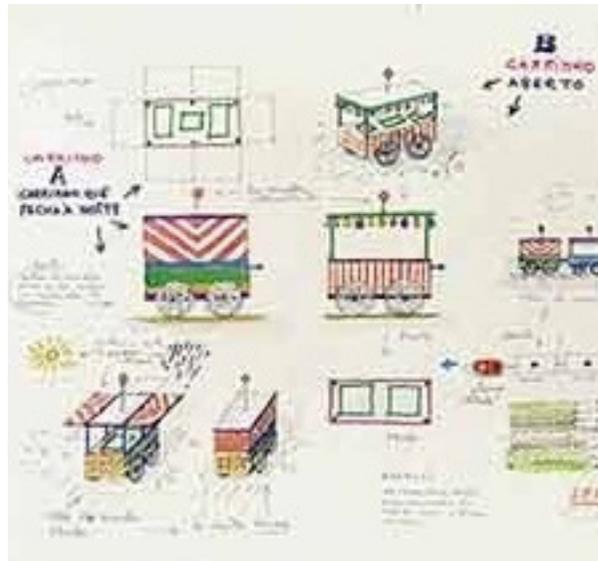
03

Se o problema é fundamentalmente político-econômico, a tarefa do «atuante» no campo do «desenho» é, apesar de tudo, fundamental. É aquilo que Bertolt Brecht chamava a capacidade de dizer «não». A liberdade do artista foi sempre «individual», mas a verdadeira liberdade só pode ser colectiva. Uma liberdade ciente da realidade social, que derrube as fronteiras da estética, campo de concentração da civilização ocidental.

Lina Bo Bardi (1976) *Planeamento ambiental:*
“desenho” no impasse



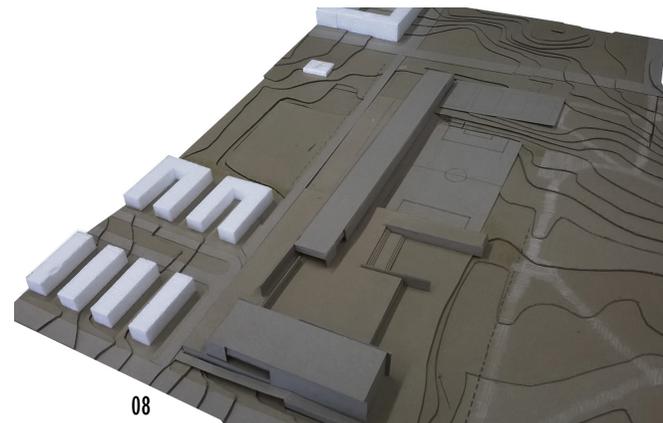
04



05



06



08

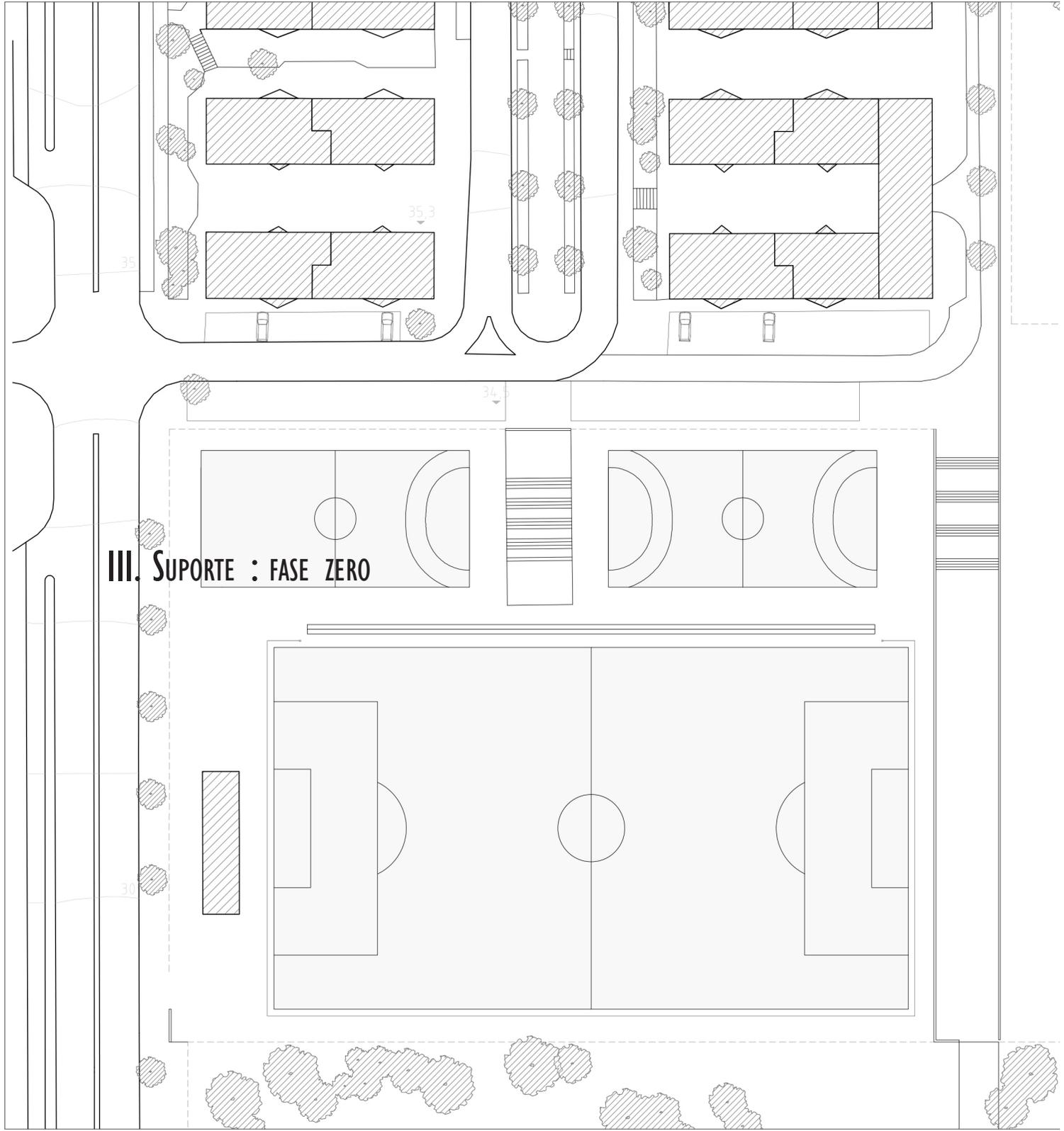


07

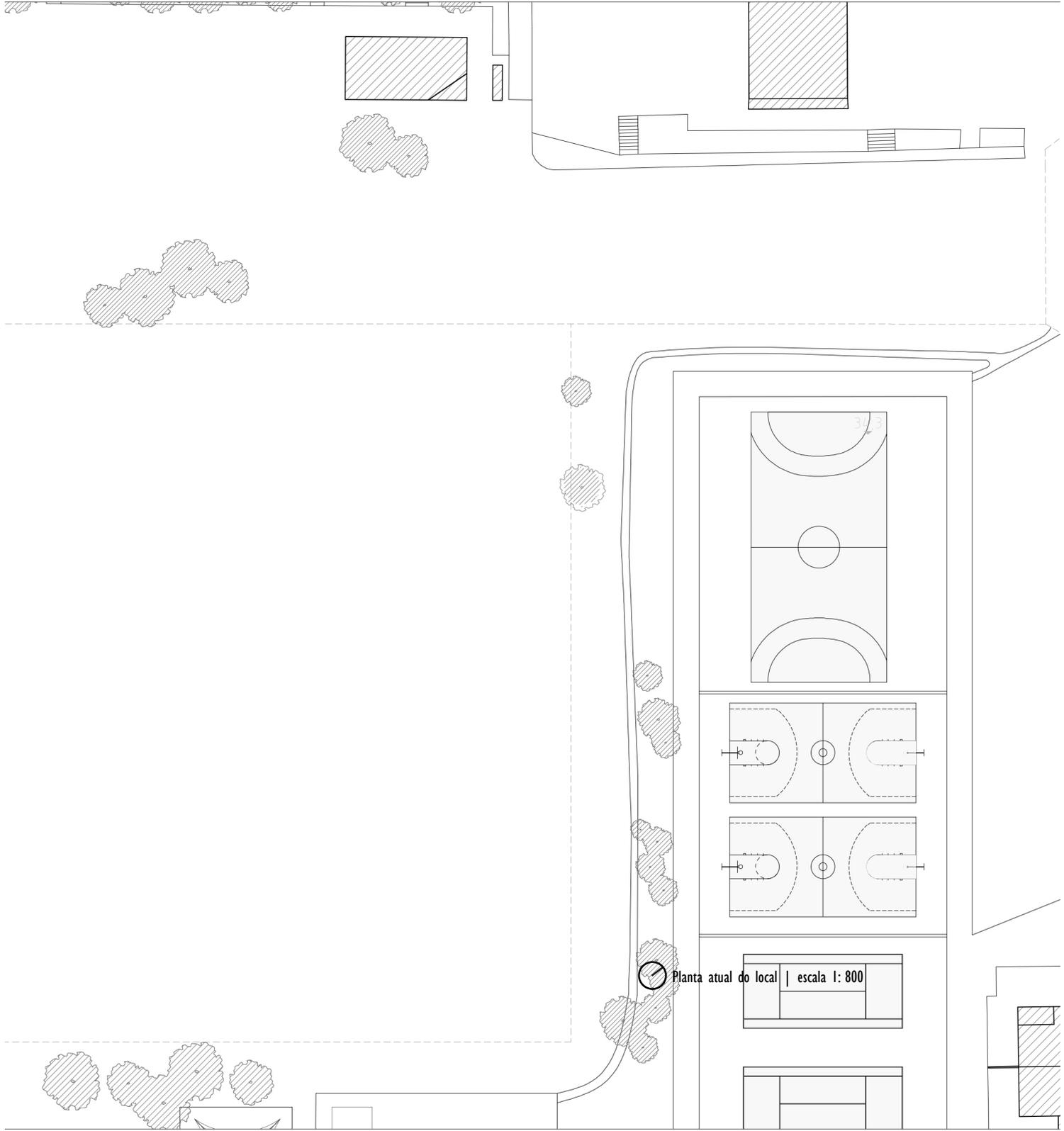
O PROCESSO

O processo, atribulado, de evolução do projeto desenvolve-se através de tentativa-erro que, por meio de desenhos e maquetas, vem assumir uma resposta mais enraizada ao lugar. A premissa projetual, que anda de braço dado com o contexto social do bairro, não demandou implantação de um objeto convencional. Aliás, quando nos aproximámos e olhámos com mais atenção, para descobrir as particularidades do lugar, mais se tornou evidente que fazia sentido trabalhar no sentido de proporcionar possibilidades. A proposta acaba por ser a materialização da realidade do bairro e por isso, assume a necessidade de gerar uma proposta alternativa. As experiências de apropriação, que são herança e memória do lugar, incitam à aceitação dessa realidade como conceito projetual. Sem tirar protagonismo à vida do bairro, o suporte rompe com um limite e torna-se referência no território.

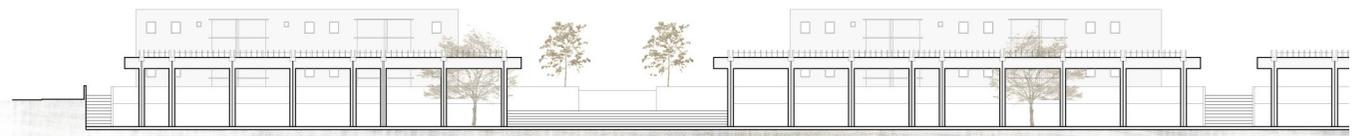
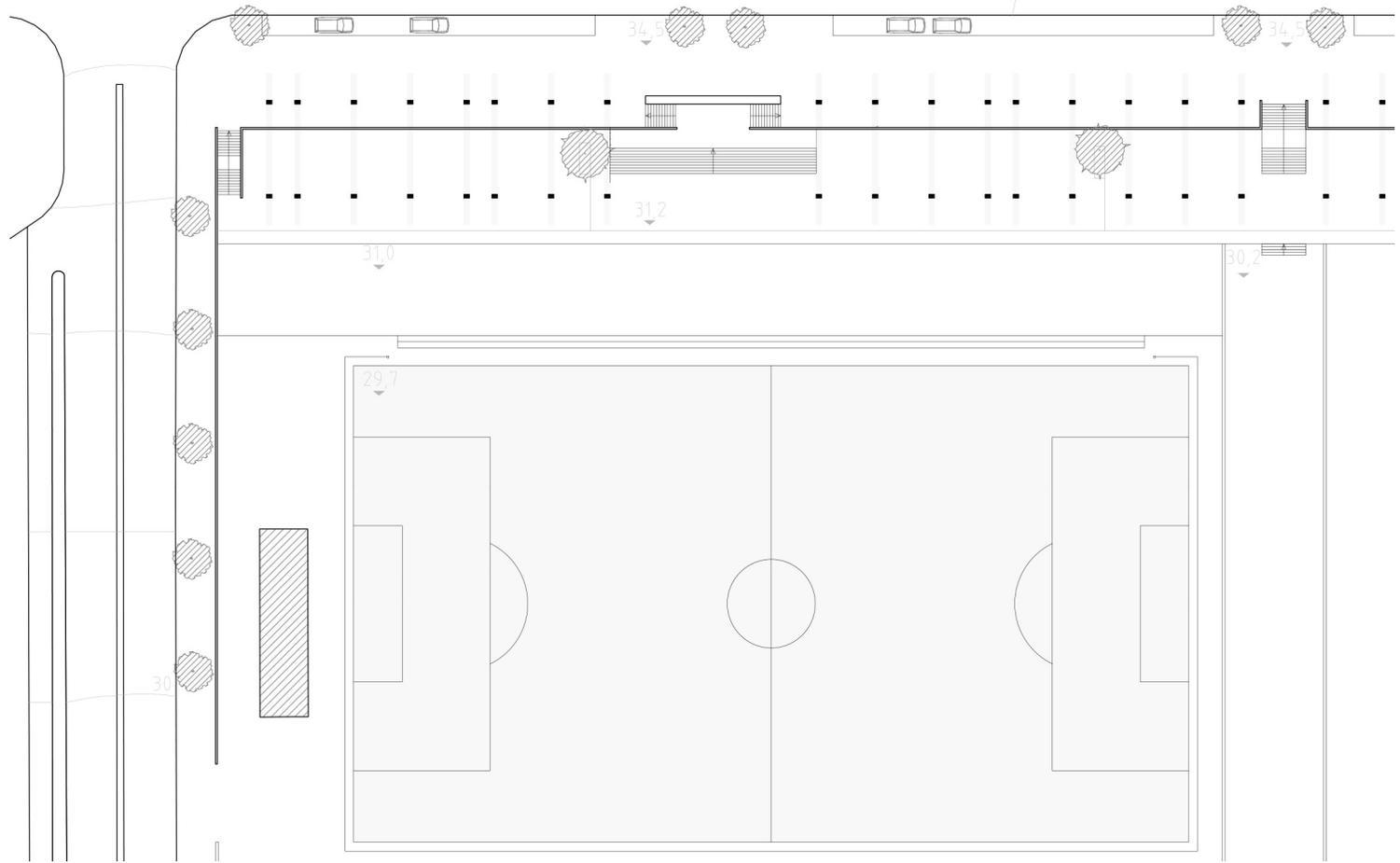
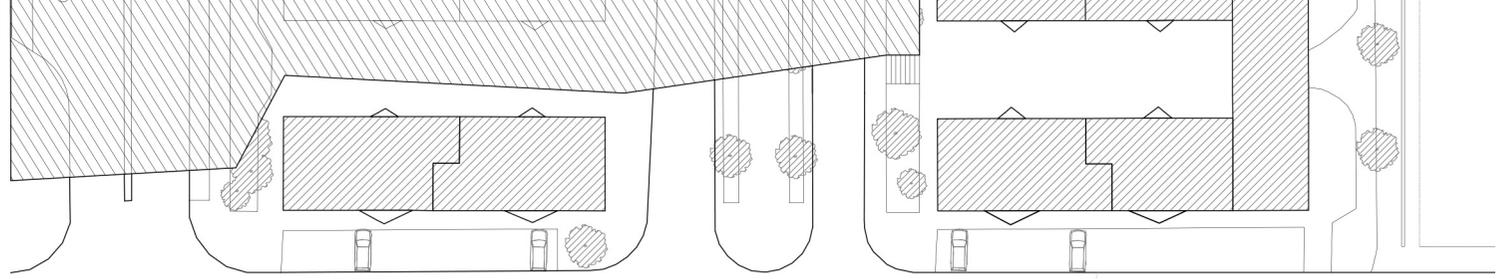
06 e 07 maquetas de estudo do suporte
08 maqueta de estudo de implantação

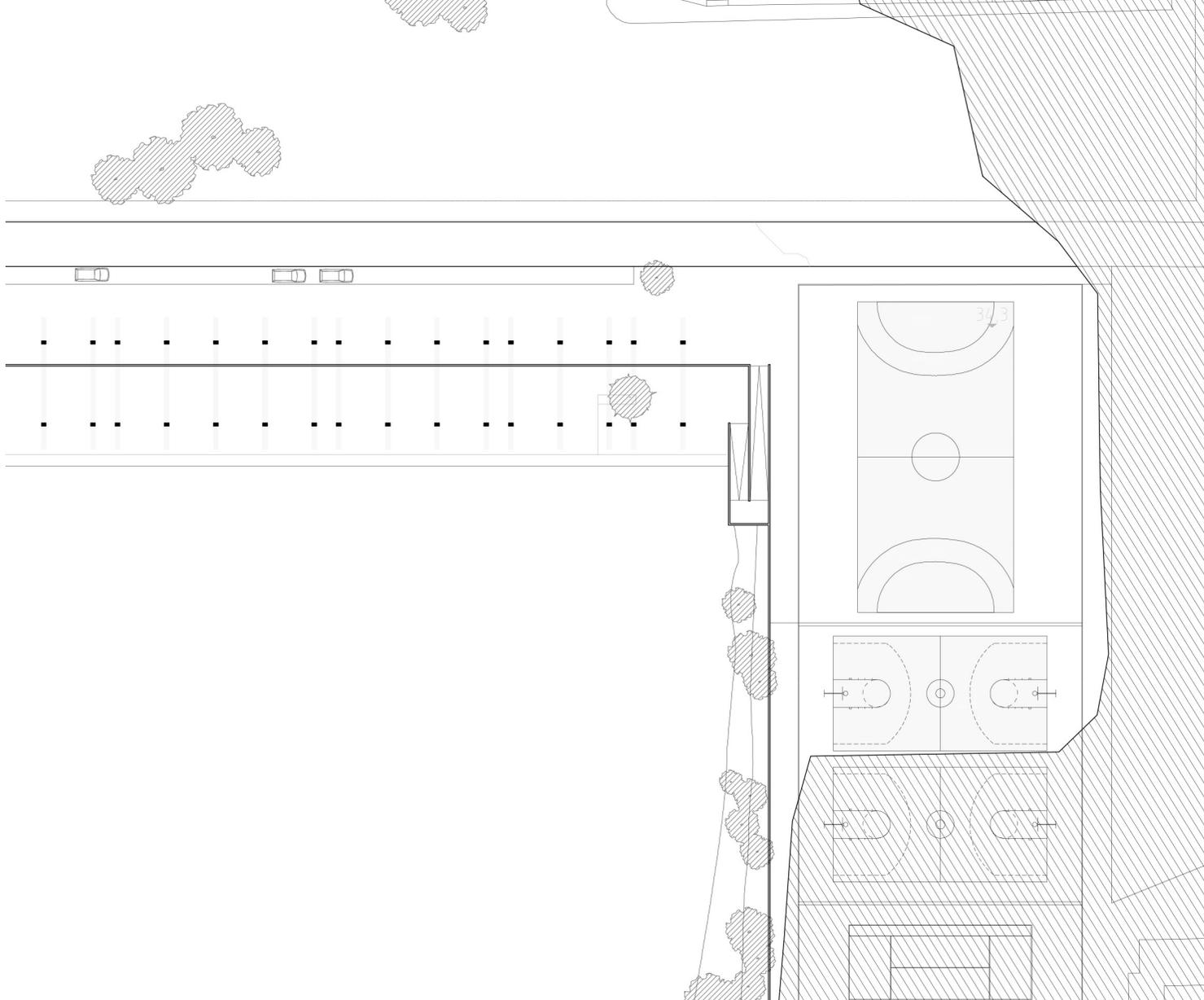


III. SUORTE : FASE ZERO

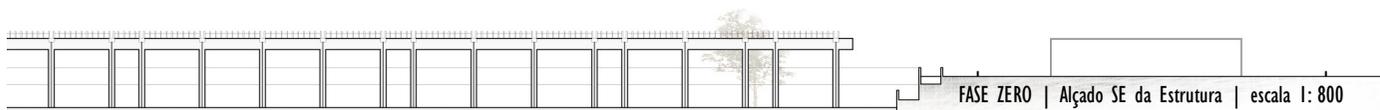


Planta atual do local | escala 1: 800

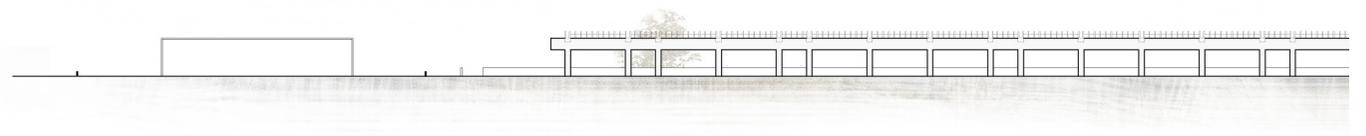
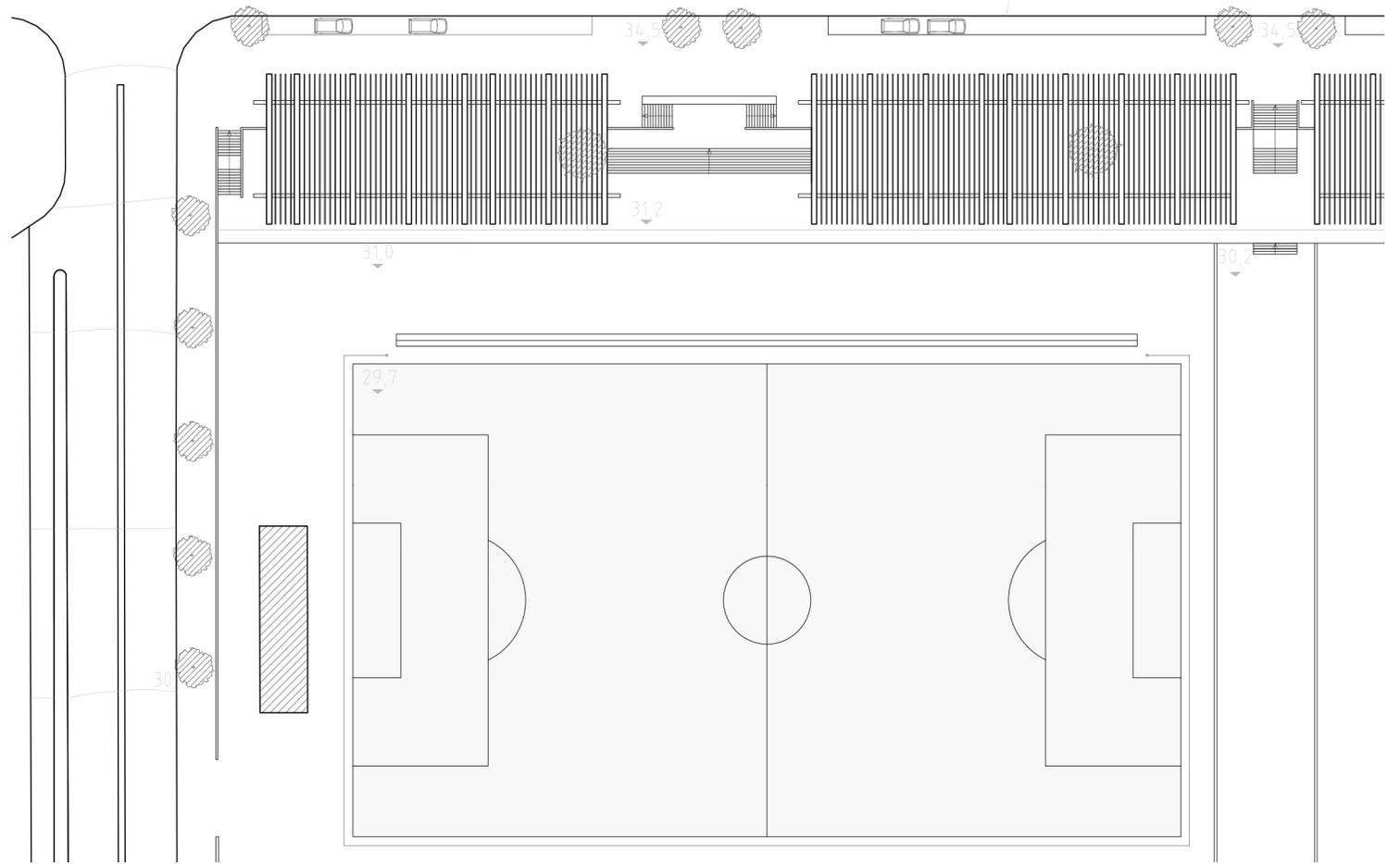
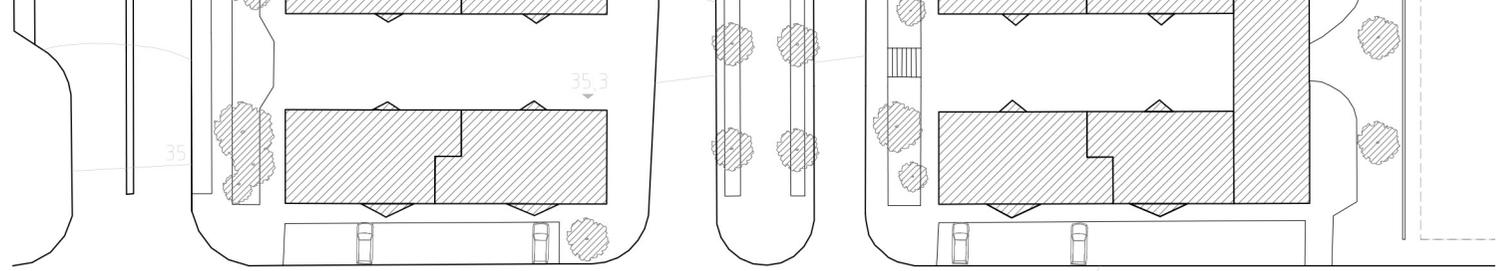


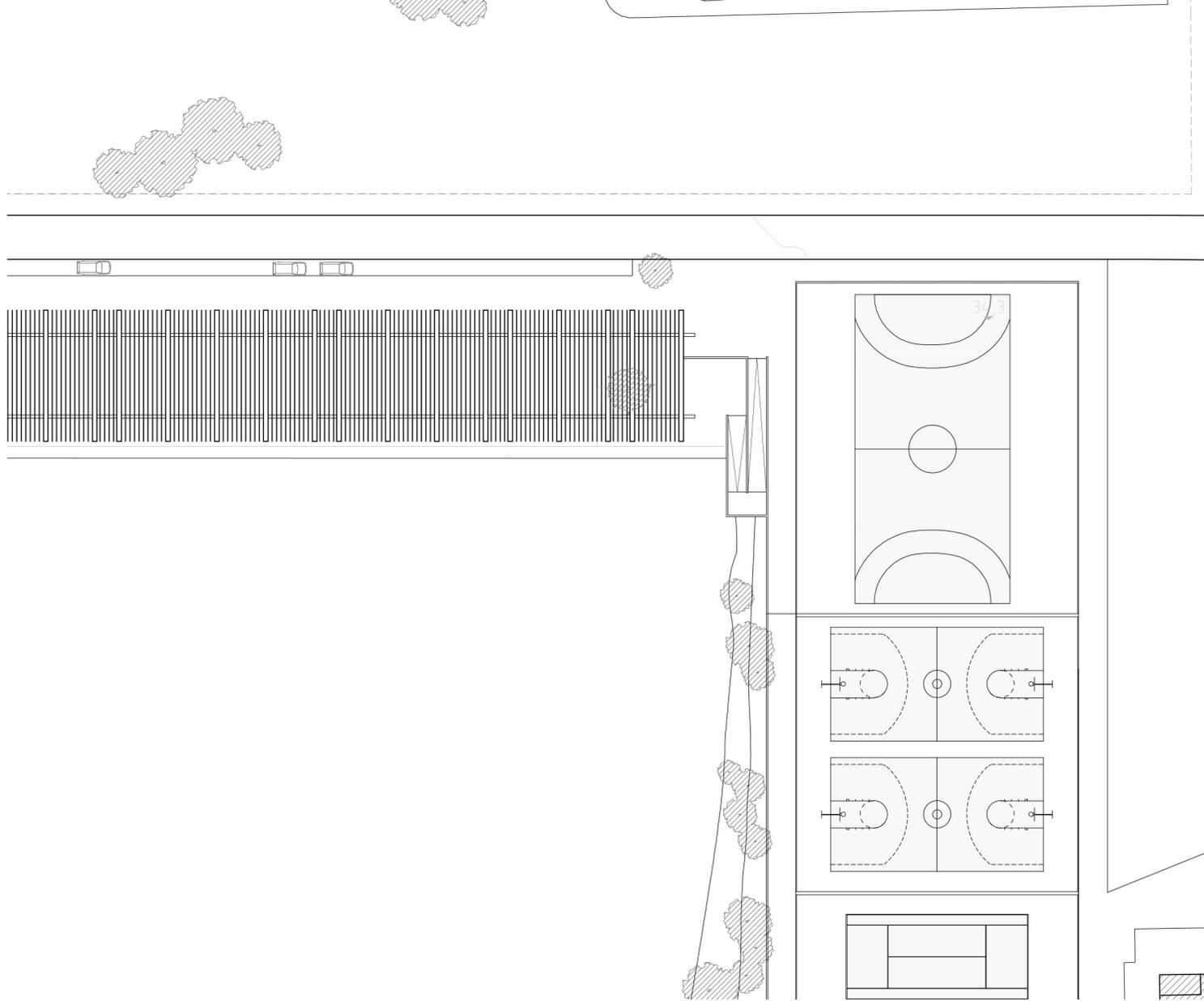


FASE ZERO | Planta da Estrutura à cota 35 m | escala 1: 800

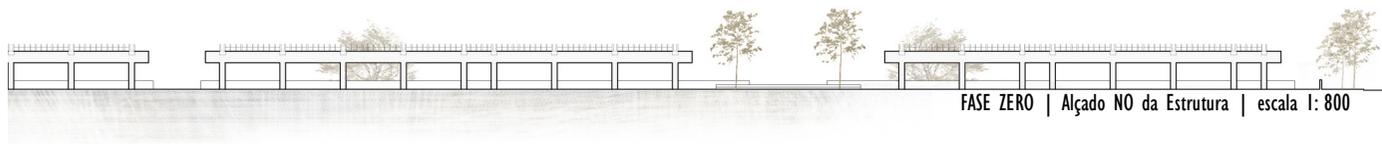


FASE ZERO | Alçado SE da Estrutura | escala 1: 800

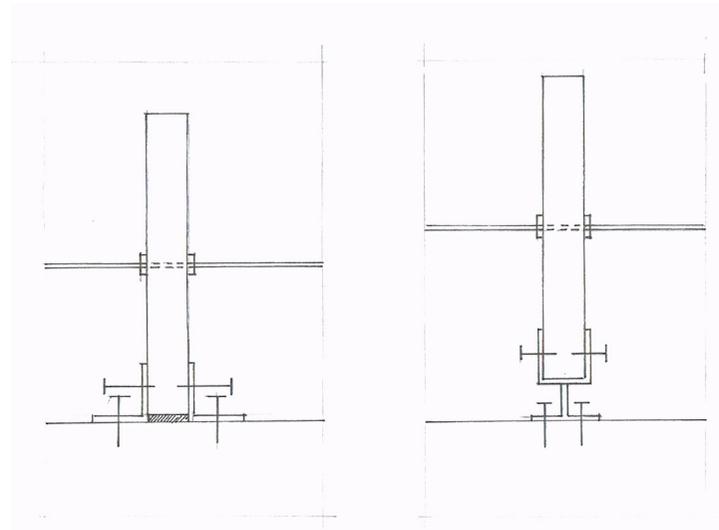




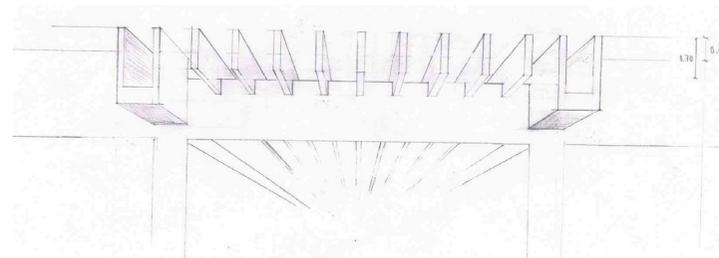
FASE ZERO | Planta de cobertura da Estrutura | escala 1: 800



FASE ZERO | Alçado NO da Estrutura | escala 1: 800



09



10

09 Esquiço de estudo dos conetores metálicos de ligação das laminas de madeira com a viga de betão

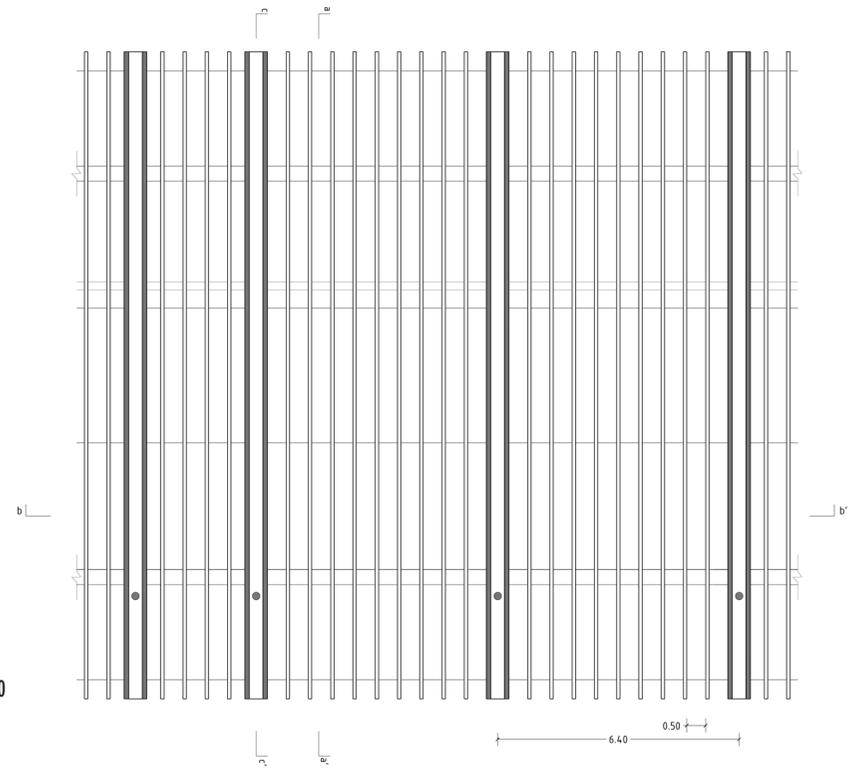
10 Esquiço de estudo do Suporte

ESTRUTURA

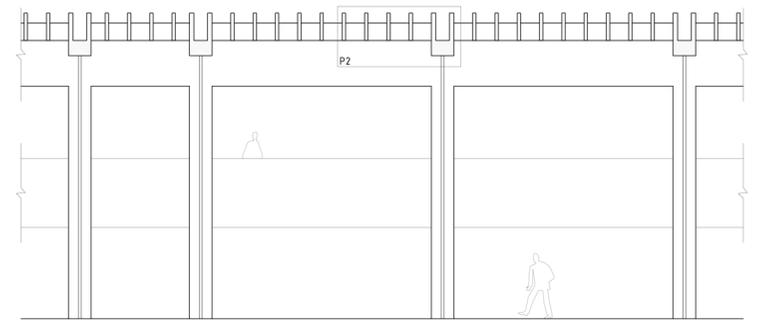
Ao assumir um suporte como equipamento, naturalmente força a que todas as questões estruturais e construtivas sejam alvo de grande atenção no processo de desenvolvimento. O suporte, que protege do sol mas não da chuva, é inicialmente pensado com uma estrutura base com quatro fileiras de pilares e lâminas de betão armado na cobertura. No entanto, trabalha-se no sentido de encontrar uma solução mais limpa, que evidencie o espaço como continuidade da rua, que é quebrada pelos acessos à cota do parque.

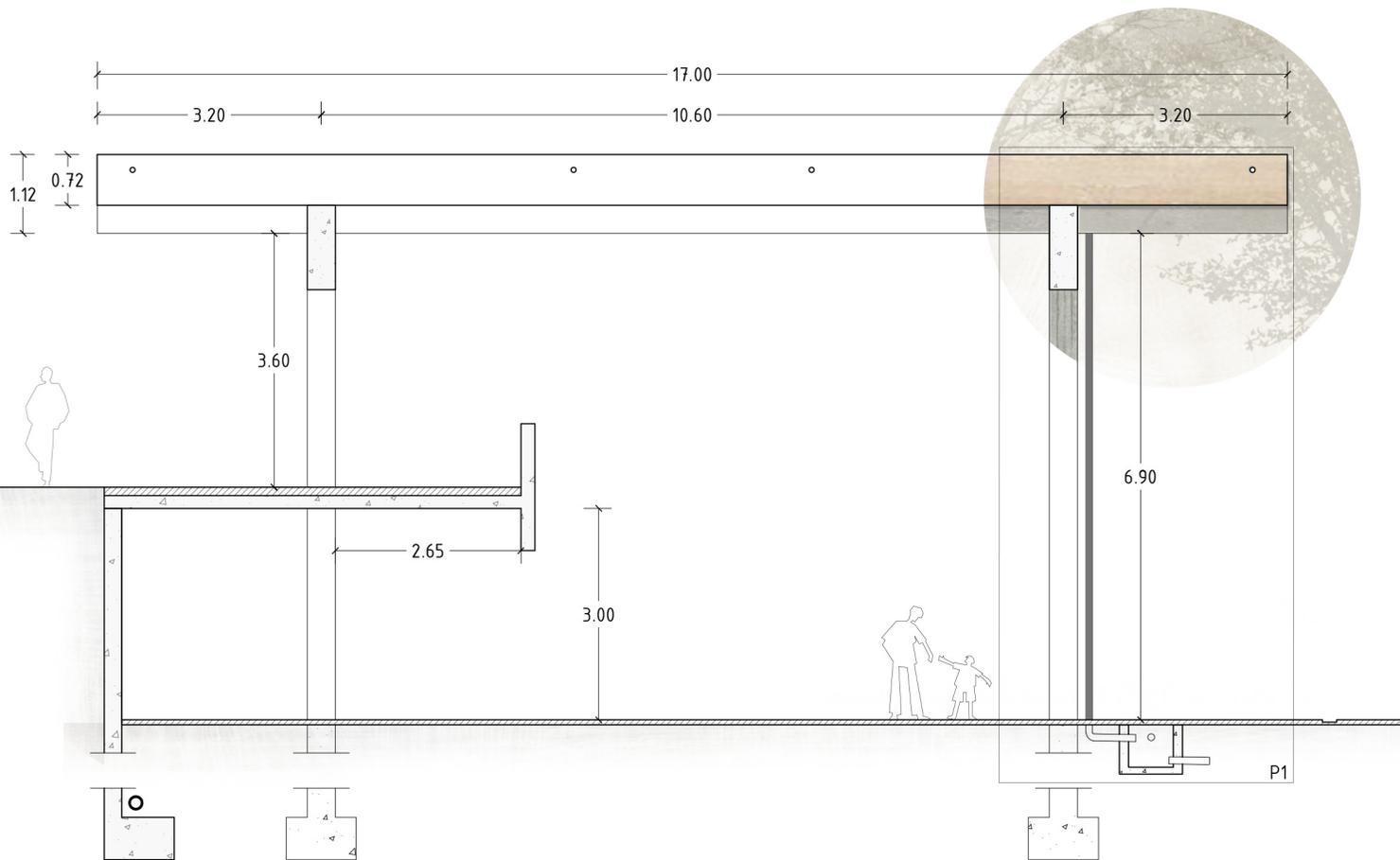
Num segundo momento trabalha-se numa solução construtiva que possibilite responder às necessidades de uma futura apropriação, ou seja, a eventual metamorfose de estrutura a espaço fechado. O maior desafio foi o de materializar um pressuposto encerramento do espaço, nomeadamente a cobertura. Tendo em conta a premissa do projeto, teria de se considerar um sistema que permitisse um encerramento a curto ou a longo-prazo. Isto é, na eventualidade de se desejar descobrir de novo o suporte ao retirar a cobertura. Foi também de grande importância que esta solução procurasse respeitar as linhas do desenho original e ritmo gerado pelas sucessivas lâminas de madeiras. O desenvolvimento do sistema construtivo influenciou de forma significativa o desenho do suporte original. Assim, o processo que deu origem à forma final foi resultante de uma sucessiva aproximação e afastamento da escala do desenho. Conforme indicado nos seguintes desenhos, apresenta-se a proposta para o encerramento da cobertura, recorrendo a um sistema que procura ser de construção simples e acessível.

FASE ZERO | planta cobertura | escala 1: 200

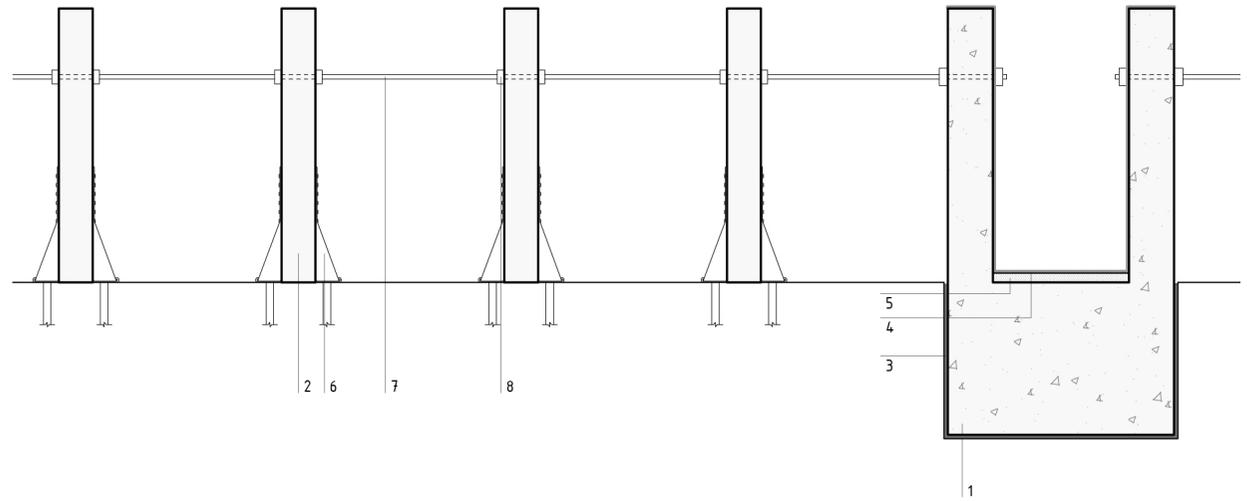


FASE ZERO | alçado | escala 1: 200





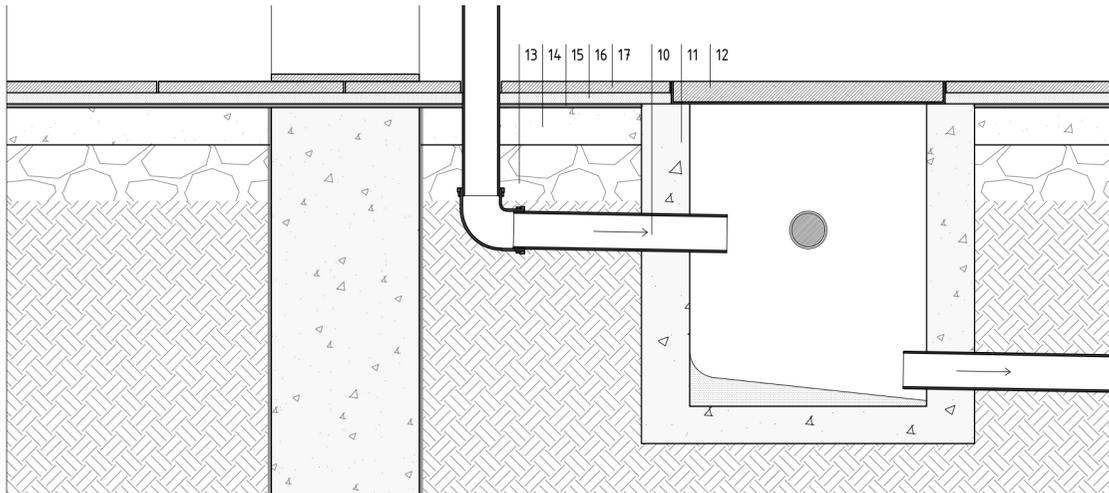
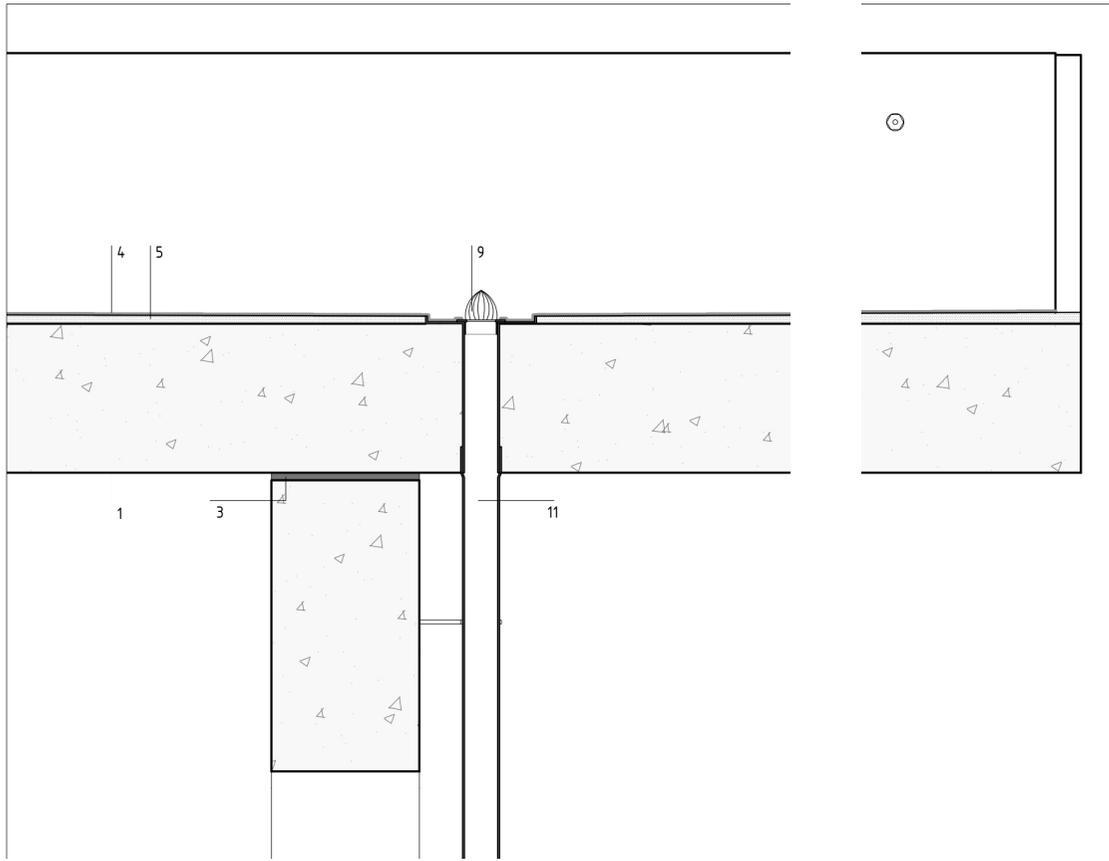
FASE ZERO | corte aa' sem cobertura | escala 1: 100

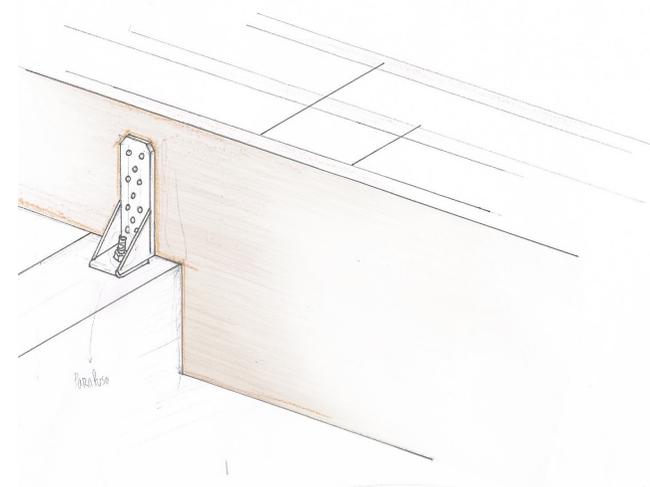
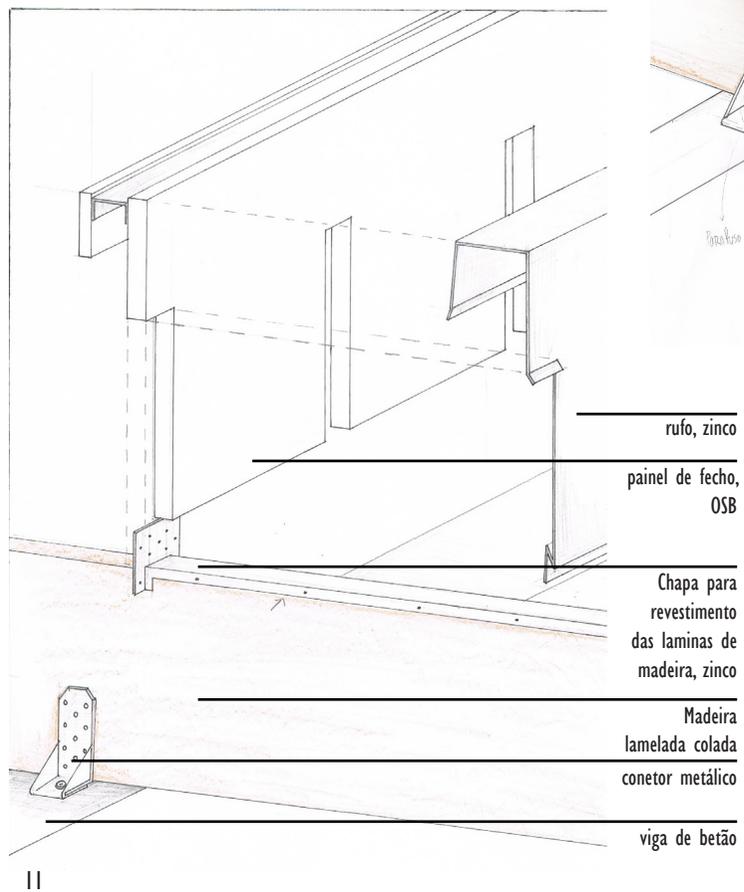


FASE ZERO | corte bb' | P2 | escala 1:20

- | | |
|--|---|
| 1 viga caleira em betão armado pré-fabricado | 9 ralo de pinha em metal |
| 2 madeira lamelada colada 90 mm | 10 tubo de queda em pvc o 100 mm |
| 3 almofada de argamassa 20 mm para acentamento | 11 caixa de inspeção |
| 4 tela asfáltica | 12 tampa metálica 60x60 cm com enchimento idêntico ao pavimento |
| 5 argamassa de regularização | 13 camada granular 15 cm |
| 6 conector metálico | 14 massa de betão 10 cm |
| 7 tirante em aço o 12 mm (travamento) | 15 membrana impermeável |
| 8 bloqueador porca/anilha | 16 betonilha, 3 cm |
| | 17 pavimento em vidro |

FASE ZERO | corte cc' | P1 | escala 1:20



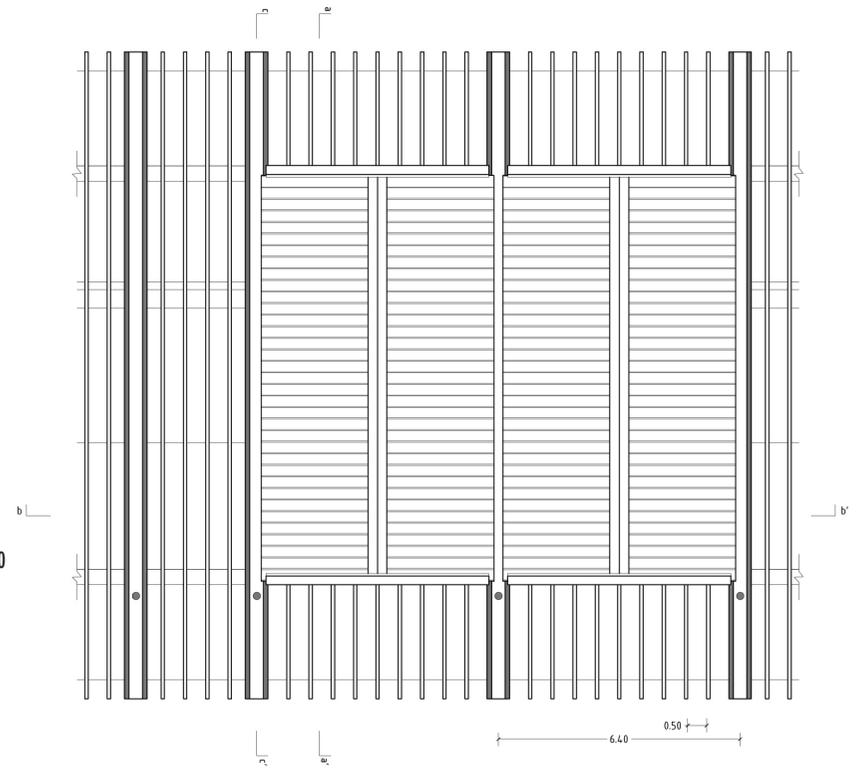


11 Esquiço de estudo do encerramento da cobertura

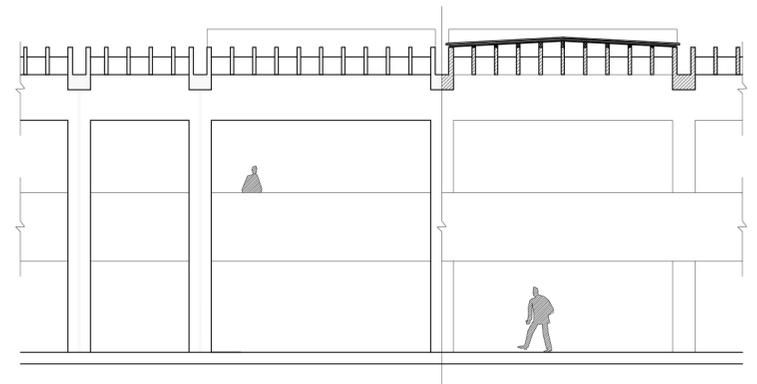
12 Esquiço dos conetores metálicos

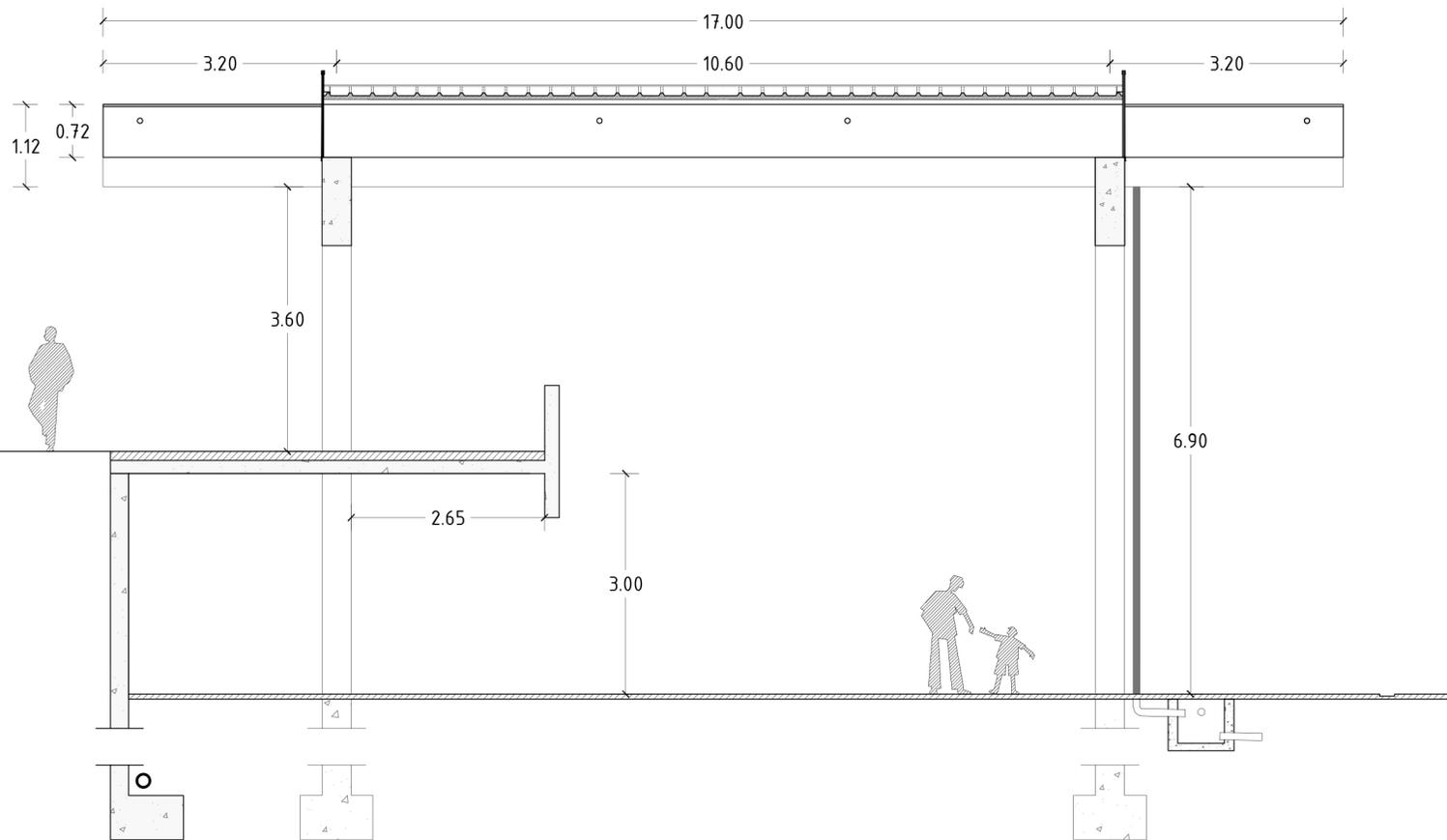
O suporte ou estrutura é constituído por duas fileiras de pilares de 40x60 centímetros, ligados longitudinalmente por vigas, ambos em betão armado aparente em cofragem de madeira. Estas fileiras vencem a largura do terreno em três agrupamentos, alinhados entre si, mas de diferentes dimensões. A estabilidade entre estas duas fileiras, com 10,6 m de vão, é conseguida através das vigas caleiras de betão pré-fabricado. Numa segunda fase, onde a cobertura é encerrada, estas mesmas caleiras fazem a recolha das águas pluviais através dos tubos de queda instalados na fachada Sudeste da estrutura. A cobertura é constituída por uma série de lâminas de madeira lamelada, de 9 cm de espessura, com tratamento em cera que prevê manutenção a cada seis anos. As lâminas de madeira são assentes nas vigas de betão de união dos pilares por meio de conectores metálicos e são ligadas entre si e às vigas caleiras em quatro pontos por meio de travamentos em aço. A diferença de cotas é suportada por muros de suporte ou contenção, adaptada à pré-existência do lugar.

FASE ZERO | planta com cobertura | escala 1: 200

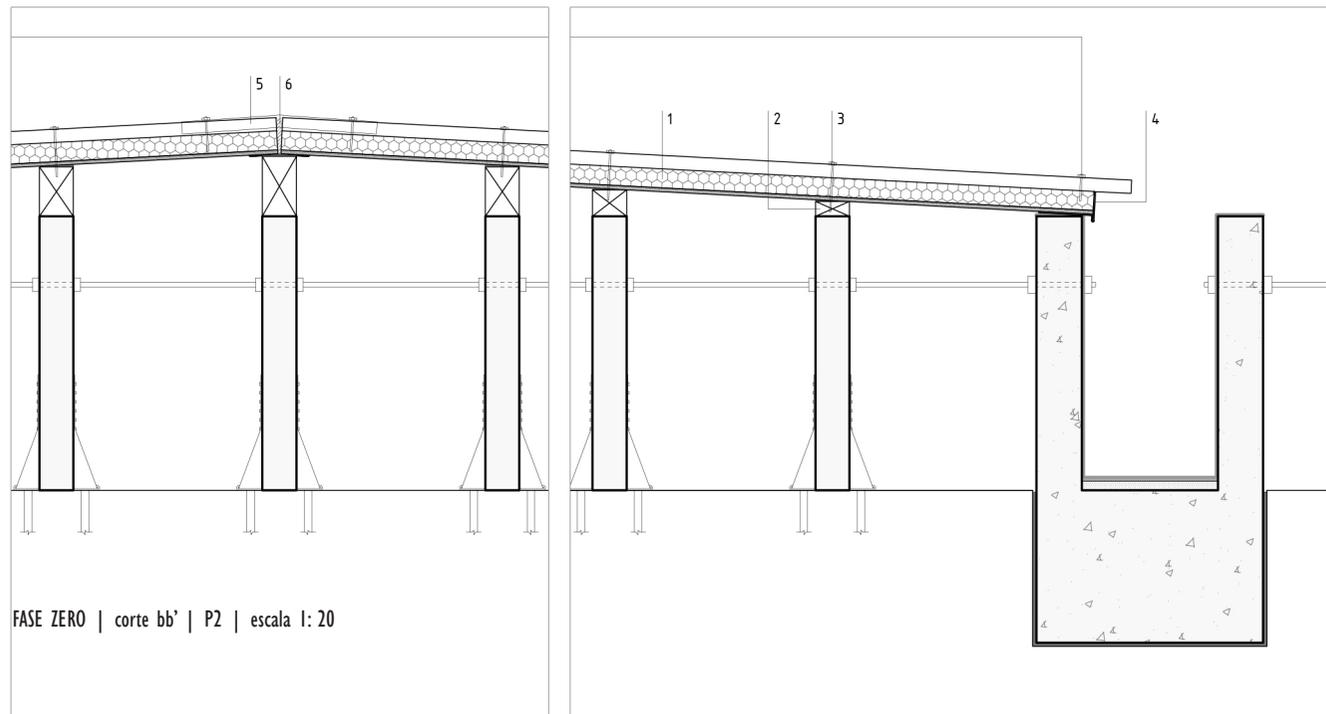


FASE ZERO | alçado com cobertura | escala 1: 200





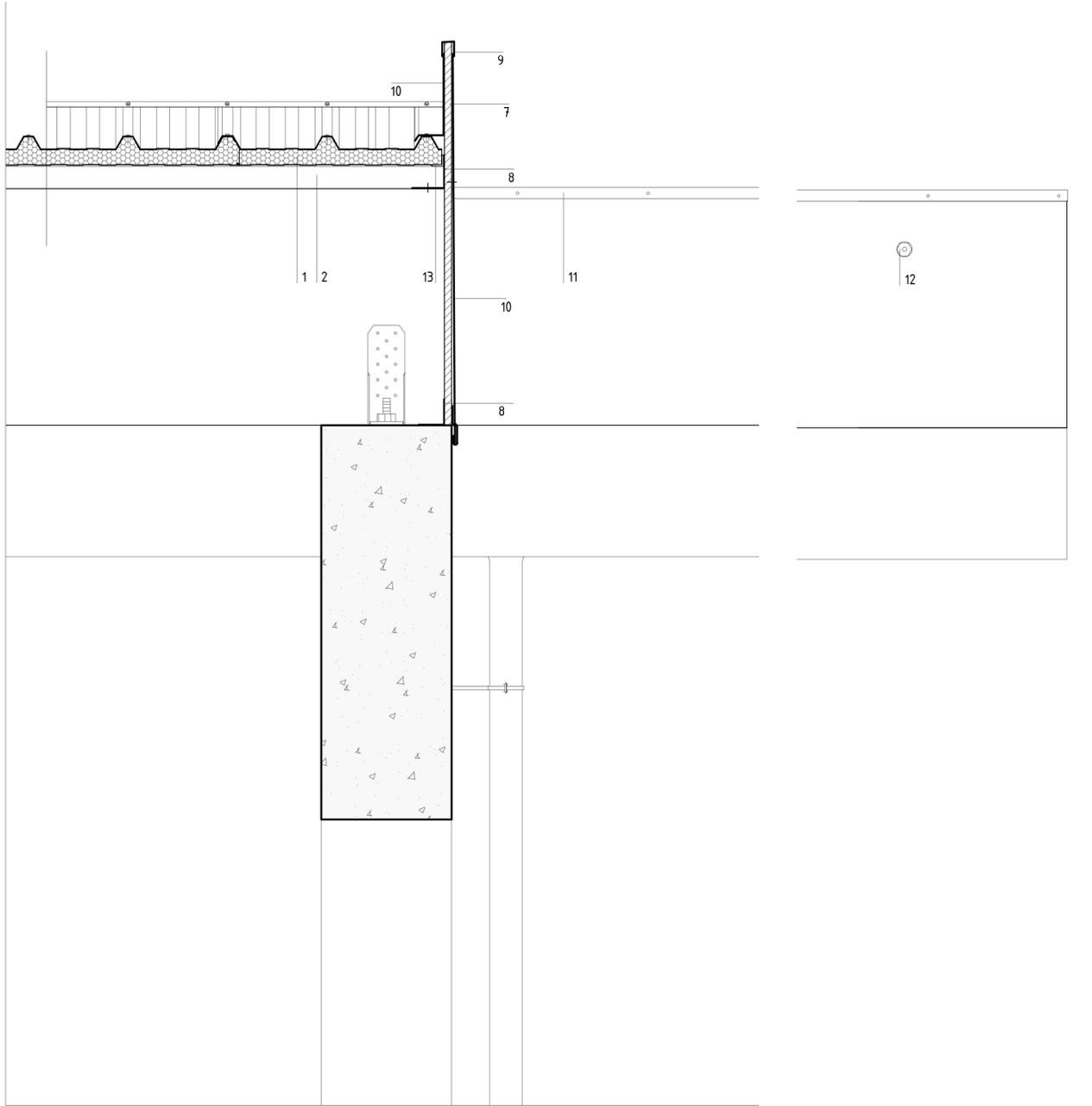
FASE ZERO | corte aa' com cobertura | escala 1: 100



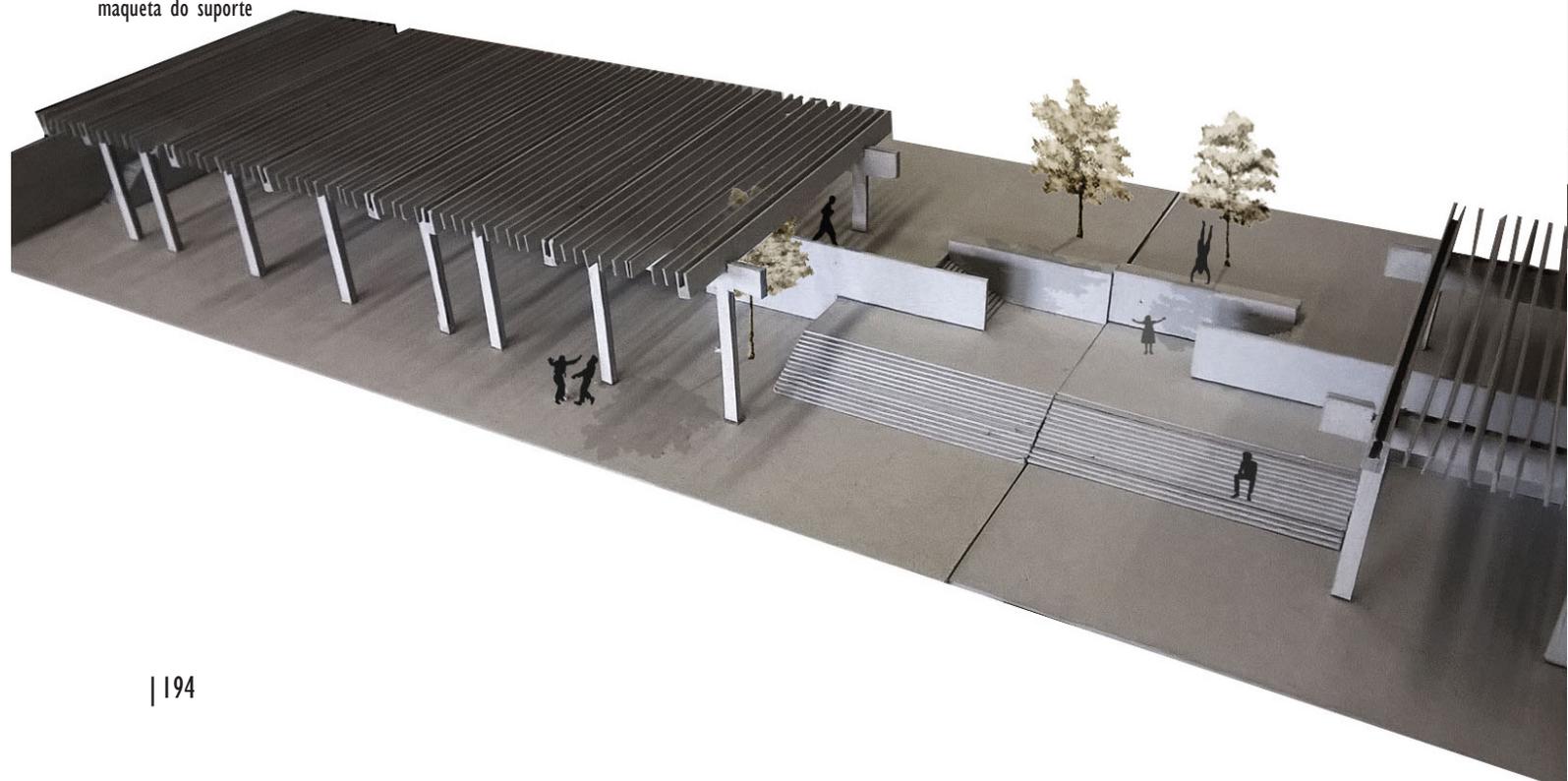
FASE ZERO | corte bb' | P2 | escala 1: 20

- 1 painel sandwich
- 2 ripa de madeira (altura variável)
- 3 parafuso autoportante com anilha metálica
- 4 remate metálico de fecho (parte inferior do painel)
- 5 cumeeira dupla, aço galvanizado
- 6 isolamento térmico complementar
- 7 painel de fecho, osb 22 mm
- 8 cantoneira metálica 3 mm
- 9 rufo pingadeira, zinco
- 10 rufo lateral, zinco
- 11 chapa para revestimento das laminas de madeira, zinco
- 12 travamento, anilha
- 13 junta em espuma

FASE ZERO | corte bb' | P1 | escala 1: 20



maqueta do suporte



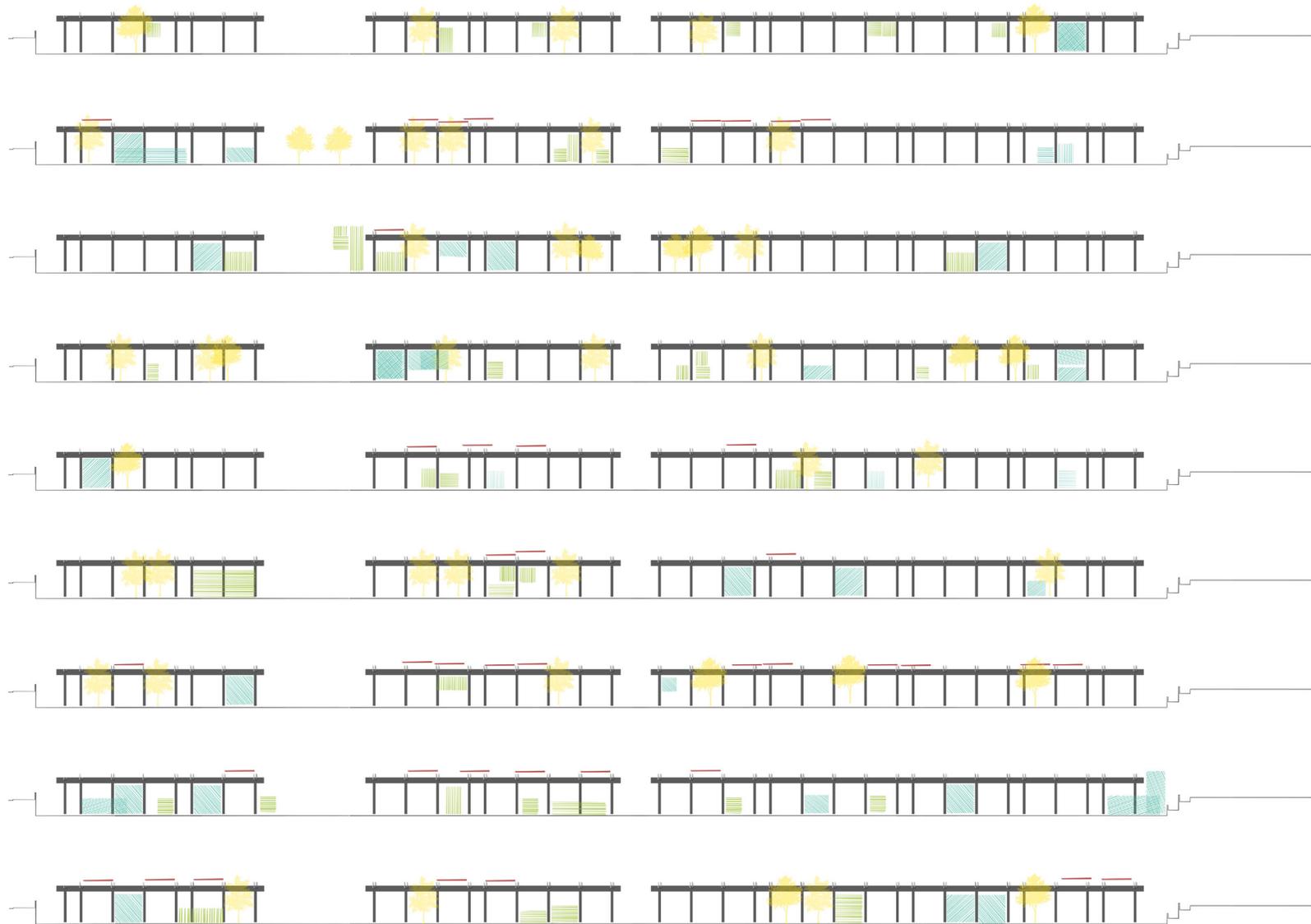
maqueta do suporte



III. SUPORTE : FASE UM

Assumir o desconhecido como ponto de partida e como ferramenta do desenho de possibilidades, parece fazer sentido quando em confronto com a realidade que é o bairro da Bela Vista. As narrativas participativas testemunhadas hoje no bairro e a disponibilidade para participar num debate sobre o território vêm confirmar uma vontade crescente, por parte dos moradores, de tomar medidas pelas próprias mãos. Desta forma, foi possível desenvolver em colaboração com os moradores do bairro, uma proposta para a transformação de parte do suporte em espaço programático. Esta proposta vai ao encontro das tomadas de decisão da ação participativa - realizada no dia 3 de Junho no centro comunitário da Bela Vista - e da constante investigação sobre o território ao longo do ano.

A denominada Fase Um, corresponde então a um espaço âncora entre o parque e as associações, cooperativas, e no geral, motivações que no bairro existem; um novo equipamento, um local de encontro entre vizinhos, visitantes, crianças e mais velhos, um ponto de passagem na ida ao mercado, um ponto de paragem nas festas ao fim de semana que se montam tão rápido como se desmontam. Um espaço que receba os hábitos do quotidiano desta geração e que se modifique para os costumes da próxima. Não é através de uma análise formal aos resultados da ação, mas pelo contexto de cada proposta, que se propõe para a Fase um do projeto o desenho de uma (1) cozinha comunitária e (2) balneários para o Parque Verde.





programas funcionais
espaços fechados



equipamentos
mobiliário

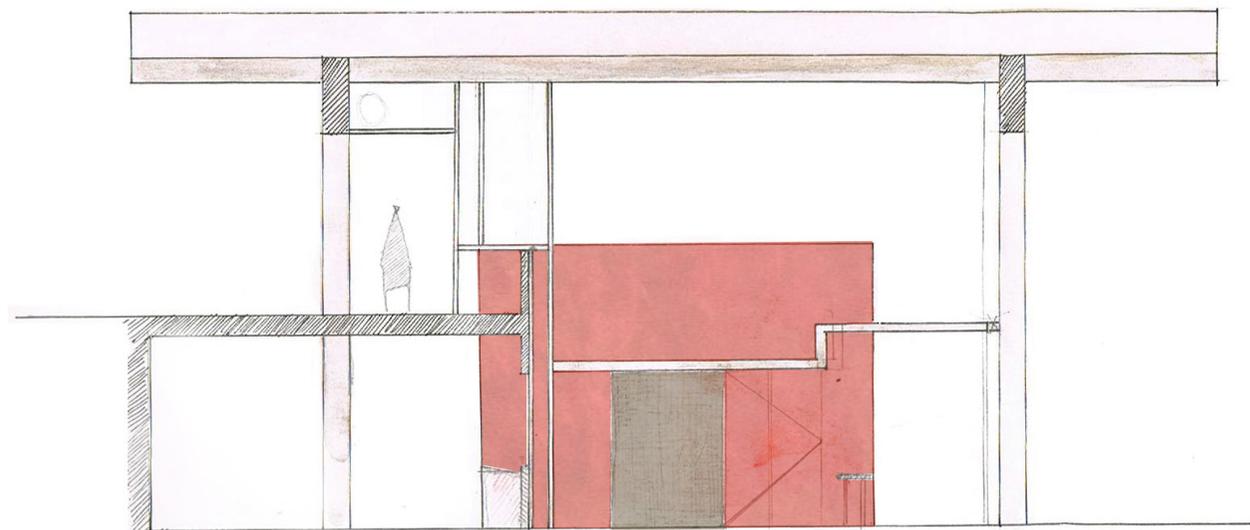


árvores
vegetação



cobertura

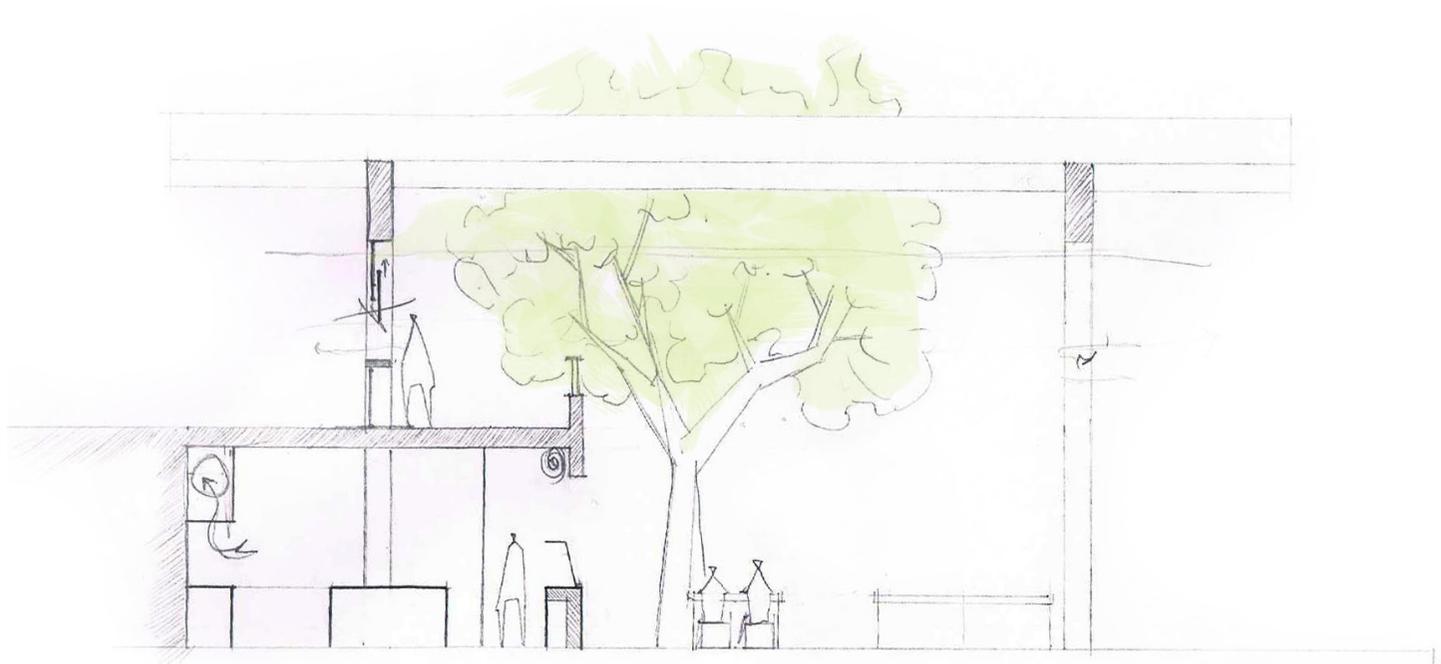
A revisão do programa pressuposto a este programa é necessária, no sentido em que se tornou evidente a vontade dos moradores de gerar no mesmo espaço, momentos de pequena escala e temporários. Ou seja, embora seja intitulado de cozinha comunitária, responde apenas a uma das suas funções. A pluralidade de desejos traduz-se assim num espaço polivalente que vive para a rua e para o parque, gerando condições para novos espaços nascerem, “para os miúdos brincarem”, um espaço coletivo entre a comunidades e os visitantes. São expostos diagramaticamente, na página ao lado, as decisões tomadas pelos participantes na ação participativa, quer individualmente, quer em grupo. O processo que levou a abordar a ação da presente forma, é exposto mais extensivamente no capítulo III da vertente teórica.



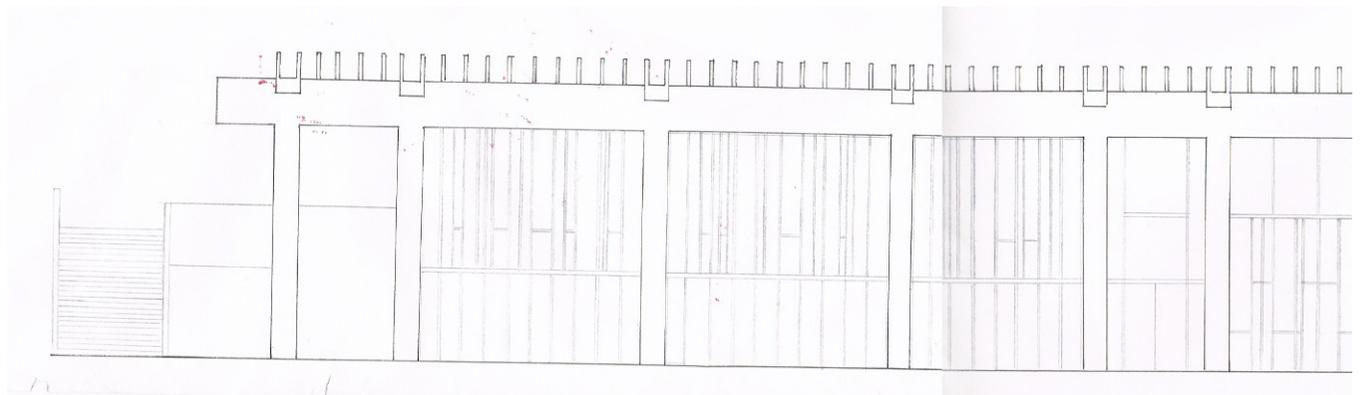
13

13 Esquízo de estudo de cor

A escadaria central surge como uma ligação direta entre a plataforma da rua e a cota do parque, de onde nascem as bancadas na direção deste e que sugere um espaço de estar com o parque como pano de fundo. Este elemento organizador do espaço delimita as duas maiores áreas e o corredor interior, que se assume como continuidade do passeio pedonal ao longo e à cota do parque. O prolongamento do pavimento e preservação da cota do passeio pedonal no corredor interior vem, simbolicamente, afirmar a vontade de gerar a transição entre os dois momentos. Este movimento longitudinal é reforçado através da abertura estratégica de vãos, que nos regalia com a percepção do parque em momentos de transição, e do espaço coletivo em momentos de paragem. O exercício de pintura da parede central e tubos de queda exteriores vem afirmar a ideia de apropriação do espaço. Tal como acontece nos três bairros, que se declaram pela cor das fachadas e manifestações de arte urbana, também este espaço aguarda caracterização através das pequenas ações do quotidiano. O desenho de mobiliário vai ao encontro do pensamento adaptável do projeto, e de um espaço em constante transformação. Por isso, todos os elementos são modelares e amovíveis, com exceção dos balcões de pedra



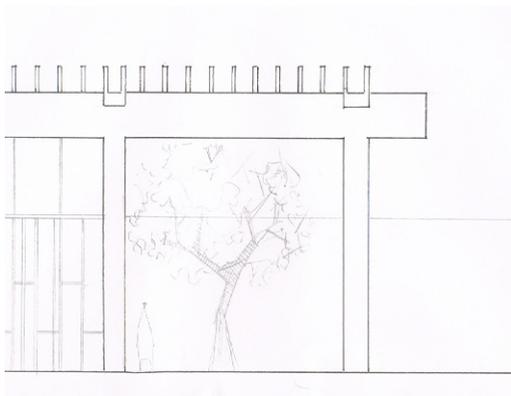
14



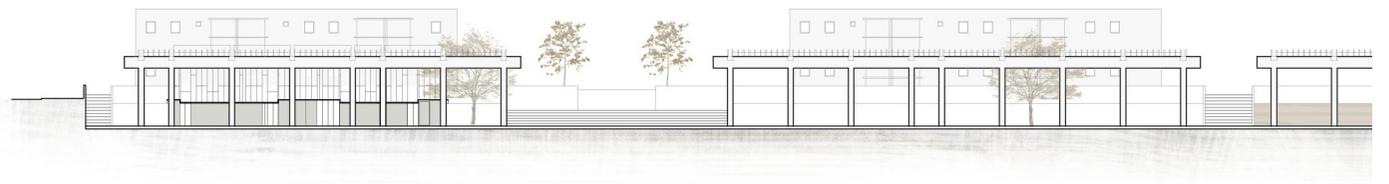
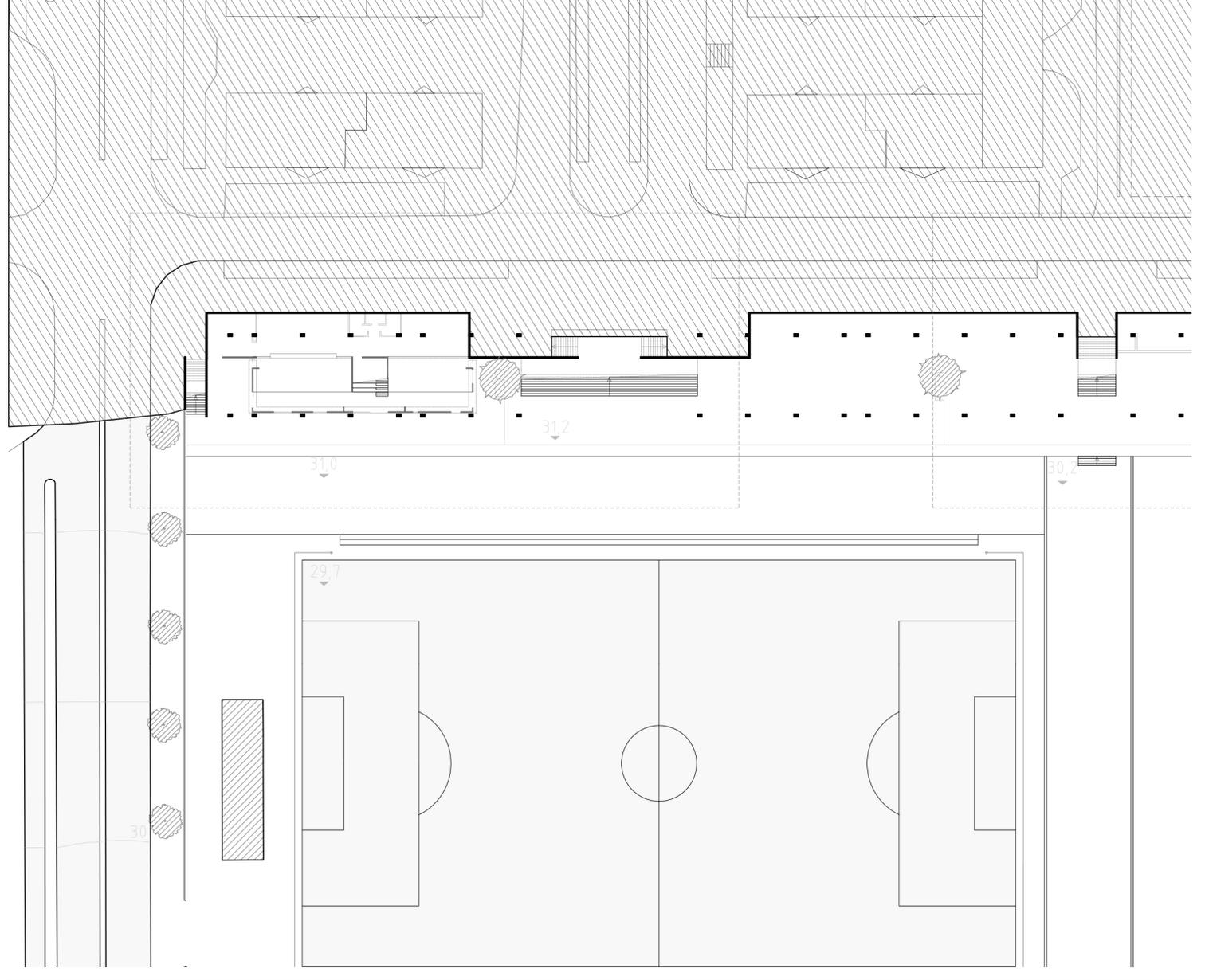
15

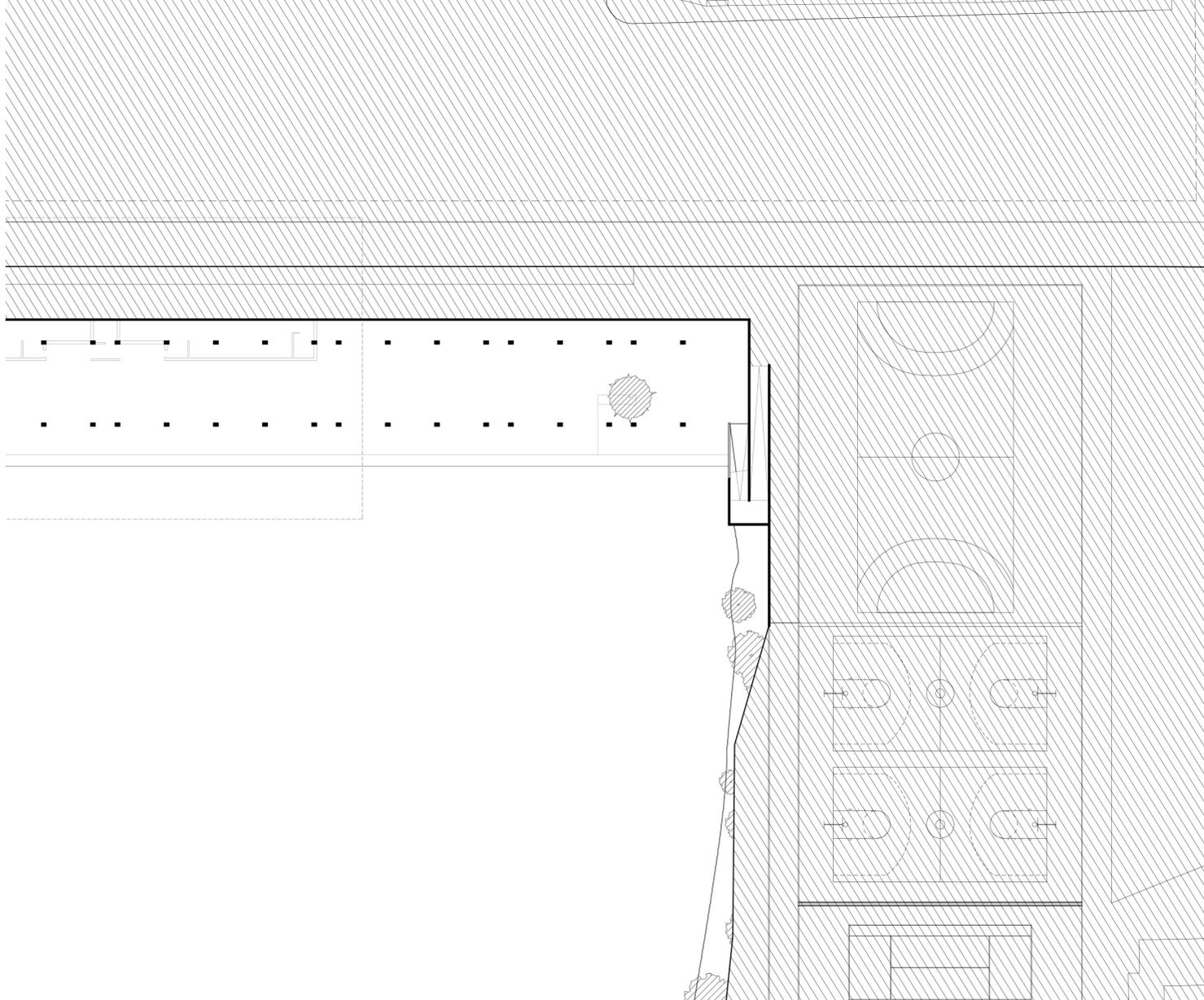
124 Esquiço | corte cozinha
124 Esquiço | fachada cozinha

... a ...



que delimitam o corredor interior, que pode ser um espaço de mercado, cozinha ou de estar. Os balneários surgem como uma resposta talvez mais funcional, às necessidades dos utentes do parque, melhorando as condições do complexo desportivo já existente. Uma das maiores preocupações foi desenvolver um sistema de ventilação natural através da única fachada do programa. Tirando partido das características formais do tijolo desenha-se o que aparenta ser uma fachada convencional mas que, no entanto, possibilita a renovação do ar. Por aspetos relacionados com a legislação, são instalados equipamentos mecânicos associados à renovação de ar. Seguindo a linha de pensamento do desenvolvimento do projeto, questões como a segurança do espaço e do parque são condicionadas com a apropriação do suporte. Através da ocupação do suporte é também providenciada pelo utilizador

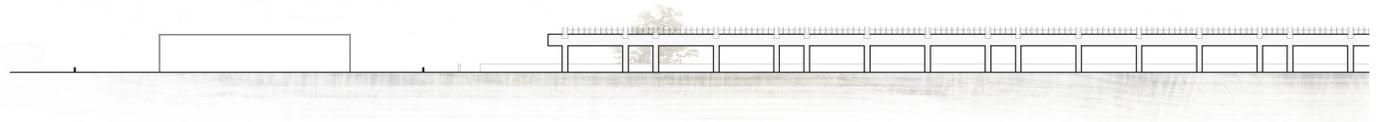
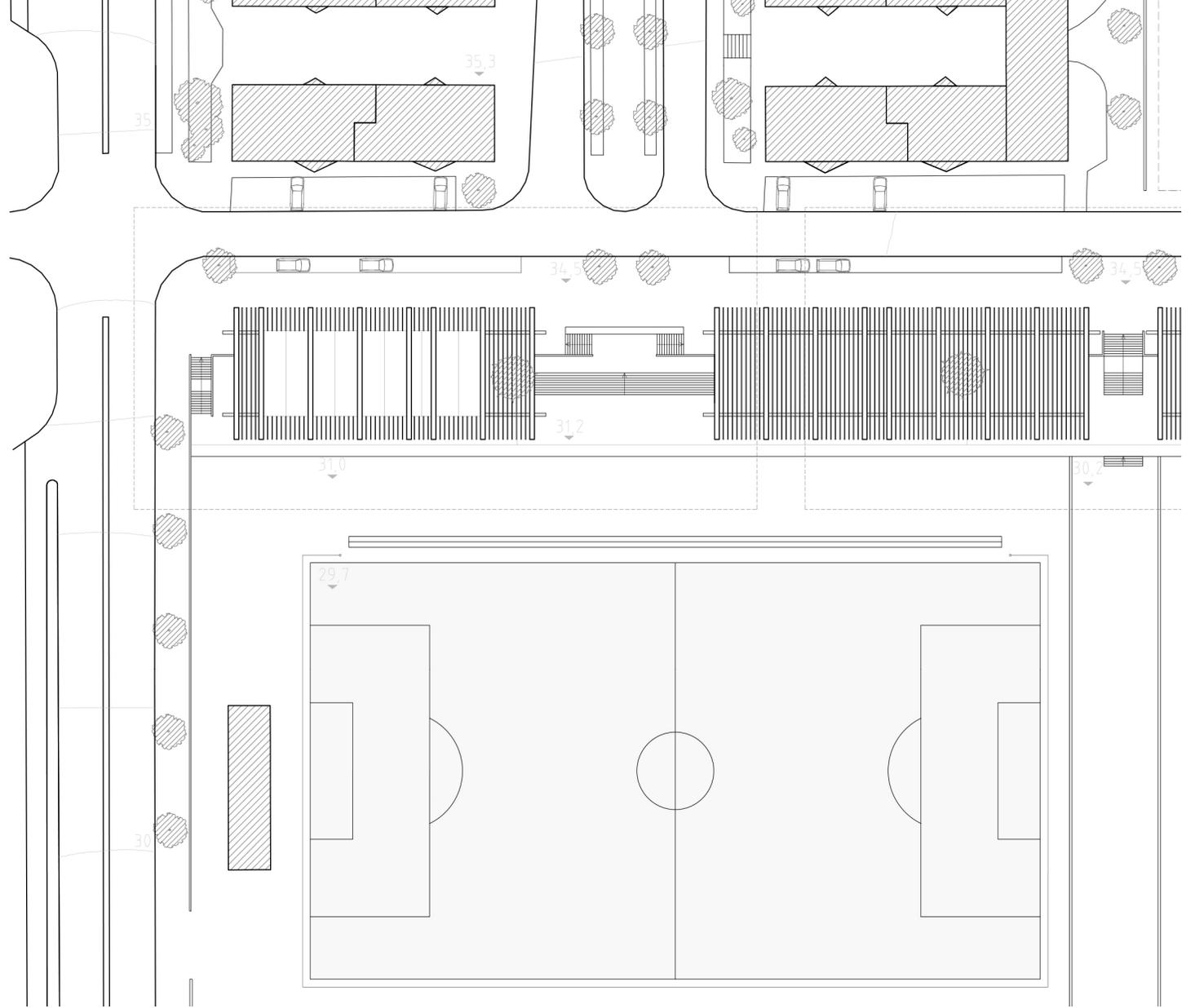


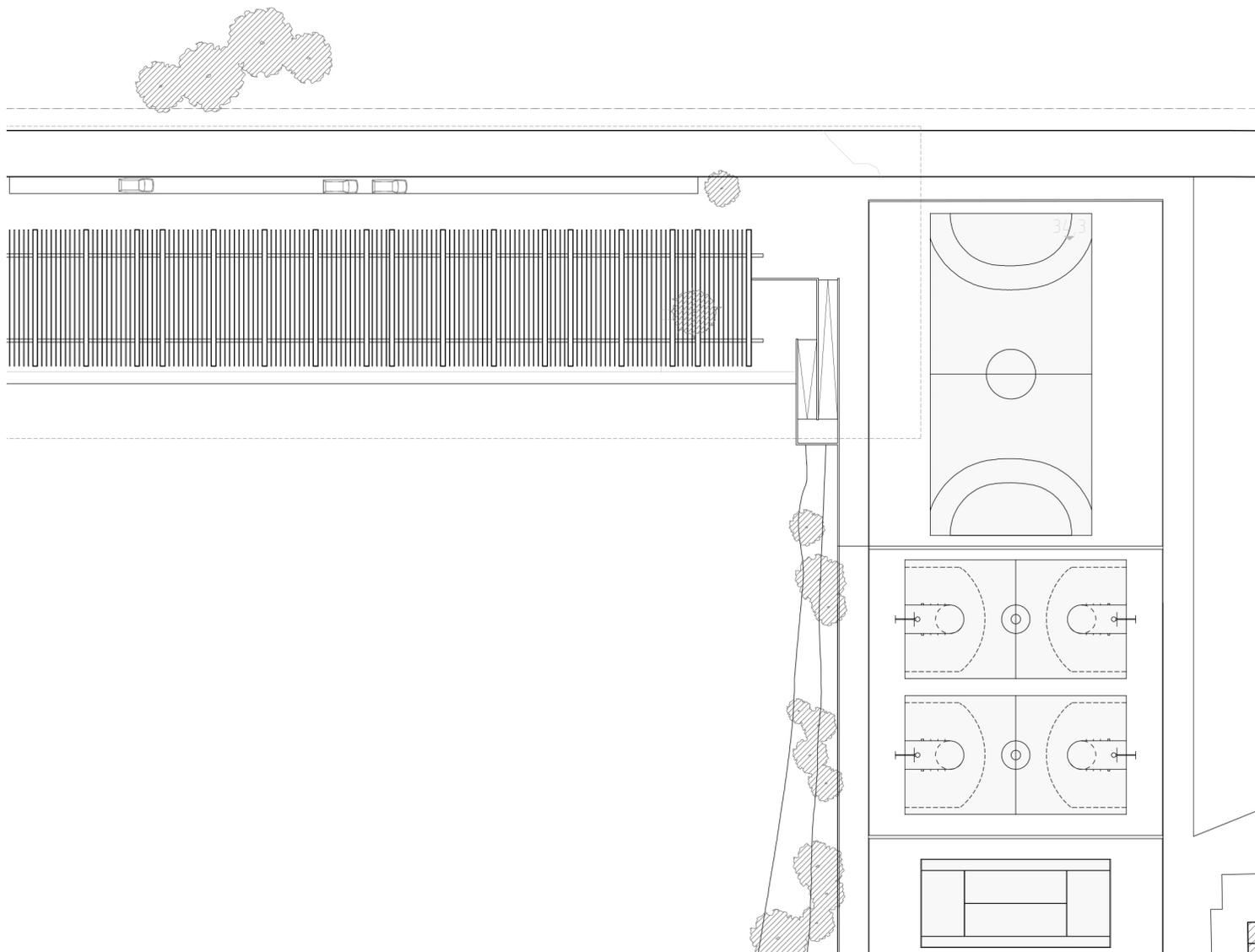


FASE UM | Planta à cota 33 m | escala 1: 800

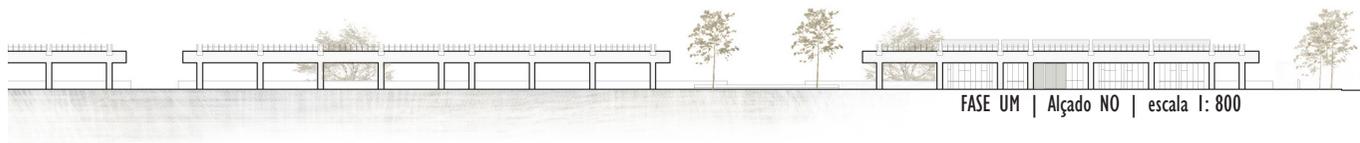


FASE UM | Alçado SE | escala 1: 800

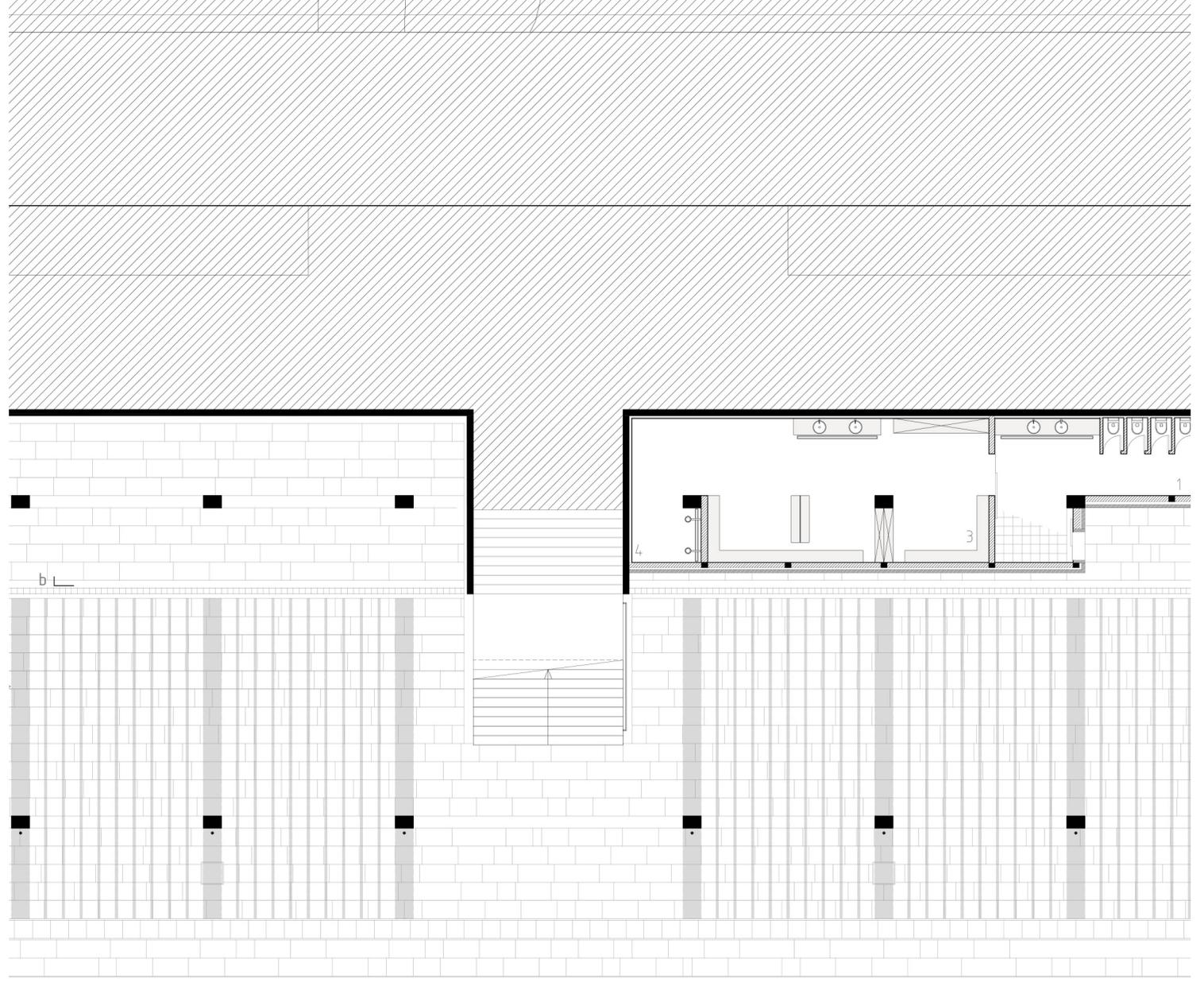




⌚ FASE UM | Planta de cobertura | escala 1: 800

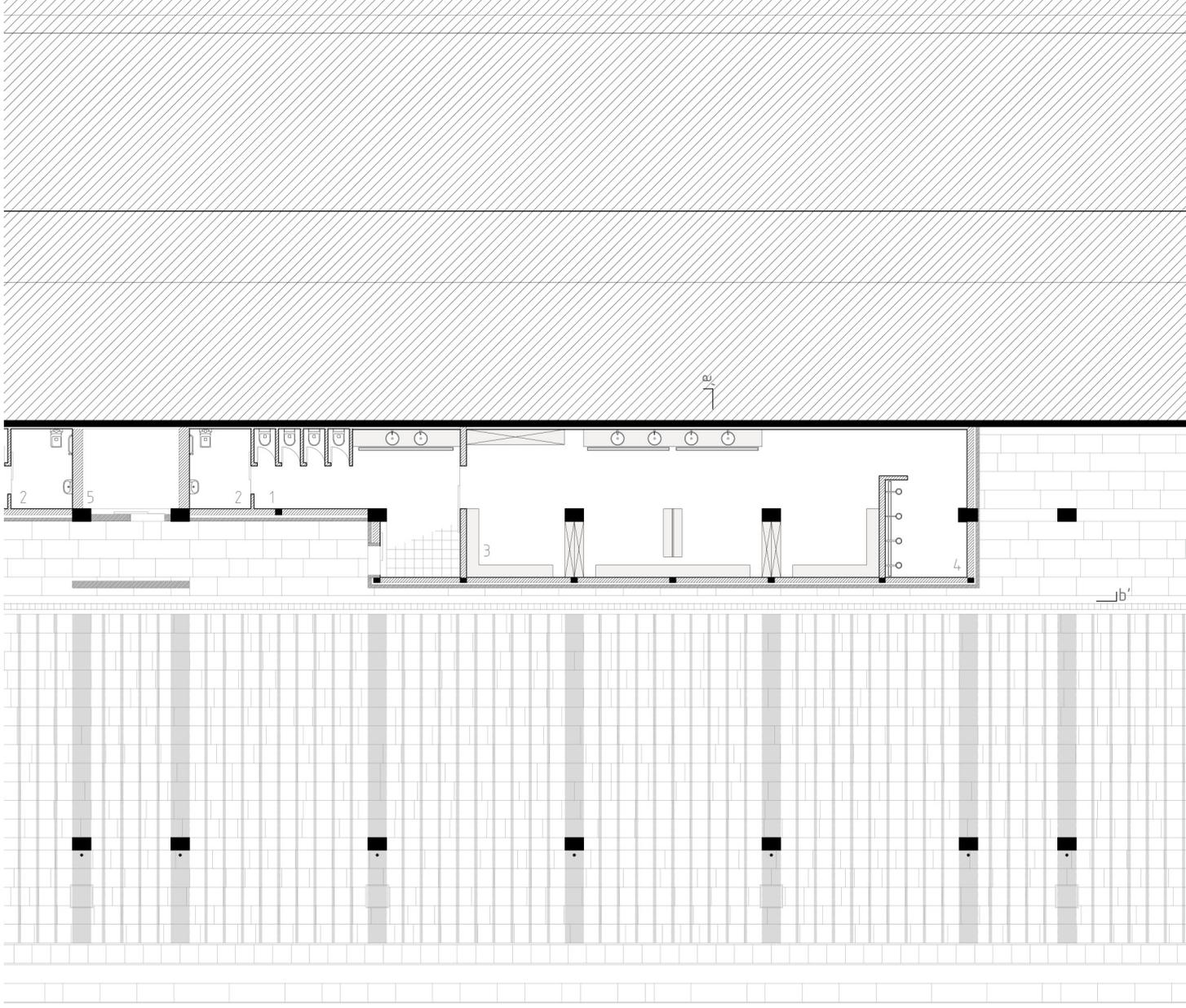


FASE UM | Alçado NO | escala 1: 800

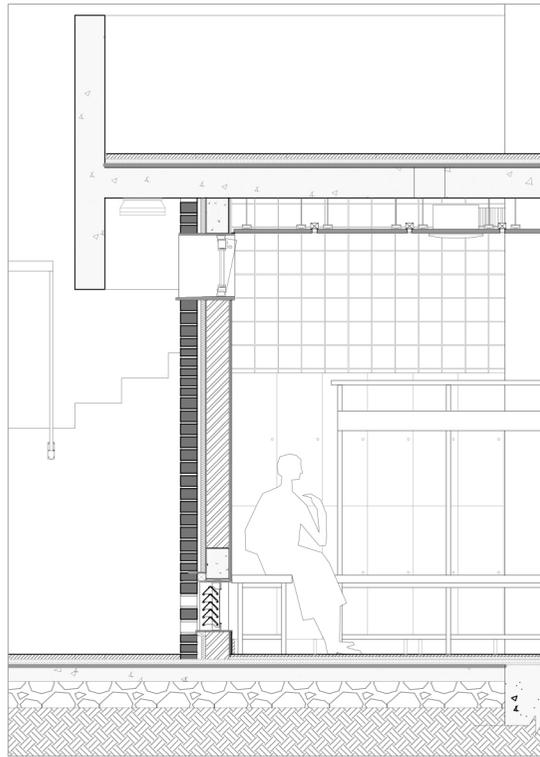


LEGENDA ESPAÇOS:

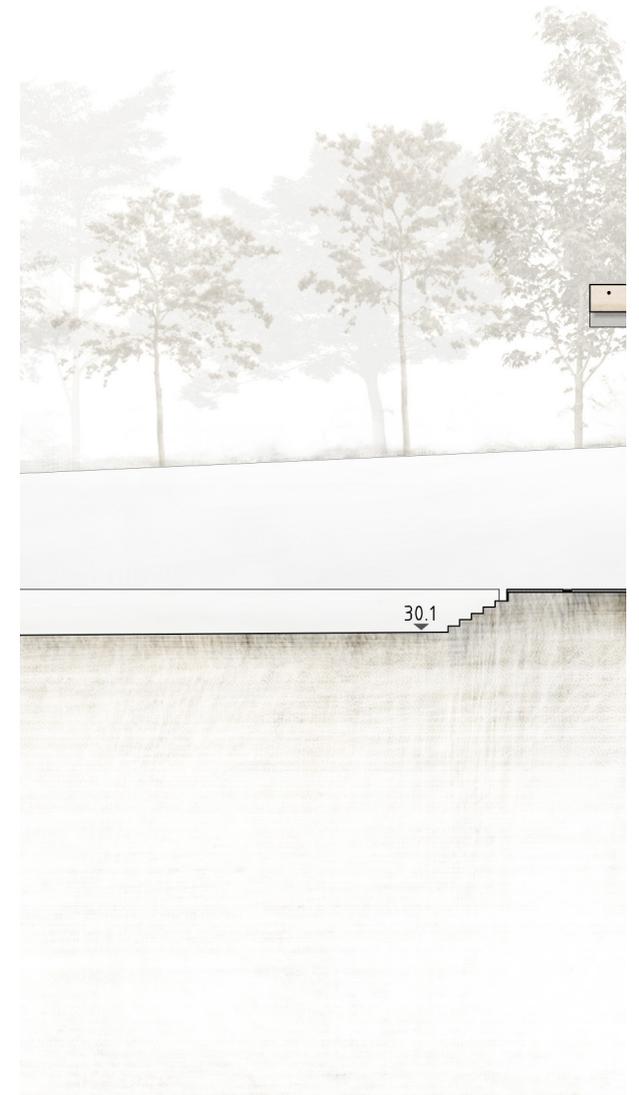
- 01 Instalações Sanitárias | 02 Instalações Sanitárias Mobilidade reduzida | 03 Vestiários com cacifos | 04 Chuveiros
05 Arrumos ou gabinete

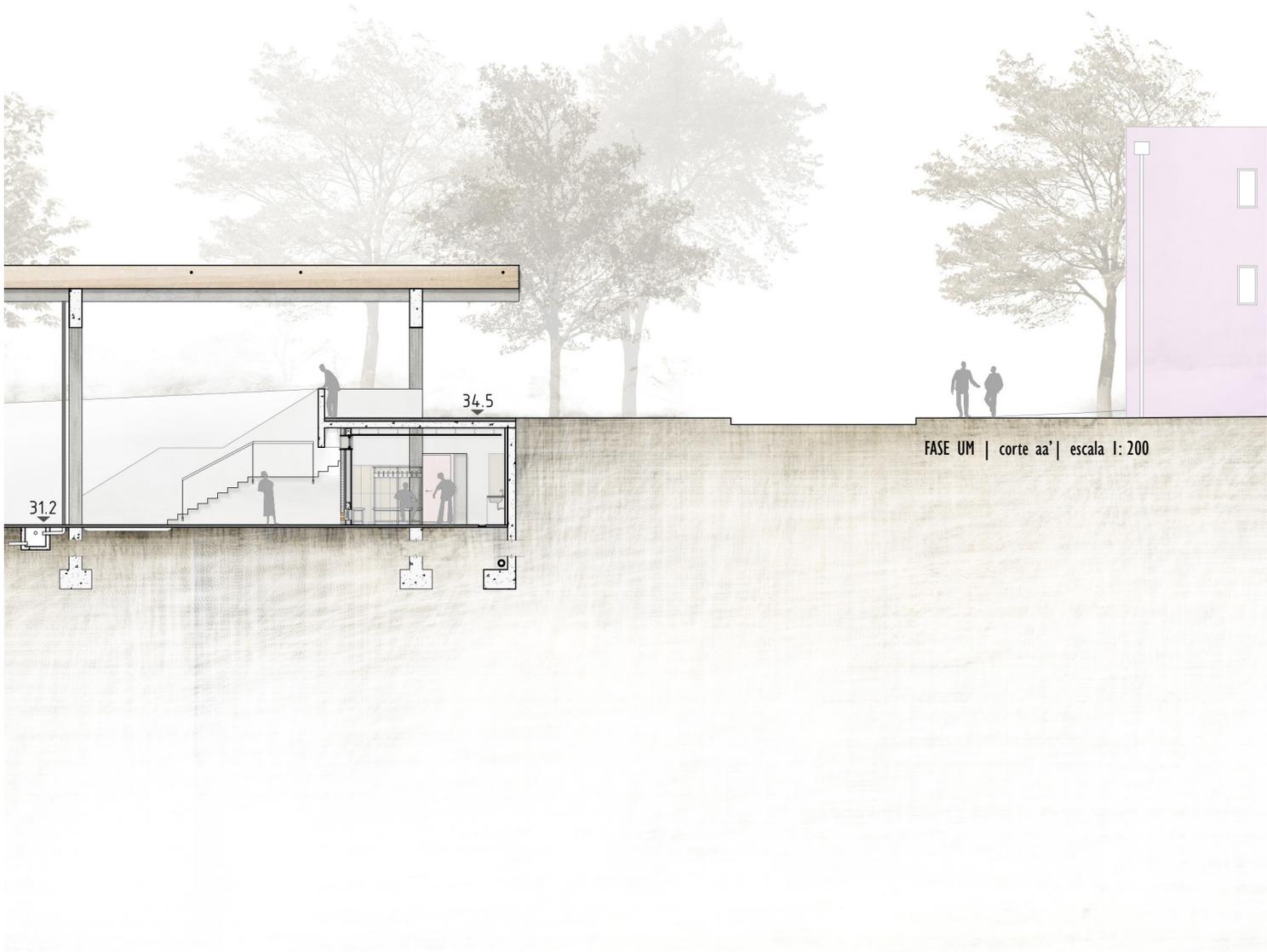


EL
FASE UM | Planta dos balneários à cota 33 m | escala 1: 200

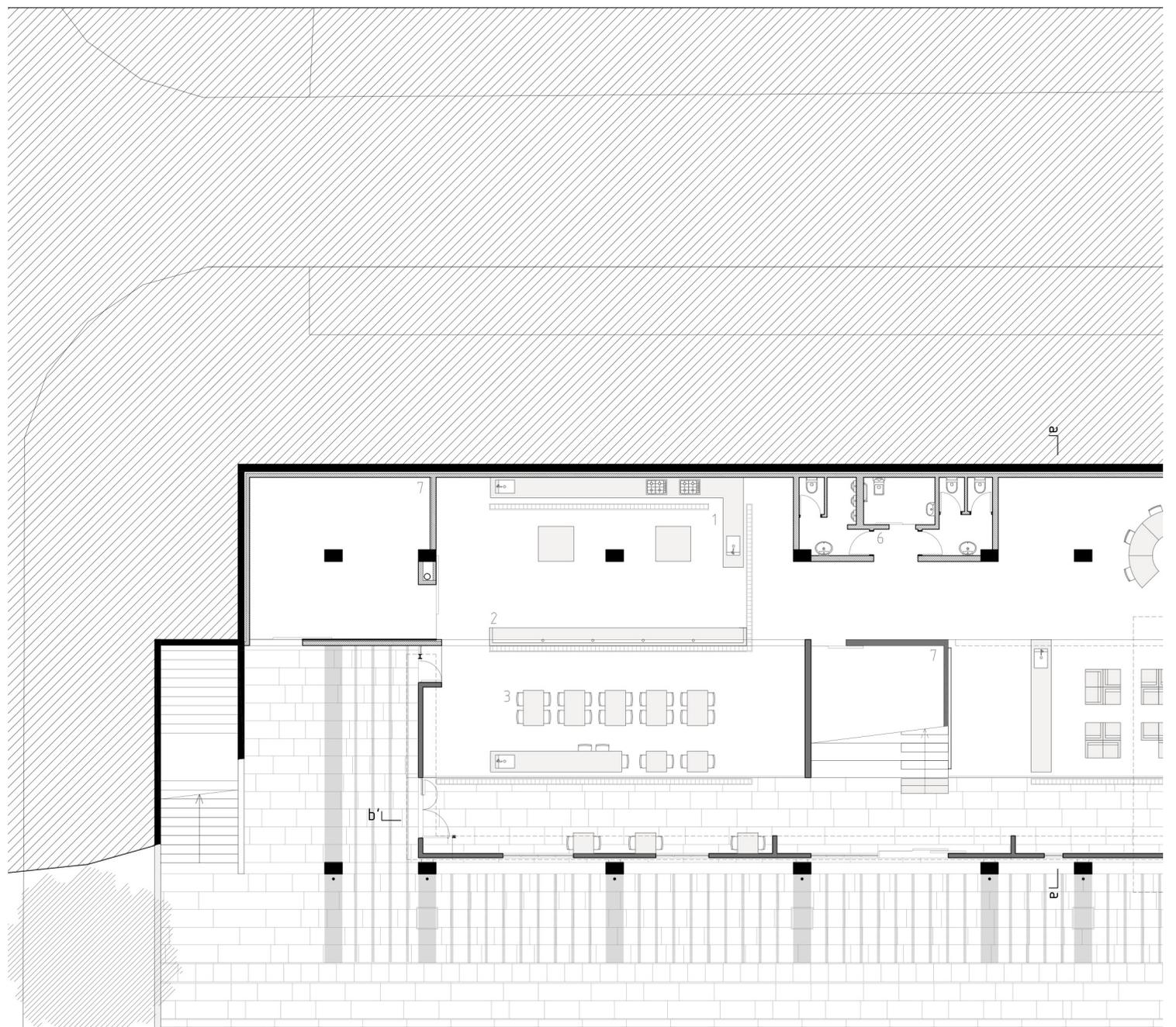


FASE UM | Pormenor da fachada | corte aa' | escala 1: 50



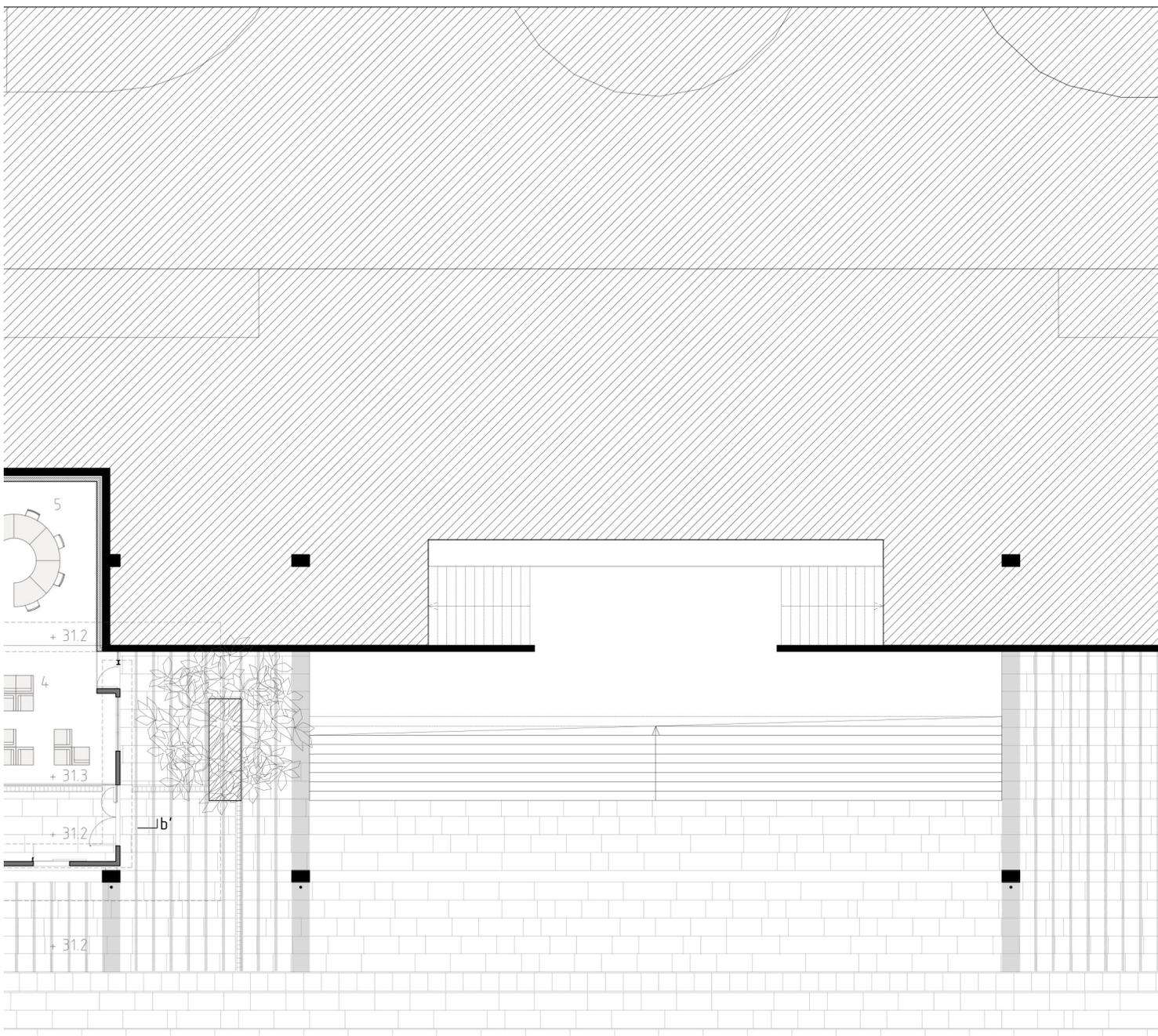


FASE UM | corte aa' | escala 1: 200



LEGENDA ESPAÇOS:

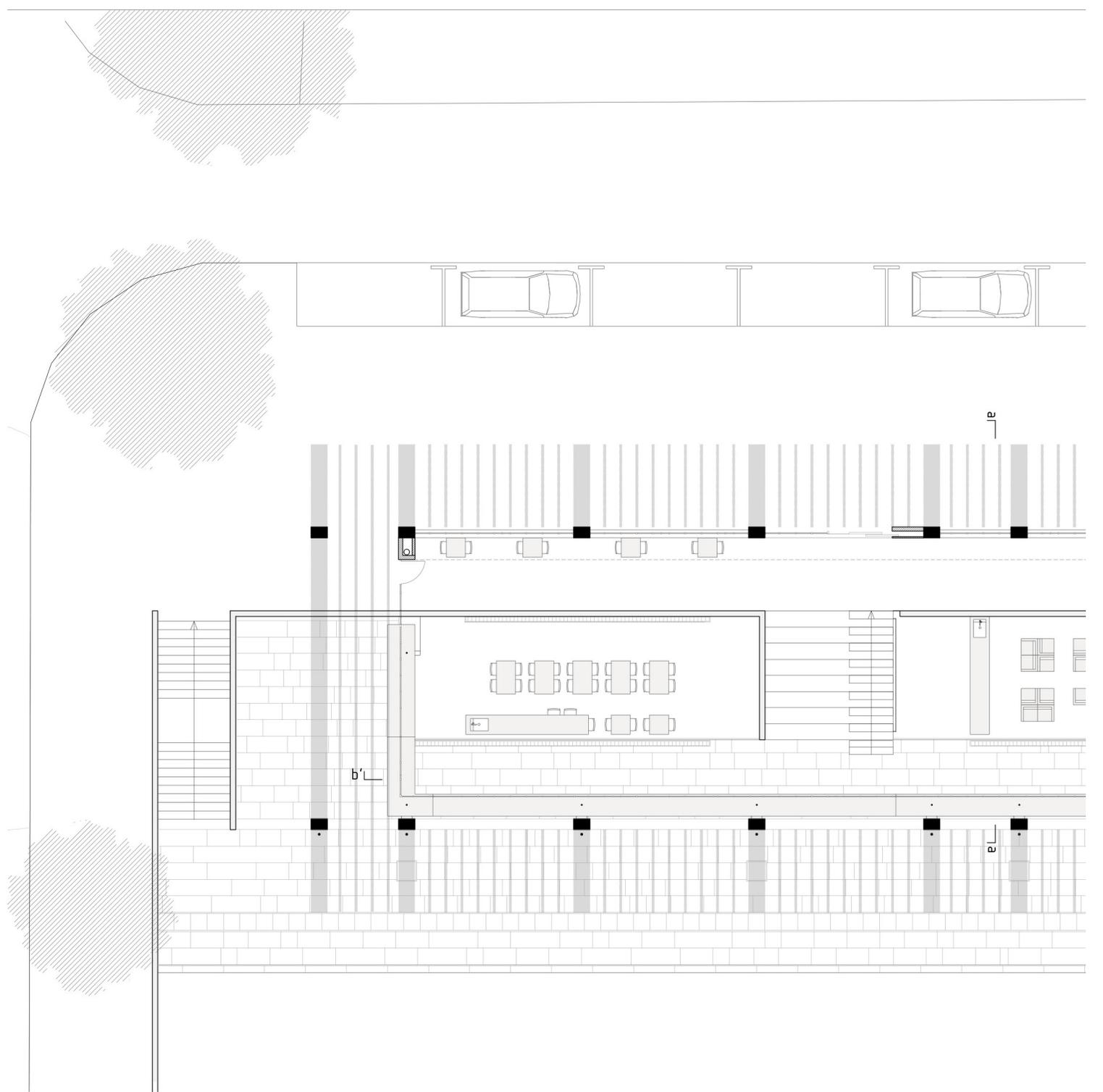
01 Zona de cozinha | 02 Zona de Serviço | 03 Zona de Refeições | 04 Espaço de Estar
05 Area de Reuniões | 06 Insatações Sanitárias | 07 Arrumos

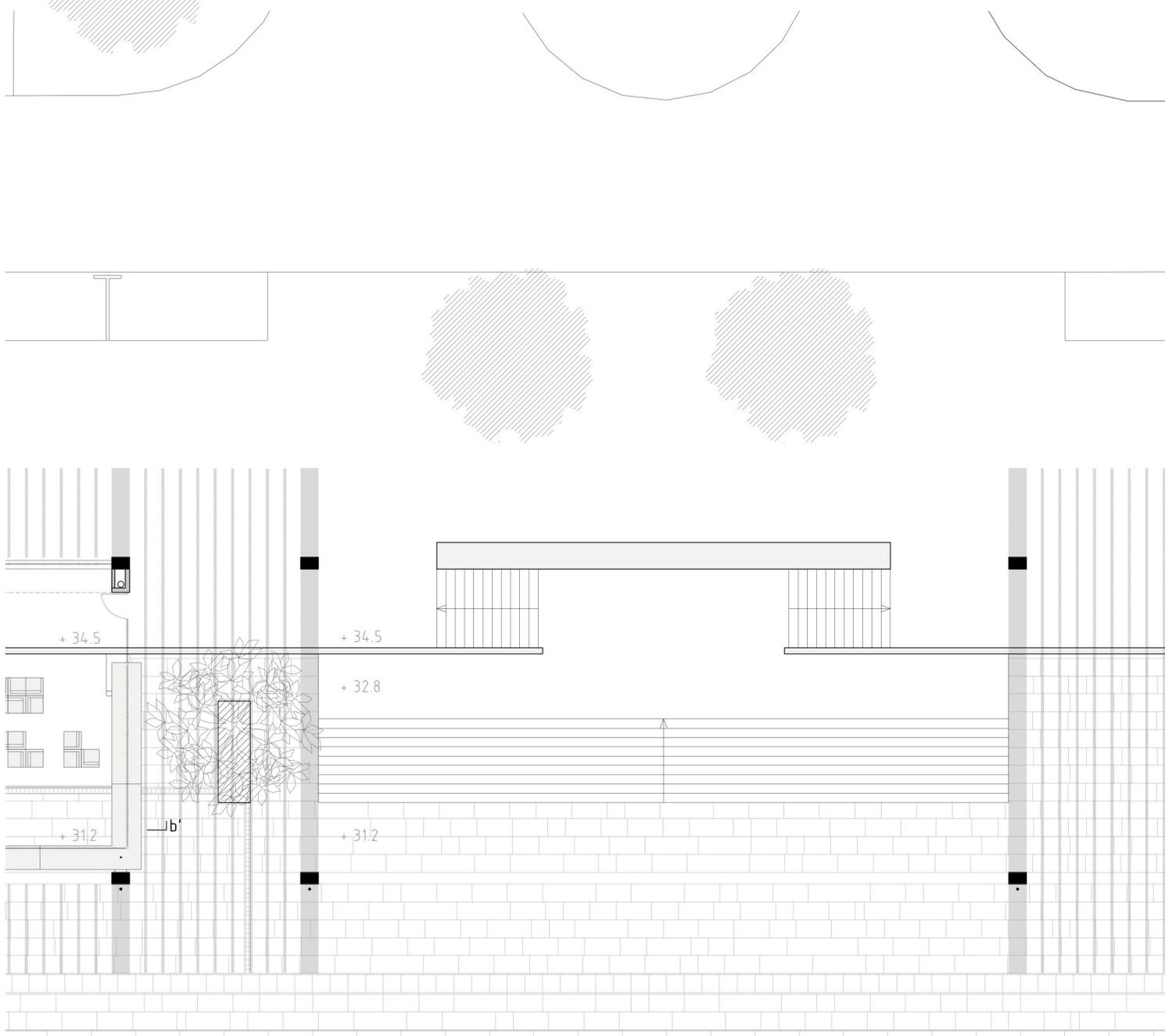


+ 31.5



FASE UM | Planta da cozinha comunitária à cota 33 m | escala 1: 200

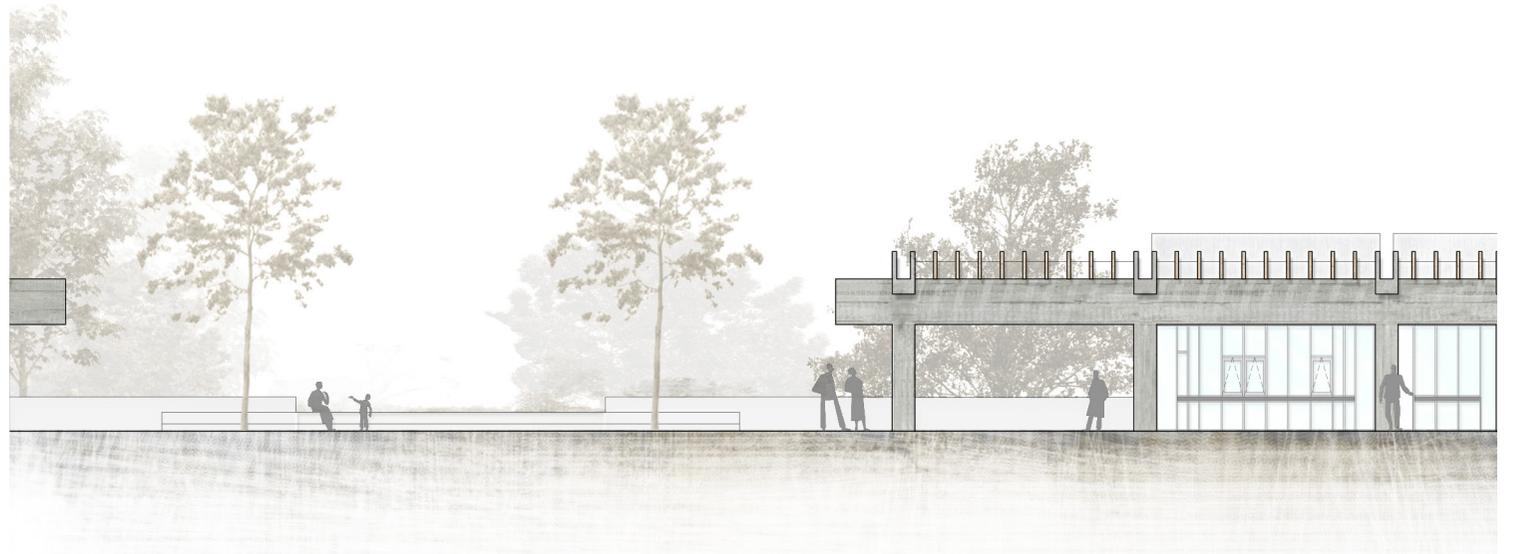


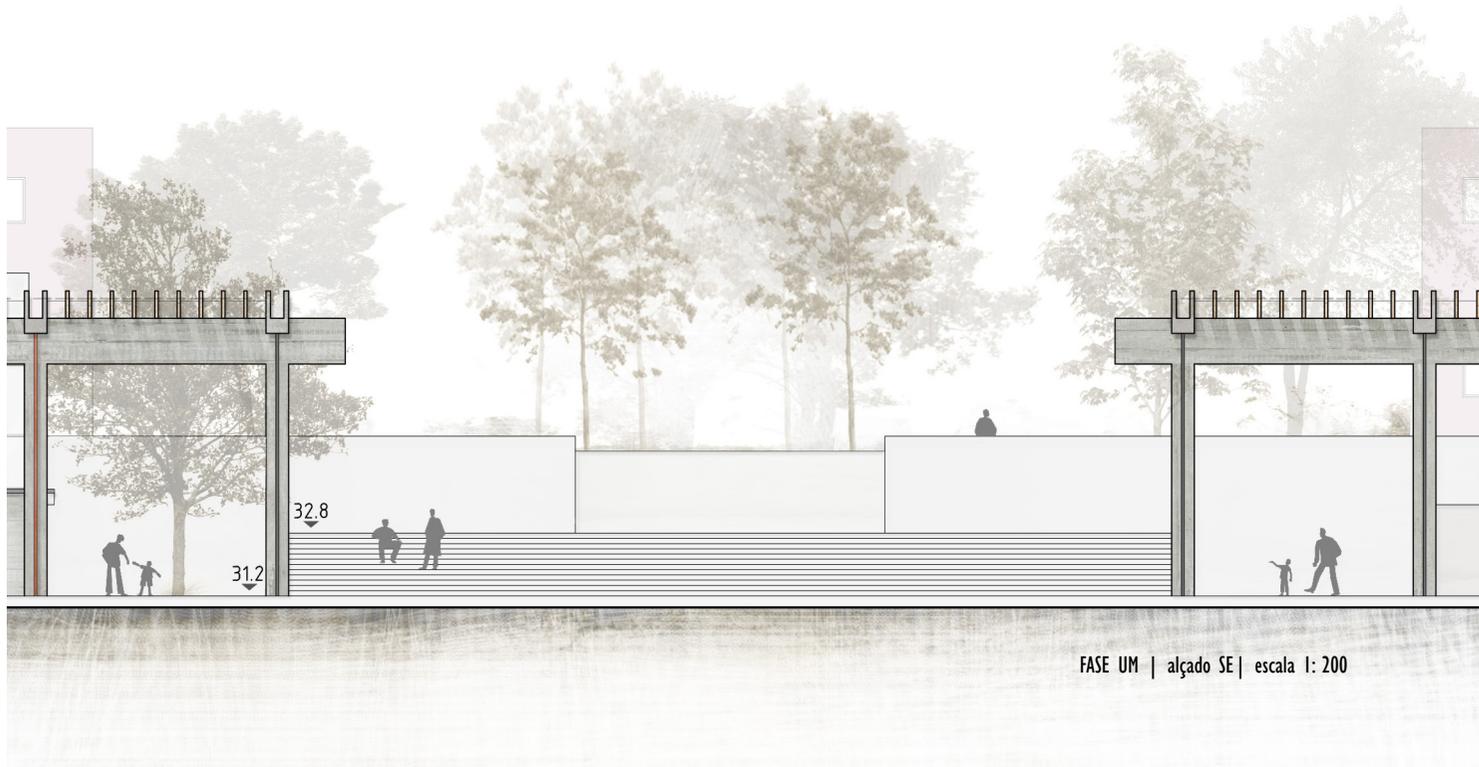


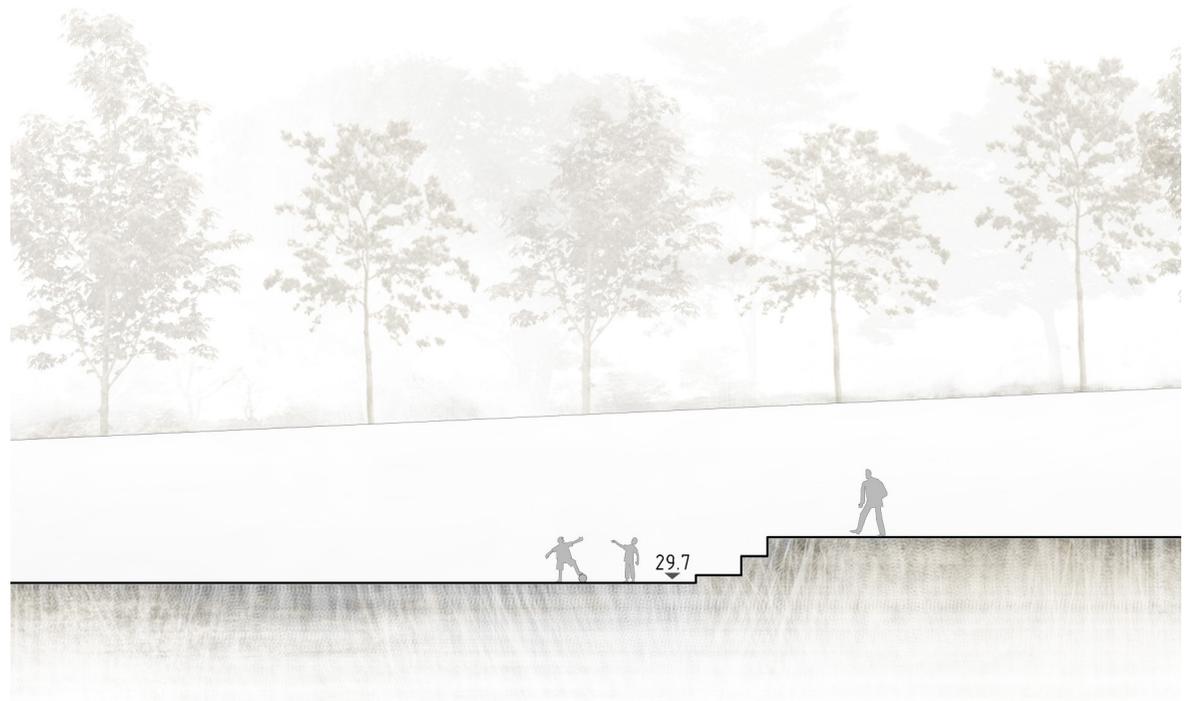
+ 31.5

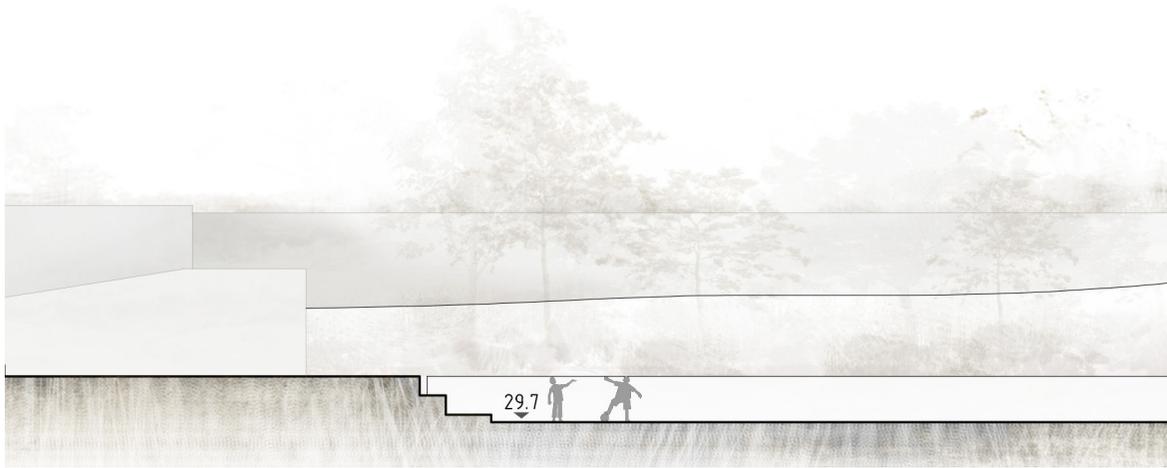


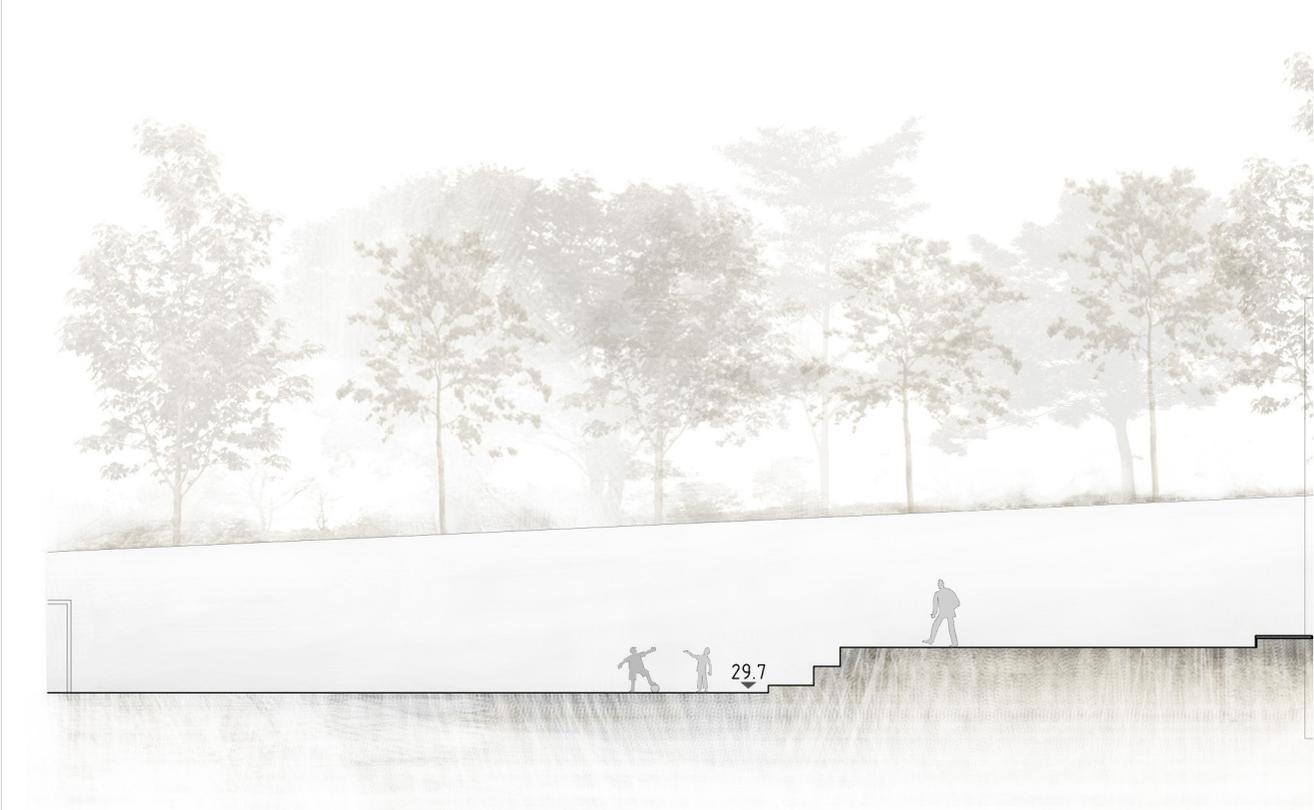
FASE UM | Planta da cozinha comunitária à cota 35 m | escala 1: 200

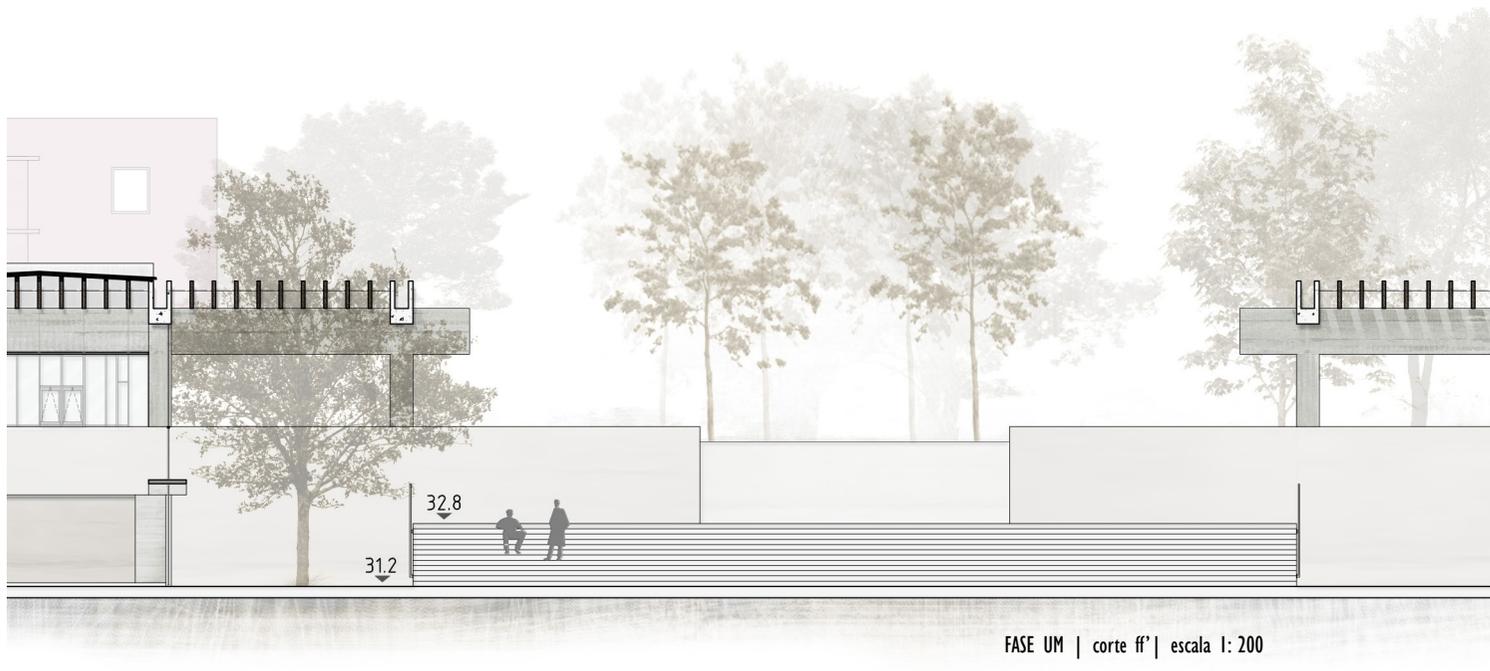
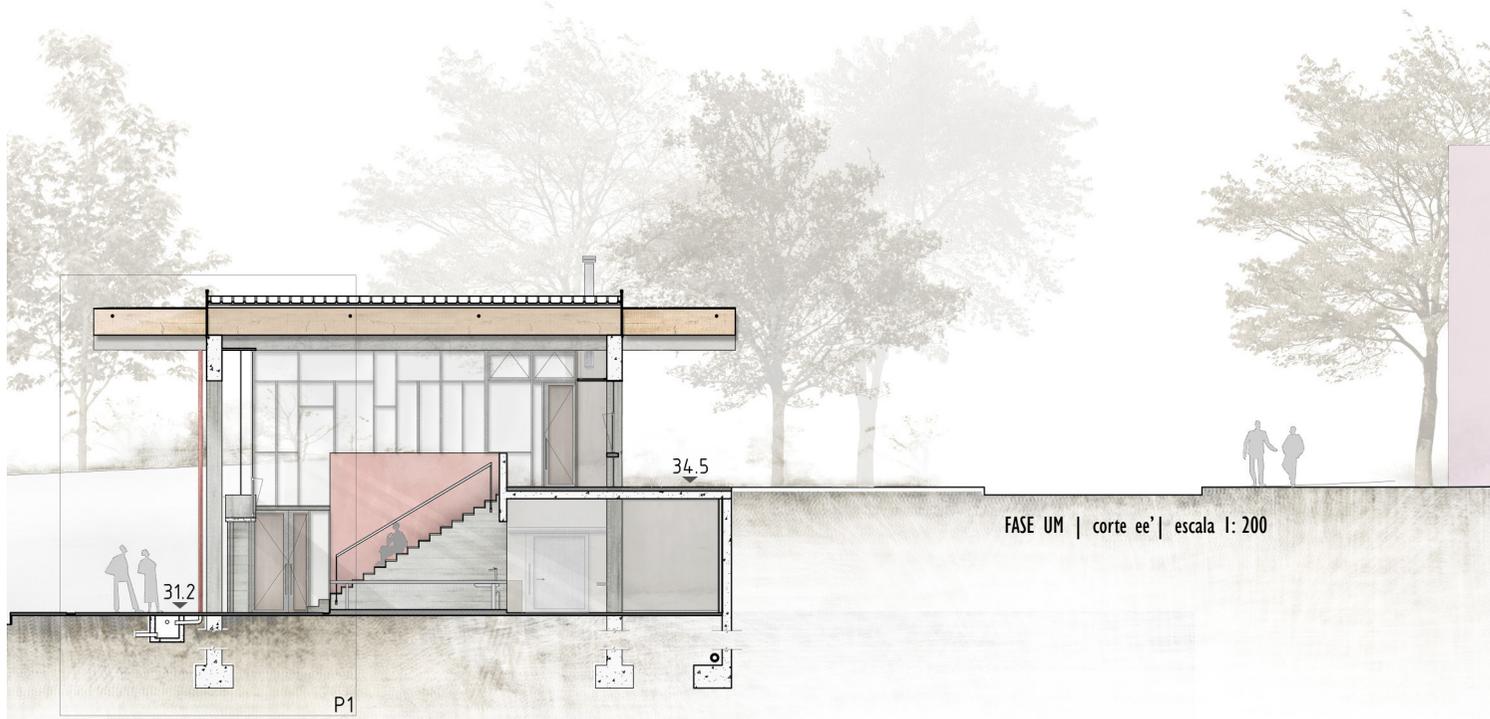


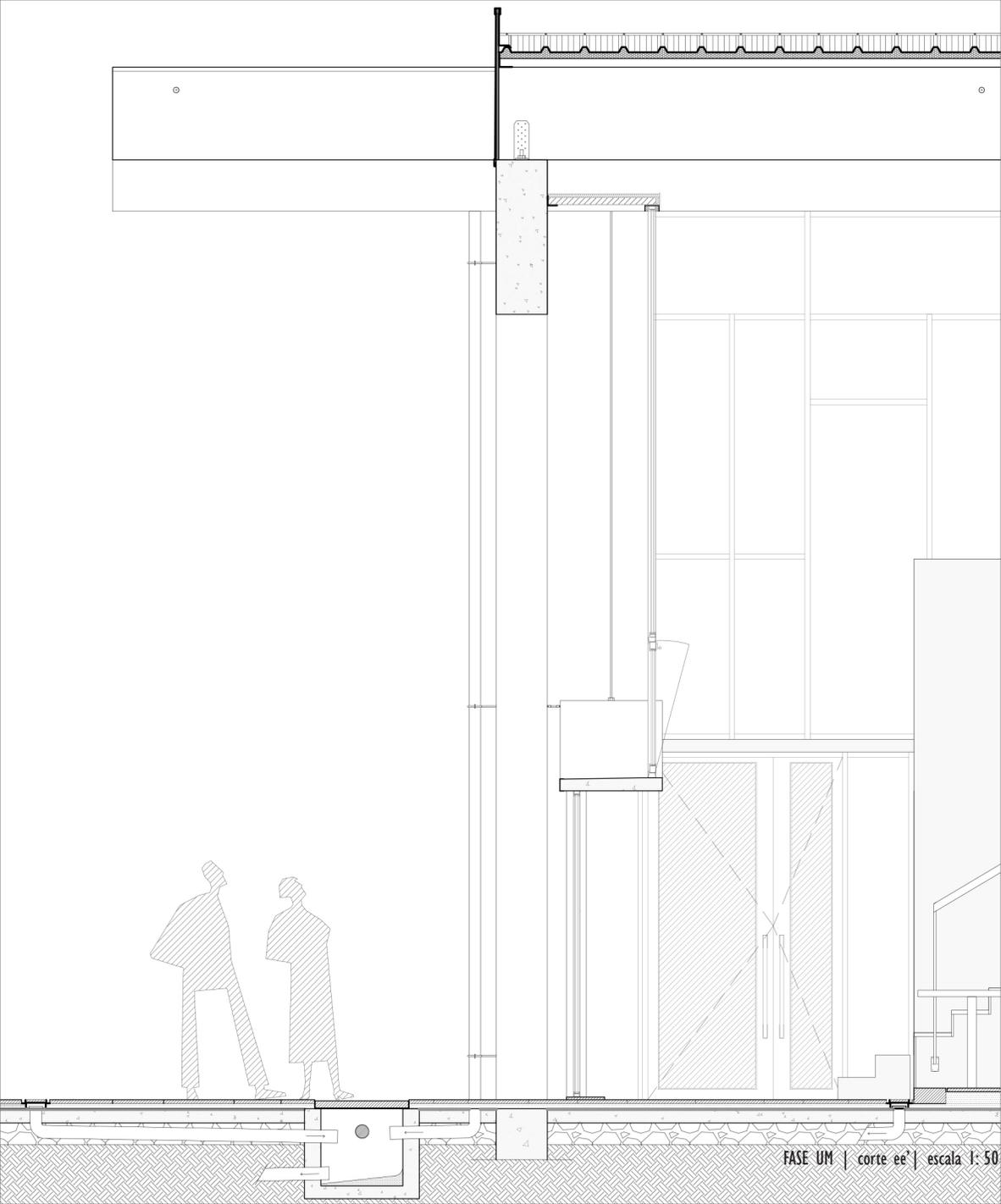




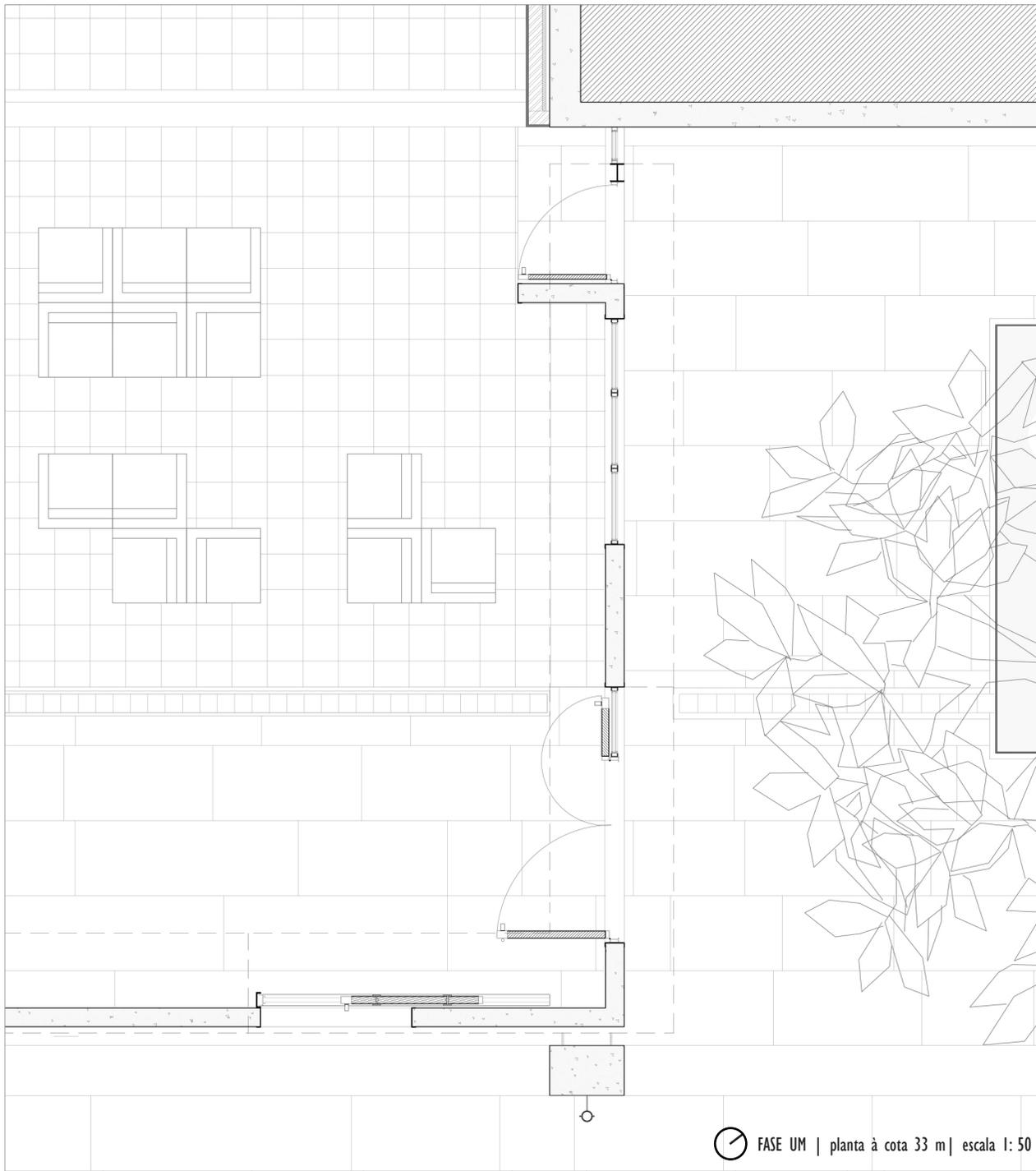








FASE UM | corte ee' | escala 1:50



FASE UM | planta à cota 33 m | escala 1: 50

vista da cota do parque



vista da cota da rua



BIBLIOGRAFIA

Livros:

Augé, M. (2012). Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade. Lisboa: Livraria Letra Livre.

Bandeirinha, J. A. (2014). *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Carlo, G. D. (1970). Architecture's Public. in Till, J. & Petrescu, D. & Jones, P. B. (2005) *Architecture and Participation*. Taylor and Francis.

Carlo, G. D. (1980). Arquitectura da Participação. in Rodrigues, J. M. (2010) *Teoria e Crítica de Arquitectura Século XX*. Lisboa: Caleidoscópico.

Friedman, Y. (2007). The conversation series – Yona Friedman. (H. U. Obrist, Entrevistador) Distributed Art Pub Incorporated

Geddes, P. (1994) *Cidades em Evolução*. Campinas: Papirus.

Habraken, N. J. (1961). Supports: an Alternative to Mass Housing.

Habraken, N. J. (2006). Questions that will not go away.

Hall, E. T. (1986). A dimensão oculta. Lisboa: Relógio d'Água.

IHRU (2013). *Habitação Para o Maior Número: Portugal, os Anos de 1950-1980*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

Kohn, B. (2005). *L'Architecture Participative*. Paris: L'école Decroly. Le Buisson Saint-Louis.

Leal, J. (2008). *Arquitectos engenheiros antropólogos: estudos sobre arquitectura popular no século XX português*

Mckean, J. (2004). Giancarlo De Carlo: Layered Places. Stuttgart/London: Axel Menges .

Montaner, J. M. (2001). *Depois do Movimento Moderno: Arquitectura da segunda metade do século XX*. Gustavo Gili.

Montaner, J. M., & Muxí, Z. (2014). *Arquitectura e Política: Ensaio para Mundos Alternativos*. Barcelona: Gustavo Gili.

Obrist, H. U. (2007) *The Conversation Series: Yona Friedman*. Distributed Art Pub Incorporated

Risselada, M. & Heuvel, D. (2006) *Team 10: In Search of a Utopia of the Present 1953-1981*. Roterdão: Nai Publishers.

Rodrigues, J. M. (2010) *Teoria e Crítica de Arquitectura Século XX*. Lisboa: Caleidoscópio.

Rudofsky, B. (1965). *Architecture without Architects: A Short Introduction to Non-pedigreed Architecture*.

Sanders, E. B.-N. (2013). Perspectives on Participation in Design.

Sanders, E. B.-N., & Stappers, P. J. (2008). Co-creation and the new landscapes of design.

Sanoff, H. (1990). Participatory Design: Theory and Techniques. Raleigh, N.C: H. Sanoff.

Spinizzi, C. (2005). The Methodology of Participatory Design. Technical Communication, 52.

Thoenes, C. (2003). Teoria da Arquitectura: do Renascimento aos Nossos Dias. Londres: Taschen.

Till, J. & Petrescu, D. & Jones, P. B. (2005) Architecture and Participation. Taylor and Francis.

Turner, J. F. (1972). Freedom to Build: Dweller Control of the Housing Process. New York: The Macmillan Company.

Turner, J. F. (1976). Housing by People : Towards Autonomy in Building Environments.

Revistas:

Kroll, L. (1988). Atelier Lucien Kroll: Quartier Des Facultés Medicales. *Global Architecture*, nº especial 1. Tokyo. pp. 206-209

s.a. (1970). Previ/Lima: Low Cost Housing Project. *Architectural Design*, nº 4. Londres. pp. 187-205.

McGuirk, J. (2011). PREVI: The Metabolist Utopia. *Domus*.

Arnstein, S. R. (1969). A Ladder of Citizen Participation. *AIP journal*, vol. 35, nº 4, pp. 216-224.

Videos:

Donoso, C. (2003). *El Tiempo que Llegó*. Chile-Barrio Program, prod. 9 min.

Reis, F. & Guerra, J. M. (2012) *Cama de Gato*. Soares, D., Prod. Portugal: Vendem-se Filmes, 57 min.

Reis, F. & Guerra, J. M. (2012) *Bela Vista*, D., Prod. Portugal: Vendem-se Filmes, 30 min.

ANEXOS

ANEXO I

Autorizações dos participantes para a captura de imagens e vídeo

Convite

O ISCTE-Instituto Universitário Lisboa, vem por este meio convidar V. Ex.ª a participar no processo participativo, a realizar no dia 03 de Junho de 2015, no Centro Comunitário ACM Bela Vista.

A experiência insere-se num processo participativo para fins académicos, integrando o público-alvo, no desenvolvimento do processo de desenho da frente de rua R. Forte da Bela Vista e Parque da Bela Vista. O objectivo passa por adquirir conhecimentos sobre a organização e vivência do mesmo. A experiência pretende reunir os habitantes e recorrendo a um *kit* e maquetas entender como é hoje o parque, e como poderia ser. Numa segunda fase serão apresentados os resultados desta intervenção.

Eu, _____, pretendo participar/não participar (riscar o que não interessa) na realização deste processo participativo e permito a captura de imagens exclusivamente para fins académicos.

Lisboa, ____ de _____ de 2015

O participante,

Albino Fernandes

Convite

O ISCTE-Instituto Universitário Lisboa, vem por este meio convidar V. Ex.ª a participar no processo participativo, a realizar no dia 03 de Junho de 2015, no Centro Comunitário ACM Bela Vista.

A experiência insere-se num processo participativo para fins académicos, integrando o público-alvo, no desenvolvimento do processo de desenho da frente de rua R. Forte da Bela Vista e Parque da Bela Vista. O objectivo passa por adquirir conhecimentos sobre a organização e vivência do mesmo. A experiência pretende reunir os habitantes e recorrendo a um *kit* e maquetas entender como é hoje o parque, e como poderia ser. Numa segunda fase serão apresentados os resultados desta intervenção.

Eu, _____, pretendo participar/não participar (riscar o que não interessa) na realização deste processo participativo e permito a captura de imagens exclusivamente para fins académicos.

Lisboa, ____ de _____ de 2015

O participante,

Francisco Dias

Convite

O ISCTE-Instituto Universitário Lisboa, vem por este meio convidar V. Ex.ª a participar no processo participativo, a realizar no dia 03 de Junho de 2015, no Centro Comunitário ACM Bela Vista.

A experiência insere-se num processo participativo para fins académicos, integrando o público-alvo, no desenvolvimento do processo de desenho da frente de rua R. Forte da Bela Vista e Parque da Bela Vista. O objectivo passa por adquirir conhecimentos sobre a organização e vivência do mesmo. A experiência pretende reunir os habitantes e recorrendo a um *kit* e maquetas entender como é hoje o parque, e como poderia ser. Numa segunda fase serão apresentados os resultados desta intervenção.

Eu, Aracélia Gomes, pretendo participar/não participar (riscar o que não interessa) na realização deste processo participativo e permito a captura de imagens exclusivamente para fins académicos.

Lisboa, 03 de Junho de 2015

O participante,

Aracélia Gomes

Convite

O ISCTE-Instituto Universitário Lisboa, vem por este meio convidar V. Ex.ª a participar no processo participativo, a realizar no dia 03 de Junho de 2015, no Centro Comunitário ACM Bela Vista.

A experiência insere-se num processo participativo para fins académicos, integrando o público-alvo, no desenvolvimento do processo de desenho da frente de rua R. Forte da Bela Vista e Parque da Bela Vista. O objectivo passa por adquirir conhecimentos sobre a organização e vivência do mesmo. A experiência pretende reunir os habitantes e recorrendo a um *kit* e maquetas entender como é hoje o parque, e como poderia ser. Numa segunda fase serão apresentados os resultados desta intervenção.

Eu, Francisco Mendes, pretendo participar/não participar (riscar o que não interessa) na realização deste processo participativo e permito a captura de imagens exclusivamente para fins académicos.

Lisboa, 03 de Junho de 2015

O participante,

Francisco Mendes

Convite

O ISCTE-Instituto Universitário Lisboa, vem por este meio convidar V. Ex.ª a participar no processo participativo, a realizar no dia 03 de Junho de 2015, no Centro Comunitário ACM Bela Vista.

A experiência insere-se num processo participativo para fins académicos, integrando o público-alvo, no desenvolvimento do processo de desenho da frente de rua R. Forte da Bela Vista e Parque da Bela Vista. O objectivo passa por adquirir conhecimentos sobre a organização e vivência do mesmo. A experiência pretende reunir os habitantes e recorrendo a um *kit* e maquetas entender como é hoje o parque, e como poderia ser. Numa segunda fase serão apresentados os resultados desta intervenção.

Eu, Aurora Duarte, pretendo participar/não participar (riscar o que não interessa) na realização deste processo participativo e permito a captura de imagens exclusivamente para fins académicos.

Lisboa, 3 de Junho de 2015

O participante,

Aurora Duarte

Convite

O ISCTE-Instituto Universitário Lisboa, vem por este meio convidar V. Ex.ª a participar no processo participativo, a realizar no dia 03 de Junho de 2015, no Centro Comunitário ACM Bela Vista.

A experiência insere-se num processo participativo para fins académicos, integrando o público-alvo, no desenvolvimento do processo de desenho da frente de rua R. Forte da Bela Vista e Parque da Bela Vista. O objectivo passa por adquirir conhecimentos sobre a organização e vivência do mesmo. A experiência pretende reunir os habitantes e recorrendo a um *kit* e maquetas entender como é hoje o parque, e como poderia ser. Numa segunda fase serão apresentados os resultados desta intervenção.

Eu, Lisboa Santiago, pretendo participar/não participar (riscar o que não interessa) na realização deste processo participativo e permito a captura de imagens exclusivamente para fins académicos.

Lisboa, 3 de Junho de 2015

O participante,

Lisboa Santiago

Convite

O ISCTE-Instituto Universitário Lisboa, vem por este meio convidar V. Ex.ª a participar no processo participativo, a realizar no dia 03 de Junho de 2015, no Centro Comunitário ACM Bela Vista.

A experiência insere-se num processo participativo para fins académicos, integrando o público-alvo, no desenvolvimento do processo de desenho da frente de rua R. Forte da Bela Vista e Parque da Bela Vista. O objectivo passa por adquirir conhecimentos sobre a organização e vivência do mesmo. A experiência pretende reunir os habitantes e recorrendo a um *kit* e maquetas entender como é hoje o parque, e como poderia ser. Numa segunda fase serão apresentados os resultados desta intervenção.

Eu, Aurora Duarte, pretendo participar/não participar (riscar o que não interessa) na realização deste processo participativo e permito a captura de imagens exclusivamente para fins académicos.

Lisboa, 3 de Junho de 2015

O participante,

Aurora Duarte

Convite

O ISCTE-Instituto Universitário Lisboa, vem por este meio convidar V. Ex.ª a participar no processo participativo, a realizar no dia 03 de Junho de 2015, no Centro Comunitário ACM Bela Vista.

A experiência insere-se num processo participativo para fins académicos, integrando o público-alvo, no desenvolvimento do processo de desenho da frente de rua R. Forte da Bela Vista e Parque da Bela Vista. O objectivo passa por adquirir conhecimentos sobre a organização e vivência do mesmo. A experiência pretende reunir os habitantes e recorrendo a um *kit* e maquetas entender como é hoje o parque, e como poderia ser. Numa segunda fase serão apresentados os resultados desta intervenção.

Eu, _____, pretendo participar/não participar (riscar o que não interessa) na realização deste processo participativo e permito a captura de imagens exclusivamente para fins académicos.

Lisboa, ____ de _____ de 2015

O participante,

Convite

O ISCTE-Instituto Universitário Lisboa, vem por este meio convidar V. Ex.ª a participar no processo participativo, a realizar no dia 03 de Junho de 2015, no Centro Comunitário ACM Bela Vista.

A experiência insere-se num processo participativo para fins académicos, integrando o público-alvo, no desenvolvimento do processo de desenho da frente de rua R. Forte da Bela Vista e Parque da Bela Vista. O objectivo passa por adquirir conhecimentos sobre a organização e vivência do mesmo. A experiência pretende reunir os habitantes e recorrendo a um *kit* e maquetas entender como é hoje o parque, e como poderia ser. Numa segunda fase serão apresentados os resultados desta intervenção.

Eu, _____, pretendo participar/~~não participar~~ (riscar o que não interessa) na realização deste processo participativo e permito a captura de imagens exclusivamente para fins académicos.

Lisboa, ____ de _____ de 2015

O participante,

Adelin Sinto

Convite

O ISCTE-Instituto Universitário Lisboa, vem por este meio convidar V. Ex.ª a participar no processo participativo, a realizar no dia 03 de Junho de 2015, no Centro Comunitário ACM Bela Vista.

A experiência insere-se num processo participativo para fins académicos, integrando o público-alvo, no desenvolvimento do processo de desenho da frente de rua R. Forte da Bela Vista e Parque da Bela Vista. O objectivo passa por adquirir conhecimentos sobre a organização e vivência do mesmo. A experiência pretende reunir os habitantes e recorrendo a um *kit* e maquetas entender como é hoje o parque, e como poderia ser. Numa segunda fase serão apresentados os resultados desta intervenção.

Eu, _____, pretendo participar/~~não participar~~ (riscar o que não interessa) na realização deste processo participativo e permito a captura de imagens exclusivamente para fins académicos.

Lisboa, ____ de _____ de 2015

O participante,

Sergio Lopes

Convite

O ISCTE-Instituto Universitário Lisboa, vem por este meio convidar V. Ex.ª a participar no processo participativo, a realizar no dia 03 de Junho de 2015, no Centro Comunitário ACM Bela Vista.

A experiência insere-se num processo participativo para fins académicos, integrando o público-alvo, no desenvolvimento do processo de desenho da frente de rua R. Forte da Bela Vista e Parque da Bela Vista. O objectivo passa por adquirir conhecimentos sobre a organização e vivência do mesmo. A experiência pretende reunir os habitantes e recorrendo a um *kit* e maquetas entender como é hoje o parque, e como poderia ser. Numa segunda fase serão apresentados os resultados desta intervenção.

Eu, Ana Paula Antunes Fernandes, pretendo participar/~~não participar~~ (riscar o que não interessa) na realização deste processo participativo e permito a captura de imagens exclusivamente para fins académicos.

Lisboa, 3 de Junho de 2015

O participante,

965238383
Ana Paula Antunes Fernandes

Convite

O ISCTE-Instituto Universitário Lisboa, vem por este meio convidar V. Ex.ª a participar no processo participativo, a realizar no dia 03 de Junho de 2015, no Centro Comunitário ACM Bela Vista.

A experiência insere-se num processo participativo para fins académicos, integrando o público-alvo, no desenvolvimento do processo de desenho da frente de rua R. Forte da Bela Vista e Parque da Bela Vista. O objectivo passa por adquirir conhecimentos sobre a organização e vivência do mesmo. A experiência pretende reunir os habitantes e recorrendo a um *kit* e maquetas entender como é hoje o parque, e como poderia ser. Numa segunda fase serão apresentados os resultados desta intervenção.

Eu, _____, pretendo participar/~~não participar~~ (riscar o que não interessa) na realização deste processo participativo e permito a captura de imagens exclusivamente para fins académicos.

Lisboa, ____ de _____ de 2015

O participante,

Isabel Esteves

Convite

O ISCTE-Instituto Universitário Lisboa, vem por este meio convidar V. Ex.ª a participar no processo participativo, a realizar no dia 03 de Junho de 2015, no Centro Comunitário ACM Bela Vista.

A experiência insere-se num processo participativo para fins académicos, integrando o público-alvo, no desenvolvimento do processo de desenho da frente de rua R. Forte da Bela Vista e Parque da Bela Vista. O objectivo passa por adquirir conhecimentos sobre a organização e vivência do mesmo. A experiência pretende reunir os habitantes e recorrendo a um *kit* e maquetas entender como é hoje o parque, e como poderia ser. Numa segunda fase serão apresentados os resultados desta intervenção.

Eu, _____, pretendo participar/não participar (riscar o que não interessa) na realização deste processo participativo e permito a captura de imagens exclusivamente para fins académicos.

Lisboa, ____ de _____ de 2015

O participante,


Convite

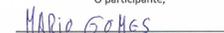
O ISCTE-Instituto Universitário Lisboa, vem por este meio convidar V. Ex.ª a participar no processo participativo, a realizar no dia 03 de Junho de 2015, no Centro Comunitário ACM Bela Vista.

A experiência insere-se num processo participativo para fins académicos, integrando o público-alvo, no desenvolvimento do processo de desenho da frente de rua R. Forte da Bela Vista e Parque da Bela Vista. O objectivo passa por adquirir conhecimentos sobre a organização e vivência do mesmo. A experiência pretende reunir os habitantes e recorrendo a um *kit* e maquetas entender como é hoje o parque, e como poderia ser. Numa segunda fase serão apresentados os resultados desta intervenção.

Eu, _____, pretendo participar/não participar (riscar o que não interessa) na realização deste processo participativo e permito a captura de imagens exclusivamente para fins académicos.

^{Setúbal}
~~Lisboa~~, ____ de _____ de 2015

O participante,



Convite

O ISCTE-Instituto Universitário Lisboa, vem por este meio convidar V. Ex.ª a participar no processo participativo, a realizar no dia 03 de Junho de 2015, no Centro Comunitário ACM Bela Vista.

A experiência insere-se num processo participativo para fins académicos, integrando o público-alvo, no desenvolvimento do processo de desenho da frente de rua R. Forte da Bela Vista e Parque da Bela Vista. O objectivo passa por adquirir conhecimentos sobre a organização e vivência do mesmo. A experiência pretende reunir os habitantes e recorrendo a um *kit* e maquetas entender como é hoje o parque, e como poderia ser. Numa segunda fase serão apresentados os resultados desta intervenção.

Eu, ^{gestão da gestão de Lisboa} _____, pretendo participar/não participar (riscar o que não interessa) na realização deste processo participativo e permito a captura de imagens exclusivamente para fins académicos.

Lisboa, 3 de 5 de 2015

O participante,



Convite

O ISCTE-Instituto Universitário Lisboa, vem por este meio convidar V. Ex.ª a participar no processo participativo, a realizar no dia 03 de Junho de 2015, no Centro Comunitário ACM Bela Vista.

A experiência insere-se num processo participativo para fins académicos, integrando o público-alvo, no desenvolvimento do processo de desenho da frente de rua R. Forte da Bela Vista e Parque da Bela Vista. O objectivo passa por adquirir conhecimentos sobre a organização e vivência do mesmo. A experiência pretende reunir os habitantes e recorrendo a um *kit* e maquetas entender como é hoje o parque, e como poderia ser. Numa segunda fase serão apresentados os resultados desta intervenção.

Eu, _____, pretendo participar/não participar (riscar o que não interessa) na realização deste processo participativo e permito a captura de imagens exclusivamente para fins académicos.

^{Setúbal}
~~Lisboa~~, ____ de _____ de 2015

O participante,



Convite

O ISCTE-Instituto Universitário Lisboa, vem por este meio convidar V. Ex.ª a participar no processo participativo, a realizar no dia 03 de Junho de 2015, no Centro Comunitário ACM Bela Vista.

A experiência insere-se num processo participativo para fins académicos, integrando o público-alvo, no desenvolvimento do processo de desenho da frente de rua R. Forte da Bela Vista e Parque da Bela Vista. O objectivo passa por adquirir conhecimentos sobre a organização e vivência do mesmo. A experiência pretende reunir os habitantes e recorrendo a um *kit* e maquetas entender como é hoje o parque, e como poderia ser. Numa segunda fase serão apresentados os resultados desta intervenção.

Eu, _____, pretendo participar/não participar (riscar o que não interessa) na realização deste processo participativo e permito a captura de imagens exclusivamente para fins académicos.

Lisboa, ____ de _____ de 2015

O participante,

Melania Neto

Convite

O ISCTE-Instituto Universitário Lisboa, vem por este meio convidar V. Ex.ª a participar no processo participativo, a realizar no dia 03 de Junho de 2015, no Centro Comunitário ACM Bela Vista.

A experiência insere-se num processo participativo para fins académicos, integrando o público-alvo, no desenvolvimento do processo de desenho da frente de rua R. Forte da Bela Vista e Parque da Bela Vista. O objectivo passa por adquirir conhecimentos sobre a organização e vivência do mesmo. A experiência pretende reunir os habitantes e recorrendo a um *kit* e maquetas entender como é hoje o parque, e como poderia ser. Numa segunda fase serão apresentados os resultados desta intervenção.

Eu, _____, pretendo participar/não participar (riscar o que não interessa) na realização deste processo participativo e permito a captura de imagens exclusivamente para fins académicos.

Lisboa, ____ de _____ de 2015

O participante,

Jorge Neto

Convite

O ISCTE-Instituto Universitário Lisboa, vem por este meio convidar V. Ex.ª a participar no processo participativo, a realizar no dia 03 de Junho de 2015, no Centro Comunitário ACM Bela Vista.

A experiência insere-se num processo participativo para fins académicos, integrando o público-alvo, no desenvolvimento do processo de desenho da frente de rua R. Forte da Bela Vista e Parque da Bela Vista. O objectivo passa por adquirir conhecimentos sobre a organização e vivência do mesmo. A experiência pretende reunir os habitantes e recorrendo a um *kit* e maquetas entender como é hoje o parque, e como poderia ser. Numa segunda fase serão apresentados os resultados desta intervenção.

Eu, _____, pretendo participar/não participar (riscar o que não interessa) na realização deste processo participativo e permito a captura de imagens exclusivamente para fins académicos.

Est Lisboa, 3 de 6 de 2015

O participante,

[Assinatura]

Convite

O ISCTE-Instituto Universitário Lisboa, vem por este meio convidar V. Ex.ª a participar no processo participativo, a realizar no dia 03 de Junho de 2015, no Centro Comunitário ACM Bela Vista.

A experiência insere-se num processo participativo para fins académicos, integrando o público-alvo, no desenvolvimento do processo de desenho da frente de rua R. Forte da Bela Vista e Parque da Bela Vista. O objectivo passa por adquirir conhecimentos sobre a organização e vivência do mesmo. A experiência pretende reunir os habitantes e recorrendo a um *kit* e maquetas entender como é hoje o parque, e como poderia ser. Numa segunda fase serão apresentados os resultados desta intervenção.

Eu, _____, pretendo participar/não participar (riscar o que não interessa) na realização deste processo participativo e permito a captura de imagens exclusivamente para fins académicos.

Est Lisboa, 3 de 6 de 2015

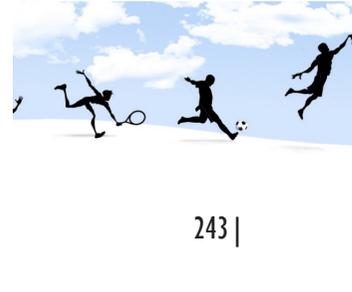
O participante,

[Assinatura]

ANEXO II

Imagens utilizadas na primeira atividade da
acção participativa





ANEXO III

Paper “The Role of the Architect in Participatory Design Process” submetido e apresentado na 2ª conferência internacional da OIKONET “Global Dwelling” - Bratislava

The Role of the Architect in Participatory Design Process.

A contribute to alternative dwelling methodologies.

Cristina Romão

ISCTE-IUL, Lisbon, Portugal
cris.acr@hotmail.com

Alexandra Paio

ISCTE-IUL, Lisbon, Portugal
alexandra.paio@iscte.com

ABSTRACT:

How can architects enlarge their commitment with users and as a result develop the relationship between architectural and society? This question reminds us that architecture as a process cannot avoid commitment with social dynamics.

In order to respond to the housing needs of the post-World War I, the Modern Movement brought, for the first time, an awareness of the everyday environment to architecture. However, the modern approach to this issue was later on criticised by those who believed to be essential, the involvement and empowering of the user in the housing process. In this context emerges, in the 60's, architects committed to explore different ways of proceeding in the design process, particularly through participation in architecture. With this background it is possible to develop De Carlo's urgent responsibility on the political and social role of the architect in society; Habraken's Support Structure method that allows a naturally adaptable and flexible way to house; Turner's empowering of the user through Freedom to Build; or Kroll's Médicale Maison, a student accommodation project that counts on the participation of the future users.

This ongoing research explores the role of the architect in participatory design methodologies. Through the analysis of theoretical and practical case studies, is proposed an investigation on the role of the architect on participatory processes. Bearing these results in mind, and integrated in the Master's Degree Final Project, is developed an approach to a concrete territory: Bairro da Bela Vista, a social neighbourhood in the Portuguese city Setubal. This paper aims to understand how participatory processes can contribute to the establishment of the contemporary city by its inhabitants, restoring through alternative methodologies their right to dwell.

KEYWORDS: *participatory design, architectural design process, Bela Vista*

1 INTRODUCTION

This paper explores participation in architecture not as the only solution, but as an alternative of doing architecture. Participation is a matter of control over decision by the participants (Sanoff, 1990). The relationship between inhabitants and their built environment is determined by experiences of appropriation. Participation is becoming progressively more important for the architectural design process, while at the same time, the role of the architect is being put into question. This dynamic means that the architect must recognize its practice as a part of an evolving sequence and open dialogue.

The Italian architect Giancarlo De Carlo (1980) exposes this path:

A fork in the road has two branches. In our case, one of these is the continuation of the road that architecture has travelled until now, the other branch deviates away from this line and goes in a new direction, the architecture of participation.

Participation in architecture has been discussed, on and off, since the 60's of the last century. In the last decades the users' needs are not only a prerequisite of the process but a decisive matter. There is a shift in perspective occurring today to the importance of Participatory Design. But it is not without an effort that the term Participatory Design is defined. Through several experiences and fields of practice, Participatory Design - User Centered Design, Cooperative Design, Co-Design - was able to diverge into numerous definitions and purposes, and so we find ourselves in little concordance between them.

This definition by Liz Sanders (2013) is understood to be explicit:

Participatory Design refers to the activity of designers and people not trained in design working together in the design and development process. In the practice of Participatory Design, the people who are being served by design are no longer seen simply as users, consumers or customers. Instead, they are seen as the experts in understanding their own ways of living and working.

Although participation in architecture is considered a "research orientation or even a field" (Spinizzi, 2005) it is first and foremost a methodology rooted in the belief of the user's knowledge over his ways of living. Through collaboration, a solution grounded on the technician's knowledge and the user's consciousness of its own needs and desires is achieved.

The amount of participants or their level of involvement in the design process cannot be anticipated, once it is entirely dependent on the specific reality in which it is operating. The desire of participation usually comes from the users or the community itself, and thereafter technicians and other entities join the process. From that moment on is essential the involvement of all the individuals, since users to technicians, in every stage of the design process. Participation has always been related to collaboration between different fields of study - engineering, sociology, psychology, anthropology - and so it is often considered that technicians and researchers ought to practice other fields beyond their own. Collaboration does not require that, however it requires a greater understanding of other subjects as well as their limits, in order to take advantage of its multidisciplinary and heterogeneous foundation.

2 THE AMBIGUITY OF THE ARCHITECT'S ROLE

The architect's role in design process has been questioned since the 60's and 70's of the last century. According to De Carlo "in different historical epochs, depending on the use to which political power put him, the architect has been more a head-brick-layer or more a god". Several approaches have been done to support an alternative way to the top-down architectural design process.

The environment stemmed from the instability of the first Great War, turned out to be necessary for the Modern Movement to emerge. It is at this time of rupture, ruled by progressive and functional ideas that brought into the discussion, besides architecture, its inhabitants.

Before that, the work of William Morris would be a fundamental contribution in the awareness of the social role in architecture. The Arts and Crafts Movement, rooted in 19th Century England, appears as an alternative to the mass production, outcome of the industrial revolution, and Morris as a pioneer in the inclusion and empowering of the craftsman in the design process. Supporter of the authenticity in design, Morris defends that design "cannot be dissociated from the social and moral conditions of the age to which it belongs" (Carlo, 1948). In a certain way like Morris, the Scottish biologist Patrick Geddes would play an important role in the social engagement, not in the field of design, but in urban planning. By means of a multidisciplinary approach, he aimed to understand the relationship of human beings with their environment and how this is influenced by their way of living. Geddes' work and *learning by doing* process would strongly influence the participatory vision of other architects such as John F. C. Turner.

In the first half of the 20th Century, the Arts and Crafts' thinking is inherited by Bauhaus, that would stand as an example of democratic education. From the many contributions that made Bauhaus a landmark in history, the one of its second director is underlined. Hannes Meyer believes the architect to be above all a *technician serving society* and so distinguishes the socio-economic importance in the architect's work. In 1928 he publishes *Bauen* where he questions the principles of construction and aesthetic weight in architecture: "building is a biological process. Building is not an aesthetic process."

Hence, is from the needs and scarcity environment of beginning of the last century, "For the first time in human history, everyday environment was not to be taken for granted. It became a problem to be solved" (Habraken, 2005). In this way, many attempt to find the universal design, the dwelling solution that met the requirements of the universal average man. Through functional and rationalistic thinking, architects provided the *international design* able to fit in any place, any person at any time. These John and Jane Doe dwellings are reproduced endlessly to respond to the urgency of the time. So, although the inhabitants are included in the equation, there is still a clear distance between them and the architectural process.

In the second half of the 20th Century, by the need of reviewing the foundations of the Modern Movement, this matter would be brought into discussion by Team 10. The refuse of the academic historicisms in the Modern Movement turned out to be, more than an aesthetic rupture, a rejection of the cultural and social context of the place, thus its inhabitants. Therefore the CIAM's fundamentals and the status of the modern architect are put into question. Giancarlo De Carlo, member of Team 10, regarded the alienation of history as one of the major failures of the Modern Movement: "No one in Team 10 ever said the Modern Movement should be tossed on the rubbish heap of history. We did say it was ossified and its organizational structure (...) had brought it to a paralysis. All of us considered Le Corbusier a great architect, but none of us wanted to start a personality cult" (Carlo, 1999).

In the same way as the Modern Movement proclaims itself as a rupture to the historicist thinking, also the Team 10 fundamentals break with the Modern Movement thoughts and the International Style, which reveals itself homogeneous and oblivious to its context, by refuting the existent promulgates, and a new thinking settles. This is focused on the reality of the place and its social context, as in the detriment of the object when in relation with the process.

Through the 60's it is witnessed a rising will to understand the involvement of the future users in the design process by those who believed architecture should not be separated from the ones who would inhabit it. The role of the architect therefore goes beyond the paper, he lets go of his tools in order to commit with the environment, which is not only the space, but its history, culture and people. Participation in architecture appears as a repercussion of these beliefs. Two landmarks of Participation Design in architecture are the factory workers' social housing projects: *Villagio Matteotti*, in Terni, Italy, by the architect Giancarlo De Carlo; and *Byker Wall*, in Newcastle upon Tyne, England, by the architect Ralph Erskine. Both took advantage of knowing previously who would be the inhabitants, and so involving them in the design and construction development. These projects would bring to Team 10' meetings the subject of participation, in which both architects belong to. *La Mémé* by the architect Lucien Kroll in Brussels, Belgium, cannot be unnoticed as a pioneer in Participatory Design in which the architect makes the clear distinction between its contribution and the users' involvement.

In parallel with the built exercises, the architect Yona Friedman introduces a theory based on a pre-conceived spatial structure able to be implemented over any surrounding – *Ville Spatiale*. Once the skeleton is placed it would allow its occupation in a flexible way, both in terms of space and time. The employment of computer systems in the design process was fundamental in order to provide endless possibilities of the spatial structure's infill, therefore unlimited options to its inhabitants. In *Architecture Mobile*, published in 1958, Friedman exposes the results of the *Ville Spatiale* experience. Friedman's work is much relevant to understand the urge of the time to generate alternatives to the Modern Movement. In that same period, the Austrian artist Hundertwasser defends the right of personal space appropriation, as well as the power of the inhabitant over his environment. He exposes this as *windows rights* in a period where *the apartheid of windows must cease*. This reflects a desire and an approach to a more human and natural way of housing. This is also represented in the 1964 exhibition *Architecture without Architects: A Short Introduction to Non-pedigreed Architecture* in MoMa, in which Bernard Rudofsky evidences a different side of the profession, less related with the artistic authorship, and more with the social and communitarian direction. Nonetheless, is emphasized the contributions of N. J.

Habraken's *Support Structure*, the experiences of John F. C. Turner and Christopher Alexander's *Pattern Language* to the theoretical understanding of Participatory Design.

Out of the European reality, one of the biggest operations involving future inhabitants occurs in Latin America. Such examples are the renewing housing programmes in Mexico, after the 1985' earthquake, and the housing project *PREVI* in Lima, Peru. Along the 70's and 80's many were the experiences that aimed to replace the informal settlements logged in urban centres in a self-construction and local empowering operations. These experiences would bring awareness to the growing potential of Bottom-Up strategies in the renewing of our cities. It became clear that the global issues should not be solved as an architectural problematic but as a multidisciplinary approach, involving not only the users, but technicians from different fields working for the same purpose.

At that period in Portugal, the housing scenario was displayed by the millions of informal settlements and slums installed in the urban centres and rural surroundings. Through the second half of the 20th Century many discussed the scarcity issues along with its solutions, but it was only after the *Revolução dos Cravos* of April 1974, that the resettlement of the millions who lived under poor conditions, plus the returnees of the former colonies, was truly confronted and became a problem to be solved. As a response to that, from 1974 till 1976 the SAAL process intended to replace the scarcity scenario by dwellings built by the inhabitants involved in a participatory process. The government provided the materials, the brigades – technicians, architects, engineers - the technical support, and the population their time, in the biggest participatory action in Portugal.

2.1 Giancarlo De Carlo

Over the 60's and 70's, the Italian architect Giancarlo De Carlo stands as a pioneer in the subject of participation in architecture. In addition to his theoretical contribution to this subject he materializes it by involving the users in the design process as it has been seen in *Villagio Matteotti*.

In 1947, Giancarlo De Carlo publishes a paper on William Morris and the Arts and Crafts movement. In this, he underlines the priority given to the involvement of the craftsman in the creative process, over the final product itself. Morris' methodology and anticapitalistic politics would be fundamental values to De Carlo's participatory vision:

(...) he restored to the architect an awareness of his mission among humanity. (...) He taught that, if architecture were to be authentic, it could not be limited to a question of taste or style, but had to expand, to become an active principle that took in all human activity.

This disconnection with the reality of the place, that De Carlo considered to be history, would stand as a necessity to confront the Modern Movement principles:“(...) modern architects felt they had to begin with a clean slate, 'to start from scratch', (...). But how can we do without history?” (Carlo, 1999). In this way, Mckean describes De Carlo's architecture as being “processes rather than products; means rather than ends; it is centred on people and action; and it is meaningless without them” (Mckean, 2004).

In 1980, De Carlo publishes *An Architecture of Participation*, in which he reflects on the above criticisms: “Why did the Modern Movement place more emphasis on aesthetics than on the global aspects of the problem?” (Carlo, 1980) Denounces evident failures on the modernist way of design, none the less faces participation in architecture as an alternative when desired and not as an universal solution for the design process, it is a *new direction*, where the contemporary architect should aim to design architecture which represents, not its creator, but its user.

According to Giancarlo De Carlo, an architectural process can be divided into three stages: “the definition of the problem, the development of the solution and the evaluation of the results.” (Carlo, 1980) However, currently in architecture practice it's often witnessed the rejection of the first and third stages, assuming only relevant the *development of the solution*. This is due to the assumption that the *development of the solution* serves as justification for the final product, instead of being the source of the solution itself. The *evaluation of the results* is even more overlapped, being considered a merely formal appreciation of the *work of art* and so, ignoring the actual use and inhabitant's experience. Instead, the user should be present through the three stages, and these phases should be able to operate independently from each other and become connected at any time of the process.

In this context, the *development of the solution* is not assigned to the architect, as it is traditionally, must originate from the debate between the involved characters, whence several scenarios, the “true nature of the problem” (Carlo, 1980) rises. Consequently the solution adapts to the problem and the so criticised “dichotomy between architecture and reality” (Carlo, 1980) is dissolved.

None the less, De Carlo lays out two restrictions in participatory design: scale and time. Assuming that participation is efficient when involving small social groups as well as involving short-term solutions how then can it be efficient, when in need to involve *entire social organisms* or long-term solutions? According to De Carlo, the approach to this matter is done by the understanding that parts make the whole. So, the large scale is achieved by the “integration of multiple small scale operations” in the same way that “the long term has to be seen as a chaining of short term activities.” (Carlo, 1980)

Giancarlo De Carlo’s participatory vision is distinguished by his believe in the essential political role in the work of the architect, once he never separated one from the other. Participation is thus a political principle attached to an essential decentralization in the decision making of an architectural operation.

2.1 N. J. Habraken

Along with De Carlo the work of Dutch architect N. John Habraken remains to be one of the most significant references in Participatory Design theory. From his work, the *Support Structures* proposal and his contribution for the establishment of *SAR*, which would originate the *Open Building Movement*, are highlighted. N. J. Habraken considers that the modernist period brought into discussion in architecture, besides the *special buildings*, the quotidian constructions. However, as Giancarlo De Carlo’s displayed criticisms, also Habraken criticizes the way architecture is unplugged from its users, resulting in the uniform and without identity mass housing constructions of the post-war. Habraken focuses his research and work on this architecture of the quotidian, the dwelling.

In 1961 he publishes *Supports: an Alternative to Mass Housing*, in which he exhibits an alternative to the so criticized mass dwellings of the post-war. Habraken assumes, as starting point, the substantial knowledge of the user over his own needs/desires, in the same way, it assumes these to be unique and vary from individual to individual. These reflections would go against the modernist all-providing design, which is endlessly duplicated in an effort of responding to the vast housing needs of the 20th century. This would result instead in what Habraken denominates as Mass Housing: a mainly economical solution which ignores the essential principles of dwelling and its inhabitant, which he considers unnatural.

He believes to be necessary the restore of the Natural Relationship, “dwelling is first and foremost a relationship between people and environment” in this way, “We can only talk about a housing problem when all the difficulties connected with living and building slot together.” (Habraken, 1961)

In this context is exposed his alternative:

I propose this definition: A support structure is a construction which allows the provision of dwellings which can be built, altered and taken down, independently of the others.

A *Support Structure*, named after its function, is a construction in which the Support and the Infill are disaggregated. The first being of the architect’s authorship and the second left under the user’s responsibility. This allows adaptability and flexibility in dwelling, at short and long-term. A *Support Structure* enables each user to take control over its way of dwell once it does not affect the functionality of the remaining houses. Habraken refers to this methodology as a bookcase in which the books are placed and removed without affecting the other books or the bookcase itself, allowing “freedom to grow and to change” (Habraken, 1961).

A *Support Structure* is rooted in the consideration of *unknown as basis*, the author accepts the unpredictability of dwelling instead of predicting it. This is an approach to a more natural dwelling process once “Nature knows no uniformity, but seeks greater variety” (Habraken, 1961). Habraken considers the offer of an endless range of possibilities and the chance to restore the Natural Relationship, fundamental aspects of his proposal, in which the architect’s role is questioned:

When the natural relationship functions, it is the architect who provides the contact with the occupier. He is who as expert makes the connection between the natural relationship and a complex technology: he is the direct link between the layman and profession. (...) in the

natural relationship the architect finds himself in the centre of the housing process; he is part of it. The process operates as much because of him as due to the initiative and interference of the layman. (Habraken, 1961)

In the development of a *Support Structure* methodology, participation is essential and each character plays a specific part. The architect should dispose some of his traditional tasks in order to restore the Natural Relationship, and so becoming mainly in charge of the *Support Structure's* design and all that it implies.

2.2 J. F. C. Turner

As Habraken, the British architect John F. C. Turner also focuses his research around the subject of Housing. Much influenced by the work of Patrick Geddes, in 1957 Turner settles in Peru in order to participate in the construction of the Tiabaya's new school. Later, after the earthquake of January 15, 1958 that destroyed over 10,000 houses in the city of Arequipa, Turner is in charge of rebuilding the *urbanizaciones populares* in what turned out to be a self-help process. His last experience in Peru was spend in Lima's slums, "a project that came close to applying the lessons learned from those two experience" (Turner, 1972) His time in Peru finished in 1965. The result of these three experiences along with the participation of Peru's self-help reality is the publication of *Freedom to Build: Dweller Control of the Housing Process* in 1972.

Turner reveals the importance of his experience in Peru in the transformation of his vision on the architect's role, "I stopped trying to work *for* and started trying to work *with* people. I realized that I knew far less than I originally assumed, and that the people I was supposedly qualified to order about knew far more." (Turner, 1972) He recognizes these experiences to be *disastrous* due to the distance and communication failures between architects and users; they were an eye-opener to the *deaf and even blind* architect. He comes across a self-help reality where the *layman* is not only capable of building his own house, without the architect's assistance, he has been doing it for a long time, "Why, then, did we feel it was necessary to organize such people into groups to do what they were so obviously capable of doing individually?" (Turner, 1972) In this way, the imposition of the blind architect's will and its standard designs over the context in which he is operating is strongly criticized, and the imperative knowledge that *more is better*, loses its meaning.

In *Housing as a Verb* Turner (1972) exposes the benefits the user's empowering in the housing process. He reviews and defines the verb *to house* as:

Some components of housing action are clearly measurable – dwelling units, for instance. It is also possible and practical to measure financial costs, time invested, and even human effort. But vital aspects of housing are not quantifiable at all. The most important 'product' of any human activity is, of course, the satisfaction or frustration of needs.

Turner proposes the employment of an *Open System* in which the user retains the power and freedom to build and decisions are made by the local community, "This is not to say that every family should build its own house, as the urban squatters do, but rather that households should be free to choose their own housing, to build or direct its construction if they wish" (Turner, 1972) The *Open System* contradicts an existent *Closed System*, characterized by its hierarchical and heterogeneous organization, in which the power stands in exterior organization/individuals. Instead, the *Open System* is understood as an autonomous system, sustained by local power, where the main character is the user itself. Replacing the standard design thinking, by empowering the user, he develops a flexible housing process which adapts to his needs/desires, and "providing many different ways of achieving the same end." (Turner, 1972) Figure 1 is a representation of the *Open System* services network in the housing process, in which the four provided services are able to link with the four provided uses, generating 624 different combinations.

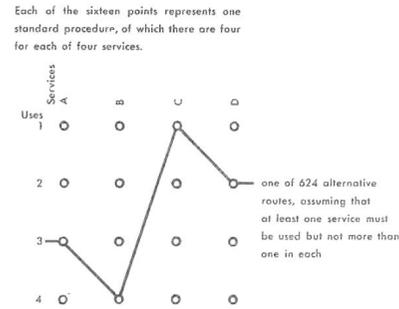


Figure 1 - The Open Services Network

“In both material and human terms, the more open the system, the greater the potential benefits. The best results are obtained by the user who is in full control of the design, construction, and management of his own home. It is of secondary importance whether or not he builds it with his own hands, unless he is very poor.” (Turner, 1972)

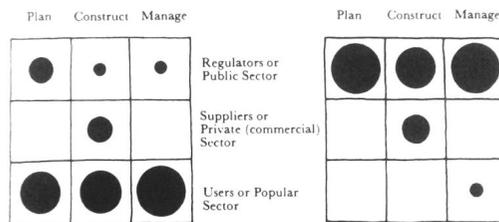


Figure 2 - Locally self-governing or autonomous housing systems

Figure 3 – Centrally administered or heteronomous housing systems

In 1976 Turner deepens the issue of participation and publishes *Housing by People – Towards Autonomy in Building Environment* in which he proposes to answer the questions *Who decides? Who provides?* Turner finds necessary to understand the organization of decision-making processes. He identifies three stages - Planning, Construction and Management/Maintenance – in which are involved three entities - Users, Suppliers and Regulators (Figure 2 and 3) Goes further on the subject and proposes three principles of the housing process. The first – *the principle of self-government in housing* – appeals for a humanised architecture, where “what matters in housing is what it does for people rather than what it is” (Turner, 1976). The second – *the principle of appropriate technologies for housing* – aims to the use and adequate provision of resources by local power, rather than the industrial monopolization of them. The third and last – *the principle of planning for housing though limits* – underlines the empowering of the user in the housing process, “As long as planning is confused with design and lays down lines that people and organizations must follow, enterprise will be inhibited, resources will be lost, and only the rich will benefit.” (Turner, 1976) Nonetheless, the foundation of these principles should rest on the *desirability of participation*, to this end, Turner provides five questions:

1. What are the resources on which housing provision depends?
2. What sectors or kinds and levels of organization have access to an effective control over those resources?
3. What is the degree of requisite variety in housing for the various socio-economic and cultural sectors?
4. What sectors or kinds and levels of organization are capable of providing the matching degree of variety in the controlling system?
5. To what extent will participation increase tolerance for mismatches between users' priorities and housing actually obtained?

The implementation of an *Open System* becomes viable in a scarcity context in the same way a *Closed System* is viable in a large-scale operation. Regardless of that, the user must have the power over his housing process: "the obligation to build your own house could be as oppressive as being forbidden to do so – the corollary of the freedom to literally build your own house is the freedom not to have to." (Turner, 1976)

3 CASE STUDIES

In order to understand the role of architect in the participatory process, three paradigmatic examples were analysed.

3.1 La Mémé, Lucien Kroll, Brussels, Belgium

In 1968 Lucien Kroll is in charge of the project for the new students' accommodation of *Université Catholique de Louvain* in Woluwe-Saint-Lambert campus, located in Brussels's periphery. Between 1972 and 1976 the *La Mémé's* construction occurs in two stages: the first of the architect's responsibility, and the second left into the future inhabitants' charge, the students. Although evidently distinct, both stages operated jointly in a mutual construction process, and so influencing its participants.

Therefore, the architect's exercise could not be disaggregated from the participative presumption: "architects must *step out of themselves* and put themselves in the shoes of future residents" (Poletti, 2010). In this way, Kroll had to consider the adaptive requirement of a temporary accommodation, both in terms of space and time. Beside the structure's design, the architect's exercise is essentially to anticipate possibilities to the so desired *transformable infill*, where collective spaces "the circulation layout assumes a crucial role" (Galle, 2013). The structure, apparently arbitrary, is ruled by a 90 centimetres grid: "Even though that grid is too wide to be noticeable, it fits a 30 cm modulation" (Galle, 2013). Once finished the concrete and brick *skeleton*, Kroll develops a catalogue of wood and aluminium elements to complete the façade. This catalogue, even though limits the users' vision, would also un-complicate its construction by the students.

In several stages of the process, and in collaboration, *La Mémé's* Infill is structured. The result would turn out to be a range of collective and private spaces – dormitories, shared and individual rooms, common areas, added to the predefined spaces by the architect. Once it is based on participatory design, part of the layout is initially defined by the students' desires, namely, the edification of a wing destined excessively to individual rooms. In the same way as the shared rooms are from the outside identified by the spreading balconies which invade the several levels of the building, the individual rooms' wing is identified by its glass façade that reaches out its whole length.

The apparent chaotic façade of *La Mémé* is the materialization of its process which formalizes the several needs/desires of its inhabitants; it is a pioneer in participation and an "icon of democratic architecture". (Poletti, 2010)

3.2 Le Lavoir du Buisson Saint-Louis, Bernard Kohn, France

The initiative to begin the project for *Le Lavoir du Buisson Saint-Louis* arises from two families and their *search for a different way of living*. In 1978, 12 families from different backgrounds and economic power came together for the same purpose and in the same year, acquired the site of a former 19th Century industrial laundry, located in the heart of Paris. The first stage of the process begins with the establishment of several reunions in order to understand how and what meant to live in community. From those, is unanimously chosen the architect, with participatory background, Bernard Kohn as the one

who would materialize the users' desires. At this stage, the *Lavoir du Buisson Saint-Louis* counted with 14 families, which would become, until the present-day, its inhabitants. In 1980 are designated two commissions - architecture and finances - and two monthly assemblies would contribute for the management of the common and individual interests of the group. The construction begins in October 1981 and would be finalized in June 1983.

The architectural project has gone through several stages by means of a collaborative process. The outcomes of the assemblies and meetings with the architect would influence the design, which was afterwards again exposed to the inhabitants. The architect's role in this first stage is mainly to understand the limits and restrictions of the users' needs and desires. Since this stage, it is clear in the design the intention of creating a permeable environment that is illustrated by the *colonne vertébrale*, which operates as the organizing element of the project and becomes the exterior axis to which every house is oriented to. This meets the users' fundamental desire of creating several common outdoor spaces – courtyards, gardens, patios, sports and leisure spaces – that includes the houses' entrances. The exterior spaces operate as the common and organizing elements of the whole.

The architect is not a scribe who literally registers and reflects on the needs and desires of each person. He is involved and makes an effort to clarify their views, giving tools to its partners so that dialogue can exist. (Kohn, 2005)

The design of each house would happen after and more focused in individual meetings rather than in general assemblies. It is the architect's decision to design on a 3 per 3 meters grid, allowing each dwelling to change and adapt through time. Besides that, Kohn pretended to conserve the maximum elements as possible from the old laundry - as the original wood structure – but to redesign the dwellings' facades, the old and the new are blended to the new function. The final aesthetic would reveal the participatory process and the diverse facades reveal the different users, in opposition, the outside space materializes the community way of living.

3.3 SAAL¹, Portugal

During *Estado Novo* the housing needs were overall ignored, when not, were traduced in few charity operations. The *pen* of the architect is therefore controlled by the ones in power, who understood the proper housing scenario as a modest neighbourhood in the outskirts of the city, characterized by its family houses and countryside environment. This scenario could not respond to the vast housing scarcity that is addressed as a *social fatality*. However, it is witnessed a rising will to fight this issue, and in the 50's that wish is materialized with the construction of *Bairro de Alvalade*, a housing area in the heart of Lisbon. *Alvalade* is considered a turning point in housing policies, "There and then the problem passed from the sum of individual solutions to the resolve a collective problem" (Dias, 2013) However, the informal dwellings were still a strong component of the urban scenario, and naturally hidden by the press.

A few days before the inauguration of the bridge over *Tejo* river, in 1966, all the slum-dwellings of *Vale de Alcântara* are *symbolically relocated* into *provisory dwellings* in the outskirts of Lisbon. This was due to the visibility of the *undesirable* scenario from the bridge entrance and inauguration site. The housing problem would be once more ignored if it was not for the 1967 floods and 1969 earthquake that destroyed most of these *provisory dwellings* and with it many people. Even if in a short period, this would bring the subject to the newspapers' pages.

With Marcelo Caetano's accession to power, came the two most relevant and authentic initiatives in the subject of housing before the 1974 Revolution: the Housing Policies Colloquium and the establishment of the FFF² both in 1969. The 1969 Colloquium brought the subject of participation in architecture, and so for the first time is "considered the possibility of construction by the users themselves (...) or these same formulas promoted by the organization in (...) cooperatives or user associations." (Dias, 2013) It is here officially accepted self-construction and participatory methodologies in the housing process.

¹ SAAL – *Serviço de Apoio Ambulatório Local*, translated to english as Local Mobile Support Service

² FFF - *Fundo de Fomento da Habitação*, translated to english as Housing Development Fund

The April 1974 *Revolução dos Cravos* brought, along with other aspects, the possibility to implement many of the ideas until then debated. The right to the city, “automatically established through the exercise of the right to dwell” (Dias, 2013) and the housing of the many became a priority. Immediately, the secretary of state for housing of the I Provisory Government, architect Nuno Portas, issues the “infamous order on SAAL” (Dias, 2013) in August 1974. The *Serviço de Apoio Ambulatório Local* – SAAL - is undoubtedly the biggest participatory experience ever felt in Portugal. Aided by the favourable environment of the post-revolution, SAAL intended above all to give support to the population in the construction of their dwellings.

The request for the intervention of SAAL operation had to come from the population itself already assembled into an association or cooperative. Once submitted, was given financial support by the government, in which FFH was fundamental, and technical support by a brigade. These brigades were constituted by technicians from diverse fields - architects, engineers, sociologists ... - and together with the inhabitants aimed to restore their right to house. It is witnessed a will from communities to remain in the same site, instead of reallocating to the outsides of the city. Therefore the former dwells were destroyed enabling the construction from scratch of the new ones. Although the co-decision environment was understood as a principle, naturally some of the almost 200 operations would have diverse approaches, means and ends, once influenced by many people and different environments.

It came as fast as it went. The SAAL operations ceased in the end of 1976, and already counted at that time with 7 000 built dwellings. It is still outstanding the amount of constructions that began in the post-revolution period with the FFH support: 1 104 in 1974, 8 936 in 1975 and 14 795 in the following year.

José António Bandeirinha (2014) reflects on the importance of the SAAL process:

“It moved forward to the confrontation of reality, moved forward to the project, moved forward to the construction, moved forward to the commitment of neighbourhood with the implantations of the city and the capitalist territory. Unlike Enrico, the character of Calvino, SAAL’s architects did not make plans for the city of the proletariat, they did started a process of building fragments of that city together with the inhabitants, a process so credible and so scary that had to be interrupted.”

4 BELA VISTA: FROM PARTICIPATION TO DESIGN

The ongoing exercise in *Bairro da Bela Vista* has been developed in the context of the Final Project for the Master’s Degree in Architecture, in which was proposed to the students the development of a project in the Portuguese city, Setubal. In the late fifties, Salazar’s conservative government faces the inevitable necessity to embrace technological advances in the Portuguese industry. As a consequence, in the sixties Setubal goes through an industrial outbreak that brought along the need to house the just arrived factory workers. The meeting of this necessity with the urgency to lodge the returnees from the former colonies originates in the implementation of dwellings for 10 000 families in the development of Setubal’s Integrated Plan. *Bairro da Bela Vista* emerges from this environment.³ Its present panorama is characterized by three social housing complexes, distinguished by its colour and typology: *Bairro Amarelo* – yellow⁴ -, *Bairro Azul* - blue⁵ - and *Bairro Rosa* - pink⁶ (Figure 4).

³ The large-scale housing plan, promoted by FFH, was approved in 1975 and immediately began the process of expropriation of land. The architect José Charters Monteiro, who was also involved in the SAAL operations, is responsible for the design of Bela Vista’s housing project, which began in 1976. *Bairro da Bela Vista* or *Bairro Amarelo* is constituted by a series of 3 stories large rectangular dwelling blocks characterized by their long balconies facing each block’s inner patio. Later on, in 1984, begins the construction of the 12 blocks for the second housing project, *Forte da Bela Vista* or *Bairro Azul*, which is built on the plateau’s top, a privileged site due to its relation to the river Sado. After the extinction of FFH in 1982, the plans carried on and both neighbourhoods would be finished in 1989. Although the plan of southeast Setubal was taken by IGAPHE, the original project was not completed and the housing scarcity remained an issue. In this way, in 1992 began the first stage construction of the *Alameda das Palmeiras* or *Bairro Rosa* and in 2001 the second stage of the neighbourhood began.

⁴ *Bairro Amarelo* - 837 dwelling units for 2 941 inhabitants, in *Diagonóstico Sintético do Bairro da Bela Vista*. (2007)

⁵ *Bairro Azul* - 167 dwelling units for 654 inhabitants, in *Diagonóstico Sintético do Bairro da Bela Vista*. (2007)

⁶ *Bairro Rosa* – 252 dwelling units for 827 inhabitants, in *Diagonóstico Sintético do Bairro da Bela Vista*. (2007)

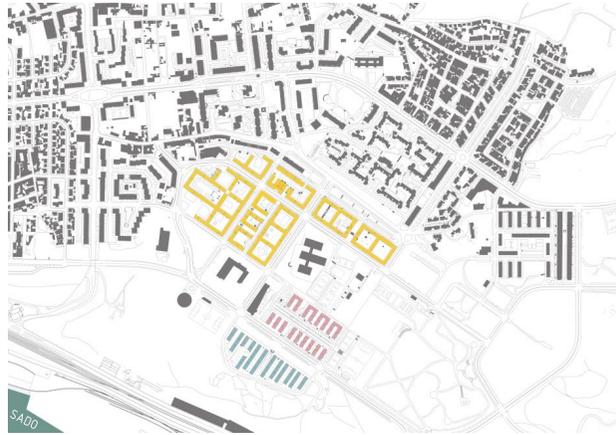


Figure 4 - Plan of Bairro da Bela Vista with indication of its three housing projects

The housing policies and the hasty environment, between other motives, displays us today a not so unusual scenario, a portion of a city detached from its city, an unfinished plan and an impressive resilience to this context. *Bairro da Bela Vista* is here taken as a case study, not for its participatory history, but rather for its present rising participatory environment.

The academic project is being developed in three stages. The first moment aimed to analyse by means of academic and on site research the neighbourhood, the history, the connection to the city and essentially the connection to its people. At this early stage was already crucial the participation and availability of the inhabitants and those who work there in the perception of the neighbourhood's functioning and way of life. With this support it became clear that, apart from apparent social and economic issues, there is in fact a rising will from the inhabitants and outside entities to transform the territory by means of involvement of the population. It was never a surprise to witness people's capacity of appropriation their personal space. The simple gesture of closing down of balconies - in order to provide security and more housing area - shows us that in here, as it has been seen in countless other places. However it is not as common to realize the amount of initiatives that, although not seen by the *naked eye*, belong to a growing network of people and their motivation to change the territory by their own hands.



Figure 5 - Plan of the intervention site in its current state



Figure 6 - Plan of the intervention site with the Structure proposal

Bearing in mind the above research on theoretical and practical case studies on the subject of participatory methodologies, begins a second moment in which is developed the academic project. The intervention site is characterized as a boundary between *Bairro da Bela Vista* and *Parque Verde*, two close realities disconnected from each other (Figure 5). The proposal (Figure 6) aims to restore this relation by means of participation. In the same way Lucien Kroll's role, in the development of *La Mémé*, stands primarily in the design of a skeleton that enables appropriation by the students, or Habraken's Support Structure theory that allows freedom to adapt, also the project for the *Parque Verde/Bairro da Bela Vista* boundary acknowledges *the unknown as basis* and establishes a Structure able to support upcoming functions. The implementation of the Structure on the Park limit consequently settles the broken link between the two main avenues of the neighbourhood – Av. Belo Horizonte and Av. Bela Vista – and opens the park in the direction of the neighbourhood overcoming the levels' differences. Although it allows natural appropriation of the space, the concrete and wood Structure stand itself as a door and a support point for both Park and Neighbourhood.



Figure 7, 8 and 9 – Pictures from participatory action in ACM Bela Vista

Afterward, the Structure proposal goes out of the academic environment and into its real one. In collaboration with ACM/YMCA Bela Vista was possible to do so and bring into *round-table* discussion the reality of the territory, the Structure and its possible appropriation. Before the development of this third stage of the process, the research on Liz Sander's participatory methodology was fundamental. This phase involved around 30 inhabitants and workers that in small groups, or individually, addressed to two activities. In the first one (Figure 7), by means of images and words - representative of different emotions, activities and spaces – it is asked to select the ones more relevant and to arrange them hierarchically on a board. Taking in mind these results, in a second moment it is asked to place geometrical forms of different shapes and colours in a 1:200 scale model of the Structure proposal (Figure 8 and 9). In the overall approach was not taken into highly consideration the position of the geometrical forms, but the relation of the first moment desires/needs into physical and hierarchical space of the second one. The formal results are useless without their own explanation and background.

This stage aimed to understand above all their vision of the place, a *swimming against the tide* reality, how it is in his present state and how future aspirations are regarded. It was surprising to witness such availability to the exercise, and reception to an unusual proposal, and most of all, the honesty in their speech. It stands then very clear the benefit on involving users in the design process.

It is underlined two main conclusions from the first moment, the urgency to generate spaces for the young and the overall security concern. When in the second activity they are asked to infill the Structure, many appropriate it completely while others not at all. These are the subjects approached by the majority: A gathering space with shadow; an *anchor* programme that links the park to the community and provides the required security; the possibility of temporary appropriation of space; and trees, a lot of trees. The residents consider *Parque Verde* to be an immense advantage to the neighbourhood however it is failing to respond to the already existent way of living of *Bela Vista*. In this way, when exposed to the Structure proposal there was an overall acceptance once it is meeting their wills. If in the second stage of the design process the role of the architect was to design the skeleton that would stand as a connector formalization of the two realities, at this stage, the role of the architect is of a translator. It does not end in the understanding of their desires/necessities, but how these unmaterialized feelings translate into space.

5 CONCLUSION AND DISCUSSION

To answer the question what is the role of the architect in the Participatory Design process, is necessary to recognize the dependence on others' willingness in one's actions.

The exercise of design comprises several fields apart from architecture; in fact we can say that a good design is a design that answers in a positive way to all the circumstances inherent in its surroundings no matter if it is an economic, geographic, politic or social issue. Following this idea we cannot say participation in architecture is an exact methodology, even more because it is developed, not for people, but with people. Considering this, the rejection of the idea of a universal solution to a multi faced problem seems correct. Therefore, the architect must accept that everybody has something to offer, he must make the effort to translate the inhabitant's desires, and the inhabitant to take advantage of a design of possibilities; to have the freedom to choose one's way of living and freedom not to do so. Only then is achieved an enhanced product, more humanized, in what is a more natural and realistic approach to the issue.

In the conception of a design process the planning and the construction are considered the main stages and the action of dwelling is underrated, a strategy that we can consider as unnatural once people are adapting to their houses and not the contrary. These are subjective elements that are intrinsic in dwelling, the form of appropriation by people of their own environment, the particularities of their routine, or their daily necessities. These are unquantifiable human features that once considered allow the production of a particular product that justifies the role of the architect.

So how can we involve these subjects in the equation? Should architecture also materialize social and political matters? Or should architects question their role, their status, and step back to enhance their designs through multidisciplinary teams and knowledge from the inhabitants? If architecture is meant for people, why are architects oblivious to them?

6 REFERENCES

Bandeirinha, J. A. (2014). *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Bosma, K. & Hoogstraten, D. v. & Vos, M. (2000). *Housing for the Millions – John Habraken and the SAR (1960-2000)*. Rotterdam: NAI Publishers.

Carlo, G. D. (1980). An Architecture of Participation. *Perspecta*, 17.

Habraken, N. J. (1972). *Supports: an Alternative to Mass Housing*. London: the Architectural Press.

Habraken, N. J. (2006). *Questions That Will Not Go Away*.

Jones, P. B. & Petrescu, D. & Till, J. (2005). *Architecture and Participation*. Routledge

- Mckean, J. (2004). *Giancarlo De Carlo: Layered Places*. Stuttgart/London: Axel Menges
- Montaner, J. M. (2001). *Depois do Movimento Moderno: Arquitectura da Segunda Metade do Século XX*. Gustavo Gili
- Montaner, J. M. & Muxí, Z. (2014). *Arquitectura e Política: Ensaio para Mundos Alternativos*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Sanders, E. B.-N. (2013). *Perspectives on Participation in Design*.
- Sanoff, H. (1990). *Participatory Design: Theory and Techniques*. Raleigh, N.C: H. Sanoff.
- Spinizzi, C. (2005). The Methodology of Participatory Design. *Technical Communication*, 52.
- Portas, N. (2013). *Habitação Para o Maior Número: Portugal, os Anos de 1950-1980*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.
- Turner, J. F. C. & Fitcher, R. (1972). *Freedom to Build: Dweller Control of the Housing Process*. New York: The Macmillan Company.
- Turner, J. F. C. (1976). *Housing by People: Towards Autonomy in Building Environments*. Marion Boyars.
- Tuscano, C. (2006). *Team 10: in search of a Utopia of the Present 1953-1981*. Milan: NAI Publishers.

